



Relatório e Contas Consolidadas 2001



GRUPO EDP
PRESENÇA INTERNACIONAL



Relatório e Contas Consolidadas 2001

Mensagem do Presidente



Senhores Accionistas,

O ano de 2001 constituiu um período de intensa actividade empresarial na vida do Grupo EDP. Ao longo deste ano preservámos a nossa liderança no sector eléctrico nacional, aprofundámos a reestruturação de empresas e actividades do Grupo em Portugal e no estrangeiro e, não menos importante, fortalecemos a nossa posição estratégica face à potencial integração dos mercados português e espanhol de electricidade.

Estas acções não induziram, infelizmente, uma melhoria da cotação das nossas acções no mercado. Diversos factores terão contribuído para essa evolução menos positiva, dos quais se destacam a grande influência de uma conjuntura económica mundial vulnerável e um período de acrescida instabilidade global dos mercados de capitais, sobretudo a partir dos dramáticos acontecimentos de 11 de Setembro. De facto, a evolução da cotação das acções da EDP contrasta com a nossa convicção de estarmos, de uma forma sustentada e consistente, a reforçar uma estratégia e a implementar medidas de gestão que criarão, a prazo, valor para os nossos Accionistas.

Importa, nesta ocasião, informar os Senhores Accionistas sobre o que de mais relevante se passou durante o exercício de 2001.

Durante o ano, demos continuidade e consolidámos o processo de reestruturação da EDP Distribuição, iniciado em 1999 com a integração das quatro empresas regionais de distribuição numa só empresa, cujo objectivo é prestar aos clientes do Sistema Eléctrico Público um serviço de elevada qualidade, com uma acrescida melhoria dos níveis de eficiência. Em 2001, o continuado processo de reajustamento dos efectivos às reais necessidades da Empresa conduziu a uma redução de cerca de

um milhar de trabalhadores na EDP Distribuição, tendo-se reorganizado, de forma mais racional, a distribuição das unidades técnicas em todo o território, lançado novos produtos comerciais, tendo em vista a satisfação das necessidades dos nossos clientes, e renegociado mais de 200 contratos de concessão com Câmaras Municipais.

No âmbito da liberalização do mercado eléctrico, por intermédio da EDP Energia, o Grupo fortaleceu a sua posição no Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV) assegurando, com assinalável êxito, a manutenção dentro do universo do Grupo de grande parte dos clientes liberalizados que optaram pela adesão àquele Sistema.

Simultaneamente, e de modo a dar resposta às futuras necessidades do SENV, o Grupo EDP iniciou a construção dos primeiros 800 MW (dois grupos de 400 MW) de uma nova central de ciclo combinado a gás natural situada no Carregado, a Central Termoeléctrica do Ribatejo.

O ano de 2001 foi ainda o ano da constituição da EDP – Gestão de Produção de Energia, S.A. (EDP Produção) uma sub-holding do Grupo EDP que passou a coordenar todas as empresas relacionadas com a produção de energia eléctrica e com a prestação de serviços associados a esta actividade. Esta empresa tem como objectivo o aproveitamento das consideráveis sinergias decorrentes da optimização de recursos e do aumento da eficiência através da integração das várias empresas a operar neste negócio.

Mas o ano de 2001 foi claramente marcado por um facto particularmente relevante e representativo de uma viragem significativa no *core business* do Grupo EDP. Após um período

de muita perseverança e complexos processos negociais, a EDP assegurou, em Dezembro, uma posição de controlo na empresa espanhola Hidroelectrica del Cantábrico (Hidrocantábrico), com responsabilidade pela condução operacional do negócio.

O Grupo EDP torna-se, assim, na primeira empresa ibérica a deter activos significativos de produção dos dois lados da fronteira, distribuindo energia eléctrica em Espanha a cerca de meio milhão de clientes.

A entrada da EDP no mercado espanhol constituiu um passo decisivo na estratégia do Grupo e a sua importância é reforçada à luz da emergência de um mercado ibérico de energia eléctrica, na sequência de um protocolo, com esse objectivo, celebrado no final de 2001 entre os Governos Português e Espanhol. De facto, nesse protocolo ficou expressa, de forma inequívoca, a vontade política dos dois Países em dar continuidade ao processo de integração dos dois mercados eléctricos, num contexto de progressiva liberalização do sector.

A Hidrocantábrico representa para a EDP não só uma oportunidade de crescimento num mercado de vital importância estratégica para o Grupo, mas também a entrada numa empresa com um portfolio de activos bastante atractivo, com uma equipa de gestão cujas qualidades ficaram demonstradas com o sucesso alcançado no processo de liberalização do sector eléctrico em Espanha e com complementaridades operacionais e estratégicas que antecipam um potencial significativo na obtenção de sinergias de curto prazo.

Relativamente à actividade internacional, merece especial destaque em 2001 a reestruturação efectuada nas nossas participações internacionais, que teve como objectivo um maior enfoque de recursos e capacidades de gestão no mercado brasileiro, que definimos como prioritário.

Assim, alienou-se a posição de 25,5% na ESSEL – uma empresa de distribuição de água e serviços de saneamento básico no Chile – e, já em 2002, alienou-se igualmente, embora subordinada à verificação de certas condições, uma participação de 29% na REDAL, em Marrocos, em qualquer dos casos assegurando a recuperação do investimento e a realização de mais-valias com algum significado.

No Brasil, no negócio de distribuição de electricidade, concentrámos esforços na obtenção do controlo das empresas em que estamos presentes, por considerarmos ser esta a via de implementar medidas de reestruturação conducentes ao aumento de eficiência e à obtenção de resultados positivos sustentados destas empresas. Neste sentido, concluímos em 2001 o processo de cisão da Bandeirante Energia, S.A., detendo a EDP actualmente 96,5% da nova empresa cindida.

Ainda no Brasil, mas no negócio de produção hidroeléctrica, uma área sólida de investimento a risco controlado, entrou em exploração o primeiro grupo da central hidroeléctrica do Lajeado que, na totalidade, virá a dispor de uma potência de 900 MW e onde detemos uma participação de 27%. Ainda em 2001, licitámos com êxito as concessões para a construção e exploração das centrais hidroeléctricas de Peixe Angical (452 MW) e Couto Magalhães (150 MW).

A menos boa envolvente macroeconómica brasileira, associada às fortes carências de electricidade e às subsequentes medidas de racionamento decretadas, levou a que o ano de 2001 fosse extremamente difícil para os vários operadores eléctricos com presença no País. Logrando, de algum modo, compensar esta situação, o Governo Brasileiro demonstrou uma clara intenção de implementar um ambiente que, em termos de regulação aplicável ao sector eléctrico, se pretende estável e transparente. Encaramos, assim, o futuro das nossas operações no Brasil com acrescida confiança, antecipando uma maior estabilidade de resultados e condições de remuneração



mais justas e equitativas, conducentes ao desenvolvimento saudável do sector.

Na área das Telecomunicações, o alargamento da actividade do Grupo EDP para este sector, iniciado em 2000, seguiu uma lógica de optimização das infra-estruturas de fibra óptica existentes e de aproveitamento da oportunidade criada pela liberalização do mercado de telecomunicações nacional.

No ano de 2001, volvidos apenas dois anos desde o início da sua actividade, a ONI consolidou a sua posição de destaque como número um entre os novos operadores da rede fixa de telecomunicações, com um tráfego de voz comutado de cerca de 1.200 milhões de minutos, ou seja, dez vezes mais do que o volume registado em 2000.

A consolidação da estratégia definida pelo Grupo EDP para a sua actividade de telecomunicações passou pela entrada da Brisa no capital da ONI. Esta operação permitiu não só o reforço da base accionista da empresa, que contava já com a sólida presença de outros dois grandes grupos económicos nacionais, o Banco Comercial Português e a Galp Energia, mas possibilitou também o fortalecimento da base de activos da ONI, que actualmente inclui toda a infra-estrutura de comunicações anteriormente a cargo da Brisatel.

Ainda em 2001, deu-se início à reorganização da ONI, com o intuito de adequar a sua estrutura organizacional à nova realidade do negócio das telecomunicações, onde a flexibilidade de custos e a capacidade de resposta às necessidades específicas dos seus clientes constituem factores críticos de sucesso.

No que respeita à evolução financeira e operacional do Grupo EDP, os Senhores Accionistas poderão encontrar, ao longo deste Relatório, abundante informação sobre o desempenho do

Grupo em 2001, bem como alguns indicadores referentes aos exercícios de 2000 e 2001. Mas permitam-me que destaque aqui o essencial desse desempenho.

O Resultado Líquido do Grupo EDP ascendeu, no ano de 2001, a 451 milhões de euros, que corresponde a uma redução de cerca de 18% face aos 549 milhões de euros registados no ano anterior. Esta redução resultou fundamentalmente de um decréscimo do Resultado Operacional do Grupo em cerca de 7%, de um agravamento do Resultado Financeiro em cerca de 17% e de uma redução dos resultados extraordinários relativamente ao ano anterior.

O decréscimo verificado no Resultado Operacional foi motivado por dois factores preponderantes. O primeiro prende-se com a perda da margem operacional relativa à REN decorrente da sua alienação, no final do primeiro semestre de 2000, ao Estado Português – cujos efeitos estão compensados, em alguma medida, pela inclusão em 2001 da Bandeirante Energia, S.A., no universo de empresas consolidadas do Grupo EDP. O segundo decorre da consolidação dos resultados operacionais do negócio de telecomunicações que, neste segundo ano de operações, contribuiu negativamente em cerca de 136 milhões de euros, uma evolução expectável nesta fase inicial de desenvolvimento do projecto.

Em relação ao Resultado Financeiro de 2001, a sua evolução deve-se essencialmente ao aumento dos custos financeiros associados ao crescimento da dívida do Grupo, mas também à redução dos proveitos financeiros de empresas associadas.

No que se refere aos resultados de 2001, é ainda de salientar a contribuição positiva dos investimentos internacionais que representaram cerca de 15,5% dos Resultados Líquidos do Grupo EDP. Estes resultados foram positivamente influenciados pela operação de refinanciamento da Bandeirante através da qual a EDP

promoveu a liquidação de cerca de 93% do saldo da dívida desta empresa denominada em dólares.

Esta operação, cuja realização só foi possível após a conclusão do processo de cisão da Bandeirante, permitiu ao Grupo a obtenção de um significativo proveito financeiro e a eliminação, do balanço da Bandeirante, de um passivo importante em moeda estrangeira. Com esta operação reduziu-se substancialmente o risco cambial que, nos últimos anos, tem vindo a afectar os resultados consolidados do Grupo.

Reflectindo claramente o empenho do Grupo EDP em partilhar com todos os seus Accionistas o valor criado, o Conselho de Administração da EDP propôs, na Assembleia Geral de Accionistas, realizada no dia 10 de Maio de 2002, a distribuição de um dividendo equivalente a cerca de 75% dos Resultados Líquidos de 2001, a que corresponderão 11,3 cêntimos de euro por acção.

O ano de 2002 apresenta-nos desde já inúmeros desafios, aos quais iremos responder com a mesma determinação de sempre e com redobrada confiança na estratégia delineada para o Grupo.

O ano de 2002 será marcado pela entrada em vigor dos novos regulamentos que regem a actividade do sector eléctrico, nomeadamente o Regulamento Tarifário, o Regulamento de Relações Comerciais, o Regulamento do Despacho e o Regulamento do Acesso às Redes e às Interligações.

Em Novembro de 2001, e de acordo com o Regulamento Tarifário publicado pela ERSE - Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, foram estabelecidas as tarifas a vigorar em 2002 bem como os parâmetros para o segundo período de regulação tarifária que compreende o triénio 2002 - 2004.

O novo quadro regulatório para os próximos três anos irá determinar uma redução substancial dos proveitos regulados da EDP Distribuição e o alargamento da base de clientes elegíveis para acederem ao universo liberalizado do sector. Por isso, a EDP prosseguirá os seus esforços de reorganização interna que lhe permitam responder atempadamente e de forma eficiente a esses condicionalismos, nomeadamente potenciando a EDP Energia com recursos que facilitem a sua actuação no mercado liberalizado.

A resposta à previsível evolução das tarifas reguladas exigirá da parte do Grupo EDP, em 2002, a implementação de um rigoroso programa de redução de custos, o programa "Eficiência 2002", com o qual se espera vir a atenuar, ainda que parcialmente, o efeito negativo das referidas restrições.

Por outro lado, na frente ibérica, estamos crentes que será possível construir, com a Hidrocantábrico, uma plataforma sólida e competitiva que permitirá ao Grupo EDP encarar com confiança o desafio de construção do mercado ibérico e desenvolver sinergias decorrentes da sua presença nos mercados português e espanhol.

Também em 2002 se espera prosseguir com a reorganização e consolidação dos negócios das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação. Continuaremos a aprofundar e a desenvolver as iniciativas de *multi-utility*, com as quais é possível gerar valor para os parceiros envolvidos, preservando sempre a qualidade de serviço dos clientes.

Prevemos ainda que, em 2002, se consolidará a nossa estratégia de afirmação e concentração no mercado brasileiro, com a tomada de controlo ou a solidificação de parcerias virtuosas nas empresas onde estamos presentes. Face à vontade política que tem vindo a ser evidenciada neste País, quanto à clarificação do mercado eléctrico, estamos confiantes



que, em 2002, se verificará uma mudança qualitativa muito significativa no desempenho operacional e financeiro das empresas do Grupo.

Em 2001, desenvolvemos um trabalho paciente e determinado consolidando o desenvolvimento do nosso negócio. Foi um ano de afinação e concretização da estratégia e de busca de novos caminhos, numa conjuntura nada fácil. Em 2002, será o ano de colher os frutos desse trabalho, melhorando consistentemente a qualidade do nosso serviço, aumentando a eficiência das nossas áreas de negócio, criando valor em todas as frentes em que estamos envolvidos.

À intensa actividade de 2001, centrada no realinhamento estratégico imposto pelas envolventes de mercado, na

reorganização interna dos negócios e na conquista de posição nos mercados, com destaque para o mercado espanhol, seguir-se-á um ano de 2002 igualmente exigente face aos desafios que se apresentam.

Permaneceremos atentos à pertinência da estratégia para a ajustar, se e quando necessário, prosseguiremos com novas frentes de reorganização interna, de que a criação e desenvolvimento da empresa de serviços partilhados – a EDP Valor – será o exemplo mais significativo.

Mas 2002 será sobretudo um ano de consolidação dos negócios e da estratégia, confiantes, como estamos, que esta é a trajectória adequada para cumprir a nossa principal missão: a criação de valor para os Accionistas.

Francisco de la Fuente Sánchez
Presidente



PRINCIPAIS DADOS DE ACTIVIDADE

Dados Económico-Financeiros

milhares de euros

	2001	2000	△%
Grupo EDP Consolidado			
Volume de Negócios (1)	5.650.374	4.388.911	28,7%
Resultados Operacionais (1)	673.532	676.131	-0,4%
Resultados Líquidos	450.833	548.973	-17,9%
Cash-Flow antes de Investimento (1) (2)	1.231.510	1.232.617	-0,1%
Investimento Operacional (3)	815.169	699.220	16,6%
Investimento Financeiro	587.820	1.546.863	-
Activo Líquido	16.233.143	14.886.931	9,0%
Capitais Próprios	6.096.758	6.204.730	-1,7%
Passivo Total	9.895.668	8.644.957	14,5%
Passivo Financeiro	5.799.124	5.012.368	15,7%
Capitalização Bolsista	7.320.000	10.560.000	-30,7%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (4)	7,4%	8,8%	
Estrutura Financeira (5)	95,1%	80,8%	
Solvabilidade (6)	164,0%	172,2%	
Produção de Electricidade (Portugal)			
Volume de Negócios	1.291.776	1.202.482	7,4%
Resultados Operacionais	516.266	508.692	1,5%
Resultados Líquidos	288.107	291.721	-1,2%
Investimento Operacional	140.354	98.413	42,6%
Distribuição e Comercialização de Electricidade (Portugal)			
Volume de Negócios	3.304.059	3.045.459	8,5%
Resultados Operacionais	195.397	216.972	-9,9%
Resultados Líquidos	187.451	153.866	21,8%
Investimento Operacional	266.975	239.261	11,6%
Electricidade no Brasil (7)			
Volume de Negócios	690.509	701.390	-1,6%
Resultados Operacionais	64.610	93.106	-30,6%
Resultados Líquidos	69.847	14.949	367,2%
Investimento Operacional	65.730	63.828	3,0%
Telecomunicações			
Volume de Negócios	187.923	42.858	338,5%
Resultados Operacionais	-136.131	-80.170	69,8%
Resultados Líquidos	-58.654	-6.549	795,6%
Investimento Operacional	239.019	219.601	8,8%
Tecnologias da Informação			
Volume de Negócios	189.032	115.661	63,4%
Resultados Operacionais	31.129	16.635	87,1%
Resultados Líquidos	9.848	8.564	15,0%
Investimento Operacional	70.977	29.998	136,6%

(1) Relativamente a 2000 são apresentados os valores pró-forma, ou seja, excluindo a REN da consolidação

(2) Resultados Líquidos + Amortizações + Provisões Líquidas +/- Correção de Hidraulicidade

(3) Relativamente a 2000 é apresentado o valor pró-forma, ou seja exclui-se a REN. Inclui-se o investimento da Bandeirante, dado que o Balanço desta empresa foi consolidado no Grupo EDP em 2000.

(4) Resultados Líquidos / Capitais Próprios

(5) Passivo Financeiro / Capitais Próprios

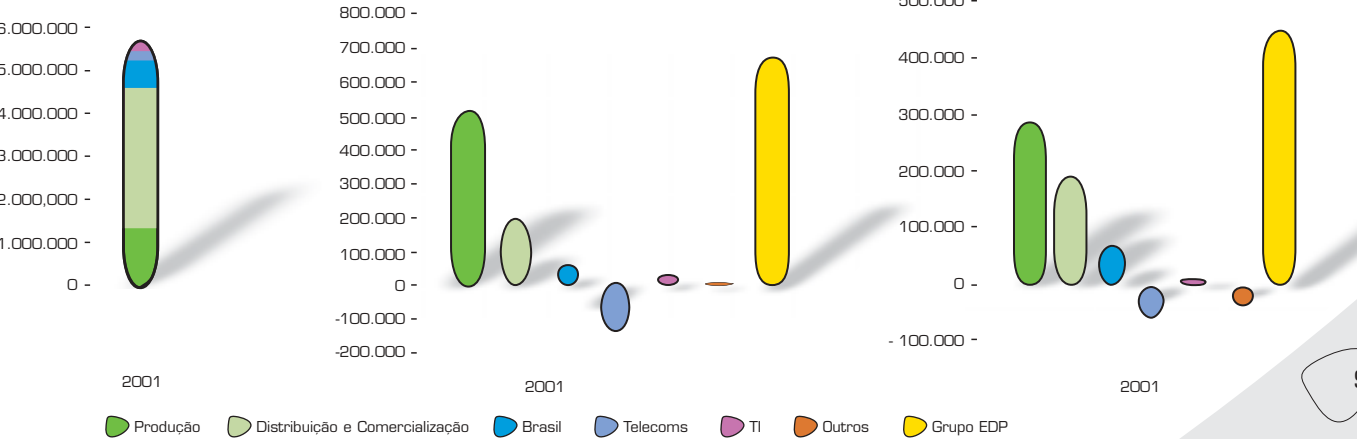
(6) Activo / Passivo

(7) Dados relativos à Bandeirante. Não inclui Escelsa/Enersul nem CERJ.

Volume de Negócios (milhares de euros)

Resultado Operacional (milhares de euros)

Resultado Líquido (milhares de euros)





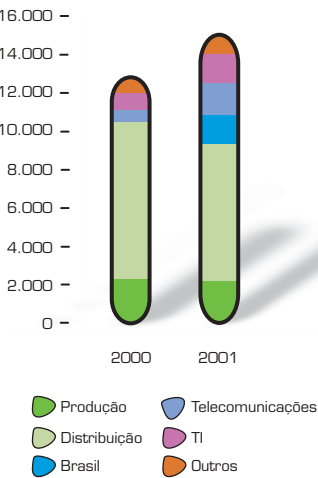
PRINCIPAIS DADOS DE ACTIVIDADE

Dados Operacionais

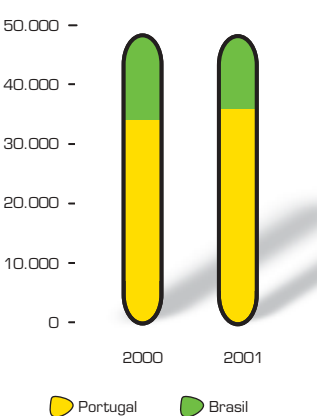
	2001	2000	△%
Número de Trabalhadores:	14.722	12.674	16,2%
Electricidade:	10.823	10.499	3,1%
a) Portugal	9.352	10.492	-10,9%
Produção	2.174	2.271	-4,3%
Distribuição	7.178	8.221	-12,7%
b) Brasil	1.471	7	-
Telecomunicações	1.719	558	208,1%
Tecnologias Informação	1.551	915	69,5%
Outros	629	702	-10,4%
Negócio Eléctrico em Portugal			
Produção de Energia Eléctrica (GWh)	28.282	24.844	13,8%
Vendas de Energia Eléctrica (GWh)	36.025	34.307	5,0%
Número de Clientes de Electricidade	5.541.418	5.415.313	2,3%
SEP	5.541.396	5.415.304	2,3%
SENV	22	9	144,4%
Clientes/Trabalhadores da Distribuição de Electricidade	772	659	17,2%
Vendas Distribuição/Trabalhadores da Distribuição (euros)	454	366	24,0%
Negócio Eléctrico no Brasil			
Vendas de Electricidade (GWh) (1)	11.727	13.444	-12,8%
Número de Clientes (1)	1.142.034	2.168.525	-47,3%
Telecomunicações			
Número de Linhas de Telefone	691.000	291.000	137,5%
Portugal	663.000	291.000	127,8%
Espanha	28.000	-	-
Serviço Telefónico Acumulado (minutos)	1.197.000.000	115.000.000	940,9%
Portugal	543.000.000	115.000.000	372,2%
Espanha	654.000.000	-	-

(1) Dados relativos à Bandeirante. Não inclui Escelsa/Enersul nem CERJ.

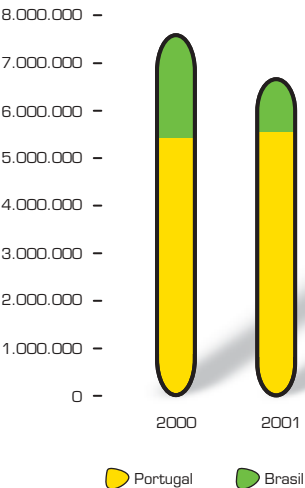
Número de Trabalhadores



Vendas de Energia Eléctrica (GWh)

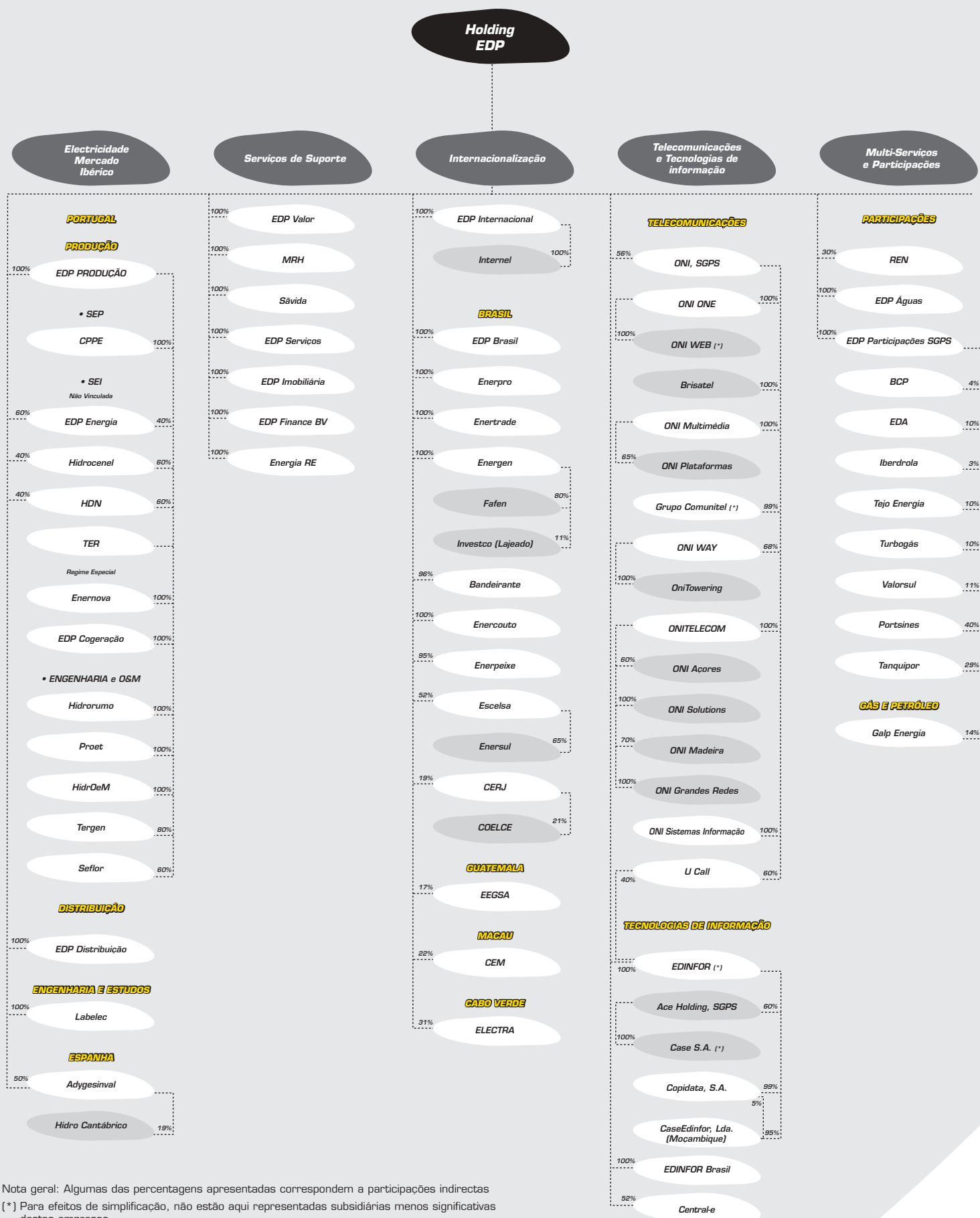


Número de Clientes de Electricidade



Organigrama





Órgãos Sociais da EDP

Membros dos Órgãos Sociais da EDP – Electricidade de Portugal, S.A. (holding do Grupo EDP)

TRIÉNIO 2000-2002

Mesa da Assembleia Geral

Dr. José Manuel Galvão Teles Presidente

Prof. Doutor António Campos Pires Caiado Vice-Presidente

Conselho de Administração

Eng. Francisco de la Fuente Sánchez Presidente

Eng. Jorge Fernando Alves F. Guimarães Vice-Presidente

Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa Vogal

Dr. Fernando Noronha Leal Vogal

Eng. António Manuel Barreto Pita de Abreu Vogal

Dr. Manuel de Jesus Martins Vogal

Dr. Luís Filipe da Conceição Pereira⁽¹⁾ Vogal

Eng. Jorge Manuel Jardim Gonçalves Vogal

Prof. Engenheiro João Afonso Ramalho Pereira Bento Vogal

Prof. Doutor Ernâni Rodrigues Lopes Vogal

Prof. Doutor António José Fernandes de Sousa Vogal

Fiscal Único

Bernardes, Sismeiro & Associados, SROC Efectivo
representada por Dr. Carlos Marques Bernardes, ROC

Dr. Severo Praxedes Soares, ROC Suplente

Secretário da Sociedade

Dr. Manuel Jorge Pombo Cruchinho Efectivo

Dr. António José Marrachinho Soares Suplente

Comissão de Vencimentos

Estado (Presidente) – Dr. José Salvado Mesquita

Caixa Geral de Depósitos Dr. Victor Lilaia

Banco Comercial Português Dr. Filipe de Jesus Pinhal

(1) Cooptado pelo Conselho de Administração em 8 de Março de 2002, na sequência da renúncia apresentada pelo Administrador Eng. Vasco Valente. O Dr. Luís Filipe Pereira passou a desempenhar funções governativas, como Ministro da Saúde, tendo apresentado a respectiva carta de renúncia.

Comissão Executiva

Da esquerda para a direita:

Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa

Eng. António Manuel Barreto Pita de Abreu

Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães

Eng. Francisco de la Fuente Sánchez

Dr. Fernando Noronha Leal

Dr. Manuel de Jesus Martins





CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA CMVM SOBRE O GOVERNO DAS SOCIEDADES COTADAS

A gestão e o governo da EDP regem-se pelas normas constantes nos seus estatutos e pela lei societária em vigor. No que se refere às recomendações, elaboradas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), relativamente ao Governo das Sociedades Cotadas, a EDP encontra-se dentro dos parâmetros definidos, estando em inteira conformidade com as propostas desta entidade.

Este conjunto de recomendações visa definir um sistema de regras e procedimentos relativos ao controlo das sociedades cotadas bem como ao exercício, responsável e orientado para a criação de valor, dos órgãos de direcção destas sociedades.

Dando cumprimento ao disposto no Regulamento nº7/2001 da CMVM, relativo ao dever de divulgar o grau e modo de adopção das Recomendações sobre o Governo das Sociedades Cotadas, é apresentado, em anexo a este relatório de gestão, um relatório específico e com a estrutura padronizada que foi definida pela CMVM.





ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	21
Economia Mundial	21
Economia na Área Euro	22
Economia Ibérica	23
Economia Brasileira	24
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO	
DO GRUPO EDP	25
Sector Eléctrico em Portugal	25
Organização	25
Rede Eléctrica Nacional (REN)	26
Posicionamento da EDP	27
Regulação	27
O Negócio da Electricidade no Grupo EDP	31
Em Portugal	31
<i>Actividade de Produção</i>	31
<i>Actividade de Distribuição Vinculada</i>	41
<i>Fornecimento no Sistema Não Vinculada</i>	46
No Brasil	46
No Mercado Ibérico	54
Multi-Serviços (Multi-Utility)	55
Telecomunicações	56
Estratégia	56
Liberalização e Regulação do Sector das Telecomunicações em Portugal	56
O Grupo EDP nas Telecomunicações: ONI	58
Investimento	59
Recursos Humanos	60

Tecnologias de Informação	61
Edinfor	61
Central-e	66
Desenvolvimento de Plataformas de Serviços Partilhados	66
Criação de sub-holding para as empresas de serviços	66
Formação de Recursos Humanos	67
Gestão de Património Imobiliário	68
Prestação de Cuidados de Saúde	68
Sistemas Informáticos	69
Sistemas Corporativos – SAP	70
Gestão de Frotas e de Instalações e Aprovisionamento Administrativo	71
Outras Actividades de Suporte	71
Investigação e Desenvolvimento	71
Actividades Laboratoriais	72
Políticas de Gestão do Grupo EDP	73
Política de Recursos Humanos	73
Política de Ambiente	74
Política de Gestão do Risco	75
Política Financeira	77
Auditoria Interna	79
Prevenção e Segurança no Trabalho	79

EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO GRUPO EDP	81
Balanço e Demonstração de Resultados Simplificados	81
Resultado Operacional	83
Resultado Financeiro	83
Divida Financeira	84
Resultados Extraordinários	85
Investimento Total	85
Fundo de Pensões e Responsabilidades pela Prestação de Cuidados de Saúde	86
Tributação Consolidada do Grupo EDP	86
Distribuição de Resultados aos Trabalhadores	87
Proposta de Aplicação dos Resultados de 2001	87
EDP Produção	87
EDP Distribuição	90
Bandeirante	92
Telecomunicações	94
Tecnologias da Informação	96
FACTOS RELEVANTES	98
Factos Relevantes do Exercício 2001	98
Factos Relevantes após o Encerramento do Exercício de 2001	101
PERSPECTIVAS PARA 2002	102
REFERÊNCIAS ESPECIAIS	103



ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

ECONOMIA MUNDIAL

Segundo as previsões mais recentes de diversos organismos nacionais e internacionais, o crescimento económico mundial em 2001 e 2002 não deverá ultrapassar os 2,5%, cerca de 2,2 pontos percentuais abaixo do valor registado em 2000. Sendo que as primeiras previsões de crescimento para 2001 e 2002 eram de 4% (OCDE), aquele valor revela um abrandamento da economia mundial mais prolongado e acentuado do que o inicialmente esperado. Em 2003, com a retoma das principais economias, espera-se que o crescimento económico mundial apresente valores mais aproximados aos dos últimos anos.

O aumento do preço do petróleo e consequente aumento dos combustíveis, a depressão dos mercados bolsistas (em particular, a acentuada correcção bolsista nos sectores de tecnologias da informação e comunicações) e o aumento das taxas de juro foram as principais causas da desaceleração económica registada no final de 2000. Com os sinais de crise, 2000 terminou com alguma desconfiança dos agentes económicos em relação ao novo ano, com efeitos desfavoráveis na evolução dos mercados financeiros, no consumo e no investimento.

Na continuidade, o primeiro semestre de 2001 foi marcado pelo abrandamento do ritmo de crescimento das principais economias mundiais (Estados Unidos e União Europeia), pela permanência dos sinais de recessão na economia nipónica e pelo agravamento da situação económica dos principais países da América Latina. Depois de terem aumentado em 2000, as taxas de juro iniciaram uma trajectória descendente, mas a quebra dos índices de confiança dos agentes económicos foi decisiva para o crescimento económico menos favorável no primeiro semestre do ano de 2001.

O ano de 2001 foi decisivamente marcado pelo ataque terrorista de 11 de Setembro sobre os Estados Unidos, que veio influenciar de forma incontornável a economia mundial no último trimestre do ano, inviabilizando as previsões anteriormente efectuadas e forçando à revisão das

perspectivas para os anos seguintes. Numa altura em que a economia mundial estava particularmente vulnerável, este ataque afectou de forma desigual as economias nacionais e os diversos sectores económicos, mas afectou unanimemente a confiança de consumidores e investidores, anulando os objectivos de recuperação económica a curto prazo. As expectativas para a evolução económica mundial em 2001 e nos anos seguintes levaram diversas empresas em todo o mundo a anunciar a revisão em baixa dos resultados previstos, despedimentos e reestruturações. O investimento foi afectado pela quebra acentuada na procura, pela revisão em baixa dos lucros de diversas empresas e pela contracção dos mercados bolsistas. As exportações conheceram também uma redução expressiva.

Foram tomadas medidas de excepção com o objectivo de relançar o crescimento económico e minimizar os impactos do atentado de 11 de Setembro, em particular nos sectores mais afectados. As taxas de juro de referência, que vinham diminuindo desde o início do ano, atingiram valores mínimos históricos, com o objectivo de promover o aumento do investimento.

O preço do petróleo *brent* apresentou sistematicamente valores entre 25 e 30 dólares por barril até 11 de Setembro, tendo aumentado ligeiramente nos dias seguintes. No entanto, a evolução económica depois do atentado impôs uma redução ao preço do petróleo no 4º trimestre de 2001. O preço do barril de petróleo neste período esteve geralmente abaixo dos 20 dólares por barril, tendo atingido valores inferiores a 17 dólares.

Para a economia americana, o ano de 2001 marcou o fim de um período de expansão iniciado em 1991. O crescimento económico em 2001 não ultrapassou os 1,2%, a taxa de desemprego foi de 4,8%.

A economia japonesa, que desde há alguns anos vem registando baixas taxas de crescimento, apresentou em 2001 um crescimento negativo do PIB, sendo a recessão consequência, nomeadamente, da redução das exportações e

do investimento. A recessão económica, que se deverá manter no ano de 2002, repercutiu-se negativamente na taxa de desemprego que, em 2001, atingiu 5%.

O ano de 2001 foi marcado por uma forte instabilidade nas principais economias da América do Sul, nomeadamente no Brasil e na Argentina. Em termos globais, o crescimento da economia sul-americana deverá ser praticamente nulo, contra 4,5% inicialmente previstos e um crescimento em 2000 ligeiramente superior a 4%. A inflação tem apresentado uma tendência decrescente, com a generalidade dos países a conseguirem valores apenas com um dígito. Para 2002 espera-se um crescimento económico igualmente baixo.

Ainda que a actual conjuntura económica torne difícil efectuar previsões fiáveis, espera-se que a economia mundial inverta a actual tendência no decurso de 2002, retomando em 2003 os valores de crescimento dos últimos anos.

Em 2002, segundo estimativas da Comissão Europeia, o valor para o crescimento económico mundial rondará os 2,2%, resultado da evolução económica prevista para as economias norte-americana e europeias, da persistência da recessão japonesa, mas ajudado pelo crescimento dos países do Leste europeu e das economias asiáticas, que deverão ter um crescimento acima dos 3%.

Para 2003, o mesmo organismo considera que a forte recuperação das economias americana e europeia permitirá atingir um crescimento económico mundial de 3,7%.

ECONOMIA NA ÁREA EURO

Seguindo as tendências internacionais, a Área Euro sentiu em 2001 um abrandamento do crescimento económico, não tendo ultrapassado 1,5%, significativamente abaixo dos valores apresentados em 2000 e 1999, 3,4% e 2,5% respectivamente.

A desaceleração da actividade económica foi notória desde o início do ano, tendo a taxa de variação homóloga do PIB no final do primeiro semestre sido apenas de 1,6%, menos de metade da registada no ano anterior. Acompanhando a evolução económica mundial, o crescimento do último semestre foi ainda menos significativo. Como factores explicativos desta desaceleração destaca-se o abrandamento da economia mundial, o seu impacto nas exportações e no investimento e a desaceleração do crescimento do consumo privado (ainda que o seu crescimento tenha sido superior ao do PIB). As importações registaram também uma quebra significativa, tendo compensado a redução das exportações.

Os agentes económicos, que no início de 2000 manifestavam confiança em relação ao futuro da economia, inflectiram em 2001 a sua opinião para níveis inferiores aos manifestados em 2000 e 1999, o que contribuiu para o abrandamento do investimento e do consumo. No caso dos consumidores, a apreensão recai particularmente nas perspectivas para a evolução do mercado de trabalho.

A taxa de inflação média na Zona Euro foi de 2,5%, esperando-se que em 2002 se situe entre 1,1% e 2,1% e em 2003 entre 0,9% e 2,1%, segundo previsões do BCE, Banco Central Europeu, coerentes com as projecções dos restantes organismos internacionais.

A taxa de desemprego na Área Euro em 2001 foi de 8,3%, ligeiramente abaixo do valor registado em 2000 (8,8%) e 1999 (9,6%), esperando-se que em 2002 se aproxime novamente dos 9%. Para 2003, com a recuperação da economia mundial prevê-se uma nova redução da taxa de desemprego. Ainda que a estimativa da taxa de desemprego da Comissão Europeia para 2003 seja mais optimista que a da OCDE, ambas antecipam valores ligeiramente superiores a 8%.

A taxa de juro de referência na Área Euro diminuiu em 2001, acompanhando a tendência mundial, em particular depois do atentado de 11 de Setembro. A Euribor a 12 meses no final do ano era de 3,34%, contra 4,75% no final de 2000.



O ano de 2001 foi marcado pela continuação da tendência decrescente da cotação do euro face ao dólar, tendo-se mantido quase sempre abaixo do valor de referência de 0,90 dólares. O atentado de 11 de Setembro causou uma depreciação ligeira do dólar nos dias subsequentes, rapidamente recuperada, tendo o euro terminado o ano cotado a 0,89 dólares.

O dia 1 de Janeiro de 2002 ficou na história da União Europeia com o início da circulação da moeda única em 12 dos 15 países que a integram. No entanto, após um curto período em que o euro se apreciou ligeiramente face ao dólar, a taxa de câmbio destas duas moedas manteve-se nos valores habituais de 2001.

ECONOMIA IBÉRICA

Portugal

A economia portuguesa acompanhou as tendências internacionais e em particular da Área Euro. Depois de ter apresentado uma taxa de crescimento de 2,5% em 1999 e 3,4% em 2000, a economia portuguesa sentiu em 2001 os efeitos do abrandamento económico mundial e europeu. Estimativas do Banco de Portugal apontam para um valor entre 1,5 e 2,0%, intervalo considerado também pelos diversos organismos nacionais e internacionais.

Depois de ter subido ligeiramente em 2000, a taxa de inflação (taxa de variação média do Índice de Preços do Consumidor Harmonizado) em 2001 foi de 4,4%, o valor mais elevado desde 1994 e 1,6 pontos percentuais acima do registado em 2000. Este aumento, previsível logo no final do primeiro semestre do ano, foi superior à média comunitária.

Ao contrário do que aconteceu com a inflação, a taxa de desemprego portuguesa foi bastante inferior à média europeia. Depois de algumas oscilações ao longo do ano, a taxa de desemprego no final de 2001 situou-se em 4,1%, menos de metade da registada pela União Europeia.

Os indicadores de confiança dos agentes económicos em Portugal deterioraram-se em 2001, em particular no que respeita aos industriais, que no final do ano 2000 manifestavam expectativas positivas em relação à evolução da economia nacional.

A desaceleração da economia portuguesa deverá manter-se em 2002. Assim, a Comissão Europeia prevê para Portugal um crescimento do PIB de 1,5% para 2002 e o Banco de Portugal admite um valor entre 1,0 e 1,75%, cenários menos optimistas que o apresentado no Orçamento de Estado, que considera a hipótese de se atingir um crescimento superior a 2%. Acompanhando a recuperação económica mundial, o ritmo de crescimento da economia nacional deverá aumentar em 2003 para valores próximos de 2,5%.

Apesar da discrepância entre estimativas dos diversos organismos internacionais, espera-se para 2002 uma redução da inflação portuguesa, retomando-se os valores médios europeus. O Índice de Preços Harmonizado previsto pelo Banco de Portugal situa-se entre 2,2 e 3,2% enquanto a Comissão Europeia propõe o valor de 2,8% para a inflação em 2002.

Para 2002 espera-se um ligeiro aumento da taxa de desemprego, mas mantendo-se perto de metade da média europeia.

Espanha

A economia espanhola continuou no segundo semestre de 2001 o abrandamento económico evidenciado no início do ano, consequência da redução das exportações e do enfraquecimento do consumo privado. O crescimento da economia em 2001 foi de 2,8%, menos 1,3 pontos percentuais que o registado em 2000 e menos 0,2 pontos percentuais que o previsto pelo Governo de Espanha, mas foi, apesar disso, uma das maiores taxas de crescimento entre as economias europeias.

A descida dos preços dos produtos energéticos conteve o aumento da taxa de inflação, tendo-se fixado em 3,6%, mais

0,1 pontos percentuais que em 2000. A taxa de desemprego espanhol desceu ligeiramente em 2001 mas permanece a mais alta da Área Euro, sendo conjuntamente com a Grécia os únicos países que apresentam uma taxa de desemprego com dois dígitos.

A economia de Espanha, com importantes interesses na América Latina, tem sido, à semelhança de Portugal, afectada pela crescente instabilidade económica nessa região. Ao contrário de Portugal, os interesses espanhóis na América Latina concentram-se na Argentina, país que terminou o ano de 2001 numa profunda crise económica e política, com reflexos negativos nas performances das empresas participadas.

A OCDE prevê para 2002 um ligeiro aumento da taxa de desemprego, permanecendo acima dos 13%. O crescimento económico deverá continuar na tendência de abrandamento, em conformidade com o registado em 2001 e com as previsões mais recentes para Área Euro.

ECONOMIA BRASILEIRA

Depois de um crescimento de 4,4% em 2000, uma das maiores taxas de crescimento da América Latina, o Brasil foi afectado em 2001 por uma grave crise energética e pela sua significativa exposição ao exterior.

No primeiro semestre de 2001, o Brasil foi afectado por um período de seca e, pelo facto de a produção energética brasileira ser sobretudo de origem hídrica, as autoridades brasileiras viram-se obrigadas a impor o racionamento energético, enquanto tentavam promover a produção de energia de origem térmica. O racionamento energético, que persistiu todo o ano, teve consequências no crescimento económico, que em 2001 deverá ter rondado 1,5%.

Fortemente dependente do investimento externo, o abrandamento económico afectou significativamente a cotação do real, em particular no terceiro trimestre do ano, período em que atingiu valores mínimos abaixo de 0,40 euros. Com um

forte endividamento externo, em particular em dólares, a desvalorização do real veio acentuar o abrandamento económico do Brasil. O final do ano reflectiu uma recuperação da moeda brasileira, tendo terminado o ano cotada a 0,49 euros.

A taxa de inflação em 2001 terá atingido os 6,8%, em linha com os valores apresentados nos últimos anos.

A instabilidade política e económica vivida pela Argentina ao longo de 2001, e em particular no final do ano, teve também efeitos negativos no desempenho da economia brasileira.

Seguindo as tendências internacionais, e com o fim do racionamento energético em Março de 2002, a economia brasileira em 2002 deverá apresentar um melhor desempenho que em 2001 e acima do inicialmente previsto. Espera-se também que a taxa de inflação mantenha a trajectória descendente.



ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO GRUPO EDP

SECTOR ELÉCTRICO EM PORTUGAL

Organização

A organização do Sistema Eléctrico Nacional (SEN) assenta na coexistência de um sistema eléctrico de serviço público (SEP) e um sistema eléctrico independente (SEI).

No âmbito do SEP, intervêm a Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica (RNT), explorada em regime de concessão de serviço público pela Rede Eléctrica Nacional, S.A. (REN), os Produtores e Distribuidores Vinculados de energia eléctrica que se vinculam àquela através de um regime contratual, no âmbito do qual assumem a obrigação de alimentar o SEP ou de ser por ele alimentado, tendo como objectivo assegurar uma adequada oferta de energia, a segurança do abastecimento e a protecção do ambiente.

Os Produtores Vinculados relacionam-se comercialmente com a REN, mediante contratos de longo prazo de fornecimento exclusivo. A Distribuição Vinculada é obrigada a fornecer aos clientes do SEP a energia eléctrica que estes contratam, segundo tarifas e condições estabelecidas pela Entidade Reguladora do Sector Eléctrico (ERSE).

No âmbito das obrigações de serviço público do SEP, tendo em vista assegurar uma adequada oferta de energia, é de referir o planeamento centralizado do sistema electroprodutor. Compete ao Governo, não só a aprovação do plano de expansão do sistema electroprodutor, como também a decisão da concretização da construção de cada nova central.

O SEI compreende o Sistema Eléctrico não Vinculado (SENV), no qual se integram principalmente os Produtores não Vinculados e os Clientes não Vinculados, isto é, aqueles que satisfaçam os limiares mínimos de consumo fixados pela ERSE, e que exerçam tal opção. Os clientes não vinculados têm o direito de utilizar as redes do SEP, mediante o pagamento das respectivas tarifas de acesso (fixadas pela ERSE). Para além do SENV, o SEI compreende a Produção

em Regime Especial, caracterizada pela produção de energia eléctrica a partir de energias renováveis ou em instalações de cogeração, que efectuam entregas à rede do SEP ao abrigo de legislação específica que contempla quer questões técnicas, quer as tarifas a considerar – baseadas no princípio dos custos evitados ao SEP e na consideração de um prémio ambiental.

Compete à ERSE supervisionar o cumprimento das regras de funcionamento do SEP e de relacionamento entre o SEP e o SENV, estabelecer os critérios de elegibilidade dos clientes para o SENV, regular as actividades exercidas no âmbito do SEP, nomeadamente fixar tarifas e preços para a energia eléctrica, bem como para os outros serviços fornecidos pela entidade concessionária da RNT e pelos detentores de licenças vinculadas de distribuição a outros detentores de licenças ou a clientes, procedendo à sua publicação em Diário da República.

Durante o ano de 2001 verificou-se o processo de revisão dos regulamentos pela ERSE tendo em vista o segundo período regulatório que se iniciou em 1 de Janeiro de 2002 e vigorará até 2004. Em 1 de Setembro de 2001 foram publicados no Diário da República (Despacho nº 18 413-A/2001, 2ª série) os seguintes regulamentos revistos:

- Regulamento Tarifário;
- Regulamento de Relações Comerciais;
- Regulamento do Acesso às Redes e às Interligações;
- Regulamento do Despacho.

Tendo em vista acelerar a liberalização e integração dos mercados português e espanhol, foi assinado a 14 de Novembro de 2001 um protocolo entre os Governos destes dois países que estabeleceu o dia 1 de Janeiro de 2003 como data para criação na Península Ibérica de um mercado integrado de electricidade (MIBEL) que irá desenvolver-se segundo dois sistemas complementares:

- Contratação bilateral livremente estabelecida entre agentes;
- Contratação organizada através do Operador do Mercado Ibérico.

Cabe às autoridades de regulação do sector eléctrico de Portugal e Espanha (ERSE e CNE, respectivamente) apresentar o modelo de organização do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL), atendendo à convergência dos sistemas eléctricos dos dois países, à legislação comunitária e à experiência recente de funcionamento dos mercados eléctricos de ambos os países.

Com base neste modelo de organização do MIBEL os operadores de sistema de Espanha e Portugal (REE e REN, respectivamente), deverão apresentar, até Abril de 2002, um plano detalhado de implementação das medidas técnicas e organizativas necessárias à entrada em funcionamento do MIBEL em 1 de Janeiro de 2003.

Rede Eléctrica Nacional (REN)

A Rede Eléctrica Nacional, S.A. (REN) é a entidade concessionária da Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica, núcleo central do Sistema Eléctrico Nacional.

A REN está incumbida de assegurar a gestão técnica global do SEP, de coordenar o funcionamento das instalações do SEP e a ele ligadas, de assegurar a optimização da exploração do SEP, e de centralizar as relações comerciais entre o SEP e o SENV.

Tal como previsto na legislação que transpõe a Directiva Comunitária (Directiva 96/92/CE), Portugal procedeu à separação jurídica da empresa responsável pela gestão da rede de transporte bem como das empresas que



desenvolvem actividades de produção e distribuição de electricidade.

Atendendo à especificidade da REN no contexto do Sistema Eléctrico Nacional e de interface com gestores de sistema e de mercado na União Europeia, nomeadamente com Espanha, a REN foi destacada do Grupo EDP no segundo semestre de 2000, tendo o Estado Português passado a ser o accionista maioritário da REN com 70% do capital, enquanto que o Grupo EDP permaneceu com 30%. Em finais de Dezembro de 2001, a Caixa Geral de Depósitos adquiriu ao Accionista Estado 19,99% do capital da REN.

Nesta separação foram asseguradas as relações contratuais da REN com empresas do Grupo EDP, nomeadamente os Contratos de Aquisição de Energia Eléctrica (CAE's) com a CPPE e os contratos de fornecimento com a EDP Distribuição.

Por regulação aprovada pela ERSE, foram individualizadas na REN as seguintes funções: Agente Comercial do SEP, Gestor de Ofertas, Gestor do Sistema, Acerto de Contas e Transporte de Energia Eléctrica.



Posicionamento da EDP

O Grupo EDP detém uma posição relevante no SEP:

Na produção, através da CPPE (que detém cerca de 82% da capacidade de produção instalada no SEP) bem como através de participações de 10% no capital das produtoras Tejo Energia e Turbogás;

No transporte, é detentora de 30% da Rede Eléctrica Nacional, S.A, concessionária da RNT;

Na distribuição, o grupo EDP detém a EDP Distribuição, titular da distribuição vinculada em alta e média tensão e também concessionária da distribuição em baixa tensão.

O Grupo EDP tem procurado novas formas de participação no SEN, particularmente no âmbito do SENV, nomeadamente através da empresa EDP Energia que, em finais do ano 2001, detinha 22 dos 33 clientes a operar no SENV.

De referir também a decisão de construção da nova central de ciclo combinado a gás natural, composta por três grupos de 392 MW, destinada a operar no SENV, cuja entrada em funcionamento se prevê que ocorra de uma forma escalonada entre 2004 e 2006 e que está a cargo da TER – Termoeléctrica do Ribatejo, uma empresa 100% detida pelo Grupo EDP.

Regulação

Abertura dos Mercados

Dando cumprimento à directiva 96/92/CE, que estabeleceu as regras comuns para o mercado interno de electricidade, a ERSE, no âmbito das suas competências, procedeu em Dezembro de 1999 à definição do consumo mínimo que confere o direito de acesso ao estatuto de cliente não vinculado, para os anos de 1999, 2000 e 2001, respectivamente, em 30, 20 e 9 GWh, assim como do período de pré-aviso de adesão ao SENV e da parcela das necessidades de potência e energia que as entidades titulares de licença

vinculada de distribuição de energia eléctrica em MT e AT podem adquirir fora do SEP (parcela livre que se situa actualmente em 8%).

O limiar de consumo anual de 9 GWh, considerando os consumos verificados em 2001, corresponde a 18% do consumo total de electricidade do Continente. Tendo em conta que a distribuição vinculada pode adquirir até 8% das suas necessidades fora do SEP e que os autoprodutores contribuem com cerca de 8% conclui-se que Portugal apresentava um grau de abertura de mercado de cerca de 33%, excedendo a quota mínima comunitária de 30,2%.

Em Dezembro de 2001 existiam 33 clientes não vinculados cujo consumo representou, no ano 2001, 520 GWh, ou seja, cerca de 1,5% dos fornecimentos totais da EDP Distribuição. A maioria dos clientes não vinculados estão ligados em média tensão (88%), sendo os restantes de alta tensão.

Até 19 de Dezembro, tinha sido atribuído pela ERSE o estatuto de cliente não vinculado a cerca de 50 instalações cujo consumo atinge o valor de 956 GWh, ou seja cerca de 2,7% do consumo total de electricidade do Continente.

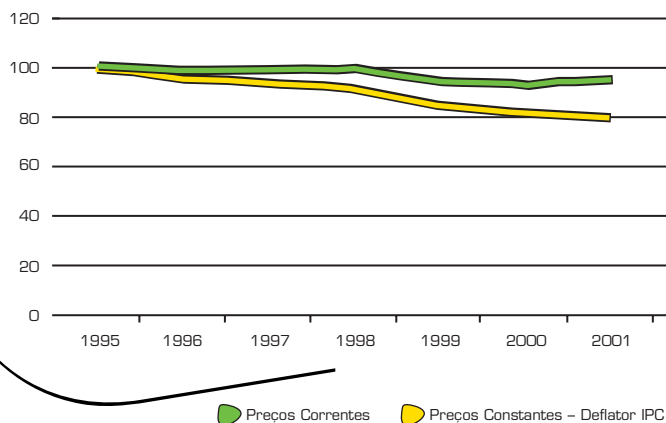
Em 1 de Janeiro de 2002, a ERSE definiu novos limiares de elegibilidade, estendendo a possibilidade de acesso ao SENV a todos os clientes ligados em muito alta tensão, alta tensão e média tensão, o que corresponde a um universo próximo dos 20 mil clientes e a um consumo total na ordem dos 44%.

Evolução Temporal das Tarifas

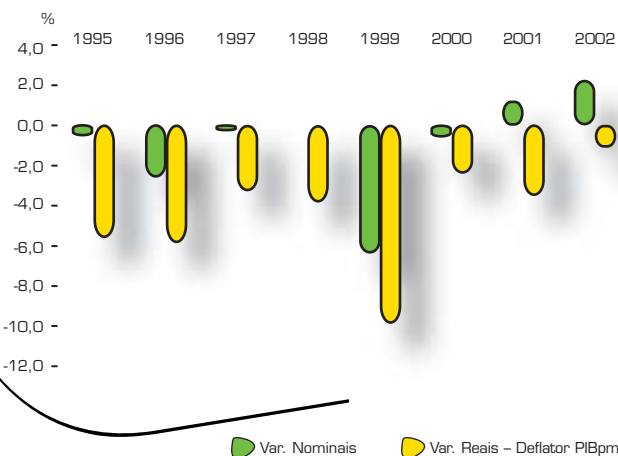
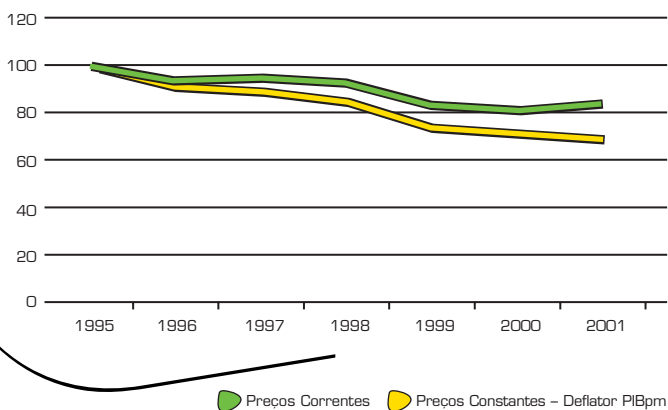
Nos últimos 6 anos, os preços médios da electricidade registaram um decréscimo médio anual, em termos reais, de cerca de 4 por cento na baixa tensão e de cerca de 6 por cento no conjunto dos restantes níveis de tensão: média, alta e muito alta tensão.

Nos gráficos seguintes pode verificar-se a evolução dos preços médios para aqueles segmentos, no período 1995-2001, a preços correntes e constantes.

Evolução dos Preços Médios em Baixa Tensão



Evolução dos Preços Médios em Muito Alta, Alta e Média Tensão



Preços da Electricidade

O ano de 2001 correspondeu ao último ano do primeiro período regulatório fixado pela ERSE (1999-2001).

As tarifas são estabelecidas de forma a proporcionar um montante de proveitos reconhecido, calculado de acordo com as fórmulas constantes no Regulamento Tarifário. O montante de proveitos é determinado no final de cada ano para o ano seguinte, neste caso, o ano 2001, tendo em consideração:

- os parâmetros definidos pela ERSE no início do período regulatório, para esse ano;
- os valores previsionais de custos e balanço de energia eléctrica, aceites pela ERSE;
- o valor do ajuste tarifário reflectido nas tarifas de 2001 que resulta da existência de eventuais desvios entre os proveitos permitidos e os facturados em 1999, actualizado com a taxa de juro Lisboa a três meses, em vigor em Junho de 2000, acrescida de meio ponto percentual.

As tarifas fixadas para 2001, tendo em conta aqueles factores, traduziram um agravamento nominal dos preços de energia eléctrica aplicada a clientes finais do SEP, relativamente a 2000, de 1,19%, praticamente uniforme para as várias tarifas (por nível de tensão) e opções:

- MAT: 1,21%
- AT: 1,20%
- MT: 1,16%
- BTE: 1,25%
- BT: 1,19%.

Em termos das tarifas de acesso ao SENV, a tarifa de uso global do sistema aumentou 5,67% enquanto que as tarifas de uso das redes tiveram a seguinte redução:

- transporte em MAT: - 11,05%
- transporte em AT: - 12,70%
- distribuição em AT: - 6,32%



- distribuição em MT: - 3,46%
- distribuição em BT: - 2,03%.

As tarifas para 2001 englobaram um conjunto de alterações à estrutura tarifária, referindo-se:

- a introdução de um escalão adicional de potência no segmento de Baixa Tensão Normal, correspondente a 2,3 kVA;
- na tarifa social, o aumento do limiar de consumo anual máximo para 400 kWh;
- a introdução de um período horário adicional, designado de super-vazio com a duração diária de 4 horas, aplicado às tarifas de MAT, AT e MT com potências contratadas superiores a 2 MW;
- a criação de um novo regime de interruptibilidade que estabeleceu duas novas opções, com alterações na valorização da interruptibilidade, a qual passou a ser definida através de um desconto absoluto aplicado ao valor da potência interruptível contratada pelo cliente, substituindo o anterior desconto percentual aplicado ao total da factura. Estas opções destinam-se a clientes que aceitem reduzir a carga em períodos críticos de exploração do Sistema Eléctrico.

Para 2002 as tarifas fixadas pela ERSE no final de 2001 correspondem a uma subida nominal nas tarifas de Venda a Clientes Finais do SEP de 2,2%. De referir que, neste acréscimo, estão reflectidos os desvios dos encargos de aquisição de combustíveis previstos em 1999 para o ano 2000, os quais foram muito acentuados (cerca de 130 milhões de euros).

No âmbito do segundo período regulatório (Despacho nº 18 413-A/2001, 2ª série, Diário da República), que se iniciou em 1 de Janeiro de 2002 (período 2002-2004), a ERSE, para obviar a repetição de situações semelhantes à anteriormente referida, considerou conveniente reflectir de um modo mais imediato a variação do encargo de aquisição

de combustíveis face ao previsto, sendo os desvios passados aos clientes de MAT, AT e MT trimestralmente, com um diferimento de seis meses.

Para os clientes de BT, a variabilidade dos encargos com a aquisição de energia eléctrica reflecte-se nas tarifas do ano seguinte, com base em valores provisórios, sendo o ajuste definitivo efectuado com um diferimento de 2 anos.

No âmbito do segundo período regulatório foram redefinidas pela ERSE as regras de cálculo dos proveitos e preços das componentes tarifárias, Energia e Potência, Uso Global do Sistema, Uso da Rede de Transporte e Uso da Rede de Distribuição. Foram consideradas duas novas componentes tarifárias: a Comercialização de Redes e a Comercialização no SEP. O cálculo da estrutura das tarifas de venda a clientes finais do SEP, passou a basear-se no conceito de aditividade da estrutura tarifária das referidas componentes tarifárias.

No sentido de garantir a progressiva aditividade da estrutura tarifária da tarifa de venda a clientes finais, a ERSE harmonizou as variáveis de facturação de potência e custos fixos aplicáveis às tarifas de uso das redes e às tarifas de venda a clientes finais.

Assim, e de modo a garantir a aplicação do princípio da aditividade:

- foi suprimido o conceito de potência tomada, tendo sido introduzido o conceito de potência em horas de ponta;
- foi redefinida a potência contratada passando a corresponder à máxima potência activa média em qualquer intervalo de 15 minutos, nos últimos doze meses;
- foi introduzido um termo tarifário fixo nas tarifas de venda a clientes finais de muito alta tensão, alta tensão, média tensão e baixa tensão especial.

De referir ainda que os descontos definidos no artigo 90º do primeiro Regulamento Tarifário foram internalizados nas tarifas

de venda a clientes finais de MAT e AT, enquanto que o desconto atribuído aos clientes de MT será gradualmente eliminado até 2005.

Comparação Internacional dos Preços

Tendo em vista avaliar o posicionamento das tarifas portuguesas de electricidade face ao conjunto dos países da UE realiza-se periodicamente um estudo comparativo, utilizando para esse efeito, o inquérito realizado pelo EUROSTAT relativamente aos preços da electricidade, quer para usos domésticos quer para usos industriais.

No actual ambiente de abertura de mercados, o exercício de comparação dos preços de venda de energia eléctrica a clientes finais mostra-se cada vez mais difícil, essencialmente por falhas na informação, quer de carácter qualitativo quer quantitativo, causadas pela não adaptação do inquérito realizado pelo EUROSTAT à nova realidade mercado.

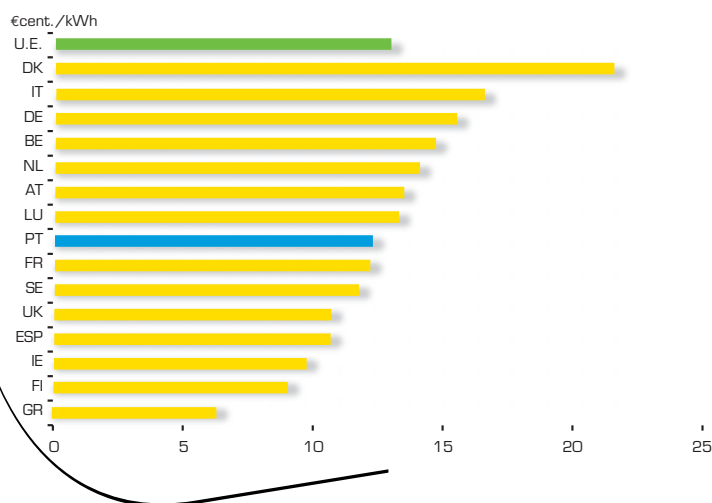
Tendo em consideração as dificuldades referidas bem como o actual grau de adesão dos clientes ao mercado nos diferentes países da UE - com muito maior incidência nos clientes industriais que nos clientes domésticos -, considera-se que a metodologia adoptada nos últimos anos se encontra esgotada em relação ao segmento industrial, mantendo-se contudo ainda válida para o segmento doméstico.

Utilizando a metodologia definida pelo Conselho Tarifário da ERSE, verifica-se que, em 1 de Janeiro de 2001, as tarifas em Portugal para o segmento doméstico se encontravam cerca de 3,9% abaixo da média comunitária.

Para o segmento industrial, pelos condicionalismos já mencionados, a comparação dos preços da electricidade nos moldes ainda adoptados pelo EUROSTAT é inadequada, pelo que foi abandonada.

No gráfico seguinte apresenta-se a comparação dos preços de energia eléctrica para um consumidor doméstico equivalente em Portugal Continental, com referência a 1 de Janeiro de 2001, em relação ao conjunto dos países da União Europeia.

Comparação Internacional de Preços de Energia Eléctrica (consumidores domésticos)



Qualidade de Serviço

O serviço prestado pelas entidades do SEP deve obedecer aos padrões mínimos de qualidade de serviço estabelecidos no Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS), publicado no Despacho nº 12917 - A/2000, na 2ª série do Diário da República nº 143, de 23 de Junho de 2000, que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2001.

A elaboração do RQS, assim como as suas actualizações, é da competência da Direcção-Geral da Energia, que deve solicitar proposta à ERSE para as disposições de natureza comercial e, para as disposições de natureza técnica, consultar a entidade concessionária da RNT (REN) e os distribuidores vinculados (EDP Distribuição).

A responsabilidade pela verificação da aplicação integral do RQS cabe à ERSE.

O RQS estabelece os padrões mínimos, de natureza técnica e comercial, a que deve obedecer o serviço prestado pelas entidades do SEP.

A qualidade de serviço de natureza técnica refere-se aos seguintes aspectos:



- continuidade de serviço:
número, duração e frequência de ocorrência das interrupções de serviço;
- qualidade da onda de tensão:
amplitude, frequência, forma de onda e simetria do sistema trifásico da tensão de alimentação.

A qualidade de serviço de natureza comercial engloba os aspectos de relacionamento da entidade concessionária da RNT e dos distribuidores vinculados com os seus clientes, designadamente no que se refere ao atendimento, informação, assistência técnica e avaliação da satisfação dos clientes.



Este regulamento estabelece a obrigatoriedade, a partir de 2002, de publicação anual de um relatório da qualidade de serviço por parte da entidade concessionária da Rede Nacional de Transporte (RNT) e das Entidades Titulares de Distribuição de Energia Eléctrica (Distribuidores Vinculados).

O NEGÓCIO DA ELECTRICIDADE NO GRUPO EDP

Em Portugal

Actividade de Produção

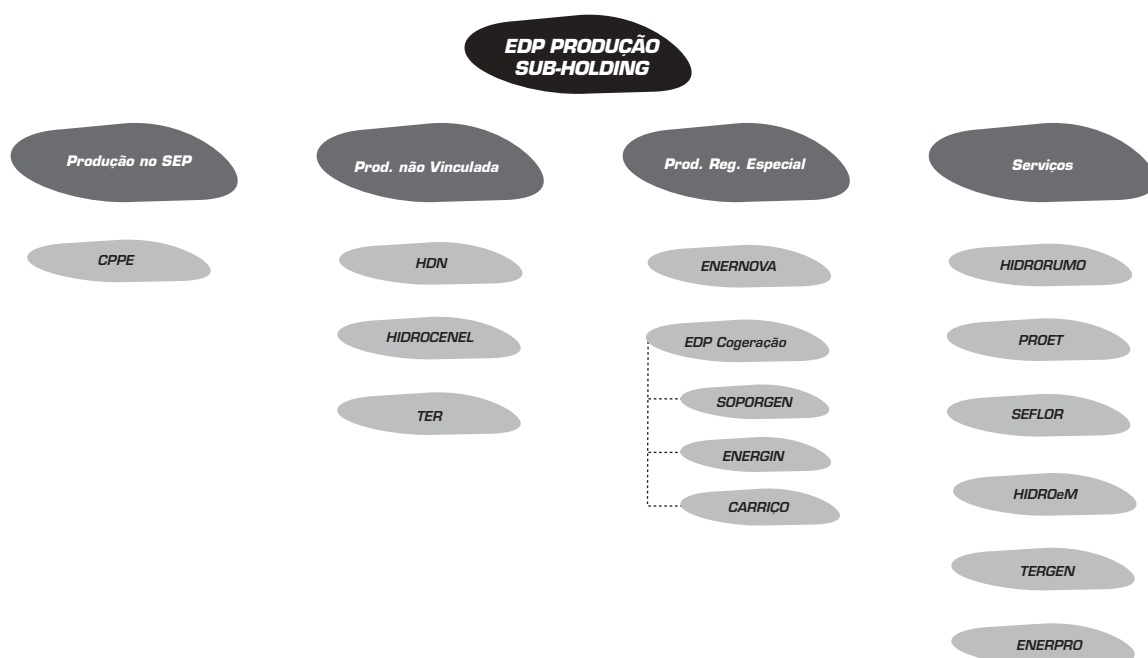
Com o arranque da EDP Produção, em 2 de Julho de 2001, deu-se início a uma nova fase de racionalização das actividades e de reorganização da totalidade das Empresas da área da Produção de Electricidade do Grupo EDP.

A constituição legal da sociedade EDP - Gestão da Produção de

Energia, S.A., ocorreu em 28 de Março de 2001, tendo como objectivo optimizar a coordenação e a eficiência de actuação das várias Empresas do sector de produção de energia do Grupo EDP. Pretende-se igualmente consolidar a liderança na área da produção no mercado nacional de electricidade, cuja prossecução ocorrerá pelo aumento da rentabilidade nas actividades do mercado regulado e pela afirmação de uma presença poderosa no mercado liberalizado.

A EDP Produção pretende corresponder a um novo modelo de organização para as áreas relacionadas com a produção de electricidade do Grupo EDP, satisfazendo os objectivos de racionalização e coordenação de actuações e de suporte mais efectivo à actuação do Grupo EDP no mercado internacional. No final de 2001, a EDP Produção incluía as seguintes empresas:

Empresas da EDP Produção



A) Produção Vinculada

A EDP mantém uma posição relevante na produção vinculada do SEP através da CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A., empresa que integra a EDP Produção, com uma potência contratada de 7.184 MW que, por si só, representa cerca de 82% da potência total, repartindo-se em 3.903 MW em aproveitamentos hidroelétricos e 3.281 MW em centrais termoelétricas.

A EDP detém participações de 10% no capital das duas empresas, Tejo Energia e TURBOGÁS, que detêm as outras duas grandes instalações termoelétricas actuando no SEP, no primeiro caso com dois grupos de carvão (Pego), e no segundo caso com 3 grupos de ciclo combinado a gás natural (Tapada do Outeiro).

Potência Contratada em 31 de Dezembro de 2001 (MW) Produtores Vinculados

Centrais do Grupo EDP	7.184
Centrais hidroelétricas	3.903
Centrais termoelétricas	3.281
Centrais termoelétricas de outros produtores do SEP	1.574
Pego	584
Tapada do Outeiro	990
Total	8.758

A produção líquida da CPPE, em 2001, foi de 26.947 GWh, sendo 12.607 GWh de origem hídrica e 14.340 GWh de origem térmica. A produção de origem hídrica beneficiou de uma hidraulicidade do ano superior à média dos regimes, salientando-se o valor do coeficiente de produtividade durante o primeiro trimestre, cerca de 1,55.

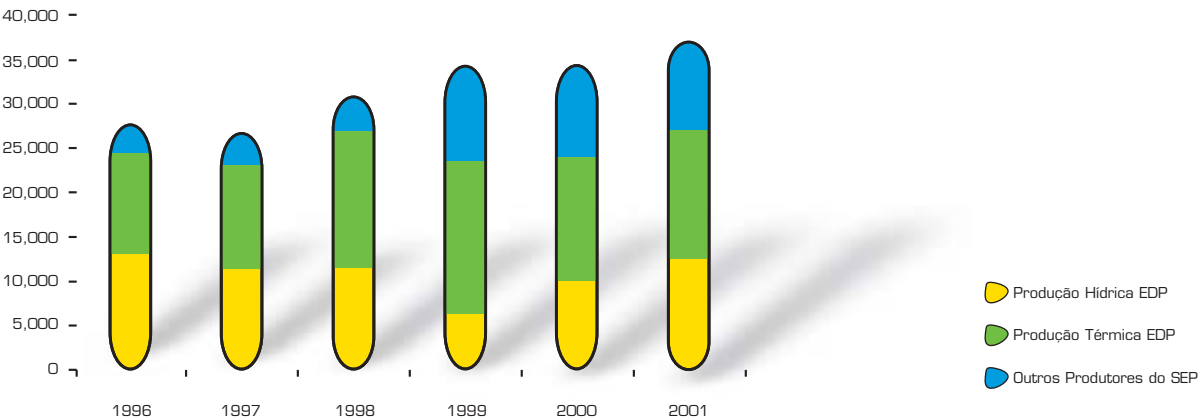


A produção da CPPE representou 73% da produção vinculada e contribuiu em cerca de 67% para a satisfação do Consumo Referido à Emissão, valores superiores aos alcançados no ano anterior, respectivamente 70% e 68%. Refira-se que a taxa de crescimento do Consumo Referido à Emissão foi de 5,5%.

Produção Líquida (GWh)
Produtores Vinculados

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	△ % 00/01
CPPE	24.350	23.034	26.898	23.458	24.000	26.947	12,3%
Produção Hídrica	13.138	11.523	11.506	6.456	10.229	12.607	23,2%
Produção Térmica	11.212	11.511	15.392	17.002	13.771	14.340	4,1%
Outros Produtores do SEP	3.261	3.605	4.057	10.951	10.493	9.973	-5,0%

Produção SEP (GWh)



O aumento de 12,3% verificado na produção líquida da CPPE teve um contributo significativo do parque hidroelétrico que se traduziu num acréscimo de 23,3% relativamente ao ano anterior, satisfazendo, por esta via, cerca de 34% das necessidades de consumo do SEP. Significa, assim, que se verificou uma expressiva utilização dos recursos endógenos e, consequentemente, um enorme contributo para a redução da factura energética do país.

Também no parque termoelétrico da CPPE se verificou um aumento de 4,1% na produção líquida, em resultado da maior contribuição verificada já no segundo semestre do ano, essencialmente devido a uma maior utilização das centrais a fuelóleo.

A produção a carvão (Central de Sines) representou 61% da produção térmica da CPPE e cerca de 32% da sua produção global. Na produção hidroelétrica destacaram-se as centrais do Centro de Produção Douro com cerca de 26% da produção total da CPPE.

O nível de armazenamento das albufeiras da CPPE atingiu, no final do ano, cerca de 1.105,4 GWh, que representa 45,8 % do máximo, contra os 85% que se verificaram no final do ano anterior.

Para a produção de origem térmica, foram consumidas 3.263 milhares de toneladas de carvão, 1.373 milhares de toneladas de fuelóleo e 60 milhões de m³ de gás natural.

A disponibilidade dos centros produtores da CPPE em 2001 situou-se em 94,3% no parque termoelétrico e em 93,1% no parque hidroelétrico, continuando a tendência favorável verificada nos anos anteriores neste indicador que coloca a CPPE ao nível das melhores empresas congéneres, demonstrando os esforços que a Empresa tem desenvolvido de forma sustentada nesse domínio.

Disponibilidade dos Centros Produtores (CPPE)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Disponibilidade Hídrica	91,1%	91,6%	96,1%	94,3%	94,7%	93,1%
Disponibilidade Térmica	91,0%	88,4%	90,4%	92,7%	93,1%	94,3%
MW/ Trabalhador	3,4	3,5	3,8	4,0	4,2	5,8(a)

(a) Efeito conjugado da redução de efectivos e da deslocação de efectivos para as áreas centrais da nova sub-holding EDP Produção

Factos e indicadores significativos

Merecem especial referência os seguintes factos:

- a reorganização e reestruturação da CPPE decorrente da sua integração na EDP Produção, referindo-se o enorme contributo para a consolidação das estruturas das áreas centrais da nova sub-holding;
- a obtenção, em Setembro, da certificação do Sistema de Gestão Ambiental da Central de Sines pela Lloyd's Register Quality Assurance, segundo a ISO 14001, no âmbito da Certificação Ambiental das Centrais Termoelétricas;

- a obtenção, no âmbito da implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade, da acreditação do Laboratório de Química da Central de Sines para análises de carvões, concedida pelo Instituto Português da Qualidade segundo a NP EN 45001, referindo-se que, na auditoria de concessão da Acreditação, realizada em 17 de Outubro, não foi levantada nenhuma não conformidade;

- o desenvolvimento do processo de instalação de gás natural na Central de Setúbal, visando a adaptação das condições de queima durante a fase de arranque dos grupos, tratando-se de um projecto com o envolvimento da REN e da TRANSGÁS;

- o acompanhamento das sucessivas situações de cheias, com a intervenção de toda a estrutura operacional da Direcção de Produção Hidráulica, em coordenação com o Serviço Nacional de Protecção Civil e o INAG.

De referir que em 21 de Março, a forte pluviosidade que se verificou na bacia do Cávado originou afluências excepcionais em todas as albufeiras que fizeram com que algumas destas vissem os seus níveis de pleno armazenamento ultrapassados.

No quadro da implementação do Protocolo de Quioto e da liberalização do mercado, a EDP decidiu promover a realização de um exercício de simulação do mercado das emissões de CO2, organizado pela PricewaterhouseCoopers e que utilizou uma plataforma de trading fornecida pela EURONEXT, via Internet.

B) Produção em Regime Especial

B.1) Energias Renováveis - Eólica e Biomassa

A EDP Produção manteve a orientação do Grupo EDP de intensificar as realizações no domínio das energias renováveis, como forma de reduzir a dependência energética externa e de contribuir para o objectivo nacional de, até 2010, atingir 39% da produção total com energia eléctrica de origem renovável.

Assim, no que diz respeito à energia eólica, no final de 2001 estavam três parques em exploração – Fonte da Mesa, Pena



Suar e Cabeço da Rainha (este último formalmente inaugurado em 6 de Julho de 2001) – aos quais se deverá adicionar o Parque de Cadafaz que entrou em serviço experimental, todos eles explorados pela ENERNOVA, empresa da EDP Produção a actuar neste domínio.

Entretanto continuaram os estudos para desenvolvimento de novos parques eólicos.

No final de 2001, estes quatro parques da ENERNOVA com 40,6 MW, correspondiam a cerca de 32,7% da potência total instalada nesta tecnologia no continente português.

A produção da ENERNOVA no final do ano atingiu 90,6 GWh em parques eólicos, significando um incremento global de 29% relativamente ao ano anterior. A produção eólica nacional foi de 485 GWh, registando um decréscimo de 13% relativamente ao ano anterior.

No que diz respeito à Central de Biomassa de Mortágua, com uma potência instalada de 9 MW, foram praticamente concluídos os ajustamentos nas suas condições de funcionamento. Em 2001 atingiu a produção de 19 GWh, representando um acréscimo de 217% relativamente ao ano anterior.

B.2) Cogeração

A EDP Cogeração continuou a desenvolver a sua actividade essencialmente focada em duas áreas de actuação – mercado nacional de cogeração e apoio à EDP Internacional.

No âmbito do mercado nacional da cogeração destacam-se três vertentes do negócio:

- detecção de novos projectos – perspectivando os projectos potencialmente mais interessantes neste mercado, desenvolvendo negociações e parcerias vantajosas, pelas repercussões mútuas que podem gerar na optimização energética;
- implementação de projectos em curso – nomeadamente, Energin Azóia e Carriço Cogeração, ambos em parceria com a Galp Power;

- gestão operacional de projectos implementados – referindo-se a SOPORGEN, detida maioritariamente pela EDP, com 67 MW instalados, que forneceu 485 GWh de vapor e 366 GWh de electricidade à Soporcel - Sociedade Portuguesa de Papel, S.A., representando um acréscimo de 152% relativamente ao ano anterior.

Dos projectos em curso, a central da ENERGIN AZÓIA, localizada no interior das instalações da fábrica da Solvay Portugal, tem uma potência instalada de 45 MW, com uma participação da EDP Cogeração de 65%. No final do ano encontrava-se em ensaios de comissionamento. A exploração da central está assegurada pela SEFLOR, empresa do universo da EDP Produção.

A central do Carriço Cogeração, detida pela EDP Cogeração (35%) e pela Galp Power (65%), tem uma potência de 30 MW e está associada a processos industriais da UNITECA - União Industrial Têxtil e Química, envolvendo as salmouras resultantes da construção das cavernas de armazenagem de gás natural da TRANSGÁS, na freguesia de Carriço, no concelho de Pombal.

No final do ano encontrava-se em fase de ensaios, estando prevista a sua entrada em funcionamento durante o 1º semestre de 2002.

Refira-se que todas estas centrais de cogeração utilizam gás natural como combustível.

O ano 2001 constituiu o primeiro ano completo de operações da Central de Cogeração da Soporgem - Sociedade Portuguesa de Geração de Electricidade e Calor, S.A. empresa constituída em Março de 1999 e cujo capital é maioritariamente detido pela EDP Cogeração (82%), com participações também da Soporcel (10%) e da ABB (8%).

A EDP Cogeração prosseguiu com a actividade de prestação de serviços à holding EDP e à EDP Internacional, no âmbito da avaliação da situação e estudo da solução de repotenciação para ciclo combinado do projecto FAFEN no Brasil (Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Bahía, propriedade da PETROBRÁS).

C) Produção Não Vinculada

C.1) Centrais hídricas não Vinculadas

O conjunto de centrais pertencentes à HDN e HIDROCENEL têm em conjunto uma potência instalada de 224,5 MW.

No exercício de 2001 a produção líquida total destas Empresas atingiu 532 GWh, um acréscimo de 13% relativamente ao ano anterior; referindo-se ainda que a produção na HDN atingiu um valor máximo histórico da empresa de 245 GWh. Nesta produção total, cerca de 33% (176 GWh) resultou das centrais de potências inferiores a 10 MW da HDN e da HIDROCENEL.

No processo de integração das empresas de produção não vinculada (HDN e HIDROCENEL), no novo modelo organizativo e de funcionamento da EDP Produção, há a destacar:

- início de funcionamento articulado com a EDP Energia, no âmbito do Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV), na sequência da obtenção do estatuto de Agentes de Ofertas;
- elaboração, com a EDP Energia, de um contrato de venda da produção e definição de um modelo de Programação e Despacho para as centrais com potência superior a 10 MW;
- constituição, em 29 de Outubro de 2001, da HidrOeM – Gestão, Operação e Manutenção de Centrais Eléctricas, S.A., que tem como objectivo assegurar, em regime de prestação de serviços, as actividades ligadas à gestão, operação e manutenção dos 31 centros produtores, com uma potência total de 310 MW, visando o início das actividades operacionais em Janeiro de 2002.

A estrutura accionista da nova empresa é constituída pela EDP Produção (32,5%), HDN, HIDROCENEL e EDP Energia (22,5% cada).

C.2) Nova central de Ciclo Combinado a Gás Natural

Na continuação das actividades que visam a entrada em serviço em 2004 dos 2 primeiros grupos geradores da Central

Termoeléctrica do Ribatejo, a TER levou a cabo, durante o ano de 2001, um elevado número de acções de gestão e acompanhamento técnico e contratual, entre as quais se destacam:

- estabelecimento, em 12 Dezembro de 2001, de um contrato chave-na-mão com o consórcio Siemens-Koch para o fornecimento de dois grupos geradores, com uma potência unitária de 392 MW, com opção para um terceiro grupo gerador;
- obtenção, em 4 de Dezembro, da Declaração de Impacto Ambiental;
- atribuição, em 7 de Dezembro, da Licença Não Vinculada de Produção de Energia Eléctrica;
- constituição, em 28 de Dezembro, da Empresa TERGEN – Operação e Manutenção de Centrais Termoeléctricas, S.A., com o objectivo de assegurar a Operação e Manutenção da nova central CRJ, sendo accionistas, para além da TER, a EDP, a EDP Produção, a Siemens e a Koch.

D) Engenharia

O Grupo EDP está dotado de um forte núcleo de engenharia de projecto (estudo, projecto, gestão e fiscalização de obras e contratos), primordialmente destinado a apoiar as actividades desenvolvidas no âmbito do sector eléctrico, a nível nacional e internacional. Este núcleo foi constituído a partir das estruturas das empresas tradicionalmente dedicadas aos projectos de construção e de remodelação de centros electroprodutores, e está actualmente repartido por duas empresas que integram a sub-holding EDP Produção: a PROET e a HIDRORUMO.

D.1) PROET

O exercício de 2001 da PROET ficou assinalado pela integração da empresa na estrutura organizacional da EDP Produção.

Deste modo, a prestação de serviços de engenharia directamente relacionados com a renovação e expansão do parque electroprodutor do Grupo EDP assumiu para a PROET uma importância acrescida. Por outro lado, o âmbito de actuação da



empresa ganhou uma nova dimensão, graças ao papel que foi chamada a desempenhar na preparação de eventuais futuros investimentos de produção termoelétrica no Brasil.

Mas a consolidação da posição da PROET como especialista na área dos empreendimentos termoelétricos não se restringiu ao âmbito do Grupo EDP. Outras entidades de relevo no panorama do Sector Eléctrico Nacional deram preferência à PROET para a realização de estudos, nas vertentes técnica, económica e ambiental, respeitantes quer ao desenvolvimento e melhoria das respectivas instalações de produção de electricidade, quer à construção de novos centros electroprodutores.

Importa ainda salientar que, no decurso do exercício, a PROET assegurou a continuidade da certificação, pela APCER, do Sistema da Qualidade da empresa, segundo a norma NP EN ISO 9001, e renovou a sua qualificação, pelo LNEC, como Gestor Geral da Qualidade de Empreendimentos da Construção. Este reconhecimento do bom desempenho técnico e organizativo da empresa representa para os seus clientes uma garantia acrescida quanto ao nível da qualidade dos serviços prestados.

No que concerne à actuação da PROET no âmbito do Grupo EDP, a actividade da empresa foi orientada por dois vectores essenciais: por um lado, a renovação e actualização tecnológica nas Centrais Termoelétricas exploradas pela CPPE; por outro, a construção da primeira central de ciclo combinado do Grupo EDP, responsabilidade cometida à TER.

O projecto da Central Termoelétrica do Ribatejo marca o reatar da construção de grandes centros produtores termoelétricos para o Grupo.

Quanto à participação em iniciativas promovidas, no plano nacional, pela EDP Produção e por empresas nela englobadas, são de destacar as intervenções da PROET nos projectos da Central de Cogeração da Solvay (Energin Azóia) e da Central de Resíduos Florestais de Mortágua.

No domínio internacional exterior ao Grupo EDP, a PROET realizou diversas prestações de serviços à ONE (Marrocos),

bem com à CEM (Macau), no âmbito da coordenação e fiscalização das actividades de comissionamento da Central de Coloane B.

A PROET deu ainda o seu contributo à reorganização do sector eléctrico de Timor, no âmbito de um projecto encomendado pela ONU à EDP.

Tal como em exercícios anteriores, a PROET recebeu ao longo de 2001 diversas solicitações para a realização de estudos no domínio da produção termoelétrica, o que revela o reconhecimento pelo mercado da capacidade de intervenção e da competência da empresa na sua principal esfera de actuação, merecendo especial referência os serviços prestados à EDA – Electricidade dos Açores (dando continuidade a uma frutuosa cooperação de há vários anos), bem como à Tejo Energia (detentora da Central do Pego).

A PROET esteve também envolvida num vasto conjunto de iniciativas: com a REN, que continua a confiar à PROET a realização de uma vasta gama de trabalhos de engenharia civil; com a Valorsul, Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos da Área Metropolitana de Lisboa Norte, na gestão e fiscalização de obras e assistência técnica; e ainda para diversos clientes industriais, nomeadamente das áreas cimenteira, petrolífera e dos resíduos sólidos urbanos, para realização de estudos de dispersão atmosférica, caracterização de emissões gasosas e de outras fontes poluentes.

D.2) HIDRORUMO

Durante o exercício de 2001, a HIDRORUMO, empresa de engenharia da sub-holding da Produção especialmente vocacionada para o exercício de actividades no domínio da hidroelectricidade e outras energias renováveis, continuou a desenvolver um conjunto significativo de estudos e projectos e actividades de gestão e fiscalização, quer no âmbito da construção de novos aproveitamentos hidroelétricos e parques eólicos, quer do reforço de potência, remodelação e reabilitação de aproveitamentos em exploração, merecendo igualmente referência as actividades de controlo de segurança de barragens, nas suas vertentes estrutural e hidráulica.

A Empresa continuou a desenvolver, no âmbito e em apoio aos serviços que presta, um conjunto significativo de actividades de inovação e desenvolvimento tecnológico, designadamente nos domínios da recolha automática e teletransmissão de dados de observação, aplicado na observação das barragens da HIDROCENEL, HDN e EDP Energia; da aplicação de modelos matemáticos bi e tri-dimensionais ao projecto de obras subterrâneas, com concretização, designadamente, no projecto do Aproveitamento de Venda Nova II e do tratamento da Falha 22 da fundação da Barragem de Alqueva; e no desenvolvimento/aperfeiçoamento de modelos computacionais para estudo de ondas de inundação resultantes de eventuais acidentes em barragens.

A HIDRORUMO continuou ainda a desenvolver as acções que visam a implementação de sistemas de gestão nesta empresa de engenharia: Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), segundo os requisitos da NP EN ISO 9001:2000, e de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), segundo os requisitos da NP EN ISO 14001:1999, bem como no respectivo processo de certificação por entidade acreditada segundo a norma NP EN 45012 tendo continuado o desenvolvimento.

Confirmando a tendência de crescimento, as prestações de serviços da HIDRORUMO a empresas do Grupo EDP, subiram neste exercício, representando cerca de 55% do volume total de negócios da empresa.

Do conjunto de actividades desenvolvidas assumem relevância especial, face à sua dimensão e/ou complexidade técnica ou ao volume de recursos que envolveram, as seguintes:

Para o Grupo:

- Continuação das acções que visam o Reforço de Potência da central de Vila Nova/Venda Nova (Venda Nova II), da CPPE;
- realização, também para a CPPE, do Estudo Prévio dos aproveitamentos hidroeléctricos do Alto Côa e acompanhamento do EIA, Estudo de Impacto Ambiental, de avaliação comparada dos aproveitamentos do Baixo Sabor e do Alto Côa;

- construção da Central da Lagoa Comprida, da HIDROCENEL;
- estudos e obras relativos à Barragem de Santa Luzia, da HIDROCENEL;
- trabalhos para a EDP Energia (Aproveitamento Hidroeléctrico de Belver).

Para o interior do Grupo, merecem ainda uma referência especial os trabalhos desenvolvidos para a ENERNOVA, no âmbito da construção dos Parques Eólicos, face ao crescimento verificado em 2001 e ao expectável para os próximos anos, decorrente da nova legislação sobre produção de energia eléctrica com base em energias renováveis.

Para o Exterior do Grupo – Mercado Nacional:

- a assessoria técnica, o projecto de execução, a contratação, gestão e fiscalização das empreitadas e fornecimentos do Aproveitamento Hidroeléctrico de Alqueva, para a EDIA;
- aditamento ao projecto base da barragem de Pedrógão, igualmente para a EDIA;
- a conclusão, em consórcios liderados pela HIDRORUMO, dos Planos de Bacia do rio Douro e dos rios Lima, Cávado, Ave e Leça, para o INAG - Instituto Nacional da Água e a DRAOT-N – Direcção Regional de Ambiente e Ordenamento do Território Norte;
- a elaboração do Plano Especial de Inspeção de Barragens 2001 Norte do Douro e Aveiro, para o INAG;
- as actividades desenvolvidas para a REN, designadamente, estudos relativos a observações hidrometeorológicas, revisão de caudais afluentes e criação de séries hidrológicas.

Para o Exterior do Grupo - Mercado Internacional:

- colaboração no estudo de viabilidade do Aproveitamento Hidroeléctrico (AHE) Tupiratsins, no projecto do AHE Peixe Angical, na avaliação do estudo de viabilidade, e no projecto pré-básico do AHE São Salvador, aproveitamentos da bacia do



rio Tocantins no Brasil, e ainda na avaliação do estudo de viabilidade do AHE Couto Magalhães, no rio Araguaia;

- os estudos e serviços de engenharia prestados para os aproveitamentos hidroeléctricos de Peixe Angical, São Salvador e Couto de Magalhães sustentaram as propostas de licitação apresentadas pela ENERPAULO – Energia Paulista Ltda, subsidiária da EDP Brasil, conjuntamente com a Caiua e a Celtins, empresas do Grupo Rede, tendo estes consórcios ganho a concessão para construção e exploração dos aproveitamentos de Peixe Angical e de Couto Magalhães.

E) Investimento

Investimento Operacional EDP Produção

	milhares de euros		
	2001	2000	Δ%
EDP Produção	140.354	98.413	42,6%
Vinculada - CPPE	52.345	48.433	8,1%
TER	58.662	3.701	1.485,0%
HDN e Hidrocenel	5.491	8.399	-34,6%
Eólica - Enernova	6.953	11.368	-38,8%
EDP Cogeração (1)	14.532	25.459	-42,9%
Engenharias e O&M (2)	2.371	1.053	125,2%
Investimento Operacional EDP Produção	140.354	98.413	42,6%

(1) Investimento realizado na SOPORGEN e na ENERGIN AZÓIA, dado serem maioritariamente detidas pela EDP Cogeração

(2) Investimento não específico na sub-holding, PROET, HIDRORUMO, SEFLOR e HIDROeM.

O investimento operacional da EDP Produção em 2001, a custos totais, ascendeu a 140 milhões de euros. No investimento realizado teve especial incidência a verba afectada à construção da nova central de ciclo combinado da TER, que se aproximou dos 59 milhões de euros, representativa de cerca de 42% de todo o investimento operacional da EDP Produção.

E.1) Investimento em Produção Vinculada (CPPE)

O investimento na CPPE atingiu 52 milhões de euros, sendo de destacar os montantes afectos a Novos Centros Produtores, com 19,6 milhões de euros, e às centrais em exploração, com 32,4 milhões de euros. Dos investimentos no parque em

exploração, 11,3 milhões de euros foram aplicados na Produção Hidráulica e 21,1 milhões de euros na Produção Térmica.

No respeitante aos projectos principais, relevam-se os aspectos considerados mais significativos:

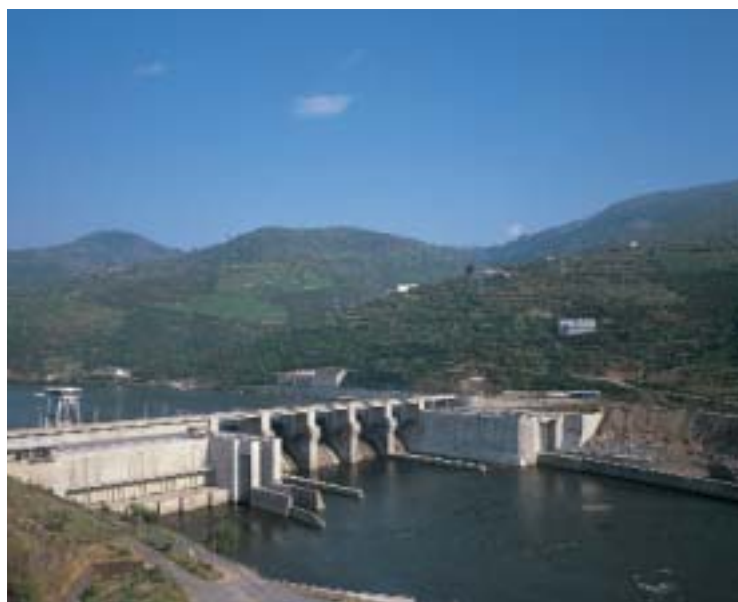
- no Empreendimento de Venda Nova II (reforço de potência) continuou o desenvolvimento, em bom ritmo, dos trabalhos da Empreitada Principal de Engenharia Civil (EPEC), foi concluída a montagem da Ponte Rolante da Central, iniciou-se a fase de montagem dos Grupos Reversíveis e do fornecimento do Equipamento Hidromecânico e procedeu-se ao lançamento dos concursos para fornecimento da Instalação Complementar de Produção (ICP) e dos Transformadores de Grupo;
- nos Aproveitamentos Hidroeléctricos do Baixo Sabor/Alto Côa prosseguiram os estudos ambientais e foi elaborado, pela HIDRORUMO, o Estudo Prévio dos Aproveitamentos do Alto Côa, dando continuidade às acções que visam a avaliação comparada do projecto do Baixo Sabor com o projecto do Alto Côa;
- decorreram os trabalhos de modernização do Aproveitamento Hidroeléctrico de Castelo do Bode que visam prolongar a sua vida útil em condições de exploração compatíveis com as exigências contratuais, envolvendo, em 2001, principalmente, os equipamentos, sistemas e instalações do Grupo 1;
- prosseguiram os trabalhos no Aproveitamento Hidroeléctrico de Crestuma-Lever que visam a melhoria de funcionamento e de fiabilidade dos respectivos grupos geradores, com maior incidência ao nível dos alternadores. No 1º trimestre ficaram concluídos os trabalhos do Grupo 2. A intervenção iniciada no grupo 1 só ficará concluída em 2002;
- no âmbito do projecto de Substituição dos Computadores de Processo da Central de Sines foram realizados os trabalhos no Grupo 2 e procedeu-se à contratação do fornecimento

para o Grupo 1, a concluir em 2002. Este investimento iniciou-se em 2000, no Grupo 4, e terminará em 2003 com o Grupo 3, introduzindo vantagens operacionais e de redução de custos na Exploração da Central.

E.2) Produção Não Vinculada:

O investimento na Produção Não Vinculada em 2001 representou cerca de 64 milhões de euros, a custos técnicos, em que cerca de 5,5 milhões de euros foram realizados em Aproveitamentos Hídricos da HDN e da HIDROCENEL e 58,6 milhões de euros no novo empreendimento termoelectrico, central de Ciclo Combinado a gás natural, da TER.

As empresas HDN e HIDROCENEL prosseguiram os projectos de investimento no desenvolvimento do parque electroprodutor, através da construção de novos aproveitamentos, bem como da realização de obras de modernização e remodelação das instalações existentes, com o objectivo de prolongar a sua vida útil, maximizar o aproveitamento do potencial energético existente, melhorar o desempenho operacional e reduzir os custos de exploração.



Com o objectivo de reduzir os custos de operação, e aumentar a flexibilidade de gestão dos aproveitamentos hidroeléctricos da HDN, HIDROCENEL e EDP Energia, foram efectuados os estudos prévios relativos ao projecto de implementação de um Sistema de Telecondução Centralizada das centrais hídricas a actuar no Sistema Não Vinculado, que se irá localizar nas instalações do Ermal, estando a sua conclusão prevista para o fim do 3º trimestre de 2003.

O investimento associado à construção da nova central de ciclo combinado a gás natural da TER teve uma fase importante em 2001, com a assinatura do contrato chave-na-mão (CCM) com o Consórcio Siemens-Koch. O investimento para a 1.ª fase (2 grupos) orça os 500 milhões de euros e vai cobrir os encargos do CCM, as obras complementares, bem como os compromissos financeiros e de gestão do projecto. Até ao final de 2001, o valor relativo ao CCM importava em 53 milhões de euros, a custos técnicos.

E.3) Produção Regime Especial:

O investimento realizado em energia renovável eólica de cerca de 7,0 milhões de euros correspondeu, essencialmente, à conclusão do Parque de Cadafaz, à continuação do desenvolvimento de estudos para a constituição da carteira de sítios e à antecipação da ampliação do Parque Eólico Cabeço da Rainha. Refira-se que em 2001 foi definido no Plano Plurianual de Investimentos, em consonância com as metas nacionais definidas para a produção com recurso a energias renováveis, o desenvolvimento de projectos visando a instalação até 2007 de cerca de 500 MW em parques eólicos, pelo que o investimento em 2002 terá maior expressão relativamente ao verificado em 2001.

O investimento realizado em cogeração situou-se perto dos 14,5 milhões de euros, dos quais 11,2 milhões de euros afectos à construção da central da ENERGIN AZÓIA e cerca de 3,3 milhões de euros à central já em exploração da SOPORGEN, ambas detidas maioritariamente pela EDP Cogeração.

F) Balanço Energético - Produção

O crescimento do consumo de electricidade em Portugal registou no final do ano taxas bastante positivas, o que se reflectiu no aumento de 5,5% do "consumo referido à emissão" (energia emitida para a rede de transporte).

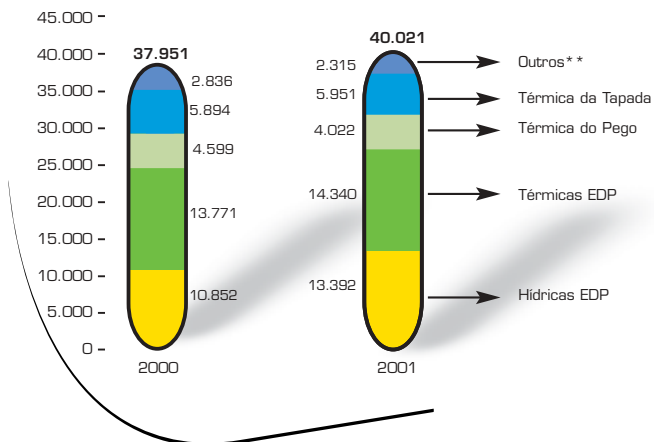
Balanço Energético (GWh) Produção

	2001	2000	△%
Centrais da EDP Produção			
Emissão hidroeléctrica (SEP)	12.607	10.229	23,3%
Emissão termoeléctrica (SEP)	14.340	13.771	4,1%
Emissão mini-hídricas (SENV)	785	623	26,0%
Emissão eólica + biomassa (SEI)	109	75	45,5%
Total emissão EDP Produção	27.841	24.698	12,7%
Bombagem	(485)	(559)	13,2%
Emissão líquida EDP Produção	27.356	24.139	13,3%
Consumo referido à emissão			
Emissão Central Térmica do Pego (SEP)	4.022	4.599	(12,6%)
Emissão Central Térmica da Tapada (SEP)	5.951	5.894	1,0%
Autoprodutores (SEI)	2.453	2.388	2,7%
Saldo Importador / (Exportador)	239	931	(74,3%)
Consumo referido à emissão	40.021	37.951	5,5%
Consumos e Perdas			
Compensação síncrona	(34)	(39)	12,7%
Consumos próprios da Produção	(3)	(4)	8,6%
Consumos próprios da Rede de Transporte	(10)	(9)	(5,9%)
Perdas	(729)	(695)	(4,9%)
Energia entregue na Distribuição	39.245	37.204	5,5%

Nota: Valores provisórios relativos ao ano 2001

Apesar de, no último trimestre de 2001, a emissão termoeléctrica ter registado um maior crescimento quando comparada com a hidroeléctrica, verifica-se que, em termos anuais se registou um forte crescimento da produção hidroeléctrica, como consequência das condições hidrológicas favoráveis que caracterizaram os primeiros nove meses do ano. Assim, a emissão hidroeléctrica registou um aumento anual de 23,3% enquanto que a emissão termoeléctrica cresceu apenas 4,1%.

Produção SEP (GWh)



* Produção de electricidade líquida de bombagem das hídricas, correspondendo ao "Consumo Referido à Emissão".

** Outros = Emissão Eólica + Autoprodutores + Saldo Importador/Exportador - Bombagem

A evolução positiva da emissão hidroeléctrica acima mencionada em conjunto com o crescimento do consumo, levaram a que a emissão líquida de energia produzida pelo Grupo EDP atingisse em 2001 os 27.356 GWh *versus* 24.139 GWh no final de 2000, reflectindo um crescimento superior a 13%.

A quota de mercado da EDP Produção passou de 70% em 2000 para 74% em 2001, o que representa uma variação positiva de 4 pontos percentuais.

Actividade de Distribuição Vinculada

A) Reestruturação da Actividade de Distribuição

No ano de 2001, prosseguiu-se a consolidação do projecto reorganizativo, iniciado em Novembro de 1998, nos domínios da verticalização das diversas Áreas de Negócio e da uniformização da intervenção operacional, em toda a área de actuação da EDP Distribuição.

De entre as medidas tomadas visando os objectivos deste projecto – aumento da eficiência da gestão e da eficácia do negócio, para além da garantia da qualidade de serviço prestada –, merecem especial referência as que a seguir se enumeram:

- reorganização das unidades organizativas de intervenção no terreno, de modo a tornar mais eficaz e a reduzir substancialmente os tempos de intervenção em termos de manobras de equipamentos de rede e de isolamento e reparação de avarias;
- implementação da metodologia de gestão por processos, com a selecção e desenho dos mais importantes, em termos empresariais, envolvendo várias Áreas de Negócio;
- início do processo de optimização do número de instalações existentes, comerciais e técnicas, com o consequente reflexo na gestão dos recursos disponíveis.



Neste exercício, houve necessidade de reforçar ajustamentos culturais relacionados com a mudança, dos quais se realça: a preparação de um "Sistema de Objectivos e Incentivos" aplicável a todas as unidades organizacionais e, a todos os colaboradores da empresa, a identificação da "Visão Empresarial" e dos "Valores" da organização, bem como a publicação do "Código de Ética", de aplicação a todos os colaboradores da empresa.

B) Actividade Comercial Vinculada

Como forma de adaptação da EDP Distribuição às novas condições do mercado, resultantes da evolução do processo de liberalização, as principais acções, de âmbito comercial, desenvolvidas durante o ano 2001, tiveram como objectivo não só aumentar o grau de satisfação dos clientes mas também promover a fidelização dos mesmos, pelo que se privilegiou a melhoria da qualidade de serviço comercial prestado e a promoção da imagem da EDP Distribuição.

Para a prossecução destes objectivos houve necessidade de adequar as estruturas da empresa tendo-se, em termos de sistemas informáticos, uniformizado a função comercial através do projecto "Cliente Mais", traduzida pela introdução do SAP/IS-U (Industrial Solutions for Utilities) e possibilitando, deste modo, uma informação integrada ao cliente.

Incrementou-se a política de aproximação aos clientes com a dinamização das equipas de Gestores de Clientes e a criação das Equipas de Contacto Directo a Clientes, nos segmentos empresarial e residencial, respectivamente.

Continuou a apostar-se num relacionamento próximo e de colaboração com os municípios tendo sido possível renovar cerca de 80% dos contratos de concessão da distribuição em BT.

Também a diversificação das formas de acesso do cliente à empresa mereceu uma intervenção adequada, nomeadamente com a abertura de novas Lojas do Cidadão (Setúbal e Braga), com o alargamento da rede de cobrança através dos Pontos de Energia e da *PayShop* e com a celebração de um Protocolo com os CTT, visando a possibilidade de celebração de contratos nos balcões desta empresa.

Relativamente ao atendimento telefónico continua a verificar-se um aumento substancial do recurso ao mesmo por parte dos clientes, pelo que se procedeu à ampliação e modernização das suas instalações, equipamentos e meios humanos, tendo daí resultado o alargamento das suas competências, constituindo-se como um verdadeiro *Contact Center*.

De igual modo a página da EDP, na Internet, mereceu a maior atenção, tendo-se criado uma Loja Virtual e procedido à sua



divulgação, através de mailing promocional a um grupo seleccionado de clientes residenciais.

No plano da utilização racional de energia, merece especial destaque a celebração de um protocolo com a ADENE – Agência para a Energia, tendo como objectivo o desenvolvimento de um conjunto de acções visando o estudo e divulgação da utilização eficiente da energia eléctrica.

C) Aquisição e Venda de Energia Eléctrica

Apesar de algum abrandamento verificado no ano de 2001, a actividade da EDP Distribuição caracterizou-se por um crescimento do número de clientes e das vendas de energia eléctrica ao Sistema Eléctrico Público (SEP) – respectivamente 2,3% e 4,1% relativamente aos níveis verificados no ano anterior. Em 2001, com a crescente adesão de consumidores ao Sistema Eléctrico não Vinculado (SENV) os trânsitos de energia, para aqueles clientes, passaram de 223 GWh em 2000 para 537 GWh em 2001, tendo-se verificado um acréscimo de 5,0% na energia saída das redes de distribuição.

O aumento dos consumos do SEP foi satisfeito através da aquisição de mais energia quer directamente à REN, que representa a maior parcela (91,1%), quer a produtores do Sistema Eléctrico Independente (SEI) - Produtores em Regime Especial (PRE), cujo contributo foi de 6,6%, e Sistema Eléctrico não Vinculado (SENV), com um contributo de 2,3%.

Em 2001, as compras de energia eléctrica ascenderam a 38.726 GWh, correspondendo a 2.048 milhões de euros, mais 10% do que em 2000.

Compras de Energia Eléctrica (GWh) EDP Distribuição

	2001	2000	△%
À REN	35.282	33.915	4,0%
Ao SENV	891	622	43,2%
Aos PRE (Produtores em Regime Especial)	2.552	2.469	3,3%
Total	38.726	37.007	4,6%

Das vendas de energia eléctrica ao SEP, num total de 35.505 GWh, destacam-se, pelo seu peso no total das vendas, as vendas a clientes finais em Baixa Tensão. As vendas a este segmento de clientes continuam a registar um crescimento elevado, da ordem dos 5,2%, relativamente ao ano de 2000.

Em 2001 continuou a sentir-se o efeito da abertura de mercado com a passagem do SEP para o SENV de 15 clientes (1 de Alta Tensão e os restantes de Média Tensão), tendo este movimento tido algum impacto ao nível das vendas já que os fornecimentos em MT registaram um aumento de apenas 2,4%, enquanto que o número de clientes cresceu 3,7%. Contudo, se considerarmos em conjunto o SEP e o SENV os consumos de energia eléctrica em MT e AT cresceram, entre 2000 e 2001, 4,7%.

Vendas de Energia Eléctrica SEP (GWh) EDP Distribuição

	2001	2000	△%
MAT (Muito Alta Tensão)	797	776	2,6%
AT (Alta Tensão)	3.462	3.328	4,0%
MT (Média Tensão)	11.354	11.092	2,4%
BTE (Baixa Tensão Especial)	2.806	2.658	5,6%
BT (Baixa Tensão)	16.022	15.227	5,2%
Iluminação Pública	1.064	1.010	5,4%
Total	35.505	34.091	4,1%

Número de Clientes SEP EDP Distribuição

	2001	2000	△%
MAT (Muito Alta Tensão)	11	11	0,0%
AT (Alta Tensão)	98	90	8,9%
MT (Média Tensão)	19.536	18.834	3,7%
BTE (Baixa Tensão Especial)	26.519	25.394	4,4%
BT (Baixa Tensão)	5.455.273	5.332.331	2,3%
Iluminação Pública	39.959	38.644	3,4%
Total	5.541.396	5.415.304	2,3%

A facturação relativa à venda de energia eléctrica a clientes finais foi, em 2001, de 3.213,2 milhões de euros (líquidos de descontos, sem vendas ao Grupo e sem IVA), sendo 29,1 % relativa aos fornecimentos em MAT, AT e MT e 70,9.% correspondentes aos fornecimentos em BT.

Facturação de Energia Eléctrica **EDP Distribuição**

	milhares de euros		
	2001	2000	△%
MAT (Muito Alta Tensão)	28.392	27.129	4,7%
AT (Alta Tensão)	137.051	133.198	2,9%
MT (Média Tensão)	770.785	743.302	3,7%
BTE (Baixa Tensão Especial)	261.227	245.691	6,3%
BT (Baixa Tensão)	1.931.839	1.833.882	5,3%
Iluminação Pública	83.918	80.279	4,5%
Total	3.213.212	3.063.481	4,9%

Tendo-se verificado um aumento das vendas a clientes finais de 4,1%, a facturação cresceu cerca de 5 %, resultado do aumento do preço de médio de venda da electricidade, ocorrido em 2001.

Em 2001 a facturação aos clientes do SENV pelo uso da rede de distribuição foi de 2,8 milhões de euros, mais do dobro do montante facturado em 2000. Este crescimento está em linha com o verificado nos correspondentes trânsitos de energia.

As dívidas de clientes, no final do ano de 2001, ascendiam a 633,4 milhões de euros, o que representa 19,7% dos proveitos pelas vendas de energia eléctrica e traduz um agravamento da ordem dos 10%. Para este agravamento contribuíram essencialmente o Sector Empresarial do Estado (+9,3%) e o Sector Empresarial (+21,8%).

Dívidas de Clientes **EDP Distribuição**

	milhões de euros		
	2001	2000	△%
Estado e Organismos Oficiais	29,5	27,0	9,3%
Autarquias Locais	246,9	258,0	-4,3%
Sector Empresarial e Privado	357,0	293,0	21,8%
Total	633,4	578,0	9,6%

D) Qualidade de Serviço

Desde sempre a qualidade de serviço tem sido uma preocupação constante na actividade de distribuição de energia eléctrica. Contudo, a entrada em vigor, a 1 de Janeiro de 2001, do Regulamento da Qualidade de Serviço veio colocar, nesta área, um conjunto de novas obrigações que a EDP Distribuição tem procurado cumprir.

Em termos de qualidade de serviço comercial, durante 2001, foram desenvolvidas diversas actividades como forma de melhorar o relacionamento com os clientes e consequentemente elevar os níveis de qualidade de serviço prestado.

Apesar dos esforços desenvolvidos, ainda não foi possível dispor, em 2001, de toda a informação relacionada com o Regulamento da Qualidade de Serviço. Contudo, na parte comercial, relativamente aos Orçamentos de Ramais e Chegadas e respectiva execução, entre Dezembro de 2000 e Dezembro de 2001 houve uma clara melhoria no desempenho. De facto, passou-se de 96% para 98% de orçamentos de ramais elaborados até 15 dias de calendário, após a apresentação dos pedidos, enquanto que em termos de execução dos mesmos se passou de 89% para 92% de ramais e chegadas executados até 30 dias de calendário.

Em termos de qualidade de serviço técnica, destacam-se a execução do Plano Anual de Monitorização da Qualidade e Continuidade da Onda de Tensão nas redes da distribuição que permitiu, já em 2001, recolher medições relativas a indicadores de Qualidade de Serviço em todos os concelhos do

País, bem como a elaboração de Planos de Melhoria da Qualidade de Serviço, nas zonas mais carenciadas que, embora já iniciados, se irão desenvolver durante 2002. Foi presente à Direcção-Geral de Energia, para aprovação, o Plano de Monitorização relativo a 2002.

Nos últimos anos, a evolução dos valores globais dos principais indicadores de qualidade de serviço técnico das redes eléctricas da distribuição mostra uma melhoria acentuada. Exceptuaram-se os dois últimos anos, em que se deu alguma degradação, em consequência das condições meteorológicas extremamente adversas que ocorreram no Inverno passado. No entanto, em 2001 (face a 2000) apesar da grande penalização associada aos temporais verificados no primeiro trimestre do ano e no mês de Outubro, houve uma melhoria nos indicadores de Qualidade de Serviço, com uma redução, em cerca de duas horas, do Tempo de Interrupção Equivalente. Tal foi conseguido graças aos esforços desenvolvidos no reforço das redes e nos sistemas de informação, por forma a permitir uma maior rapidez na reposição do serviço.

De facto, na sequência do incidente verificado na Rede de Transporte, em Maio de 2000, procedeu-se à instalação de automatismos em subestações e incrementou-se a instalação de telecomandos, com vista a acelerar a reposição em serviço das mesmas em caso de acidente.

Dada a importância dos sistemas de informação georeferenciada como suporte aos processos empresariais e organizacionais e respondendo à necessidade de uma implementação em grande escala, foi iniciado o Programa GeoEDP, incluindo o acesso a cartografia actualizada, levantamentos de informação de redes e componentes aplicativos.

Dentro deste quadro foram desenvolvidas acções para a integração do Sistema de Informação Técnica (SIT), gestor de informação, e o novo Sistema da Condução (Genesys), bem como a interligação com o programa de planeamento (DINIS). Obedecendo ainda à estratégia de integração de sistemas,

foram contratados um novo Sistema de Gestão de Incidentes (Rede Activa) e módulos para redes de telecomunicações (ModellT), bem como a integração de funcionalidades de optimização de redes (DPlan).

E) Investimento

A construção de novas instalações da rede de distribuição teve em conta o crescimento acentuado dos consumos e centrou-se na melhoria da qualidade de serviço, tanto nos aspectos da continuidade do fornecimento como de regularização da tensão. Em 2001, a ligação de instalações de produção, no âmbito do SEI, implicou igualmente um esforço, porventura mais significativo do que em anos anteriores, na construção de linhas e subestações.

Em articulação com as Autarquias, foram também executados significativos empreendimentos tendo em vista a melhoria da iluminação pública, com particular incidência na recuperação de centros históricos de cidades e no âmbito do Programa POLIS.

A preparação da entrada em exploração dos novos sistemas informáticos para responder à entrada do Euro e ao processo de liberalização do mercado, conduziu igualmente a um acréscimo dos investimentos neste âmbito.

Em consequência, e não obstante os apertados critérios de selecção dos investimentos usados, o investimento operacional aumentou, em relação a 2000, 12,1% a preços correntes, situando-se nos 265,9 milhões de euros.

Investimento Operacional
EDP Distribuição

	2001	2000	Δ%
Alta/Média Tensão	82.765	66.965	23,6%
Baixa Tensão	125.569	115.050	9,1%
Iluminação Pública	16.890	11.513	46,7%
Outros	40.650	43.664	-6,9%
Total	265.874	237.192	12,1%

milhares de euros

F) Balanço Energético - Distribuição

O total de energia distribuída no final de 2001 atingiu 36.025 GWh, mais 5% do que em 2000, dos quais 35.505 GWh no SEP e 520 GWh no SENV.

As vendas de energia no SEP registaram uma variação positiva de 4,1%. O segmento BTE (Baixa Tensão Especial) foi o que apresentou uma maior taxa de crescimento, com 5,6%. Os segmentos IP (Iluminação Pública) e BT (Baixa Tensão) também apresentaram taxas de crescimento bastante significativas, ascendendo a 5,4% e 5,2%, respectivamente.

Balanço Energético (GWh)
Distribuição

	2001	2000	Δ%
Energia Entregue na Distribuição	39.245	37.204	5,5%
Consumos próprios da Distribuição	-40	-38	6,7%
Perdas da Distribuição	-3.180	-2.859	11,2%
Vendas de energia eléctrica = (1) + (2)	36.025	34.307	5,0%
(1) Vendas de energia eléctrica – SEP	35.505	34.091	4,1%
MAT (Muito Alta Tensão)	797	776	2,6%
AT (Alta Tensão)	3.462	3.328	4,0%
MT (Média Tensão)	11.354	11.092	2,4%
BTE (Baixa Tensão Especial)	2.806	2.658	5,6%
BT (Baixa Tensão)	16.022	15.227	5,2%
IP (Iluminação Pública)	1.064	1.010	5,4%
(2) Vendas de energia eléctrica – SENV	520	216	140,3%
Clientes EDP	241	85	181,9%
Clientes Fora da EDP	279	131	113,2%

Nota: Valores provisórios relativos ao ano 2001

Fornecimento no Sistema Não Vinculado

A intervenção do Grupo EDP no SENV é corporizada através da subsidiária EDP Energia que tem privilegiado uma estratégia centrada numa elevada interacção com os clientes, na perspectiva de lhes assegurar um serviço que, por um lado, contribua para a competitividade do seu negócio e, por outro, lhes transmita a elevada credibilidade e a clara capacidade técnica do Grupo EDP.

Neste contexto, durante o ano de 2001, a EDP Energia desenvolveu intensa actividade, quer ao nível comercial junto dos clientes que o solicitaram, quer na perspectiva da consolidação da própria organização da empresa, de forma a assegurar, desde logo, uma posição de liderança face aos novos desafios que forem abertos pelo novo quadro regulatório, em vigor desde 1 de Janeiro de 2002.

Tendo iniciado, em Maio de 2000, o fornecimento de energia eléctrica no SENV, a EDP Energia comercializou, nesse ano, 85 GWh. Em 2001, a energia eléctrica comercializada atingiu 241 GWh, um incremento de cerca de 181,9%. A variação referida tem subjacente um claro acréscimo no número de clientes não vinculados e o facto de, no final de 2001, cerca de 2/3 desses clientes serem abastecidos pela EDP Energia, realidade que valida a estratégia comercial entretanto implementada.

A satisfação dos fornecimentos foi assegurada por produção própria, com origem na central de Belver e em contratos de substituição dos seus meios de produção, celebrados com outros fornecedores ou produtores ibéricos. Complementarmente, a empresa deu continuidade ao desenvolvimento da actividade de *trading*, reunindo um portefólio de contratos de compra e venda de energia com agentes externos.

A EDP Energia tem procurado abordar o desafio da liberalização de uma forma útil e eficaz, contribuindo para a credibilização do mercado e respondendo aos novos desafios sempre na perspectiva de manter a liderança clara do Grupo EDP no mercado eléctrico português.

No Brasil

Estratégia

No Brasil, o ano de 2001 foi marcado por dois factores de grande relevância. O primeiro, de alcance global, diz respeito ao comportamento da economia mundial, devido à recessão da economia norte-americana (cujos impactos se agravaram ainda mais após os ataques terroristas de 11 de Setembro)



e o segundo, de alcance nacional, refere-se à questão do racionamento de energia na maior parte do País.

A combinação desses dois factores levou a uma forte flutuação do dólar, o que levou o Banco Central do Brasil a agir, adoptando diversas medidas para controlar a inflação e deter a especulação com a moeda norte-americana. Destaque para o aumento da taxa de juros para 19% ao ano. A taxa de inflação em 2001 terá atingido 6,8%, superior aos 6% inicialmente previstos. Também a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) terá caído de 4,4% em 2000 para cerca de 1,5% em 2001

Esse cenário difícil começou a ser invertido a partir do terceiro trimestre, pois a desvalorização cambial trouxe como consequência a alteração de expectativas na balança comercial que fechou com um saldo positivo de 2,6 mil milhões de dólares. Este desempenho favorável, aliado a outros factores internos como a diminuição do risco de "apagões" e a flexibilização de metas de redução de consumo de energia eléctrica ajudaram a reverter o clima internacional em relação à economia brasileira, isolando o seu desempenho do da Argentina, interrompendo assim a procura pelo dólar e fazendo o câmbio retornar a patamares pré-crise.

É importante frisar que a questão do racionamento de energia encontrou o sector eléctrico fragilizado e dividido. A fase de transição de um modelo verticalizado e estatal para um modelo competitivo e privado, não encontrou resposta para as questões que o Programa de Reestruturação do Sector Eléctrico Brasileiro indicou e evidenciou a falta de compreensão do quanto havia ainda por se fazer, em termos de políticas públicas para o adequado incentivo ao investimento privado, sobretudo na finalização do quadro regulatório necessário ao pleno funcionamento do novo modelo. Além disso, o Programa Prioritário de Termoelectricidade (PPT) não avançou, não por falta de interessados, mas por falta de condições claras de natureza regulatória e contratual. O impasse criado pelo não cumprimento das regras do Mercado Atacadista de Energia afectou profundamente a credibilidade do sector e criou um ambiente de insegurança nos investidores e nos financiadores.

Por mais contraditório que pareça o balanço de 2001 não é negativo. Ao contrário, a reacção do Governo Federal a partir do problema do racionamento e da consciência que o mesmo provocou (inclusive nos agentes privados) de que medidas urgentes precisavam ser tomadas – e a criação da Câmara de Gestão da Crise Energética, como instância supraministerial, é disso prova – levaram a que os resultados do ano fossem melhores do que o quadro de 2000 prenunciava.

O ano de 2001 deixa também uma lição. Os grupos empresariais, entre eles o Grupo EDP, que praticaram políticas conservadoras do ponto de vista financeiro, e que empenharam o seu esforço e capacidade no desenvolvimento de projectos de produção hidroeléctrica, saem fortalecidos e aptos a darem um salto sustentado de crescimento no sector eléctrico brasileiro. Embora o racionamento tenha como consequência imediata uma racionalização no uso da energia eléctrica, sobretudo pelos consumidores domésticos, a expansão da procura, combinada com a revisão que surgirá naturalmente na renegociação dos contratos iniciais a partir de 2003, dos montantes de energia assegurada, ainda fará com que a expansão da oferta de energia eléctrica no Brasil seja intensa e em patamares superiores à média internacional.

A prioridade da EDP no Brasil, para a distribuição, que consistiu na consolidação da posição accionista nas empresas, pode ser considerada um êxito. As operações envolvendo a Bandeirante, a Escelsa e a Enersul trouxeram um aumento substancial da capacidade de intervenção na gestão das distribuidoras.

Na produção, a entrada em operação da UHE Lajeado e UTE Fafen, representaram um crescimento importante da participação da EDP no parque produtor brasileiro. Para além disso, o facto de o Grupo EDP ter vencido os leilões para concessão da construção das AHE de Peixe Angical e Couto Magalhães poderá trazer um aumento de 600 MW da capacidade de produção.

Há muitas esperanças depositadas no futuro. Destaca-se especialmente a ampliação da inserção institucional do

Grupo EDP, em particular da sub-holding EDP Brasil S.A., no contexto geral do sector eléctrico brasileiro, a consolidação do seu papel de interlocução junto ao órgão regulador, a ampliação da capacidade de produção do Grupo, através do desenvolvimento de projectos pela ENERGEN, as operações de comercialização realizadas pela ENERTRADE, e o início da consolidação societária do Grupo no Brasil, através do pleno controle da BANDEIRANTE Energia e do contrato de usufruto que permitiu o controlo da IVEN. Todos estes pontos influenciarão certamente os resultados esperados para 2002.

Organização da Actividade do Grupo EDP no Brasil

Antes localizada em instalações mais modestas, a mudança da sede da EDP Brasil para um novo espaço constituiu rapidamente um sinal das intenções do Grupo no País, conferindo reconhecimento entre os actores no mercado, ao mesmo tempo que possibilitou a expansão dos recursos humanos e da produtividade da empresa. O projecto de implementação da nova sede atendeu integralmente as necessidades da ENERGEN, da ENERTRADE e da ENERPRO, e induziu uma modernização administrativa cujo destaque é a implantação do Sistema de Gestão Documental (SGD), dado que este provocou uma importante evolução administrativa.

A continuação das actividades da EDP Brasil, S.A., no papel de holding das empresas do Grupo EDP no País, levou à expansão do quadro de colaboradores, exigindo, em consequência, a definição de uma política de recrutamento e de desenvolvimento dos recursos humanos. Nesse sentido, a formalização de uma política de formação voltada para a qualificação do quadro de funcionários foi um grande passo para tornar a equipa mais coesa, sinérgica e moderna.

De facto, tem-se tentado cumprir o papel de gestora dos activos através de uma postura de maior controlo junto às empresas nas quais o Grupo EDP participa.

Regulação do Sector Eléctrico Brasileiro

A crise vivida no sector eléctrico brasileiro em 2001, cujos efeitos puderam ser sentidos através do racionamento

decretado durante o ano, teve a sua origem nos anos anteriores, devido principalmente a uma combinação de desequilíbrio estrutural entre oferta e procura e a um cenário hidrológico desfavorável a partir de 1998. Contribuiu também para o agravamento da situação energética do país, os problemas para a implementação do novo Mercado Atacadista de Energia Eléctrica, que, por choque de interesses entre os agentes, teve paralisado o processo de contabilização e liquidação financeira, levando o Governo a decretar, através do Poder Concedente, a intervenção na sua operação.

A partir de Maio de 2001, com o anúncio público da crise no abastecimento de energia eléctrica, a sociedade brasileira respondeu com uma redução voluntária de carga, da ordem de 20%, levando o Governo a decidir pela não imposição de um racionamento, mas sim pela adopção de medidas que visassem o estímulo à redução de consumo. Essa redução de consumo, se por um lado amenizou a crise no abastecimento, por outro lado impôs perdas financeiras aos agentes do sector eléctrico.

Para os distribuidores de energia, as perdas decorreram da redução de mercado e, para os produtores, decorreram da obrigação de recomprar, a preço *spot*, as sobras de contratos de venda de energia. Estas perdas, de grande magnitude, exigiam uma solução urgente, sob pena de provocar uma outra crise no sector, desta vez de pagamentos entre os agentes.

Ciente das dificuldades enfrentadas pelos agentes do sector eléctrico Brasileiro, e diante da necessidade de um plano de acção para gerir a crise no curto prazo e viabilizar a expansão da oferta de energia eléctrica no longo prazo, o Governo brasileiro criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia Eléctrica. A sua missão consistia em gerir e regulamentar o Programa Emergencial de Redução de Consumo, estabelecer um Programa Estratégico Emergencial de Energia Eléctrica, propor medidas que atenuassem os impactos negativos da racionalização do consumo, impor restrições ao uso de recursos hídricos para produção de energia eléctrica, adoptar



medidas para a redução do consumo, ampliação da transmissão e da oferta de energia eléctrica.

Vencida a etapa de implementação de medidas de redução de consumo, o Governo, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia, interveio no mercado no sentido de promover um acordo entre geradores e distribuidores, onde as perdas decorrentes do racionamento seriam ressarcidas através de ajuste tarifário, e as sobras contratuais após o racionamento seriam liquidadas a um preço bastante inferior ao preço do mercado *spot*.

Cumpridas essas duas etapas – redução de consumo e negociação de perdas – o Governo anunciou medidas de longo prazo, visando equacionar o crescimento da oferta de forma equilibrada, estabelecer um ambiente regulatório estável e definir de forma clara a estrutura do Mercado Atacadista, dando as condições para a viabilização de investimentos no sector. Foi criado o Mercado Brasileiro de Energia Eléctrica, em substituição ao Mercado Atacadista de Energia, com definição das regras de seu funcionamento pelo Poder Concedente e não pelos próprios agentes do sector, além de outras medidas estruturais.

A EDP ampliou a sua visibilidade junto do mercado, contribuindo com o seu *know-how* nas reuniões entre o Poder Concedente, a Câmara de Gestão da Crise de Energia, seus comités e as empresas de energia, que ampliaram o conjunto de regras permanentes do sector eléctrico brasileiro. Também é importante referir que a EDP participou na construção da arquitectura do racionamento – nomeadamente na definição de regras para esse período de excepção – e vem dedicando especial atenção na busca da consolidação da solução para a compensação das perdas financeiras sofridas pelas distribuidoras devido ao racionamento.



É importante destacar ainda um conjunto de acções negociadas com o Poder Concedente e implementadas pela sub-holding EDP Brasil, que tiveram um impacto favorável no resultado dos activos do Grupo no país:

- acções no sentido de consolidar o entendimento e o direito da UHE LAJEADO se localizar no submercado Sudeste, o que representará um impacto favorável ao Grupo EDP;
- discussão da parcela de ganhos administráveis pelos controladores da concessionária descontados na época de reajuste de tarifas, conhecido como factor X. No caso da ESCELSA discutiu-se o quanto desses ganhos seria descontado da tarifa. Acções junto ao órgão regulador levaram à fixação de um redutor anual de 1,89%, e o reajuste tarifário para 2001/2002 para 19,89%, melhorando o resultado da empresa em 22,6 milhões de reais no período Agosto 2001/Agosto 2002;

- negociação dos mecanismos de recuperação das perdas de facturação incorridas pelas distribuidoras de energia eléctrica por conta do racionamento de energia eléctrica ainda em vigor no Brasil. As tarifas de energia eléctrica foram aumentadas a partir de 27 de Dezembro de 2001 em 2,9% para os clientes dos segmentos residencial e rural e em 7,9% para os restantes clientes para todas as distribuidoras afectadas pelo racionamento. Este aumento vigorará até que as perdas com o racionamento tenham sido plenamente compensadas e será independente das outras correcções de tarifas a que as distribuidoras têm direito anualmente. Para a plena compensação, estima-se que o citado reajuste seja mantido por, pelo menos, 36 meses;
- no mesmo conjunto de medidas foram reconhecidas parte das reclamações das distribuidoras referentes a parcelas de custos não controláveis e não repassados às tarifas no passado. Ficou estabelecido que todos os valores do período de 1 de Janeiro a 25 de Outubro de 2001 serão recuperados pela extensão do período de vigência do aumento tarifário mencionado acima. Estima-se que serão necessários em média de 15 a 20 meses adicionais de vigência do aumento. Os valores apurados a partir de 26 de Outubro de 2001, serão repassados de forma



automática a cada ano por ocasião dos reajustes tarifários das distribuidoras.

Foi também criada uma linha opcional de financiamento, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES), de até 90% do valor das perdas com o racionamento a ser disponibilizada a partir do final do mês de Janeiro de 2002. Os custos financeiros dessa linha serão adicionados aos valores a serem recuperados pelo aumento tarifário especial de 2,9% e de 7,9%.

Produção

UHE LAJEADO – A

primeira unidade geradora da Usina Hidroeléctrica LAJEADO, localizada no Estado do Tocantins, com capacidade de 180,5 MW, entrou em operação 60 dias antes do estabelecido em cronograma, facto que se revestiu de grande importância devido à crise de oferta de energia que o Brasil atravessa. Do início da sua operação até 31 de Dezembro, a central gerou 97 GWh, dos quais 26 GWh pertencem à EDP, correspondendo a uma receita de 1,3 milhões de reais. Foram estabelecidos contratos de venda de energia eléctrica de longo prazo (PPA's) com a BANDEIRANTE para a parcela de energia destinada a serviço público, e com a ENERTRADE para a parcela de energia livre. A gestão de risco de exposição ao Mercado Atacadista de Energia está a ser feita pela ENERTRADE.



Quando concluída, em Setembro de 2002, a central terá 902,5 MW instalados e será de grande importância para a cobertura das necessidades energéticas do Grupo EDP no Brasil. Para completar o financiamento da central, foi aprovada a contratação do Banco Unibanco, S.A., para coordenar a emissão de 250 milhões de reais em *debentures simples*. A colocação dos títulos deverá ocorrer durante o mês de Janeiro de 2002.

UTE FAFEN – A Usina Termoeléctrica FAFEN, instalada no Pólo Petroquímico de Camaçari, Estado da Bahia, já está em funcionamento. Construída em parceria com a Petrobrás, a central gera 26 MW com uma turbina a gás, sendo que nesta fase a potência instalada será de 54 MW, dos quais 22 MW devem ser entregues à fábrica de fertilizantes FAFEN, além de vapor para processo.

Concebida originalmente para ser uma central de cogeração, fornecendo vapor e electricidade às indústrias do Pólo de Camaçari, necessitou de alterações no projecto, devido às dificuldades de venda do vapor. Para a continuidade do projecto, estuda-se a ampliação da unidade, seja com o uso do vapor excedente em turbina de condensação, seja com a ampliação pela instalação de mais uma turbina a gás e o encerramento do ciclo combinado. Para isto, entretanto, aguarda-se a formalização da venda da energia eléctrica à Petrobrás, através de uma operação de *swap*, que permita que o projecto atinja o nível de rentabilidade exigido para os projectos da EDP no Brasil.

De Setembro a Dezembro de 2001, a central gerou um total de 33 GWh, comercializados no Mercado Atacadista de Energia, que correspondem a uma receita esperada de 18,9 milhões de Reais, a ser efectuada quando da normalização das liquidações do Mercado Atacadista de Energia.

UHE PEIXE ANGICAL - A EDP foi, em conjunto com o Grupo Rede, a vencedora na licitação para a concessão de uma nova central hidroeléctrica no Rio Tocantins, a UHE PEIXE ANGICAL. O investimento total previsto para o projecto é de 525,8 milhões de euros (valores de Novembro de 2001). Para 2002,

estão previstos investimentos da EDP de 115,2 milhões de Reais. A central terá uma capacidade de 450 MW e deverá estar concluída em 2005.

UHE COUTO MAGALHÃES - Em 30 de Novembro a ANEEL – entidade reguladora do sector eléctrico brasileiro - realizou o último leilão de concessões de aproveitamentos hidroeléctricos do ano. A EDP, em consórcio mais uma vez com o Grupo Rede, venceu a licitação do aproveitamento de Couto Magalhães, de 150 MW de potência instalada, localizada no limite dos estados de Mato Grosso e Goiás. O investimento total do projecto será de 269 milhões de reais e as obras deverão ser iniciadas no princípio de 2003. A participação da EDP neste empreendimento será de 49%.

Distribuição

BANDEIRANTE ENERGIA – O ano de 2001 foi marcado pela concretização da cisão da BANDEIRANTE Energia cuja estrutura já estava definida no Pré-Acordo de Accionistas firmado pela EDP e pela CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz quando da participação no leilão de privatização em 1998. Das providências prévias, cabe destacar à Oferta Pública de Aquisição das participações minoritárias na empresa que, embora realizada em Novembro de 2000, permitiu que de um lado os controladores passassem a deter 96,48% do capital total e de outro ocorresse uma diluição no valor médio de aquisição da companhia, de 92,14 reais por mil acções para 42,65 reais por mil acções.

A aprovação da cisão, nos termos pretendidos pelos accionistas controladores, envolveu uma gestão complexa junto do órgão regulador. A empresa, activo do qual agora a EDP é accionista controladora única, detendo 96,48% do capital total, segue com seu nome inicial distribuindo energia na área de concessão do Vale do Paraíba e no Alto Tietê, totalizando 28 municípios atendidos, com mais de 1,1 milhão de clientes, envolvendo um território de 9,8 mil km².

No final do ano foi concluída a operação de pré-pagamento da dívida da BANDEIRANTE através da entrega para pagamento de

Brady Bonds que gerou resultados de 71,9 milhões de dólares e eliminou passivo com risco cambial. Após esta operação, a BANDEIRANTE passou a ter um passivo cujos encargos têm uma relação directa com os critérios de actualização das receitas, evitando que se repita o que ocorreu nos últimos três anos nos quais houve uma desvalorização cambial com forte impacto sobre os resultados da Empresa.

CERJ - Na CERJ, onde a participação da EDP no Capital é de apenas 19%, a participação na presidência do Conselho de Administração teve como principal objectivo preservar o poder

da EDP Internacional, durante um período de 25 anos, pelo fundo mútuo de investimentos, *Opportunity Fund*, sobre 32.038.357 acções da Calibre Participações, S.A., representativas de 56,16% do seu capital social a que corresponde igual proporção dos seus direitos de voto. Pelo usufruto referido, é conferido à EDP o direito de voto exclusivo para a eleição dos órgãos de administração da Calibre e, consequentemente, o controle sobre a gestão dessa empresa e da sua controlada a IVEN, S.A.. A IVEN, S.A., em conjunto com a GTD Participações, S.A., controlam a Escelsa – Espírito Santo Centrais Elétricas, S.A., e a Enersul – Empresa Energética do Mato Grosso do Sul, S.A..



decisório da representação que cabe à EDP, acompanhando as acções da gestão dentro do limite das competências, estabelecido no Acordo de Accionistas.

ESCELSA/ENERSUL - Após a devida aprovação pela ANEEL, entrou em vigor o contrato de usufruto constituído em favor

oportunidades de arbitragem entre diferenças de preços foram plenamente alcançados. A ENERTRADE no ano de 2001 obteve uma receita de 6,5 milhões de reais nas suas operações como retorno aos investimentos efectuados para a sua implementação que foram de 2,4 milhões de reais no desenvolvimento do seu modelo

Comercialização

A implantação da ENERTRADE no ano de 2001 marcou a participação da EDP no recém-formado mercado de *trading* de energia eléctrica. Considerando, no primeiro ano de actividade, não só todos os percalços do Mercado Atacadista de Energia, como também o racionamento de energia eléctrica, o resultado consolidado do ano foi bastante positivo. Os objectivos iniciais de proteger os activos de energia eléctrica do Grupo EDP do risco de mercado do Mercado Atacadista de Energia, e de aproveitar



operacional, instalações e *software* e de 1,0 milhões de reais para fundo de maneoio.

O mandato de *trading*, definido pela EDP, coloca em primeiro nível de importância a redução de risco de mercado, que com a liberalização passam a apresentar, para todos os agentes, especialmente quanto à volatilidade de preços do mercado atacadista e de volumes medidos de energia (produzida ou consumida). Como actividade secundária, estabelecida no mandato da ENERTRADE, estão os ganhos através do aproveitamento de oportunidades de mercado.

Destaca-se também a integração com outras empresas do Grupo EDP, nomeadamente com a ENERGEN e BANDEIRANTE. O trabalho conjunto com a ENERGEN possibilitou que a avaliação de novos empreendimentos contasse com uma análise dos riscos de mercado envolvidos e de medidas para limitação dos mesmos.

A ENERTRADE iniciou a implantação do seu portal na Internet em Dezembro, o que possibilitará, não apenas um importante canal de comunicação com os clientes, mas principalmente um eficiente mecanismo para negociação de energia.

Serviços Partilhados

A implantação de Serviços Compartilhados com a criação da ENERCORP possibilitará a captura de sinergias com uma maior integração das distribuidoras participadas.

O desenvolvimento do projecto será continuado com atenção especial para a criação de uma estrutura não contraditória com a legislação específica para serviços regulados, que rege a prestação de serviços por empresas do mesmo Grupo.

Liquidação Dívida da BANDEIRANTE

A EDP, S.A., promoveu a liquidação de cerca de 93% do saldo da dívida da BANDEIRANTE ENERGIA, S.A., denominada em dólares americanos no valor de 275,63 milhões de dólares, mediante a utilização de títulos da dívida

externa brasileira (*Brady Bonds*). Estes títulos foram utilizados para aumento de capital da EDP Brasil, S.A., que os entregou ao credor, o Governo Brasileiro, por conta e ordem da Bandeirante Energia, S.A., para liquidação de dívida desta.

A operação permitiu ao Grupo EDP a obtenção de um proveito financeiro, reflectido nos resultados de 2001, resultando na liquidação da dívida em dólares mediante entrega para pagamento de títulos adquiridos a um desconto significativo face ao seu valor nominal. Simultaneamente e igualmente importante, verificou-se a eliminação de um passivo em moeda estrangeira do Balanço da Bandeirante, reduzindo substancialmente o risco cambial que nos últimos anos tinha vindo a prejudicar os resultados consolidados do Grupo EDP. Ainda como resultado da operação, a Bandeirante passou a ser devedora da EDP Brasil, S.A., pelo valor de 472,9 milhões de reais.

Investimento no Brasil

O investimento total no Brasil no ano de 2001 foi de 313 milhões de euros, dos quais 244 milhões foram relativos a investimentos financeiros.

O investimento financeiro teve como objectivo prosseguir a estratégia delineada para o Brasil, visando o reforço da presença na actividade da produção e a consolidação das posições anteriormente adquiridas em empresas de distribuição, nomeadamente com a obtenção de uma posição maioritária no capital da ESCELSA.

O quadro a seguir resume os investimentos realizados no Brasil durante o ano de 2001:

Investimento Brasil

milhares de reais

	2001	2000
Investimento Operacional	68.314	63.828
Bandeirante (1)	65.730	63.828
EDP Brasil	2.584	–
Investimento Financeiro	244.399	231.726
Produção de Electricidade	34.311	25.703
Distribuição de Electricidade	210.088	206.023
Total de Investimento Brasil	312.713	295.554

(1) Em 2000 a Bandeirante foi consolidada apenas a nível de Balanço e pelo método de consolidação proporcional.

Mercado Ibérico

Desde 1996, com a publicação da directiva comunitária 96/92 CE, que a Comissão Europeia tem vindo a impulsionar a liberalização do sector energético e a promover a criação a prazo de um mercado único de electricidade na União Europeia.

No entanto, a integração dos diversos mercados de electricidade encontra no curto prazo um conjunto de barreiras físicas e administrativas, como sejam a reduzida capacidade de interligação eléctrica entre os vários países da União Europeia ou diferentes regulações locais do negócio de electricidade, levando a que numa primeira fase se assista à criação de diversos mercados regionais.

Um exemplo de mercado regional é claramente o mercado Ibérico. Devido às débeis interligações entre Espanha e França, a Península Ibérica é praticamente uma ilha do ponto de vista eléctrico.

Cedo o Grupo EDP se apercebeu que o seu mercado natural seria mais tarde ou mais cedo o mercado Ibérico, e cedo também se apercebeu da vantagem competitiva de se

estabelecer com operações e activos nos dois lados da fronteira. É assim que nasce em 1998 a parceria estratégica com a empresa de electricidade Iberdrola.

Em meados do ano 2000, é anunciado publicamente pela Iberdrola a intenção de se vir a fundir com outro operador do mesmo mercado, rompendo deste modo o acordo de parceria estratégica que tinha estabelecido com o Grupo EDP.

Após um período de análise e de conversações a EDP estabelece um acordo de parceria com a CajaAstur (Caixa Económica da região das Astúrias e accionista de referência da Hidrocantábrico), e em 25 de Janeiro de 2001 lançam em conjunto uma oferta pública de aquisição sobre esta empresa.

Como resultado desta oferta, a Adysengival, empresa veículo entretanto criada para esta aquisição, ficou com 18% da Cantábrico.

Após as autoridades Espanholas terem aprovado esta operação, a EDP e a CajaAstur estabeleceram um acordo de parceria com a EnBW, também accionista de referência da Hidrocantábrico, onde ficou estipulado que o Grupo EDP garantirá uma posição de 40% no capital da Hidrocantábrico, assumindo-se como o operador de referência, sendo o restante capital repartido entre a EnBW (35%) e o Grupo CajaAstur (25%).

Este novo acordo já foi aprovado pelas autoridades da concorrência da União Europeia, devendo a concretização das respectivas participações ocorrer durante o exercício de 2002.

A entrada no capital da Hidrocantábrico representa, para o Grupo EDP, não só uma oportunidade de crescimento num mercado estrategicamente importante, mas também o controlo de uma empresa em que a qualidade dos activos e da gestão ficou claramente demonstrada com o sucesso alcançado no recente processo de liberalização do sector eléctrico em Espanha.



MULTI-SERVIÇOS (MULTI-UTILITY)

Desde o ano de 2000 que o Grupo EDP tem vindo a prosseguir uma estratégia de multi-serviços, essencialmente dirigida à redução de custos. Estes custos estão associados ao tratamento do ciclo comercial dos mais de 5 milhões de clientes de electricidade e dizem respeito essencialmente às actividades de leitura de contadores, envio e cobrança de facturas e sistemas de informação comerciais.

A concretização desta estratégia só é possível num quadro de parcerias com outras empresas prestadoras de serviços de consumo geral (*utilities*), especificamente a água e o gás, no sentido de diluir os custos associados às actividades comerciais pelos clientes destes três negócios. Neste sentido, o Grupo EDP tem vindo a procurar estabelecer e solidificar parcerias através da participação no capital de empresas de gás e de água.

A aquisição pelo Grupo EDP de 11% do capital da GALP Energia, numa operação realizada em Janeiro de 2000 e que envolveu a reestruturação accionista da holding nacional de gás e petróleo, foi já claramente também com este objectivo. Com esta aquisição, o Grupo EDP reforçou a sua participação na GALP Energia para 14,27%, a qual irá potenciar não só o projecto de multi-serviços, mas também o desenvolvimento de projectos na área da produção de electricidade e da cogeração.

E é também com este objectivo que deve ser entendido o interesse do Grupo EDP em reforçar a sua ligação ao negócio da água, nomeadamente ao Grupo AdP- Águas de Portugal. Durante todo o exercício de 2001, decorreram negociações entre estes dois grupos empresariais, tendo-se chegado a um entendimento de parceria estratégica no final do ano. Falta agora um entendimento com o accionista de referência da AdP, o IPE – Investimentos e Participações Empresariais, S.A., para se concretizar a operação de entrada do Grupo EDP no capital das Águas de Portugal.

Em 2001, a actividade de Multi-serviços (*multi-utility*) contribuiu com cerca de 13 milhões de euros para os proveitos de



prestações de serviços do Grupo EDP. Esta actividade engloba os serviços prestados relativamente à leitura de contadores, serviços de facturação e gestão de cobranças efectuados a 300.000 clientes de gás e facturação dos mais de 2.000.000 de clientes de serviços de água em mais de uma centena de Municípios Portugueses.

O Grupo EDP continua empenhado na prossecução desta estratégia de Multi-serviços por continuar a acreditar que ela será não só uma excelente plataforma para reduzir os custos associados ao ciclo comercial como também poderá trazer benefícios acrescidos de comodidade aos seus clientes.

TELECOMUNICAÇÕES

Estratégia

A ONI tem marcado a sua presença no espaço Ibérico, tendo-se destacado como o líder incontestado dos novos operadores, baseando a sua performance nos vectores fundamentais que orientam a sua estratégia:

- consolidação como operador líder dos novos operadores e como catalisador da efectiva liberalização dos mercados;
- manutenção do posicionamento como operador global em Portugal e focalização no segmento empresarial ao nível Ibérico;
- manutenção da eficácia no ritmo de conquista de mercado, privilegiando a eficiência de utilização dos recursos;
- controlo crescente da rede como forma de assegurar elevados padrões de qualidade e fiabilidade, com um alargado portfolio de produtos e serviços;
- procura de inovação permanente, tanto na abordagem das necessidades do mercado como nas soluções tecnológicas necessárias para as satisfazer.

É de destacar o empenho da ONI, desde a sua constituição em 1998, em criar um espaço próprio num sector ainda fortemente regulado. A capacidade de liderança e de inovação têm sido factores cruciais para o desenvolvimento da ONI, tendo sido alcançados marcos muito significativos, sendo de destacar os seguintes:

1999 Primeira licença de Operador de Redes Públicas de Telecomunicações;
Primeira licença de prestador de Serviço Fixo Telefónico;

2000 Primeiro operador alternativo a fornecer serviços de telecomunicações em acesso directo com meios integralmente próprios;

Primeiro operador alternativo a implementar *Virtual Private Networks Internet Protocol* em *Multiple Protocol Label Switching*

2001 Primeiro operador alternativo a oferecer serviço de pré-selecção.

Dentro do âmbito estratégico, 2001 foi um ano fundamental para, em paralelo à forte afirmação no mercado Português, iniciar a implementação da opção Ibérica. A estes níveis são de destacar os seguintes acontecimentos:

- reforço da composição accionista da ONI através da entrada da Brisa no capital social da ONI SGPS por incorporação da Brisatel, a subsidiária da Brisa para a área das telecomunicações;
- aquisição de 99,1% da Comunitel, empresa focada no mercado empresarial Espanhol e com um volume de proveitos em 2001 de aproximadamente 76 milhões de euros.

Liberalização e Regulação do Sector das Telecomunicações em Portugal

O ano de 2001 foi marcante para o sector das telecomunicações em Portugal, tendo-se progredido decididamente no sentido de uma maior abertura e maior transparência de mercado. Pela primeira vez, os novos operadores fizeram sentir efectivamente o peso das suas propostas e deixaram uma marca inequívoca no mercado das telecomunicações fixas, estimando-se que o operador incumbente tenha perdido entre 8% e 10% da sua quota do mercado fixo global.

Nesse contexto, a ONI destacou-se entre os novos operadores, liderando o processo de conquista de mercado. Ao atingir proveitos de serviços de telecomunicações superiores a 100 milhões de euros em Portugal, a ONI consolidou cerca de 40% da quota de mercado conquistada à PT, o que excedeu os



objectivos delineados no plano estratégico da Empresa.

Esta performance continua a desenvolver-se num sector fortemente regulado e ainda marcado por factores que condicionam o desenvolvimento da actividade dos novos operadores. A liberalização tem evoluído de forma positiva, embora certos constrangimentos permaneçam. No entanto, a postura mantida no último ano pelo ICP, agora ANACOM, deixa uma mensagem positiva quanto a uma aceleração do processo liberalizador, em consonância com as directivas Comunitárias e com os desejos e aspirações de todos os novos intervenientes no sector.

O ano de 2001 seria também o ano do início das operações da terceira geração móvel. No entanto, por dificuldades tecnológicas, nomeadamente ao nível dos equipamentos terminais, este processo sofreu um atraso, não só em Portugal mas em todo o Mundo. Os desenvolvimentos recentes apontam para que em 2002 alguns destes constrangimentos sejam ultrapassados e que seja iniciada uma nova etapa no desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal, na qual a ONI consolidará o seu papel de líder dos operadores alternativos no espaço Ibérico.

O ano de 2001 caracterizou-se por ser um ano de consolidação da liberalização e pelo desenvolvimento de novos instrumentos de regulação do sector, sendo de destacar a liberalização das chamadas de curta distância em acesso indirecto e a alteração do modelo de interligação à internet.

Realce também para a intervenção do Governo na área dos serviços UMTS, prorrogando até ao fim de 2002 o prazo para início de actividade dos respectivos operadores face ao atraso na disponibilização de equipamentos terminais, dilatando para



31 de Março o prazo de alienação obrigatória de participações em vários operadores e estabelecendo um prazo mínimo de 30 dias entre a alienação da participação detida pela OPTeP na Optimus e o início da actividade da ONI Way.

No período em análise, a ONI manteve um papel construtivo junto do regulador, tendo participado activamente no processo de liberalização através de propostas credíveis e sempre no sentido da maior transparência do mercado. No entanto, e apesar da intensa actividade legislativa e regulatória desenvolvida e do papel relevante do ICP-ANACOM, há que reconhecer que não foram ultrapassados alguns constrangimentos de natureza legal e regulamentar sendo de destacar como mais relevantes:

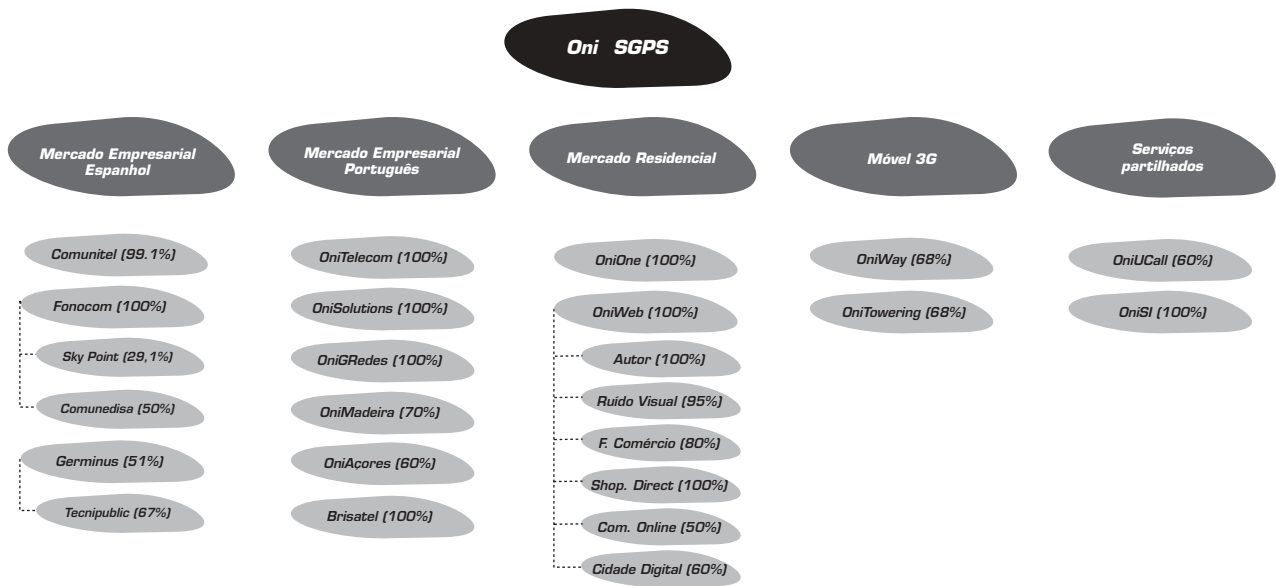
- tarifas de interligação muito superiores às médias europeias, com particular penalização do horário económico e tarifas de originação;
- limitações significativas na implementação da portabilidade do número, particularmente devido aos atrasos e descoordenações a nível do principal operador doador, que dificultam a portação efectiva de números;

- atrasos importantes no processo de implementação da oferta desagregada de lacete local (OLL), sendo que um ano após a data fixada para o efeito pelo Regulamento da União Europeia só se encontram transferidos lacetes em 3 centrais piloto.

Espera-se que estes factores possam ser reequacionados em 2002, até porque em alguns casos já foram anunciadas medidas nesse sentido.

O Grupo EDP nas Telecomunicações: ONI

No seu conjunto, a ONI representa cerca de duas dezenas de empresas dirigidas ao espaço Ibérico, com a seguinte organização:



Esta definição dos mercados permite à ONI uma abordagem simultaneamente ampla em termos geográficos e focada em termos das necessidades específicas de cada macro-segmento. Esta organização foi criada de forma a permitir subdividir as operações do Grupo ONI em quatro áreas de actuação diferenciada: o negócio fixo, o negócio móvel, os projectos internet e os serviços de suporte.

Em termos da evolução da actividade do Grupo, 2001 foi um ano marcante no desenvolvimento da ONI, tendo sido dadas respostas positivas à maioria das interrogações estratégicas e operacionais que marcaram o final de 2000 e o início de 2001.

Ao desacelerar do crescimento da internet, à lentidão do processo liberalizador, às dúvidas em torno do UMTS e às dificuldades comerciais sentidas por todos os operadores devido à posição dominante do operador incumbente, respondeu a ONI com eficácia comercial, capacidade de inovação tecnológica e processual e com o início do desenvolvimento do seu projecto Ibérico.



O desenvolvimento das infra-estruturas próprias de rede, o desenvolvimento de uma base alargada de clientes empresariais, a adesão de centenas de milhares de clientes residenciais ao prefixo 1050, a integração da Brisa na estrutura accionista, o acordo de *roaming* com a TMN, são alguns exemplos da capacidade de concretização da ONI, alicerçada numa plataforma accionista ímpar no mercado nacional.

Em síntese, eis os principais indicadores operacionais da ONI:

Indicadores Operacionais		2001	2000	△%
Serviços de Voz				
Clientes Activos	(mil clientes)	224	93	140,9%
Clientes Directos	(clientes)	261	40	552,5%
Linhas Registadas	(mil linhas)	651	295	120,7%
Tráfego de Voz	(milhões de minutos)	1.197	372	221,8%
Serviços de Dados				
Clientes Directos	(clientes)	1.649	913	80,6%
Circuitos de Acesso	(circuitos)	5.480	4.458	22,9%
Banda de Acesso	(E1 equivalentes)	1.026	654	56,9%
Tráfego Internet	(milhões de minutos)	593	252	135,3%

Nota: Para efeitos de comparação, os valores apresentados, tanto para 2000 como para 2001, incluem 12 meses de exploração da Comunitel)

Investimento

Estando presente em diversos mercados e em segmentos que apresentam maturidades diferenciadas, desde a fase inicial do projecto UMTS até à maturidade operacional do segmento de *carriers*, a função investimento continua a ser um dos *drivers* da evolução da actividade da ONI, tanto em termos técnicos como em termos financeiros, nomeadamente em Espanha e no segmento móvel.

Investimentos Técnicos

Os serviços de telecomunicações disponibilizados pela ONI aos diversos segmentos são suportados por uma moderna e

integrada infra-estrutura, compreendendo as funções básicas de transporte, acesso, comutação de banda larga, comutação de banda estreita, sistemas de comutação privada e funções de apoio técnico à exploração. O desenvolvimento desta infra-estrutura de telecomunicações é impulsionado pelos seguintes factores:

- a adequação das plataformas tecnológicas aos serviços a disponibilizar;
- a cobertura geográfica da oferta de serviços, procurando atingir as áreas de mercado objectivo e a minimização dos custos de exploração associados;
- a manutenção dos índices de qualidade de serviço, envolvendo o reforço de capacidade para o suporte do crescimento do volume e utilização dos serviços;
- actualizações ao nível das tecnologias que implementam as principais funções de rede, nomeadamente para a obtenção de maior rentabilidade e performance.

Infra-estruturas básicas

Ao nível do desenvolvimento das infra-estruturas básicas, o ano de 2001 ficou marcado por dois factos da maior relevância:

- a integração da rede da Brisatel, que veio acrescentar cerca de 950 kms de cabo de fibra óptica de alta qualidade, num total aproximado de 90.000 kms de FO (fibra óptica), e com cerca de 69 pontos de presença;
- os acordos para troca de capacidade em Espanha, com a Comunitel a servir de pivô para um conjunto de acordos que possibilitaram a alavancagem financeira dos activos em território nacional. A capacidade resultante destes acordos vem potenciar o plano de negócios Ibérico e permite à ONI ter controlo sobre cerca de 8.000 km de infra-estrutura na Península Ibérica.

Adicionalmente ao reforço do *backbone*, a ONI continuou o desenvolvimento de infra-estruturas de rede ao nível das MAN

(Metropolitan Area Network) e LAN (Local Area Network) e em diversas formas de acesso directo nomeadamente FWA (Fixed Wireless Access), FITL (Fibre into the Loop) e OLL (Oferta do Lancete Local), com investimentos totais de cerca de 13 milhões de euros.

Redes de Comunicações

A ONI manteve a sua estratégia de desenvolvimento de infra-estruturas de rede ao nível das diversas plataformas: transporte, comutação de banda estreita, comutação de banda larga, rede de acesso (*wireless* FWA e FH – Feixe Hertziano – e também *wireline* com FITL e LL – Lancete Local) e funções de apoio técnico à exploração, num total de cerca de 43 milhões de euros.

Nesta área, merece referência a análise em curso sobre a viabilidade económica da tecnologia *Powerline* (utilização das linhas de energia de baixa tensão para transmissão de voz, dados e acesso à internet). Em 2001, foram efectuados testes tecnológicos que culminaram com as demonstrações efectuadas no Museu da Electricidade e na sede da ONI e na criação de grupos de trabalho conjuntos com a EDP para o desenvolvimento do projecto.

Investimentos Financeiros

A actividade financeira do Grupo ONI em 2001 ascendeu a cerca de 538 milhões de euros, sendo que cerca de 136 milhões de euros não representaram *cash-flow*, pois trataram-se de movimentos contabilísticos associados à reorganização do Grupo, e um valor adicional de cerca de 81 milhões de euros referentes aos aumentos de capital no negócio móvel estava ainda por realizar. Desta forma, o *cash-flow* de 2001 associado ao movimento financeiro totalizou cerca de 321 milhões de euros.

A actividade financeira do grupo centrou-se em torno dos três vectores fundamentais:

- O projecto UMTS: representou perto de metade dos investimentos financeiros totais, na medida em que a holding

assumiu, directa e indirectamente, perto de 231 milhões de euros do reforço dos capitais próprios da ONI Way. A área móvel representa assim cerca de 44% da actividade financeira total do grupo;

- O projecto Ibérico: a aquisição da Comunitel e o reforço da situação na Germinus representaram cerca de 79 milhões de euros, na sua grande maioria dispendidos na aquisição do operador de telecomunicações;
- A reorganização do Grupo: conforme foi referido, são de registar movimentos contabilísticos de cerca de 137 milhões de euros associados à reestruturação do grupo ONI, nomeadamente devido à integração da ONI Telecom no universo SGPS, no valor de 113 milhões de euros.

A este nível, a ONI SGPS efectuou em 2001 um reforço dos capitais próprios no valor de cerca de 264 milhões de euros, destinado a suportar a actividade financeira da holding e também o cumprimento dos rácios associados às licenças de operador de telecomunicações da ONI Telecom, empresa onde os capitais próprios foram reforçados em cerca de 90 milhões de euros.

Recursos Humanos

A ONI reconhece que a constituição de uma equipa altamente motivada e especializada é crítica para assegurar o sucesso das operações e constitui um dos activos estratégicos mais diferenciadores da actividade de um operador de telecomunicações.

O ano de 2001 foi marcado pelo crescimento do quadro de colaboradores do Grupo, impulsionado por dois factores estruturantes: a evolução do projecto móvel e pelo desenvolvimento das operações em Espanha. Os principais indicadores apresentam a seguinte evolução (de notar que os valores de 2000 incluem a Comunitel para efeitos de comparação):



	2001		2000		△% Nº Colab.
	Nº Colab.	%	Nº Colab.	%	
Repartição dos colaboradores					
Por geografia					
Portugal	1.110	65%	563	55%	97%
Espanha	609	35%	456	45%	34%
Por negócio					
Fixo	779	45%	591	58%	32%
Móvel	304	18%	14	1%	2.071%
Projectos & Conteúdos	409	24%	246	24%	66%
Áreas de suporte	227	13%	168	16%	35%
Por carreira					
Marketing & Vendas	395	23%	289	28%	37%
Técnica	928	54%	472	46%	97%
Staff administrativo	396	23%	258	25%	53%
Total de colaboradores do Grupo ONI	1.719		1.019		69%

A idade média do grupo mantém-se em torno dos 30 anos e as qualificações académicas também apresentam uma relativa estabilidade, sendo que a maioria dos colaboradores possui qualificações ao nível do ensino superior.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

EDINFOR

As Tecnologias de Informação (TI) constituem um domínio relevante na actividade económica, tendo a EDP assumido a importância de uma presença forte nesta área por ser decisiva para o crescimento do valor dos activos e negócios do Grupo. Assim, a EDP, através da EDINFOR Sistemas Informáticos, S.A., como empresa do Grupo vocacionada para o sector das Tecnologias da Informação,

tem vindo a desenvolver competências importantes neste domínio.

Estratégia

A EDINFOR é uma empresa detida na totalidade pelo Grupo EDP. A sua actividade em 2001 pautou-se pela seguinte estratégia:

- *Relacionamento forte com o Grupo EDP.*

A EDINFOR tem assumido o papel de centro de competências do Grupo EDP em matéria de Tecnologias de Informação. Neste âmbito, tem apoiado o Grupo em todas as iniciativas relacionadas com as Tecnologias de Informação e fortalecido as suas relações comerciais com as empresas que o constituem, adquirindo competências e meios baseados nas necessidades do universo industrial e de serviços do Grupo EDP;

- *Liderança de mercado e desenvolvimento de competências.*

A EDINFOR é líder nacional no sector de prestação de serviços de Integração de Sistemas. Tem caminhado para uma postura estratégica de *one-stop-shopping*, reunindo valências e meios capazes de fornecer soluções completas aos clientes dos seus mercados-alvo. Apresenta como grandes áreas de intervenção: Integração de Sistemas, *Outsourcing* de Processos e Aplicações, Infra-estruturas de Tecnologias de Informação, Soluções Geo-referenciadas, Soluções Gráficas e de *Finishing* e ainda Processos Complementares. A EDINFOR tem focado os seus esforços preferencialmente nas grandes empresas e organizações complexas, privilegiando os segmentos de *Utilities*, Indústria, Telecomunicações, Administração Pública Central e Local, Banca, Seguros e Saúde.

Merecem ainda relevo a prestação de serviços às empresas do sector das Telecomunicações, com destaque para a ONI, com a qual tem sido possível desenvolver uma cooperação mais estreita, aprofundando as sinergias decorrentes da afinidade das áreas em que actuam.

No domínio das competências, salienta-se os desenvolvimentos em SAP e de processos para a Web com crescente relevo na actividade da empresa.

- **Internacionalização.**

A EDINFOR tem focado os seus esforços preferencialmente no Brasil e em Espanha, actuando numa perspectiva de apoiar os esforços de internacionalização da EDP, aproveitando as oportunidades de mercado existentes.

Aquisições

O exercício de 2001 ficou marcado pela criação das empresas ACE, em que a EDINFOR detém 60% do capital. No âmbito do processo de consolidação empresarial da ACE, registam-se algumas aquisições de empresas em fase final de concretização, que actuam nos seguintes domínios de especialização:

- *Datawarehouse*, no seguimento de uma parceria já existente que permitiu o reforço de competências neste domínio;
- *workflow* e Gestão Documental, área não coberta pela ACE à data da sua constituição, sendo a empresa alvo detentora de uma carteira de clientes considerada interessante;
- desenvolvimento e integração de produtos e soluções Microsoft. Esta empresa fazia já parte do negócio tradicional da CASE;
- consultoria estratégica e de tecnologias e sistemas de informação. A empresa alvo foi criada por um grupo qualificado de consultores e actua numa área em que a ACE pretende reforçar competências.

De referir que estas aquisições fizeram parte de uma estratégia de consolidação e aquisição das valências necessárias para garantir uma oferta de qualidade completa na postura de *one-stop-shopping*.

Reorganização

Durante o ano de 2001, a EDINFOR levou a cabo importantes acções de reorganização com vista

a melhorar o seu posicionamento de mercado e aproveitar melhor as valências existentes na prossecução de uma estratégia que aponta para a possível constituição de uma holding. Assim, criaram-se unidades empresariais a partir de Divisões da EDINFOR já existentes e desenvolveram-se acções organizativas com vista a operacionalizar o acordo de formação da ACE e a assumir uma postura de mercado mais eficaz. As principais acções neste domínio foram:

- criação da empresa IT-LOG, formada a partir de uma divisão já existente, detida a 100% pela EDINFOR. Esta empresa tem a sua actividade central na consultoria e projecto de infra-estruturas de Tecnologias de Informação, bem como na comercialização de *hardware* e *software*;
- criação de uma unidade de *Call Center*/CRM – orientada para a gestão e exploração de serviços de *Call Center*/CRM. O desenvolvimento desta actividade será articulado com a recém-criada U-CALL, fruto de uma parceria com a ONI destinada à exploração conjunta de unidades de *Call Center*;
- reestruturação de Órgãos de Apoio ao Conselho de Administração, tornada necessária para responder às novas exigências decorrentes do acentuado crescimento de actividade da Empresa e das orientações estratégicas tomadas.

A nível das empresas ACE, merecem destaque várias acções importantes de reorganização, necessárias no seu primeiro ano de funcionamento e destinadas a permitir uma mais rápida afirmação no mercado como fornecedor global de referência na prestação de serviços e soluções na área das Tecnologias e Sistemas de Informação. Os vectores de acção mais relevantes da reorganização efectuada foram:

- dotar a ACE das melhores práticas da indústria;
- crescer através da criação de novas empresas ou de aquisições, sempre que estas trouxessem novos projectos e novos conhecimentos em áreas de negócio emergentes;



- consolidar, em Portugal, a posição de primeira empresa prestadora de serviços nesta área;
- desenvolver os negócios noutros mercados preferenciais: Brasil, Espanha e África de expressão portuguesa.

Ainda a nível da reorganização das empresas ACE, salienta-se o projecto GO-ACE que ainda decorre e que visou essencialmente:

- definir e implementar um novo modelo organizacional num contexto de Grupo e aplicável a todas as empresas ACE;
- definir os procedimentos organizacionais subjacentes ao Modelo de Organização e que se devam instituir como prática comum no universo das Empresas ACE;
- identificar e concretizar áreas de negócio e ofertas pelas várias empresas ACE;
- contribuir para a implementação da empresa ACE Gestão, staff da ACE holding;
- lançar e acompanhar os projectos de implementação em todas as empresas no universo do Grupo.

Actividades principais

A) Actividades para o Grupo EDP

Durante o exercício de 2001, continuou a ter grande relevância o esforço desenvolvido pela EDINFOR para as empresas do Grupo EDP. Destacam-se, pela sua importância estratégica para o Grupo e pelos montantes envolvidos, a intervenção nos projectos SIAG (Sistemas Integrados de Apoio à Gestão) e SGCD/ISU (Sistema de Gestão Comercial da Distribuição) que entraram parcialmente em produção durante o ano 2001.

No âmbito destes dois grandes projectos, o CPD (Centro de Processamento de Dados) da EDINFOR assumiu grande protagonismo ao criar os ambientes para ambos e prestar apoio

às respectivas equipas de projecto. Para além de definir a arquitectura, o CPD interveio activamente na aquisição dos equipamentos e *software* necessários bem como na sua instalação, configuração e implementação dos ambientes. Com estas aquisições de equipamento, o CPD tornou-se, a nível de *mainframe*, o maior Centro de Portugal, e, em termos de computador de suporte a SAP, o 99º maior do mundo (18º a nível europeu).

A implementação Geo-EDP pela Divisão S&IG (Sistemas e Informações Geo-referenciadas) foi também um Projecto de grande importância. Nos termos do Plano Director de Sistemas da EDP, o Geo-EDP contribui para a nova arquitectura de sistemas de informação do Grupo, em geral, e da EDP Distribuição, em particular, garantindo a integração das componentes de gestão de informação geo-referenciada com os novos sistemas corporativos, nomeadamente com as plataformas SAP. Actividades como o Planeamento, o Projecto e Construção, a Condução e a Manutenção são os grandes alvos deste Programa, dotando-os de instrumentos poderosos para suporte à optimização de processos empresariais, como a ligação de clientes, a resolução de avarias, a gestão da qualidade de serviço e a actualização da informação. Este projecto, satisfazendo as necessidades prioritárias do Grupo EDP em termos de dados cartográficos, vem dotar o País de informação cartográfica de grande escala, com repercussão muito positiva também para os municípios portugueses.

As empresas ACE participaram em alguns projectos de relevo para o Grupo EDP, destacando-se o projecto de consultoria e implementação do sistema de informação para o mercado desregulado da energia eléctrica para a EDP Energia. Salientam-se também a realização de serviços de consultoria em *Billing* e *Customer Care* para a ONI e a participação na selecção e desenvolvimento do sistema BSS (Business Support System) da ONIWAY.

Em termos de apoio à actividade informática das empresas do Grupo EDP, destaca-se também a actividade desenvolvida pela nova empresa IT-LOG que comercializou *hardware* e *software* para todas as empresas do universo EDP, prestou serviços

de gestão e manutenção das infra-estruturas de Tecnologias de Informação do Grupo e realizou projectos de dimensão e relevância para o Grupo EDP e ONI nas áreas de infra-estruturas e de desenvolvimento aplicacional.

Finalmente, na área de soluções gráficas e de *Finishing*, realça-se o esforço do Centro de *Finishing* da EDINFOR no desenvolvimento informático de novas soluções de edição para as empresas do Grupo, de entre as quais se destaca o Projecto SGCD/ISU (para a EDP e GDL), já antes referido, pela sua importância e complexidade.

B) Actividades fora do Grupo

No seguimento de iniciativas adoptadas anteriormente, a criação da ACE permitiu conquistar mercado e maior visibilidade fora do grupo EDP, sobretudo ao nível das empresas ACE, salientando-se, entre outros, dois projectos importantes para a Segurança Social:

- Sistema de Informação Financeiro – implementação do SIF (Sistema de Informação Financeira) para adaptação ao Euro e POCISSSS (Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e Segurança Social).
- Sistema de Gestão de Contribuintes – implementação de um Sistema de Gestão de Contribuintes no IGFSS (Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social).
Pelo seu carácter pioneiro, destaca-se também uma implementação da ACE em SAP R/3 para o INA (Instituto Nacional de Administração). Tratou-se da primeira solução SAP R/3 na Administração Pública Central, em regime ASP (Application Service Provider) para a área administrativa e financeira da Administração Pública.

Finalmente, as empresas ACE garantiram também um importante contrato de manutenção das aplicações SAP de ERP (Enterprise Resource Planning) nos CTT.

A Divisão de CPD (Centro de Processamento de Dados) da EDINFOR também colaborou activamente no aumento da actividade para fora do Grupo EDP. Realça-se que esta Divisão



foi seleccionada pela empresa POTABIL (um consórcio entre a CASE/Edinfor e a empresa norueguesa Port-it) para o *outsourcing* da aplicação de Portabilidade do ICP (Instituto das Comunicações de Portugal, actual ANACOM) para os operadores nacionais, cuja aplicação entrou em produção no final de 2001. Durante o último trimestre de 2001, o CPD esteve também envolvido na criação da infra-estrutura para o projecto ASP SAP da CASE/ Edinfor.

No exercício em análise, as empresas e divisões da EDINFOR continuaram a sua importante actividade de apoio e permanente melhoria dos sistemas informáticos comerciais de saneamento, água e gás de empresas e autarquias em várias regiões do País.

No domínio dos Sistemas Geo-referenciados, salienta-se o aumento da colaboração com os municípios, através da disponibilização de uma solução global em matéria de gestão urbanística, compreendendo dados cartográficos, aplicações específicas, integração com sistema de licenciamento de obras particulares e funcionalidade para postos de atendimento ao público.

Finalmente, na área Gráfica e de *Finishing*, a EDINFOR registou também um aumento considerável de relações comerciais com o Grupo BCP, na sequência de parcerias estabelecidas para o fornecimento de serviços de *finishing*. Neste contexto, o



outsourcing do *finishing* daquele grupo tem sido implementado pela EDINFOR desde 1 de Janeiro de 2001, no seguimento da transferência e integração desta actividade no Centro de *Finishing* da EDINFOR localizado em Sacavém. A Copidata também registou um esforço assinalável de redução da sua dependência do mercado de formulários, na prossecução de uma política de diversificação da oferta alicerçada no estabelecimento de parcerias com entidades externas ao nível da produção.

C) Actividades no estrangeiro

No Brasil, a EDINFOR, Ltda., (frequentemente designada por EDINFOR Brasil) completou o seu segundo ano de actividade, consolidando o apoio na área das Tecnologias de Informação ao accionista de referência, nomeadamente com actividades na EDP Brasil e na Bandeirante Energia, no Estado de São Paulo. Alargou também o seu perímetro de actuação a empresas fora do Grupo EDP e da área das *Utilities*. Neste esforço destacam-se os projectos de *outsourcing* para a CPFL (Companhia Piratininga de Força e Luz) e para a TVCidade (Rede de TV Cabo no Brasil) e, na área de geoprocessamento, projectos para a Intelig (Telecom) e CERJ (Companhia de Electricidade do Rio de Janeiro).

Com a expansão das actividades referidas, a EDINFOR, Ltda., alargou a sua actuação aos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Baía, Sergipe, Pernambuco e Ceará. De referir também o investimento desta empresa em melhorias do seu *Data Center* com o objectivo de melhorar a sua prestação de serviço e acompanhar a estratégia internacional da EDP no alargamento dos seus investimentos no Brasil, nomeadamente na ESCELSA e ENERSUL.

Ainda no Brasil, salienta-se a prestação de serviços à SABESP, que abrangeu as vertentes de ERP, Atendimento e Serviços ao Cliente, *Billing*, Operação e Gestão da Rede de Consumidores.

Em Espanha e no sector das Telecomunicações, destaca-se uma implementação do sistema de gestão de pré-pagos PPS Quest para a XFERA. Em Marrocos, há a assinalar outras

implementações na MEDITEL (manutenção do sistema de pré-pagos PPS) e REDAL (implementação do Sistema Comercial de electricidade, água e saneamento nas cidades de Rabat e Salé). Finalmente, em Moçambique, foi realizado um projecto de reengenharia de processos e implementação do sistema SAP/R3 no Banco de Moçambique.

CENTRAL-e

O ano 2001 foi o ano de início efectivo da actividade do forumb2b.com, tendo sido no segundo semestre que o arranque efectivo da actividade foi mais notório.

Num clima economicamente desfavorável e com expectativas no mercado do *business-to-business* que não se confirmaram, a Central-e conseguiu ainda assim, apresentar um volume de negócios no montante de 1.077,5 milhares de euros.

Foram realizados dois importantes leilões no forumb2b.com (solução de preços dinâmicos): o leilão invertido para a Galp Energia, para um serviço de manutenção de um tanque de crude na refinaria de Sines, onde a poupança foi de 12% face ao processo normal e o leilão de compra de computadores portáteis pelos CTT, tendo constituído a primeira compra B2B por parte dos CTT. Esta operação representou uma importante poupança relativamente à última aquisição de produtos semelhantes e ao tempo de negociação com os fornecedores.

Implementou-se a solução de compras electrónicas na EDP e concluiu-se a implementação da mesma solução na Galp Energia. Há ainda a destacar o desenvolvimento do Portal do Empregado do grupo Galp Energia em parceria com a consultora Cap Gemini Ernst & Young. Foi também em 2001 que foi implementada a primeira comunidade do forumb2b.com, dedicada ao comércio electrónico *business-to-business* entre PME's (Mercado Digital Forum Comércio). Ao nível da Administração Pública, foi assinado um contrato entre a Central-e e a Secretaria Geral do Ministério da Ciência

e da Tecnologia para a utilização do sistema de compras do forumb2b.com.

O ano 2001 continuou a ser, tal como o ano anterior, um ano de fortes investimentos, no sentido de dotar o forumb2b.com de uma variedade de serviços e funcionalidades necessários às empresas aderentes.

Em Julho de 2001 foi disponibilizado no portal forumb2b.com um canal de conteúdos nacionais e internacionais. O objectivo deste canal é dotar as empresas que partilham a plataforma tecnológica do forumb2b.com de matéria noticiosa, substanciada em casos práticos e análises nacionais e internacionais que se traduzam numa mais-valia para o entendimento do estado actual do *business-to-business*.

Foi estabelecida uma parceria com o Grupo Luís Simões para a área dos transportes, no seguimento da estratégia de alargamento da oferta. Esta parceria permite às empresas que transaccionam na plataforma do forumb2b.com usufruir de mecanismos de contratação de serviços de transporte *on-line*, que conjuntamente com os processos de comércio electrónico completam o ciclo de compra e venda.

Neste sentido, o forumb2b.com disponibiliza as seguintes aplicações: Análise de compras, Directório de fornecedores, Compras electrónicas, Mercado digital, Leilões de compra, Pedidos de proposta, Leilões de venda, Painel de controlo de compras, Desempenho de fornecedores.

DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS DE SERVIÇOS PARTILHADOS

Criação de sub-holding para as empresas de serviços

Prosseguiu a reorganização do Grupo para adaptação da estrutura ao crescimento do número de empresas que o integram, marcada pela clarificação de distintas áreas de

negócio. Neste contexto, iniciaram-se na parte final do ano os trabalhos de criação da sub-holding de serviços no Grupo EDP, tendo em vista:

- a coordenação de todas as empresas e unidades orgânicas tendo como objecto principal a prestação de serviços de suporte transversal a todo o Grupo, em que se incluem as empresas MRH, Sâvida, SCS, EDP Serviços e EDP Imobiliária;
- a centralização das funções de suporte nas áreas económico-financeiras, aprovisionamentos (negociação e compras), logística e recursos humanos;
- libertar a holding da coordenação directa de algumas áreas operacionais, facilitando a concentração em decisões relativas às grandes opções estratégicas do Grupo;
- a criação de valor suportada em ganhos de eficiência que esta centralização pode permitir, bem como pela melhoria de qualidade de serviços internos.

Surgiu assim a EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A., cuja implementação será gradual, sendo inicialmente vocacionada para servir o conjunto de empresas não nucleares. O projecto em curso, mobilizador de um significativo número de colaboradores, vai permitir que, até ao final do primeiro trimestre de 2003, a EDP Valor passe a assegurar também a prestação de serviços às empresas da Produção e Distribuição. Entre as prioridades estabelecidas para a nova empresa está, no curto prazo, a realização de poupanças significativas para o Grupo EDP, por via da negociação centralizada de bens e serviços gerais não específicos.

A EDP Valor vai assim ter papel significativo no programa de melhoria de eficiência que permitirá à EDP enfrentar com êxito os desafios decorrentes da liberalização do mercado.

O desenvolvimento da EDP Valor será marcado pela criação de uma forte orientação para os seus clientes internos, com definição clara das articulações consagradas em



contratos formais, prevendo incentivos para a melhoria da qualidade de prestação de serviços. O investimento que tem sido feito em sistemas e comunicações nos últimos anos permite dispôr de uma alavanca essencial para uniformização de procedimentos e minimizar o impacto da dispersão geográfica.

Formação de Recursos Humanos

Durante o ano 2001, o Grupo EDP desenvolveu uma significativa actividade no domínio da Formação Profissional, quer dirigida aos seus Colaboradores, quer a terceiros, corporizando, por um lado, o eixo "Desenvolver" explicitado na Política de Recursos Humanos e, por outro, reforçando as relações de parceria com fornecedores e outras partes interessadas.

Igualmente, foram neste ano dados importantes passos ao nível do desenvolvimento das metodologias e dos recursos afectos à actividade da formação, por forma a que estes possam vir a dar resposta mais pronta e adequada às necessidades que decorrem da implementação das estratégias do Grupo.

Assim, viria a verificar-se, ao longo do ano, um acréscimo significativo na formação técnica de executantes, com destaque para a área temática Redes de Distribuição, bem como a manutenção, a um nível ainda muito elevado, do esforço de formação inicial de utilizadores, associado ao prosseguimento dos projectos Navegador e Cliente Mais, de implementação da plataforma informacional SAP, no Grupo.

A estas duas áreas principais de intervenção em formação, juntar-se-iam as de Informática de utilizador, Desenvolvimento da Eficácia da Gestão, Prevenção e Segurança, Línguas Estrangeiras, entre outras de carácter pontual ou de âmbito mais reduzido, no total representando, no ano, um esforço que ultrapassou os 35.000 dias de formação.

Em resultado da candidatura oportunamente apresentada, parte deste esforço de investimento viria a ser financiado pelo POEFDS (Programa Operacional do Emprego, Formação e

Desenvolvimento Social), num montante de financiamento superior a 1 milhão de euros.

A prestação de serviços de formação ou de consultoria a clientes externos ao Grupo EDP viria também a registar um significativo crescimento de cerca de 60%, não apenas acompanhando o desenvolvimento dos sistemas de gestão e de qualificação de fornecedores da EDP Distribuição, mas também em resultado da política de alargamento e diversificação de mercados, que vem sendo prosseguida no sentido da obtenção da maior eficiência dos recursos alocados à actividade.

Registam-se neste domínio, como mais relevantes, as prestações no âmbito do protocolo celebrado com a APIEE (Associação Portuguesa dos Industriais de Engenharia Eléctrica), as destinadas à Empresa de Electricidade dos Açores (EDA) e as que, através da Internel, se destinaram à REDAL (Marrocos), à CEM (Macau) e ao Ministério da Energia e Águas de Angola.

Manteve-se ainda estreita colaboração com a CERTIEL (Associação Certificadora de Instalações Eléctricas), com destaque para os trabalhos de concepção de novas séries de seminários de informação e sensibilização, destinados a instaladores, a operacionalizar em 2002.

Ao nível dos recursos, o ano 2001 regista a reorganização da MRH, o alargamento e consolidação do leque das suas competências e, bem assim, o seu reconhecimento externo. Neste domínio foram desenvolvidas as actividades conducentes à homologação, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), de dois cursos de formação pedagógica de formadores, à acreditação, pela ANEFA, da MRH como promotora de um Centro de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências (CRVCC) em Seia, à certificação do seu sistema de gestão da qualidade segundo a norma NP EN ISO 9001:2000, bem como iniciado o processo de renovação da sua acreditação como entidade formadora, pelo INOFOR, para todo o ciclo do processo formativo, agora incluindo também a formação à distância.

Se qualquer destes desenvolvimentos é significativo pelo que representa em termos qualitativos, não deixa de merecer especial relevo o projecto de instalação do CRVCC de Seia, não só pelo impacto que este Centro pode vir a ter na requalificação de uma parcela ainda significativa dos Recursos Humanos do Grupo, como também porque possibilita estender, de forma organizada, à utilização de uma população bastante mais vasta, naquela região do País, os recursos e o *know-how* do Grupo EDP no domínio da formação profissional de adultos.

No que respeita às metodologias, respondendo às novas circunstâncias do desenvolvimento da actividade do Grupo, verificaram-se decisivos progressos na utilização do *e-learning*.

Com efeito, no âmbito de diversas parcerias constituídas, viriam a ser produzidos, com significativo sucesso, quatro novos produtos de ensino à distância, desenvolvida uma plataforma de gestão deste tipo de formação, bem como protagonizada pelas duas empresas do Grupo com competências neste domínio – a MRH e a ACE Bnet – a candidatura à participação num projecto comunitário de I&D, de concepção e experimentação de uma plataforma de *e-learning* adaptativa (Projecto Alfanet).

Ainda no domínio da inovação, regista-se o lançamento, pela MRH, de um projecto de desenvolvimento de uma metodologia para avaliação da eficácia da formação, cujo primeiro piloto de experimentação ocorreu na EDP Produção, no final do ano.

Gestão de Património Imobiliário

Durante o corrente ano, a EDP Imobiliária desenvolveu um conjunto de acções para valorizar o património imobiliário sobran-te e para libertar escritórios com vista à sua alienação.

Para alguns terrenos que possuem características e escala para desenvolver empreendimentos imobiliários, obteve-se uma capacidade construtiva acima do solo superior a 150 mil m² destinada a habitação para as classes média-alta.

Os terrenos que não possuam aquelas características diferenciadoras serão vendidos após valorização, o que passa pela clarificação da(s) entidade(s) que são proprietárias dos referidos bens e do esclarecimento junto das respectivas Câmaras Municipais e outros intervenientes no mercado, das respectivas potencialidades presentes e futuras. Neste ano alienou-se o loteamento de Repeses, em Viseu, e um terreno em Peniche com projecto aprovado, tendo-se obtido mais-valias superiores a 2,3 milhões de euros.

A nível dos escritórios para o Grupo iniciou-se a construção do edifício Arregaça, em Coimbra, e instruiu-se um PIP (Plano de Informação Prévia) para o terreno de Cabo Ruivo em Lisboa. Estes escritórios permitirão concentrar serviços e libertar espaços dispersos mais valiosos.

Iniciaram-se também as obras de remodelação da futura Sede do Grupo EDP na Praça Marquês de Pombal, em Lisboa.

Em consequência da redução de efectivos e da racionalização dos espaços ocupados, alienou-se o edifício da Rua Mouzinho da Silveira, em Lisboa, esperando-se no corrente ano vender mais 3 instalações e em simultâneo concentrar em Lisboa a EDP Produção num único edifício do Grupo.

Entende-se, como política a prosseguir por esta área, a redução de espaços detidos pelo Grupo, alienando os restantes e valorizando tecnicamente os terrenos e imóveis de que se dispõe para a sua consequente alienação.

Prestação de Cuidados de Saúde

Em 2001, a Sávica continuou a garantir a assistência médica e medicamentosa, complementar à prestada pelo Serviço Nacional de Saúde, a todo o universo de trabalhadores do Grupo EDP.

A política de melhoria contínua da qualidade de serviço, bem como um atendimento personalizado, foram objectivos que se mantiveram no ano 2001.



Também se deu continuidade à política de melhoria de algumas instalações, de que se salientam as obras de recuperação do Posto Médico Central do Bolhão, no Porto, e o novo Posto Médico em Sines, a inaugurar brevemente.

O quadro de trabalhadores que era constituído por 121 no ano anterior, passou neste ano para 147 por força da transferência para a SÁVIDA de recursos que anteriormente, embora desempenhando funções para a empresa, integravam o quadro de pessoal de Empresas do negócio eléctrico.

Na área da Medicina do Trabalho, continuou a assegurar-se a prestação de serviços a todas as Empresas do Grupo EDP e, aproveitando sinergias sem prejudicar aquela actividade, prestou-se também serviços a 11 empresas exteriores ao Grupo EDP.

A nível do Grupo EDP, nesta área, realizaram-se cerca de 7.800 exames (periódicos, de admissão e ocasionais), cerca de 54 mil exames complementares de diagnóstico, 64 acções de formação sobre socorrismo e educação para a saúde, 15 reuniões com comissões e subcomissões de segurança e ainda 146 visitas a locais de trabalho.

O quociente entre o número de exames médicos realizados e o número médio de trabalhadores do Grupo cifrou-se nos 68%. Já no final de 2001 arrancou o projecto de criação da SCS – Serviços Complementares de Saúde, tendo em vista isolar da SÁVIDA actividades relacionadas com o acto médico não abrangidas pelo Protocolo com o Serviço Nacional de Saúde, prestar cuidados de saúde a utentes não abrangidos pelo ACT (Acordo Colectivo de Trabalho) e potenciar a qualidade e a flexibilidade da gestão dos respectivos serviços.

Sistemas Informáticos

Novos Sistemas Corporativos

O ano foi essencialmente marcado pela entrada em produção de componentes essenciais das novas aplicações corporativas baseadas em SAP. De facto, e na continuação da implementação do Plano Director de Sistemas elaborado em 1998, tendo em vista a renovação das aplicações

e a sua adequação ao Euro, realizaram-se intensos trabalhos de preparação que culminaram, em Janeiro, com a entrada em produção (empresas da 1ª vaga) do Projecto Navegador – SAP R/3 e, em Novembro, com a entrada em produção do Projecto Cliente Mais – SAP ISU-CCS.

Em simultâneo com o desenvolvimento e entrada em produção das novas aplicações, foi grandemente reforçada toda a infra-estrutura de processamento central, comunicações e redes locais, bem como renovados os postos de trabalho dos utilizadores, para suportar os novos ambientes.

Segurança Informática

Ainda no seguimento das orientações constantes do Plano Director de Sistemas (PDS), e tendo em vista o estabelecimento de mecanismos destinados a melhorar o nível de protecção da informação e dos seus sistemas de suporte, realizou-se um Projecto de Segurança Informática dos Sistemas do Grupo EDP. Abrangeu todos os processos do ciclo de vida da informação, incluindo os sistemas que lhe servem de suporte (processamento, armazenamento e comunicações), e foi aprovado um conjunto de documentos abrangendo Princípios, Organização e Normas de Segurança Informática, integrados no Manual de Segurança Informática.

Em simultâneo com esse projecto foram desencadeadas iniciativas destinadas a salvaguardar a exposição dos novos projectos face aos riscos emergentes. Foi elaborado um Manual de Segurança para ambientes SAP, onde se encontram explicitadas as regras de segurança a adoptar durante as fases de projecto e exploração. Realizaram-se testes de intrusão à plataforma internet do Grupo EDP, com resultados positivos, antes de entrar em produção as mais recentes potencialidades do Sítio Internet da EDP.

Foi constituído o Grupo de Acompanhamento da Segurança Informática, a quem cabe estabelecer e coordenar os processos de segurança informática em todo o Grupo EDP.

Novo Plano Director de Sistemas

Decorridos que foram três anos da execução do último PDS, a envolvente, o negócio e os sistemas de informação do Grupo

EDP evoluíram significativamente, justificando a necessidade de reapreciação das orientações e iniciativas dele decorrentes. O impacto das modificações no ambiente de negócio e dos investimentos efectuados em Tecnologias de Informação foi maior do que o antecipado, resultando numa reestruturação importante do Plano Director de Sistemas então elaborado.

Do trabalho intensivo e aprofundado de análise da presente situação e das condicionantes estratégicas que enquadram todo o futuro do sector eléctrico, resultou a preparação do novo Plano Director de Sistemas de 2001.

Esta nova versão do PDS teve como catalisadores:

- novas regras de mercado;
- retenção de Clientes;
- consolidação dos investimentos;
- conectividade, incluindo as tendências de mobilidade;
- a época da internet e o colapso das *dot.com*;
- reorientação dos investimentos em aplicações do tipo ERP para aplicações periféricas e colaborativas (CRM, B2B, *Supply Chain Management*, *Workflow*, entre outras).

Esta nova versão do PDS aponta para o desenvolvimento de iniciativas no âmbito das várias áreas de negócio e na organização e processos informáticos, bem como nas tecnologias de suporte.

Sítio EDP e EDPonto

Enquadrado na Política de Recursos Humanos – fomentar o uso da Intranet no Grupo EDP – foi tomada a iniciativa de congregar num só ponto de entrada – EDPonto – as várias intranets existentes, para consolidar a imagem e cultura do Grupo.

Harmonizaram-se as plataformas e promoveu-se a utilização das novas tecnologias no sentido de melhorar a produtividade dos colaboradores.

Foi posta em serviço uma nova versão do sítio EDP na Internet, com potencialidades acrescidas para aumentar a interactividade com os parceiros, facilitando as relações com os clientes e fornecedores.

Sistemas Corporativos – SAP

O ano 2001 marcou a Fase de Realização do Projecto Navegador com a entrada em exploração do novo sistema de Informação numa primeira Vaga de Empresas (holding, EDP Produção e todas as empresas de Serviços). Concretizou-se assim, com rigor, o Plano de Implementação delineado, em 1999, com a conclusão dos trabalhos da fase preparatória para o início em Janeiro de 2002 da entrada em exploração da segunda Vaga do Projecto.

Os diversos sistemas corporativos que constituíam a infra-estrutura de tecnologias de informação, num ambiente muito heterogéneo, caracterizado por desenvolvimento interno, foram substituídos pela plataforma SAP R/3, passando o Grupo EDP a dispor de uma ferramenta poderosa de Apoio à Gestão, com a disponibilização de informação mais consistente e em tempo real, acrescentando valor às empresas e ao Grupo.

O sistema SAP R/3 passou a ser a ferramenta do dia-a-dia de milhares de trabalhadores do Grupo EDP. O SAP passou a garantir a Gestão dos Recursos Humanos, o Processamento de Salários, a Contabilidade Financeira e Contabilidade de Custos, Gestão de Materiais, Gestão de Activos Fixos, Gestão da Tesouraria e fluxos financeiros, Vendas Internas não Conexas, Gestão de Projectos de Investimento e Gestão de Obras de Manutenção, constituindo-se numa Base de Dados potente que disponibiliza informação de gestão tratada, racionaliza processos, simplifica circuitos, reforça a postura cliente/fornecedor interno, acrescenta valor na execução das tarefas, contribui para a valorização profissional e interliga com outros sistemas – o GeoEDP e o Cliente Mais.



A inovação nos sistemas de comunicação com a interacção do SAP R/3, a intranet e o Lotus Notes, associados a processos de *Workflow* traduzem-se numa solução de vanguarda de desburocratização, que elimina papel e encurta distâncias.

Verificou-se uma grande adesão ao projecto de implementação do SAP R/3, desde a fase inicial de levantamento de processos, iniciada em 1999 até à sua implementação final.

O comprometimento, o elevado nível de motivação, o poder de decisão e a sintonia entre os diversos elementos da equipa constituída para gerir todo o processo, foram decisivos para a obtenção do resultado final, uma implementação de sucesso. Outros factores contribuíram para o sucesso, como a formação directa a uma parte substancial do universo de utilizadores, realizada pela própria equipa de projecto e o acompanhamento técnico e funcional, após o arranque em produtivo.

Com esta plataforma de suporte à gestão facilita-se a adopção de novos métodos e modelos de gestão necessários ao novo contexto de liberalização e competitividade.

Gestão de Frotas e de Instalações e Aprovisionamento Administrativo

A EDP Serviços (empresa do Grupo EDP dedicada às actividades de gestão de frotas, instalações e aprovisionamento administrativo) geriu mais de 50% das viaturas do Grupo e espera no próximo ano concluir a prestação deste serviço a todo o Grupo.

Nesta área, conseguiu obter reduções superiores a 20% nos custos de manutenção e reparação das viaturas geridas, fundamentalmente devido aos resultados obtidos nas negociações dos contratos de manutenção e das oficinas. Foi possível neste ano, com grande apoio da EDP Distribuição, reduzir em cerca de 5% a frota do Grupo.

Na Administração de Imóveis prestaram-se diversos serviços ao Grupo e à REN. Espera-se no próximo ano alargar a gestão de imóveis da EDP Distribuição e EDP Produção, pelo menos em Lisboa, Porto e Coimbra.

Durante o ano procedeu-se à centralização e negociação dos diversos contratos de segurança, estafetagem e manutenção das instalações geridas.

Garantiu-se a gestão de contratos de arrendamento bem como os serviços complementares de telecomunicações, energia, água e equipamentos das diversas instalações.

Prosseguiu-se, com recurso ao sistema informático adquirido para o efeito, à caracterização das instalações e a respectiva situação ocupacional, tendo em vista a construção da base de dados essencial para a gestão eficaz dos espaços.

A nível do Aprovisionamento Administrativo, renegociou-se e contratou-se para o Grupo, com significativos benefícios económicos, a aquisição de viaturas e respectivos serviços de manutenção, o aluguer de viaturas, os combustíveis, as telecomunicações, o correio, os equipamentos e consumíveis de escritório e as viagens e alojamento.

Esta área passou a gerir o catálogo dos bens e serviços de consumo geral do Grupo e procedeu à redução do número de artigos e à uniformização do mesmo com particular relevância para os artigos de economato.

Na sequência do desenvolvimento do projecto *e-procurement* está a implementar-se a utilização do portal do forum.b2b.com para aquisição de viaturas, artigos de economato, viagens e alojamento.

OUTRAS ACTIVIDADES DE SUPORTE

Investigação e Desenvolvimento

A política de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e de inovação tecnológica do Grupo EDP sofreu uma reorganização durante o ano de 2001, tendo as actividades até então desenvolvidas pelo Gabinete de Investigação e Desenvolvimento da holding, passado a ser desempenhadas pela Labelec, uma empresa subsidiária do Grupo EDP.

Neste novo enquadramento, procura-se otimizar as potencialidades da área de I&D no Grupo, de modo a promover a competitividade, nomeadamente através de novas soluções tecnológicas e do desenvolvimento das capacidades técnicas dos seus quadros.

Durante este exercício, o Grupo participou em 20 Projectos de I&D (8 Comunitários e 12 Nacionais), 7 dos quais foram concluídos no decurso de 2001.

Estes Projectos abrangem um vasto leque de sectores tecnológicos, com destaque para materiais, sistemas de informação, telecomunicações, automação e controlo, produção eléctrica convencional, energias renováveis e ambiente.

Destacaram-se, nomeadamente, as seguintes áreas de intervenção:

- Conclusão do desenvolvimento do Projecto de Telecontagem via PLC (Power Line Carrier) e instalação de algumas unidades numa área piloto de Lisboa;
- Experimentação da transmissão de informação em banda larga, suportada na Rede Eléctrica de Baixa Tensão – Digital Power Line (DPL) – projecto piloto dotado de serviços de Internet e de telefonia;
- Promoção e dinamização de candidaturas a Projectos Comunitários em novas áreas, nomeadamente: *e-learning* (Alfanet), micro-trigeração (μ trigen), produção descentralizada, eficiência energética e domótica (SAVE II) e energia das ondas (SUBWAVE).

Foi ainda assegurada a representação da EDP em diversas organizações e fóruns internacionais vocacionados para o domínio da I&D, nomeadamente:

- EURELECTRIC – *Working Group "Research & Development"*;
- AIE – "Photovoltaic Power Systems Programme";

- EnerSearch.com o reforço da partilha de experiências e de conhecimento com outros parceiros.

Actividades Laboratoriais

Durante este exercício, a Labelec – empresa do grupo especializada nas actividades laboratoriais – continuou a desenvolver um conjunto significativo de actividades de investigação aplicada e de desenvolvimento tecnológico, quer autonomamente, quer através da participação em estudos a decorrer no âmbito do Grupo EDP e de outras entidades nacionais e estrangeiras.

Confirmando a tendência de crescimento, as prestações de serviços da Labelec subiram durante 2001 de forma notória, cerca de 30%, registando valores de 25% para o Grupo e de 43% para o Exterior.

No sentido de cumprir as disposições regulamentares sobre a qualidade da energia fornecida, a Labelec intensificou a prestação de serviço na área da monitorização da qualidade e continuidade da onda de tensão, com vista à caracterização dos parâmetros de qualidade do serviço.

A Labelec iniciou no ano em análise uma nova actividade: o acondicionamento de Transformadores de Medição.

Por razões estratégicas, o fabricante tradicional deste equipamento cessou o seu fabrico e, consequentemente, o apoio no acondicionamento dos aparelhos em serviço, que se estima serem cerca de 9.500.

A Labelec, por ter meios de ensaio adequados e experiência de diagnóstico do estado dos isolamentos dos Transformadores de Medição, equipou-se para realizar a tarefa do acondicionamento com o acordo e o interesse das empresas do Grupo EDP.



POLÍTICAS DE GESTÃO DO GRUPO EDP

POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

Sendo a estratégia do Grupo EDP fortemente suportada nos seus Recursos Humanos, estabeleceu-se uma Política de Recursos Humanos, assente em três eixos fundamentais:

- "Vitalizar" e "Renovar" a Cultura empresarial;
- "Rejuvenescer" os quadros;
- "Desenvolver" as competências individuais e do Grupo.

Esta política está apoiada em 33 medidas, abrangendo os diferentes aspectos da gestão de recursos humanos do Grupo EDP a ser operacionalizada com apoio de um consultor externo.

Prosseguiu-se o ajustamento dos activos das Empresas culminando o corrente ano com a seguinte distribuição por área de actividade do Grupo:

Números de Effectivos
Grupo EDP

	1999	2000	2001	△%
Electricidade	11.430	10.532	10.861	3,1%
Portugal	11.430	10.525	9.390	-10,8%
a) Produção	2.371	2.272	2.174	-4,3%
CPPE	1.811	1.699	1.246	-26,7%
Engenharia e Estudos	405	436	408	-6,4%
Outros (1)	155	136	520	282,4%
b) Distribuição	9.030	8.221	7.178	-12,7%
c) EDP Energia	29	33	38	15,2%
Brasil (2)	-	7	1.471	-
a) Produção	-	-	-	-
b) Distribuição	-	7	1.471	-
Telecomunicações (3)	458	558	1.719	208,1%
Tecnologia da Informação	637	915	1.551	69,5%
Outros (4)	1.353	669	591	-11,7%
Total Effectivos Grupo EDP	13.878	12.675	14.722	16,1%

(1) Em 2001, inclui-se a Produção Não Vinculada, a Produção em Regime Especial e os trabalhadores das Empresas de Gestão de Produção (398 trabalhadores, que justificam o crescimento acentuado).

(2) Em 2001, tendo-se iniciado a consolidação dos Resultados da Bandeirante, considerou-se o número total dos seus efectivos.

(3) Em 2000 não estão considerados os trabalhadores da Comunitel, adquirida em 2001.

(4) Engloba os colaboradores em exercício nas participadas no estrangeiro, os membros do Conselho de Administração, para além dos trabalhadores em exercício na EDP, S.A.; EDP Águas; Valorágua; EDP internacional; EDP Serviços; EDP Imobiliária; Sávica; MRH e Internet. Em 1999 estão também incluídos os efectivos da REN.

Para atingir estes objectivos, recorreu-se a antecipações de reforma e a rescisões de contrato de trabalho por mútuo acordo e, no âmbito do rejuvenescimento, admitiram-se 184 novos colaboradores para o Quadro de Pessoal das empresas do Grupo.

No entanto, a estrutura etária mantém-se ainda elevada, rondando a idade média cerca de 45 anos, caracterizada por uma população essencialmente masculina (cerca de 81%).

No decurso da implementação da Política de Recursos Humanos, promoveu-se, no final do ano, o "Encontro do Grupo EDP para Novos Colaboradores". Este Programa de Acolhimento foi repartido em 3 sessões, abrangendo-se os cerca de 260 novos colaboradores do Grupo, admitidos em 2000 e 2001.

Durante 3 dias (um de apresentação em sala e dois com visitas a instalações da EDP Produção e da EDP Distribuição), estes colaboradores tiveram a oportunidade de ficar a conhecer melhor o Grupo, os negócios, as tecnologias e as pessoas.

Os resultados desta acção foram atingidos, tendo-se obtido um grau de satisfação dos participantes de 97%, evidenciando-se um dos lemas da Política de Recursos Humanos: "É bom ser da EDP!".

Realça-se a colocação em serviço do módulo HR (plataforma SAP) no conjunto de empresas do sector eléctrico, abrangendo toda a população activa, bem como todo o tratamento administrativo das pensões e reformas. Foram implementados vários módulos, tanto a nível de Administração de Pessoal como a nível de Desenvolvimento de Pessoal.

Um outro instrumento na Política de Recursos Humanos lançado, em termos experimentais, foi o Quiosque Interno Multimédia (QUIM). Este interface entre o módulo SAP/HR, as hierarquias, o trabalhador e os Departamentos de Recursos Humanos permite incrementar a velocidade de comunicação entre estes intervenientes, colocando no computador pessoal

(quer do trabalhador, quer da hierarquia) a informação relevante a consultar ou a tratar.

Reforçou-se a aproximação da empresa às Universidades através de contactos directos, tendo o Grupo EDP participado de forma activa em diversos eventos organizados por estas e aderido a Programas de Estágio, possibilitando aos finalistas e recém-licenciados, em áreas fundamentalmente de engenharia e de gestão, a partilha de conhecimentos e uma vivência em ambiente empresarial.

Também como forma de apoio ao recrutamento promoveu-se a recolha de candidaturas através da nossa página na Internet e disponibilizou-se a respectiva Base de Dados de Candidaturas a todo o Grupo EDP.



POLÍTICA DE AMBIENTE

As empresas do Sector Eléctrico desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade sustentável. Desde logo, através da redução dos impactes ambientais directos das suas próprias actividades. Mas também nos aspectos relacionados com a utilização final da electricidade e com a forma como esta pode contribuir para melhorar a performance ambiental, económica e social.

As preocupações dominantes, a nível nacional e internacional, em matéria de ambiente, continuaram, em 2001, centradas em temas directamente relacionados com as actividades da EDP e cujos desenvolvimentos a empresa continuou a acompanhar de perto.

A questão das Alterações Climáticas mereceu atenção especial. Verificaram-se desenvolvimentos significativos nas negociações internacionais sobre o Protocolo de Quioto, tendo sido possível, já no final do ano, obter acordos importantes sobre a forma como o Tratado será operacionalizado.

A União Europeia assumiu a intenção de ratificar o Protocolo em 2002 e de instituir um esquema comunitário de comércio de emissões, já a partir de 2005. Encarando este novo facto como uma oportunidade de negócio, a EDP continuou a adquirir *know-how* nesta matéria através da participação numa nova iniciativa da EURELECTRIC no domínio do comércio de emissões. A nível nacional promoveu, conjuntamente com a PriceWaterhouse Coopers, o exercício PGETS – Portuguese Greenhouse Gases & Energy Trading Simulation, simulação de um mercado nacional de emissões.

Merece ainda destaque a aprovação de novas Directivas Comunitárias relativas à limitação de emissão de poluentes ácidos. A sua regulamentação, a nível nacional, obrigará à revisão do Programa Nacional de Redução de Emissões, em cujos trabalhos iniciais a EDP participou, no final do ano, em conjunto com outros operadores nacionais de Grandes Instalações de Combustão.

Já no final do ano, foi apresentado pelo Ministério da Economia o Programa E4 – Eficiência Energética e Energias Endógenas, que institui um novo quadro de medidas impulsionadoras na



área da gestão da procura energética e da utilização de energias renováveis, que a EDP aproveitará para dar uma nova dinâmica à sua actuação nestas áreas.

Também em 2001, a revisão do Regulamento Tarifário introduziu novas condições para a valorização das acções desenvolvidas na área de ambiente pelos operadores regulados. Neste âmbito, a EDP apresentou à entidade reguladora uma expressiva proposta de Plano de Gestão da Procura a concretizar pela EDP Distribuição no período 2002-2004.

A nível operacional, a Empresa prosseguiu com um conjunto de acções de protecção e promoção ambiental que concretizam os princípios da sua Política de Ambiente.

No âmbito de um dos vectores estratégicos fundamentais – a implementação gradual de Sistemas de Gestão Ambiental em todo o Grupo – foi obtida a certificação da Central Termoeléctrica de Sines, concluindo-se assim o processo de certificação ambiental dos grandes centros electroprodutores térmicos da EDP. Iniciou-se também o alargamento, com o apoio da HIDRORUMO, da implementação de Sistemas de Gestão Ambiental aos centros de produção hidroeléctrica, detidos pela HDN e HIDROCENEL.

Em relação aos processos de Avaliação de Impacto Ambiental de projectos em curso foi emitido, pelo Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, parecer favorável relativamente ao processo da Central Termoeléctrica do Ribatejo e prosseguiram os trabalhos de elaboração do Estudo de Impacto Ambiental Comparado dos Aproveitamentos Hidroeléctricos do Baixo Sabor e Alto Côa.

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO

Risco Operacional

As responsabilidades do Grupo EDP perante a sociedade, o mercado e os seus *stakeholders* em geral, tem conduzido

a um envolvimento directo da gestão de topo da holding no acompanhamento dos diferentes riscos e evolução da sinistralidade.

Tendo em vista uma gestão apropriada dos custos e partilha do risco, constituiu-se em 1994, no seio do Grupo, uma cativa de resseguro internacional – a Energia RE – sediada no Luxemburgo (praça europeia privilegiada nesta área de actividade), permitindo ao Grupo EDP obter, entre outros, os seguintes benefícios:

- uniformização do programa de seguros;
- acesso directo ao mercado ressegurador internacional;
- retenção de parte do risco, através das apólices primárias de danos materiais e avaria de máquinas e de responsabilidade civil;
- controlo e estabilidade do custo do seguro.

Este instrumento de gestão posicionou o Grupo no mercado ressegurador internacional em paridade com a generalidade das companhias de resseguro, atenuando deste modo a dependência do Grupo face ao mercado.

Com o objectivo de obter uma colaboração especializada, o Grupo EDP conta regularmente com a colaboração de um consultor internacional, tendo como principais objectivos:

- desenho, gestão e colocação dos programas de seguro e resseguro;
- administração dos programas primários colocados na Energia RE;
- preparação de programas de gestão de riscos e prevenção nas áreas de engenharia;
- gestão de sinistros e acompanhamento das equipas de peritagem do resseguro.

No exercício de 2001, desenvolveu-se um grande esforço de sensibilização e controlo do risco através da promoção das seguintes acções:

- partilha e caracterização das coberturas e sinistralidade, em reuniões com a macroestrutura das empresas e da holding;
- envolvimento da gestão de topo no acompanhamento dos diferentes riscos e evolução da sinistralidade;
- divulgação generalizada pelas Empresas de uma brochura informativa e pedagógica sobre as diferentes apólices;
- elevado nível de implementação das recomendações decorrentes das auditorias técnicas realizadas às instalações industriais pelos resseguradores internacionais;
- elevado esforço de investimento na manutenção, com reflexos significativos na segurança das instalações e no nível de disponibilidade;
- significativo esforço de investimento em tecnologias de protecção ambiental e certificação de qualidade das instalações industriais.

O pacote de seguros do Grupo EDP cobre os riscos de todas as áreas do negócio: produção, distribuição, serviços, tecnologias de informação e telecomunicações, bem como os riscos da REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., num quadro de apoio da EDP àquela empresa neste domínio.

A carteira de seguros do Grupo EDP tem a seguinte composição e âmbito:

Apólices de seguros que protegem os colaboradores:

- Acidentes de Trabalho;
- Acidentes Pessoais;
- Colaboradores Deslocados no Estrangeiro;

- Rendas Temporárias;
- Responsabilidades de Administradores e Directores.

Apólices de seguros que protegem o património:

- Danos Patrimoniais e Avaria de Máquinas;
- Frota Automóvel.

Apólices de seguros que protegem as responsabilidades perante a sociedade:

- Responsabilidade Civil;
- Caução.

O baixo grau de sinistralidade que se tem vindo a verificar na EDP permitiu-nos beneficiar, no domínio do risco potencial, no que diz respeito a danos patrimoniais e avaria de máquinas, no triénio 1999 a 2001, de um *Long Term Agreement*, celebrado entre a Energia RE e o mercado ressegurador, que possibilitou não só manter relativamente baixos os prémios suportados, como vir a receber, em 2002, uma parte dos pagos, nos termos contratuais. No ano de 2001, mantiveram-se as coberturas e franquias do ano anterior, bem como a taxa correspondente ao prémio pago ao mercado segurador e ressegurador internacional.

Em relação ao seguro de Responsabilidade Civil Geral, não houve qualquer alteração de 2000 para 2001, enquanto que, no que diz respeito aos riscos de Responsabilidade Civil de Administradores e Directores, mantendo-se as coberturas existentes no ano 2000, verificou-se um ligeiro decréscimo nos custos suportados pelo Grupo.

Para além desses seguros, que são os de maior dimensão em termos de capitais envolvidos, a EDP manteve segura, em 2001, a sua frota automóvel, nas mesmas condições do ano anterior.

Quanto aos seguros que protegem os colaboradores (Acidentes de Trabalho e Pessoais), não se assinalaram



alterações de coberturas em relação ao ano transacto, mas conseguiram-se condições de mercado mais favoráveis na sua colocação, fruto da redução de sinistralidade verificada no passado.

Risco Financeiro

Na actividade financeira do Grupo EDP o risco reside essencialmente na carteira de dívida e consistem em risco de taxa de juro, risco cambial e, de uma mais forma mais limitada, ao risco de incumprimento da contraparte.

A EDP gere o risco de taxa de juro através da utilização de instrumentos derivados sobre taxa de juro. Estas operações têm como objectivo reduzir os encargos financeiros e/ou limitar o impacto nos encargos financeiros de variações das taxas de juro de mercado. Para esse efeito, a EDP tem efectuado operações de *swap* convertendo taxa de juro fixa em variável, assim como algumas operações mais estruturadas incorporando *caps*. Todas as operações são realizadas sobre passivos existentes na carteira de dívida do Grupo e configuram coberturas perfeitas, havendo um *matching* entre as datas de pagamento/recebimento da operação de cobertura e da dívida subjacente e tem em consideração o seu perfil de amortização de capital.

Actualmente, a exposição do Grupo EDP ao risco cambial, em termos de dívida, resulta da consolidação das empresas brasileiras que têm dívida em divisas, nomeadamente em dólares americanos, dado que toda a dívida contraída ao nível da holding se encontra denominada em Euros. A EDP acompanha a evolução do câmbio BRL/USD e USD/EUR e procura identificar formas de cobrir/mitigar o impacto da variação cambial nos encargos financeiros dessas empresas e consequentemente nos seus resultados consolidados, através de derivados ou de reestruturação dessas dívidas.

Em termos de risco de contraparte, na negociação e contratação de todas as operações financeiras, seja dívida ou derivados, a EDP tem em consideração a capacidade técnica, competitividade, notação de crédito assim como

também a exposição da EDP a essa entidade de modo a evitar concentrações de risco por contraparte.

Outro risco que, recentemente, tem ganho maior relevância consiste no risco de documentação, e neste aspecto a EDP tem adoptado standards de mercado sempre que possível. Nessa óptica, todas as operações de derivados são contratadas ao abrigo de *ISDA MASTER AGREEMENTS*, e as emissões de obrigações são emitidas através do seu *Program for the Issuance of Debt Instruments*.

Por último é de referir que todas as operações de derivados carecem de aprovação do Conselho de Administração, que define os parâmetros da operação de modo a permitir a sua execução em mercado nas melhores condições. A política da EDP é de efectuar operações de derivados unicamente para cobertura, estando excluídas quaisquer operações de natureza especulativa. As operações são acompanhadas durante a sua vida e periodicamente é avaliada a sua eficácia na contínua prossecução dos objectivos de controle e cobertura de risco, bem como o valor de mercado dos instrumentos contratados, como forma de apoio a decisões de continuidade ou alterações sobre operações realizadas.

POLÍTICA FINANCEIRA

A função financeira do Grupo EDP teve ao longo do ano de 2001 um papel importante de apoio à implementação das estratégias definidas pelo Grupo, nomeadamente no reforço da sua posição no seu mercado doméstico (Península Ibérica), através da operação de aquisição da Hidrocantábrico, e na consolidação da sua política de internacionalização com enfoque na posição do Grupo no mercado Brasileiro.

No final do ano em análise, a dívida consolidada do Grupo ascendia a 5.799 milhões de euros, sendo que 4.796 milhões de euros (não incluindo descobertos bancários, no valor de 72 milhões de euros) correspondem a dívida contraída pela holding. O Grupo mantém a sua política de centralizar a contratação da

dívida financeira ao nível da holding, exceptuando-se os casos em que a empresa não é detida integralmente pelo Grupo ou em que a sua localização geográfica não o permite, como é o caso das empresas brasileiras. Da dívida contraída em 2001 directamente pelas empresas do Grupo destacam-se 261 milhões de euros relativos à Adygesinval, empresa veículo da aquisição da Hidrocantábrico, 217 milhões de euros relativos à ONI e 115 milhões de euros relativos à Bandeirante, tendo estes sido os principais factores para o crescimento de 15,7% da dívida do Grupo EDP.

Actualmente, a carteira de dívida da EDP, S.A., em termos de médio e longo prazo, é composta por 60% de empréstimos obrigacionistas, sendo o restante composto por empréstimos bancários e do Banco Europeu de Investimento.

Prosseguiu-se a política, iniciada nos dois anos anteriores, de alongar a maturidade média da carteira de dívida da EDP. Neste âmbito, durante o ano, e no seguimento da actualização e aumento do Programa de Euro Medium Term Notes da EDP, S.A., e da EDP Finance B.V. para 5.000 milhões de euros, foi lançada a segunda emissão internacional de obrigações ao abrigo do referido programa no montante de 1.000 milhões de euros, a 10 anos e com cupão de 5,875%. Ao abrigo do mesmo programa, e através da EDP Finance B.V. realizaram-se três *private placements*, no valor total de aproximadamente 100 milhões de euros, por prazos de três, cinco e sete anos, o que permitiu uma suavização da curva das maturidades da dívida do Grupo EDP.

Ainda referente ao financiamento de médio prazo procedeu-se aos reembolsos antecipados parciais das 22ª (48 milhões de euros), 23ª (139 milhões de euros) e 24ª (236 milhões de euros) emissões de Obrigações em resultado de exercício de *put-option* por parte dos obrigacionistas, despoletada pela redução da participação do Estado Português no capital social da EDP.

No que se refere ao financiamento de curto prazo é de assinalar o lançamento de um programa de *Euro*

Commercial Paper no montante global de 1.000 milhões de euros, ao qual foi atribuída a mais alta notação das agências de rating internacionais Moody's (P1) e Standard & Poor's (A1+). Este novo instrumento de financiamento de curto prazo proporciona ao Grupo EDP uma forma de financiamento com grande flexibilidade e a custos extremamente competitivos. Este mercado possibilita, ainda, alargar o universo de credores do Grupo e aumentar a sua notoriedade junto de investidores internacionais.

Em complemento, e como *backup* ao referido programa de *Euro Commercial Paper* foi contratada uma linha de crédito sindicada na modalidade de *Revolving* no montante de 750 milhões de euros. A sindicância desta linha atraiu grande procura por parte de entidades bancárias, tendo ultrapassado em 80% o montante da operação.

No final do ano, a EDP, S.A. dispunha de 1.060 milhões de euros de linhas de crédito contratadas e não utilizadas e de 1.495 milhões de euros de papel comercial não utilizados dos quais 200 milhões de euros foram contratados em 2001 com o Banco Santander de Negócios, como Agente e com compromisso de tomada firme.

No que se refere à gestão do risco de taxa de juro na carteira de dívida da EDP, S.A., e de modo a beneficiar da descida das taxas de juro verificada no segundo semestre, a EDP procedeu a algumas operações de *swaps* de taxa de juro, pagando taxa variável e recebendo taxa fixa o que permitiu reduzir o custo de financiamento de alguns passivos, nomeadamente na obrigação internacional de cupão 5,875%. Com estas operações de derivados e com a descida das taxas de juro, a taxa de juro média da dívida financeira da EDP, S.A., era no final de 2001 de 3,70% (4,65% no final de 2000), não tendo havido alteração significativa na proporção entre taxa fixa e taxa variável.

A dívida do Grupo EDP encontra-se denominada em euros com excepção da dívida contraída pelas empresas brasileiras, cujo financiamento se encontra denominado em dólares americanos e reais.



Das operações contratadas, no decorrer do ano transacto, pelas empresas participadas pela EDP, S.A., destaca-se a emissão de 250 milhões de reais em *debêntures* por parte da Investco (detida em 11% pela EDP).

Com o objectivo de reduzir o risco cambial na dívida do Grupo EDP associado à Bandeirante foi realizada uma operação de recompra de *Brady Bonds* que espelhavam a dívida desta empresa junto do Tesouro brasileiro. Para tal, procedeu-se à compra nos mercados internacionais de cerca de 274 milhões de dólares de títulos, com um desconto médio de 25%. Estes títulos foram posteriormente entregues à Bandeirante, que os entregou à Secretaria do Tesouro Nacional Brasileiro para liquidação desta dívida. Conseguiu-se deste modo eliminar cerca de 93% da dívida em dólares da Bandeirante, obtendo-se simultaneamente um resultado financeiro significativo para o Grupo EDP equivalente à diferença entre o valor nominal destes títulos e o seu valor de mercado.

No que respeita ao *rating* de médio e longo prazo, no decurso do ano 2001, a S&P baixou o *rating* de longo prazo para AA- com Negative Outlook e a Moody's colocou o *rating* Aa3 da EDP em observação para possível *downgrade*, no decurso do anúncio da assinatura do Acordo de Accionistas da Hidrocantábrico, que assegurava a conclusão da transacção e que define os parâmetros das contribuições de capital dos accionistas, consubstanciando um aumento futuro nos volumes de activos e passivos do Grupo EDP equivalente ao investimento da EDP na Hidrocantábrico.

No fim do ano em análise, verifica-se que o Grupo EDP mantém uma forte capacidade de cumprir as suas obrigações financeiras e uma estrutura do Balanço sólida que se reflecte nos rácios financeiros como o EBITDA/Encargos Financeiros com o valor de 5,46 e o de Estrutura de Capital (*Debt to Capital Ratio*) que atingiu os 91,51% em 2001, e que colocam a EDP entre as empresas eléctricas europeias de melhor risco de crédito.

AUDITORIA INTERNA

Durante o ano de 2001, a actividade da Auditoria Interna foi profundamente marcada por um processo interno de reflexão

sobre o seu papel e a forma de intervenção no Grupo EDP, no decurso do qual se procedeu a uma auscultação alargada à generalidade da macroestrutura da empresa, tendo em vista o estabelecimento das grandes linhas de orientação para uma auditoria interna mais eficaz e adequada às necessidades da organização.

Aquele processo conduziu ao estabelecimento de uma visão de auditoria interna centrada no risco e de um plano de trabalhos para 2002 cujo objectivo fundamental é implementar um modelo de organização de funcionamento consistente com aquela visão e com as restantes linhas de orientação adoptadas e capaz de responder eficazmente às necessidades actuais e futuras do Grupo.

A actividade corrente da auditoria interna, a exemplo de anos anteriores, centrou-se na realização de auditorias de avaliação da adequação do sistema de controlo e da conformidade operativa e integridade da informação associada a diversos processos transversais a todas as empresas do Grupo, com particular incidência nas do sector eléctrico, nas de telecomunicações e em algumas empresas de serviços.

PREVENÇÃO E SEGURANÇA NO TRABALHO

Respeitando os compromissos expressos na Declaração de Política de Segurança, a EDP está empenhada em prosseguir continuamente a melhoria dos padrões de segurança e qualidade, apoiada por uma forte liderança e por um compromisso com objectivos práticos de progresso e entende a gestão da segurança, higiene e saúde no trabalho, como parte integrante das suas actividades.

Com este objectivo, em 2001, desenvolveram-se múltiplas acções que serão prosseguidas e ampliadas em 2002, visando a prevenção dos acidentes de trabalho – seja entre os trabalhadores do Grupo seja de empresas prestadoras de serviços – a protecção das instalações e património e a minimização dos riscos para terceiros que possam advir da normal actividades das empresas.

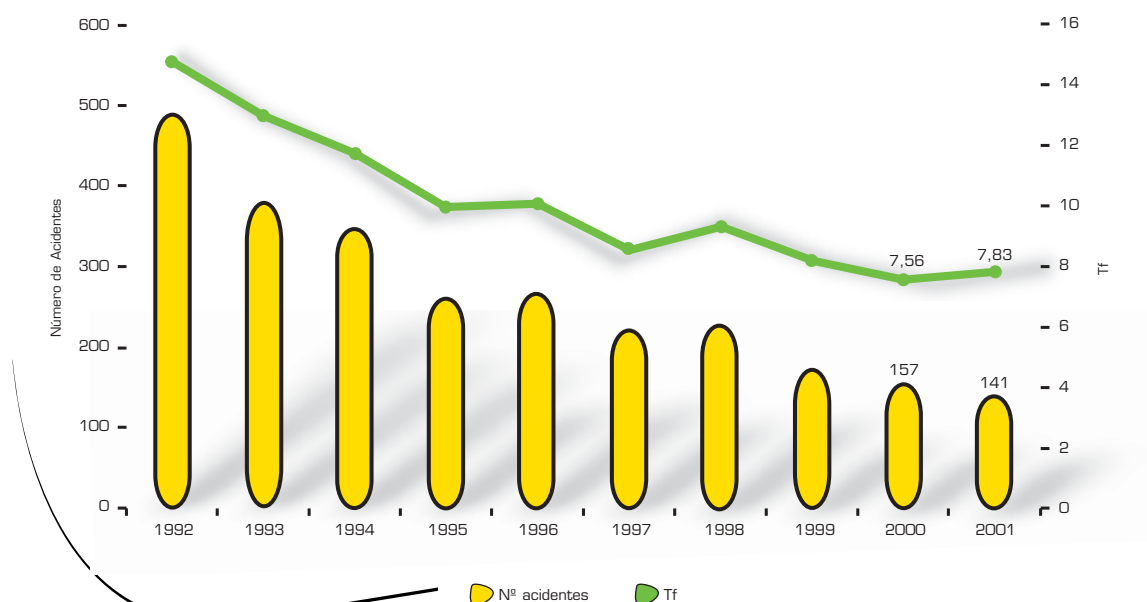
Merecem particular destaque:

- A actualização dos procedimentos do Manual de Segurança, com vista à implementação de um Sistema de Gestão da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho baseado na estrutura da Norma NP 4397: 2001 (OSHAS 18001), visando criar condições para a certificação em segurança das empresas;
- A homologação do Regulamento de Consignações da Rede de Distribuição, que entrou em vigor em Julho de 2001, e as consequentes acções de formação e informação para os trabalhadores da EDP Distribuição e para os Prestadores de Serviços;
- O reforço da intervenção junto dos prestadores de Serviços, visando a adequação da organização e actuação nas obras às exigências da Directiva Europeia sobre estaleiros temporários ou móveis e ao cumprimento dos Planos de Segurança e Saúde;
- A decisão sobre a adesão da EDP ao Passaporte de Segurança, um certificado que permite aos prestadores de Serviço evidenciar que os trabalhadores envolvidos adquiriram um conjunto de competências sobre os riscos mais frequentes em meio laboral e respectivas medidas de prevenção e protecção.

É também com satisfação que se salienta o facto da EDP ter sido distinguida com o 2.º lugar no Prémio "Prevenção e Gestão de Riscos Henrique Salgado 2001", promovido pela Companhia de Seguros Tranquilidade, com uma apresentação sobre o "Plano de Caracterização de Riscos de Segurança no Trabalho" e o sistema de "Auditorias de Segurança Internas" como peças essenciais do Sistema de Gestão da Segurança.

Quanto aos resultados medidos através dos habituais indicadores, não obstante o número de acidentes em serviço ter registado uma baixa em cerca de 10%, os índices de frequência e de gravidade mantiveram-se sensivelmente ao nível do ano anterior.

Evolução dos Principais Índices de Segurança



Tf Número de Acidentes por milhão de horas trabalhadas



EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO GRUPO EDP

GRUPO EDP

Balanço e Demonstração de Resultados Simplificados

Balanço Simplificado

	milhões de euros	
	2001	2000
Activo	16.233	14.887
Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo (líquido)	10.980	10.347
Investimento Financeiro (líquido)	3.023	2.729
Créditos Médio/Longo Prazo	103	104
Activo Circulante (líquido)	1.386	1.117
Acréscimos e Diferimentos	741	590
Capital Próprio + Passivo	16.233	14.887
Provisões para Riscos e Encargos	831	708
Correcção de Hidraulicidade	388	366
Passivo Financeiro	5.799	5.012
Outros Passivos	1.140	892
Acréscimos e Diferimentos	1.737	1.667
Capitais Próprios	6.097	6.205
Interesses Minoritários	241	37

Demonstração de Resultados Simplificada

milhões de euros

	2001	2000	2000 pró-forma	△% 2001/2002 pró-forma*
Proveitos Operacionais	5.948,2	4.125,7	4.627,5	28,5%
Vendas e prestações de serviços	5.650,4	3.846,5	4.388,9	28,7%
Trabalhos para a própria empresa	232,5	229,1	224,5	3,6%
Proveitos suplementares	40,0	7,9	7,5	433,8%
Outros proveitos operacionais	25,3	42,2	6,6	285,0%
Custos Operacionais	5.274,7	3.401,4	3.951,4	33,5%
Custo das Existências Vendidas e Consumidas	3.079,7	1.731,0	2.335,1	31,9%
Fornecimentos e Serviços Externos	651,2	368,5	363,6	79,1%
Custos com o Pessoal	592,0	439,3	425,9	39,0%
Amortizações do exercício	664,7	613,6	579,9	14,6%
Provisões do exercício	116,0	105,1	103,7	11,8%
Rendas de concessões e centros electropodutores	149,1	132,6	132,6	12,4%
Outros Custos Operacionais	22,0	11,2	10,6	107,7%
Resultados Operacionais	673,5	724,4	676,1	-0,4%
Proveitos Financeiros	384,0	229,1	264,3	45,3%
Custos Financeiros	589,3	403,9	404,7	45,6%
Resultados Financeiros	-205,3	-174,8	-140,5	46,2%
Proveitos Extraordinários	186,6	302,5	299,1	-37,6%
Custos Extraordinários	60,6	13,7	10,8	462,5%
Resultados Extraordinários	126,0	288,8	288,3	-56,3%
Resultado Antes de Impostos	594,2	838,4	824,0	-27,9%
Imposto sobre o Rendimento	203,0	312,6	298,2	-31,9%
Interesses Minoritários	-59,6	-23,3	-23,2	156,2%
Resultado Líquido	450,8	549,0	549,0	-17,9%

* Grupo EDP excluindo REN



Resultado Operacional

O resultado operacional consolidado do Grupo EDP no final de 2001 ascendeu a 673,5 milhões de euros, uma redução de 0,4% em relação a 2000 pró-forma.

Este resultado reflecte a alteração do perímetro de consolidação das demonstrações financeiras de 2001, por um lado porque não inclui a REN, alienada em Junho de 2000, e, por outro lado, porque inclui a Bandeirante Energia no universo das filiais consolidadas que não constava ainda do perímetro de consolidação em 2000.

Resultado Operacional por Negócio

	2001	2000	Δ%
milhares de euros			
EDP Produção	516.266	508.689	1,5%
EDP Distribuição	191.239	215.976	-11,5%
EDP Energia	4.158	997	317,2%
Telecomunicações	-136.131	-80.171	-69,8%
Tecnologias de Informação	31.129	16.635	87,1%
Outros	2.260	14.005	-94,7%
Bandeirante	64.610	-	-
Total Pró-Forma	673.532	676.131	-0,4%
REN	-	48.234	-
Total Contabilístico	673.532	724.365	-7,0%

Considerando as contas pró-forma do Grupo EDP, corrigidas pela exclusão do resultado operacional da REN no ano 2000, o resultado operacional comparável do Grupo evidencia um diminuição de 0,4% em relação a 2000.

No negócio de produção de electricidade, as condições hidrológicas verificadas ao longo do ano de 2001, em que o coeficiente de hidraulicidade ascendeu a 1,19 face a 1,08 em 2000, permitiram um aumento do peso da produção hídrica em relação ao mix de produção verificado em 2000. Os proveitos operacionais da EDP Produção

aumentaram 8,1% reflectindo essencialmente o crescimento da parcela variável (parcela que remunera os custos de produção) dos contratos de aquisição de energia (CAE) decorrente do maior recurso a fontes de geração térmica durante 2001.

Quanto ao negócio de Distribuição, o decréscimo dos resultados operacionais verificado no final de 2001 deveu-se principalmente à redução da tarifa regulada de distribuição de electricidade, definida pela ERSE para o ano de 2001. A performance operacional da EDP Distribuição reflecte o impacto de um aumento significativo do custo das compras de electricidade à REN decorrente do aumento da tarifa de energia e potência – um efeito que não foi compensado pelo aumento de 1,2% da tarifa média de venda a clientes finais.

Os resultados operacionais da EDP Distribuição foram ainda influenciados de uma forma negativa pelo aumento dos custos induzidos por um maior esforço de obras de reparação e conservação.

A nível das telecomunicações, registou-se também um agravamento significativo dos resultados operacionais. No entanto, estes resultados estão alinhados com as previsões que haviam sido estabelecidas.

No que diz respeito às tecnologias de informação, o aumento dos resultados operacionais está ligado à inclusão da CASE no Grupo Edinfor.

Resultado Financeiro

Verificou-se uma variação negativa de 17,4% nos resultados financeiros, totalizando 205,3 milhões de euros.

A principal razão que levou a este agravamento foi o aumento dos juros de financiamento (por via do acréscimo da dívida e aumento das taxas de juro). Apesar da forte desvalorização do real face ao dólar, em cerca de 19%

durante 2001, o valor de diferenças de câmbio desfavoráveis caiu em 2001, nomeadamente, pela redução da exposição da Bandeirante ao dólar concretizada já no final do exercício.

Demonstração de Resultados Financeiros

	milhares de euros		
	2001	2000	Δ%
Juros suportados/obtidos	-235.257	-198.269	18,7%
Ganhos/perdas em empresas do Grupo e associadas	11.620	41.792	-72,2%
Diferenças de câmbio líquidas	-1.345	-1.894	-29,0%
Rendimentos de participações de capital	16.831	23.077	-27,1%
Amortização Goodwill Ace holding			
SGPS	-4.407	-	-
Amortização Goodwill Bandeirante	-12.839	-11.084	15,8%
Amortização Goodwill Iven	-18.414	-18.414	0,0%
Amortização Goodwill OPTeP	-8.509	-10.589	-19,6%
Amortização Goodwill Comunitel	-5.522	-	-
Mais-valia Brady's	86.196	-	-
Outros	-33.687	553	-6.191,6%
	-205.333	-174.828	17,4%

O agravamento do saldo de juros suportados/obtidos, em cerca de 37,0 milhões de euros, deve-se principalmente a dois factores:

- o alargamento da base de cálculo de juros suportados devido ao aumento da dívida total do Grupo EDP por via de novos investimentos, pela consolidação da dívida da Bandeirante e pelo aumento da dívida da ONI;
- o crescimento dos encargos financeiros associados à dívida da holding EDP, onde está centralizada 75% do total da dívida do Grupo, como consequência de um aumento do endividamento da holding EDP, S.A.. A taxa de juro média anual neste período foi de 4,35% comparativamente a 4,24% em 2000.

O Resultado Financeiro foi beneficiado em cerca de 86,3 milhões de euros pela liquidação da dívida em dólares da

Bandeirante mediante a aquisição de *Brady Bonds* a um desconto significativo face ao seu valor nominal.

No quadro seguinte apresenta-se a contribuição das empresas participadas para o Resultado Líquido do Grupo EDP em 2001:

Impacto no Resultado Líquido Consolidado

	milhares de euros	
	Capital detido	2001
CEM	22%	5.681
IVEN (Escelsa/Enersul)	73%	-13.485
REN	30%	13.356
Outros		6.068
Total (*)		11.620

(*) A CERJ não consta devido a estar em processo de alienação.

Dívida Financeira

No final de 2001, a dívida financeira total do Grupo EDP totalizou 5.799 milhões de euros, representando um crescimento de 15,7% em relação a 2000. Deste valor, 115 milhões de euros dizem respeito à dívida da Bandeirante (dívida agora consolidada na holding) e 424 milhões de euros referente à dívida da ONI.

Em 2001, a dívida pela qual a EDP, S.A., é directamente contratada aumentou 12%, atingindo o valor de 4.796 milhões de euros (não incluindo descobertos bancários no valor de 72 milhões de euros) representando cerca de 83% da dívida financeira total do Grupo EDP.

Dívida Financeira Grupo EDP

	milhares de euros	
	2001	2000
Dívida - médio / longo prazo		
Empréstimos por Obrigações não Convertíveis	2.361.355	1.807.810
Dívidas a Instituições de Crédito	1.679.244	1.380.524
Outros Empréstimos Obtidos	14.181	16.947
	4.054.779	3.205.281
Dívida - curto prazo		
Empréstimos por Obrigações não Convertíveis	23.385	134.160
Dívidas a Instituições de Crédito	1.720.959	1.672.927
	1.744.344	1.807.087
Total Grupo EDP	5.799.124	5.012.368



Resultados Extraordinários

No final de 2001, as demonstrações financeiras do Grupo EDP evidenciaram um valor de 126,0 milhões de euros na conta de Resultados Extraordinários, uma quebra de aproximadamente 56,3%. Saliente-se, no entanto, que os Resultados Extraordinários do ano 2000 foram influenciados pela mais valia de 197,5 milhões de euros relativa à venda de 27,5% da ONI.

Relativamente aos proveitos extraordinários, os dois montantes mais significativos prendem-se com a bonificação associada à Correção da Hidraulicidade e a Compensação de Amortizações de Imobilizações Comparticipadas.

O proveito extraordinário (bonificação) associado à Correção da Hidraulicidade totalizou 47,5 milhões de euros em 2001. Este resultado deve-se a um excedente dessa conta face ao nível de referência definido para ocorrer aos efeitos de variações hidrológicas.

A hidraulicidade favorável permitiu repor o Fundo no referido nível de referência e ainda gerar o excedente acima referido, atribuído por lei ao Grupo EDP.

Hidraulicidade

milhares de euros				
Saldo Inicial (31 Dez 2000)	Reforço da Conta de Hidraulicidade		Resultado Extraord. EDP	Saldo Final (31 Dez 2001)
	2001	Encargos Financeiros		
365.521	1.425	20.560	47.466	387.506

A compensação de amortizações de imobilizações comparticipadas ascendeu a 63,9 milhões de euros; este proveito extraordinário recorrente está relacionado com as comparticipações financeiras ligadas ao investimento que o Grupo foi realizando ao longo dos anos.

Investimento Total

Investimento operacional

Investimento Operacional

milhares de euros			
	2001	2000	△%
EDP Produção	140.354	98.413	42,6%
Vinculada – CPPE	52.345	48.433	8,1%
TER	58.662	3.701	1485,0%
HDN e Hidrocel	5.491	8.399	-34,6%
Eólica – Enernova	6.953	11.368	-38,8%
EDP Cogeração	14.532	25.459	-42,9%
Engenharias e O&M	2.371	1.053	125,2%
Transporte (1)	-	15.079	-
EDP Distribuição	265.874	237.192	12,1%
Alta/Média Tensão	82.765	66.965	23,6%
Baixa Tensão	125.569	115.050	9,1%
Iluminação Pública	16.890	11.513	46,7%
Outros	40.650	43.664	-6,9%
Comercialização (EDP Energia)	1.102	2.070	-46,8%
Electricidade Portugal	407.330	352.753	15,5%
Bandeirante (2)	65.730	63.828	3,0%
EDP Brasil	2.584	-	-
Electricidade Brasil	68.314	63.828	7,0%
Telecomunicações	239.019	219.601	8,8%
Tecnologias de Informação	70.977	29.998	136,6%
Outros	29.529	33.040	-10,6%
Investimento Operacional Total	815.169	699.220	16,6%

Nota: Os valores incluem a participação dos accionistas minoritários.
(1) Só considera o investimento no primeiro semestre de 2000, pois em virtude da venda de 70% do capital da REN ao Estado, esta empresa deixou de ser consolidada a nível operacional
(2) Em 2000, a Bandeirante foi consolidada apenas a nível de Balanço e pelo método de consolidação proporcional.

Existem três factores que explicam o crescimento de 16,6% do investimento operacional.

Em primeiro lugar, o investimento no *core business* em Portugal cresceu 15,5%. No negócio da Produção, o aumento é explicado pelo início de construção da nova central de ciclo combinado da TER – Termoeléctrica do Ribatejo. Quanto ao negócio da Distribuição, o crescimento está ligado ao aumento

de subestações, ao alargamento da rede de iluminação pública e a uma melhoria ao nível de contadores e acessórios.

O segundo factor que explica o crescimento acima mencionado prende-se com a introdução do investimento operacional da Bandeirante em 2001 no valor de 65,7 milhões de euros.

Do investimento do Grupo Edinfor destaca-se o realizado em sistemas informáticos (cerca de 60 milhões de euros) e o resultado da inclusão do investimento operacional da ACE (10 milhões de euros).

Investimento Financeiro

Investimento Financeiro

milhares de euros

	2001	2000
Produção	226	0
Distribuição	-	-
Internacionalização – Brasil	244.399	231.727
Hidrocantábrico	262.388	-
Telecomunicações (1)	69.554	130.690
Tecnologias de Informação	2.913	66.146
Sub-total	579.480	428.563
BCP	-	502.918
Galp Energia	-	317.974
EDA – Electricidade dos Açores	813	5.726
Internacionalização – Outros Mercados	7.527	72.500
Outros	-	219.182
Investimento Financeiro Total	587.820	1.546.863

(1) Apesar do Grupo EDP deter apenas 56,03% da Oni, considera-se 100% do Investimento das telecomunicações, uma vez que a ONI é consolidada pelo método integral.

No âmbito da internacionalização, e no seguimento da estratégia delineada, o investimento financeiro da EDP concentrou-se no Brasil. Este investimento visou: por um lado, o reforço da presença na actividade da produção de electricidade (34,3 milhões de Euros); por outro lado, a consolidação das posições anteriormente adquiridas em empresas de distribuição de electricidade (210 milhões de Euros), nomeadamente com a obtenção de uma posição maioritária no capital da Escelsa.

Uma parcela importante do investimento financeiro da EDP em 2001 foi feito na aquisição de uma participação da quarta maior empresa eléctrica espanhola, a Hidrocantábrico, no seguimento de uma OPA lançada em conjunto com o banco espanhol Cajastur. O investimento acima referido (262 milhões de Euros) respeitou à posição inicial de 9,5% adquirida pelo Grupo EDP nesta empresa, posição que foi reforçada para cerca de 40% já no início de 2002.

Em 2001, o Grupo EDP, através da ONI, adquiriu a quase totalidade do capital do operador espanhol Comunitel, o que implicou um investimento de cerca de 68 milhões de Euros.

Fundo de Pensões e Responsabilidades pela Prestação de Cuidados de Saúde

A EDP mantém planos de benefícios sociais que compreendem os benefícios de reforma, isto é, complementos de pensões na reforma e reformas antecipadas, e a prestação de cuidados médicos quer aos trabalhadores no activo, quer aos reformados e pensionistas.

O Grupo procede à contabilização dos respectivos custos de acordo com o disposto no *International Accounting Standard* nº 19.

A cobertura dos custos com responsabilidades passadas vencidas em 31 de Dezembro de 2001 encontra-se assegurada quer pelo Fundo de Pensões do Grupo EDP, com activos de 754 milhões de euros no final de 2001, quer com provisões no Balanço no montante global de 746,8 milhões de euros. O Grupo continuará a dotar o Fundo de Pensões com os recursos correspondentes às responsabilidades que se forem vencendo em cada exercício.

O detalhe destas responsabilidades, os pressupostos e o respectivo movimento ocorrido em 2001 é apresentado no Anexo às Contas Consolidadas (Nota 21).

Tributação Consolidada do Grupo EDP

O Grupo EDP está autorizado, por despacho do Senhor Ministro das Finanças, a proceder à consolidação fiscal. Desta forma, o



Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas incide sobre a actividade global do Grupo EDP, desenvolvida pelas filiais detidas em pelo menos 90% do seu capital e com sede no território nacional.

Distribuição de Resultados aos Trabalhadores

Faz parte da política de recursos humanos do Grupo EDP a atribuição de lucros aos seus trabalhadores. Esta política concretiza-se nas empresas a que os trabalhadores estão afectos.

Proposta de Aplicação dos Resultados de 2001

Nos termos do Artigo 27º do Contrato da Sociedade, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido de 450.794.716,53 euros tenha a seguinte aplicação:

Aplicação de Resultados

milhares de euros	
2001	
Reserva Legal	22.540.000,00
Dividendos	339.000.000,00
Resultados Transitados	89.254.716,53
Resultado Líquido	450.794.716,53

O dividendo proposto é de 0,113 euros por acção, o que corresponde a um *pay-out* de 75%.

EDP PRODUÇÃO

A EDP Produção, que engloba todas as empresas do Grupo relacionadas com a produção de energia eléctrica em Portugal e com a prestação de serviços associados a esta actividade, foi criada no princípio de 2001. Como tal, as demonstrações financeiras relativas ao ano 2000 apresentadas neste documento são uma reconstituição pró-forma do que seria a actividade da empresa nesse ano.

Demonstração de Resultados Operacionais
EDP Produção

milhares de euros			
	2001	2000 pró-forma	Δ%
Proveitos Operacionais	1.329.246	1.229.482	8,1%
Vendas de Electricidade	1.267.924	1.181.338	7,3%
Outras Vendas	12.360	6.504	90,0%
Prestação de Serviços	11.492	14.640	-21,5%
Outros Proveitos e ganhos operacionais	5.577	4.494	24,1%
Trabalhos para a própria empresa	31.893	22.506	41,7%
Custos Operacionais	812.980	720.790	12,8%
Electricidade	3.651	2.674	36,6%
Combustíveis para prod. de electricidade	377.192	306.942	22,9%
Materiais diversos e mercadorias	3.900	4.434	-12,1%
Fornec. e serviços externos – Terceiros	52.464	49.191	6,7%
Fornec. e serviços externos – Grupo	21.931	20.161	8,8%
Custos com o pessoal	113.482	100.917	12,5%
Amortizações do exercício	225.182	221.362	1,7%
Provisões	9.806	9.362	4,7%
Rendas de concessão	3.437	3.726	-7,8%
Outros custos e perdas operacionais	1.935	2.021	-4,2%
Resultados Operacionais	516.266	508.692	1,5%

Nota: Sub-consolidação não auditada. Para 2000 são apresentadas contas pró-forma dado que a sub-holding EDP Produção só foi constituída em 2001.

Os proveitos operacionais da EDP Produção aumentaram 8,1%, reflectindo essencialmente o crescimento da parcela variável (parcela que remunera os custos de produção) dos contratos de aquisição de energia (CAE) decorrente do maior recurso a fontes de geração térmica durante 2001.

No que diz respeito aos trabalhos para a própria empresa, registou-se em 2001 um aumento de 41,7%, reflectindo um maior dinamismo das empresas de engenharia, PROET e HIDRORUMO.

É ainda de referir o aumento significativo dos proveitos das vendas das centrais de cogeração, que operam fora do âmbito

do SEP, em cerca de 18,6 milhões de euros face ao ano de 2000.

Proveitos de Vendas de Electricidade Produção

	2001	2000	△%
PPA Parcela Fixa - CPPE	850.798	829.293	2,6%
PPA Parcela Variável - CPPE	363.278	317.113	14,6%
Total CPPE	1.214.076	1.146.406	5,9%
HDN	12.906	13.667	-5,6%
Hidrocenel	12.585	13.715	-8,2%
Total Mini-hídricas	25.491	27.382	-6,9%
Eólica (Enernova)	5.530	4.150	33,2%
Biomassa	1.208	333	262,8%
Cogeração (Soporgen)	21.618	3.066	605,1%
Total EDP Produção	1.267.924	1.181.338	7,3%

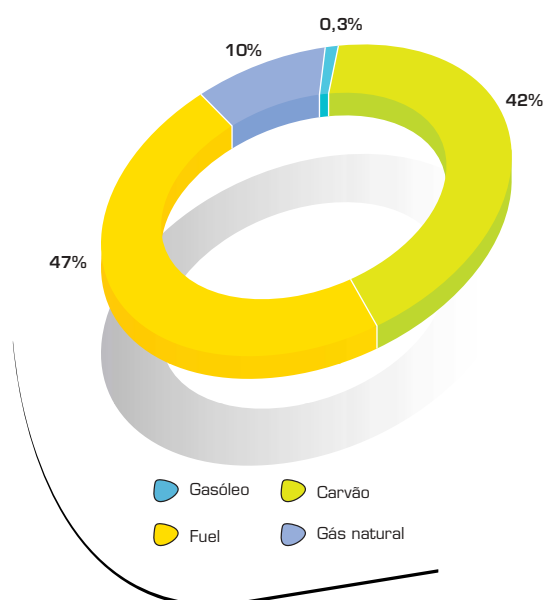
O custo com os combustíveis para a produção de electricidade aumentou 22,9%, para 377,2 milhões de euros face aos 306,9 milhões de euros registados no final de 2000. Esta evolução foi efeito de uma subida generalizada dos preços dos combustíveis no início de 2001 e de um maior recurso à produção de origem térmica no último trimestre do ano. A entrada em funcionamento da Soporgen fez com que aumentasse o consumo de gás natural.

Compras de Combustíveis EDP Produção

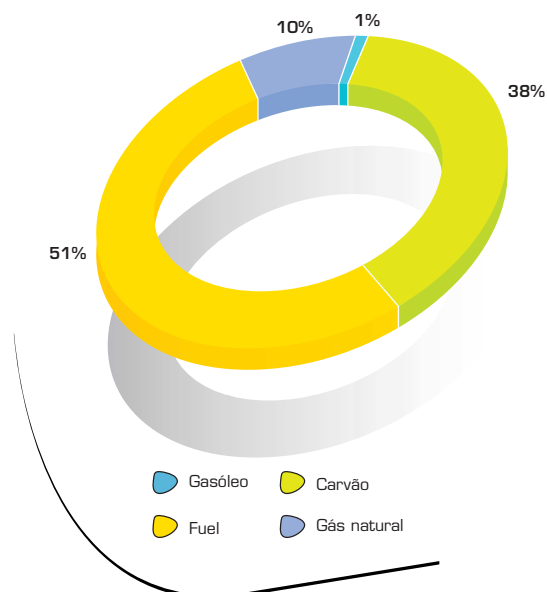
	2001	2000	△%
Carvão	142.810	128.901	10,8%
Fuel	193.867	146.720	32,1%
Gás natural	35.897	29.426	22,0%
Gasóleo	4.618	1.895	143,7%
Total Combustíveis	377.192	306.942	22,9%

A margem bruta da EDP Produção aumentou de 871,7 milhões de euros em 2000 para 887,1 milhões de euros em 2001, ou cerca de 1,8%, reflectindo um ganho na parcela fixa de cerca de 21 milhões de euros e um ganho de aproximadamente 46 milhões de euros na parcela variável.

Compras de Combustíveis - Ano 2000



Compras de Combustíveis - Ano 2001





Relativamente aos fornecimentos e serviços externos, aqueles que são prestados por empresas fora do universo do Grupo sofreram um aumento de cerca de 7%. No que diz respeito aos fornecimentos efectuados por empresas pertencentes ao Grupo EDP, registou-se um aumento de 9% face ao ano anterior. Este aumento deveu-se ao arranque da Energin em 2001 e ao aumento da actividade da Soporgem (que em 2000 apenas operou na segundo semestre).

Custos com Pessoal Corrigido Produção

	2001	2000	Δ%
Custos com Pessoal	113.482	100.917	12,5%
Prémios para Pensões	7.542	2.898	160,2%
Correcção das reformas Antecipadas	10.293	7.254	41,9%
Encargos Sociais com Pré-Reformados	1.132	798	41,9%
Custos com Pessoal Corrigidos	94.515	89.967	5,2%

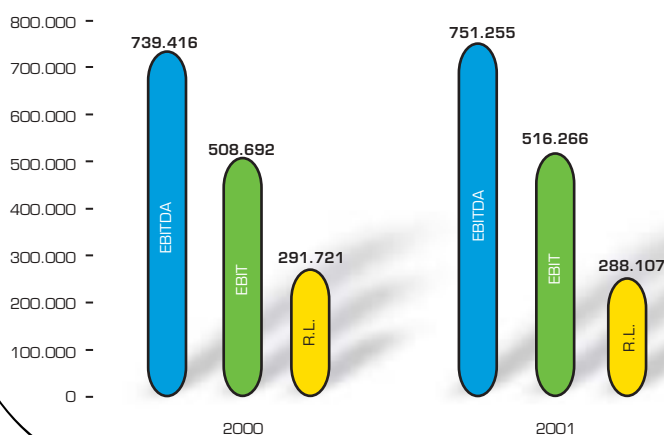
Os custos com pessoal da EDP Produção, considerando a correcção dos prémios para pensões e dos encargos com reformas antecipadas, no valor global de 19 milhões de euros, registaram um aumento de 5,2%. Este aumento reflecte os efeitos da revisão do ACT (Acordo Colectivo de Trabalho) e o aumento salarial referente a 2001.

Indicadores Gerais EDP Produção

	2001	2000	Δ%
Quota de Mercado	74%	70%	3,6%
Margem Bruta (electricidade) (milhares de euros)	887.080	871.722	1,8%
Investimento Operacional (milhares de euros)	140.354	98.413	42,6%
Número de Trabalhadores	2.174	2.271	-4,3%
EDP Produção	398	-	-
CPPE	1.246	1.699	-26,7%
HDN	63	79	-20,3%
Hidrocenel	28	36	-22,2%
Eernova	15	12	25,0%
EDP Cogeração	10	4	150,0%
Seflor	41	25	64,0%
TER	6	5	20,0%
Proet	126	138	-8,7%
Hidrorumo	241	273	-11,7%

A nível da evolução do número de trabalhadores registou-se uma diminuição de 4,3%, representando uma redução de 97 trabalhadores.

EDP Produção (milhares de euros)



Nota: Sub-consolidação não auditada.

Os resultados operacionais da EDP Produção registaram um crescimento de 1,5% face ao ano 2000, atingindo um valor de 516,3 milhões de euros.

EDP DISTRIBUIÇÃO

No final do ano 2001, o número de clientes de electricidade do Grupo EDP atingiu 5,5 milhões, representando um crescimento anual de 2,3%. No que diz respeito ao SENV, a EDP aumentou de 9 para 22 o seu número de clientes, correspondendo a 67% do número total de clientes deste sistema.

Número de Clientes SEP EDP Distribuição

	2001	2000	△%
MAT (Muito Alta Tensão)	11	11	0,0%
AT (Alta Tensão)	98	90	8,9%
MT (Média Tensão)	19.536	18.834	3,7%
BTE (Baixa Tensão Especial)	26.519	25.394	4,4%
BT (Baixa Tensão)	5.455.273	5.332.331	2,3%
Iluminação Pública	39.959	38.644	3,4%
Total	5.541.396	5.415.304	2,3%

Os proveitos das vendas de electricidade aumentaram 8,2% em relação ao ano anterior, exprimindo não só o crescimento de consumo mas também as tarifas a clientes fixadas para 2001 pela ERSE.

Vendas de Energia – Mercado Interno EDP Distribuição

milhares de euros

	2001	2000	△%
MAT (Muito Alta Tensão)	36.837	35.314	4,3%
AT (Alta Tensão)	173.254	164.178	5,5%
MT (Média Tensão)	777.036	748.205	3,9%
BT (Baixa Tensão)	1.931.840	1.833.882	5,3%
BTE (Baixa Tensão Especial)	261.227	245.691	6,3%
Iluminação Pública	83.918	80.279	4,5%
Descontos de interruptibilidade	-25.555	-19.345	32,1%
Descontos de correcção tarifária	-25.345	-24.723	2,5%
Subtotal	3.213.212	3.063.481	4,9%
Desvios Tarifários:	42.218	-55.996	-175,4%
Reposição Distribuição 1999	35.509	-35.509	-
Distribuição 2000	-	-20.486	-
Distribuição 2001	6.709	-	-
Vendas EDP Distribuição	3.255.430	3.007.485	8,2%
Vendas EDP Energia (AT + MT)	8.794	3.202	174,6%
Vendas a Clientes	3.264.224	3.010.687	8,4%

Análise de Margem após Ajustamentos EDP Distribuição

milhares de euros

	2001	2000	△%
Vendas acumuladas do ano	3.213.212	3.063.481	4,9%
Reposição Distribuição 1999	35.509	-	-
Diferença Tarifária EDPD 2000	-	-20.486	-
Diferença Tarifária EDPD 2001	6.709	-	-
Vendas EDP Distribuição após ajustamentos	3.255.430	3.042.995	7,0%
Custo das Vendas de Electricidade	2.047.706	1.861.540	10,0%
Margem Bruta das Vendas	1.207.724	1.181.455	2,2%
Margem Bruta/Vendas Electricidade	37,1%	38,8%	-1,7%
Margem Bruta (€/MWh)	34,0	34,7	-1,8%



Em 2001, a tarifa média para os clientes do SEP aumentou cerca de 1,2%, as tarifas de uso da rede de distribuição e as da actividade comercial foram reduzidas em cerca de 3%. Para se poder comparar a margem bruta entre os dois períodos em análise retirou-se o montante de Reposição Distribuição 1999, uma vez que diz respeito ao período de 1999 apesar de estar contabilizado em 2000. Tendo em conta estes ajustamentos, a margem bruta/vendas de electricidade diminuiu cerca de 1,7 pontos percentuais. Se se analisar a margem bruta/MWh o valor cai para 34 euros/MWh.

As prestações de serviços registaram uma queda de 9,2%, fixando-se em 19,9 milhões de euros em 2001. Deste valor, 7,6 milhões de euros dizem respeito à actividade *multi-utility*.

O custo das compras de electricidade aumentou de 1.862 milhões de euros em 2000 para 2.048 milhões de euros em 2001, o que representa um crescimento de 10%, reflectindo não só o crescimento do consumo mas também o aumento da tarifa de energia e potência estabelecido pela ERSE.

Demonstração de Resultados Operacionais
EDP Distribuição

	2001	2000	△%
Proveitos Operacionais	3.454.023	3.187.749	8,4%
Vendas de electricidade - Terceiros	3.255.430	3.007.485	8,2%
Vendas de electricidade - Grupo	3.054	2.424	26,0%
Prestação de serviços	19.895	21.902	-9,2%
Outras vendas	1.620	2.204	-26,5%
Outros proveitos e ganhos operacionais	20.516	13.781	48,9%
Trabalhos para a própria empresa	153.507	139.953	9,7%
Custos Operacionais	3.262.784	2.971.773	9,8%
Electricidade	2.047.706	1.861.540	10,0%
Materiais diversos e mercadorias	107.544	98.500	9,2%
Fornec. e serviços externos – Terceiros	133.416	121.639	9,7%
Fornec. e serviços externos – Grupo	79.873	67.245	18,8%
Custos com o pessoal	367.004	338.379	8,5%
Amortizações do exercício	324.576	313.955	3,4%
Provisões	54.655	39.119	39,7%
Rendas de concessão	145.642	128.895	13,0%
Outros custos e perdas operacionais	2.368	2.501	-5,3%
Resultados Operacionais	191.239	215.976	-11,5%

No que diz respeito aos outros custos operacionais, os fornecimentos e serviços externos prestados por empresas externas ao Grupo aumentaram 9,7%. Esta variação deve-se principalmente ao aumento das rubricas de manutenção e conservação e reparação de avarias. Relativamente aos fornecimentos dentro do Grupo, o crescimento situou-se nos 18,8%, estando o aumento ligado à implementação do novo sistema de gestão de clientes.

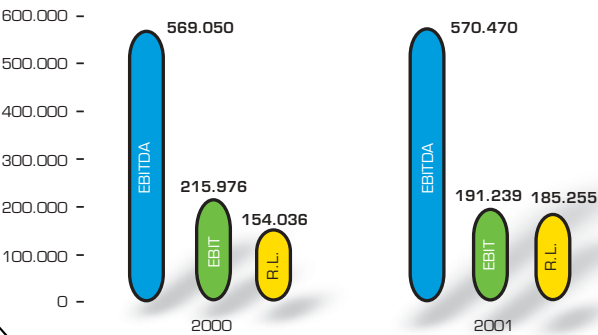
Os custos com o pessoal da EDP Distribuição reflectem uma redução de 0,2% quando comparados com o ano de 2000.

Custos com Pessoal Corrigido
EDP Distribuição

	2001	2000	△%
Custos com Pessoal	367.004	338.379	8,5%
Prémios para Pensões	26.601	14.884	78,7%
Correcção das Reformas Antecipadas	58.599	43.097	36,0%
Encargos Sociais com Pré-Reformados	7.032	5.171	36,0%
Custos com Pessoal Corrigidos	274.772	275.227	-0,2%

Esta variação tem em conta a correcção relativa aos prémios para pensões (reforços do Fundo de Pensões) e a correcção dos encargos com reformas antecipadas no valor de 26,6 milhões de euros e 58,6 milhões de euros, respectivamente. Reflecte o efeito da redução do número de trabalhadores bem como os efeitos da revisão do ACT (Acordo Colectivo de Trabalho) e a actualização salarial de 3,4% para 2001.

EDP Distribuição (milhares de euros)



O Resultado Operacional da EDP Distribuição atingiu 191,2 milhões de euros, menos 11,5% do que em 2000. Apesar desta queda a nível do EBIT, o valor EBITDA manteve-se estável crescendo 0,25%.

As margens EBIT e EBITDA situaram-se, no final de 2001, nos 5,8% e 17,4%, respectivamente, o que representa um decréscimo de cerca de 1,3 pontos percentuais em relação ao ano 2000.

Indicadores Gerais
EDP Distribuição

	2001	2000	Δ%
Margem Bruta (electricidade)	37,2%	38,2%	-1,0%
Número de trabalhadores	7.178	8.221	-12,7%
Investimento Operacional milhares de euros	265.874	237.191	12,1%

O número de trabalhadores da EDP Distribuição caiu para 7.178 em 2001, traduzindo-se numa redução de 12,7%. Esta queda enquadra-se nos objectivos de aumento de eficiência previamente estabelecidos.

Relativamente ao investimento operacional, este ascendeu a 265,9 milhões de euros em 2001, mais 12% do que em 2000, valores estes que estão em linha com os objectivos anunciados pelo Grupo. As principais razões deste aumento estão relacionadas com a melhoria de serviço, nomeadamente, o aumento de subestações, o alargamento da rede de iluminação pública e melhoria a nível de contadores e acessórios.

BANDEIRANTE

Em 1 de Outubro de 2001, a Bandeirante Energia, detida em 96,48% pela EDP, iniciou a sua actividade como empresa independente.

Para efeitos comparativos, apresentam-se as demonstrações financeiras bem como outros dados operacionais em pró-forma, considerando:

- em 2000: 54% da Bandeirante;
- em 2001:
 - até ao final de Setembro, 54% da Bandeirante;
 - do final de Setembro ao fim de 2001, consolidação global da nova Bandeirante (após cisão).

As vendas de electricidade da Bandeirante Energia atingiram no final de 2001 11.727 GWh, um decréscimo de 12,8% em relação ao ano de 2000.

A diminuição do consumo durante o período em análise registou-se ao nível de todos os segmentos. No entanto, os segmentos Residencial e Outros foram os mais afectados. Dentro do segmento Outros estão incluídos o rural, poder público e iluminação pública. Esta quebra deve-se ao plano de racionamento de energia, implementado pelo Governo Brasileiro, que teve como objectivo uma redução da procura de electricidade, nomeadamente, no segmento residencial.



Vendas de Energia (GWh)
Bandeirante

	2001	2000	△%
Aquisição de Energia (Furnas e Itaipú)	13.516	15.140	-10,7%
Comercialização de Energia	11.727	13.444	-12,77%
Residencial	2.296	2.681	-14,4%
Industrial	6.410	6.813	-5,9%
Comercial	1.363	1.423	-4,2%
Outros	1.658	2.527	-34,4%

Ao nível dos proveitos operacionais, as vendas de electricidade registaram um decréscimo de 1,6%, situando-se nos 690,5 milhões de euros no final de 2001. Esta diminuição reflecte a desvalorização do real face ao escudo (11,6% desde do fim do ano 2000). Se se analisar a evolução dos proveitos operacionais na moeda local, verifica-se que a variação foi positiva em 11,5%

Demonstração de Resultados Operacionais
Bandeirante

	2001 (96%)	2000 pró-forma* (54%)	△%
Proveitos e Ganhos Operacionais	690.509	703.273	-1,8%
Vendas de electricidade	690.509	701.390	-1,6%
Trabalhos para a própria empresa	0	1.883	-100,0%
Custos e Perdas Operacionais	625.899	610.167	2,6%
Electricidade	497.387	492.538	1,0%
Materiais diversos e mercadorias	2.785	3.489	-20,2%
Fornecimentos e serviços externos	36.367	31.722	14,6%
Custos com o pessoal	43.878	57.293	-23,4%
Amortizações do exercício	35.827	34.450	4,0%
Provisões	4.912	-14.767	-133,3%
Outros custos e perdas operacionais	4.743	5.442	-12,8%
Resultados Operacionais	64.610	93.106	-30,6%

(*) O valor apresentado nos resultados do 3º Trimestre correspondia a 54% do Anexo V contabilizado nas Demonstrações Financeiras da Bandeirante, a uma taxa de câmbio de 1 Real: 0,410 euro.

No que diz respeito à recuperação dos custos do racionamento, foram contabilizados na rubrica de proveitos da venda de electricidade cerca de 109 milhões de euros, respectivamente, sendo retirados 95,4 milhões de euros relativos ao Anexo V^(*) e 11 milhões de euros a despesas adicionais dos contratos iniciais.

Relativamente aos custos operacionais, as despesas com a aquisição de electricidade aumentaram cerca de 1% nas demonstrações financeiras consolidadas da EDP. A principal razão por este crescimento reduzido deve-se à inclusão de 59,4 milhões de euros referentes à "Parcela A" contabilizados nas despesas com aquisição de electricidade. Se se analisar a evolução dos custos com a aquisição de electricidade na moeda local, verifica-se que a variação foi positiva em 14,5%.

Indicadores Gerais
Bandeirante

	2001	2000	△%
Margem Bruta (electricidade)	28,0%	29,8%	-1,8%
Número de trabalhadores	1.471	2.764	-46,8%
Investimento Operacional* milhares de euros	65.730	63.828	3,0%

* Os valores apresentados respeitam à totalidade da empresa. Em 2000, o Grupo EDP consolidou proporcionalmente (54%) do Balanço da Bandeirante. Em 2001, a Bandeirante foi consolidada proporcionalmente (54%), quer a nível de Balanço quer de Demonstração de Resultados, até Setembro. A partir de Outubro de 2001, com a cisão da empresa e aumento da participação para 96,5%, o Grupo EDP passou a consolidar integralmente as suas Demonstrações Financeiras.

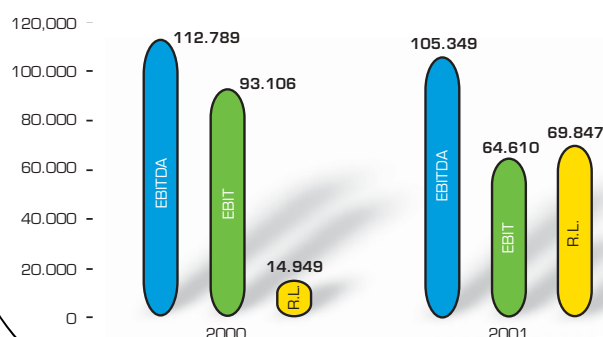
Os resultados operacionais atingiram o valor de 65,6 milhões de euros, o que representa uma queda de 30,6% face ao resultado acumulado em final de 2000. No que diz respeito às margens de EBITDA e de EBIT, estas caíram para 16,1% e 9,4%, respectivamente.

No que diz respeito à margem bruta, registou-se uma variação negativa de 1,8 pontos percentuais, situando-se no final de 2001 em 28%.

A nível da evolução do número de trabalhadores, registou-se uma diminuição de 46,8%, sendo claro que a maior parte desta redução ficou a dever-se à cisão registada em Outubro de 2001.

No que diz respeito ao investimento corrente, este apresentou um valor de 65,7 milhões de euros no final de 2001, mais 3% do que o valor apresentado em 2000. Se se analisar a evolução do investimento em moeda local, verifica-se que a variação foi positiva em 16,8%.

Bandeirante (milhares de euros)



TELECOMUNICAÇÕES

As demonstrações consolidadas relativas ao final de 2001 reflectem a contribuição da Comunitel desde a data da sua aquisição em 12 de Junho de 2001.

Os proveitos de exploração das empresas de telecomunicações do Grupo aumentaram de 39,8 milhões de euros, no final de 2000, para 157 milhões de euros em 2001.

Este aumento dos proveitos das empresas incluídas no universo ONI é explicado principalmente pelos seguintes factores:

- A inclusão nas contas do final do ano de aproximadamente 49,4 milhões de euros relativos aos proveitos operacionais da Comunitel registados entre a data de aquisição e a data de fecho de contas do final de 2001;

- O aumento das receitas oriundas do serviço de telecomunicações (serviço de voz e dados) que ascende no final de 2001 a 79,5 milhões de euros, ou 128,9 se incluída a Comunitel;
- O aumento das vendas de equipamentos que em 31 de Dezembro de 2001 totalizou 30,9 milhões de euros.

As receitas acumuladas no final de 2001 resultantes dos serviços de voz ascenderam a 108,8 milhões de euros, representando 69% do total das receitas de serviços de telecomunicações. De realçar que a superação da barreira dos 220 milhões de euros de proveitos coloca a ONI no primeiro terço do mercado Ibérico dos operadores fixos.

O tráfego de voz comutado pela ONI no final de 2001 era de 1.197 milhões de minutos comparativamente a um total de 115 milhões de minutos para o ano 2000. Este tráfego de voz teve origem nos seguintes segmentos: 74% clientes empresariais, 21% residenciais e 6% operadores.

Este forte crescimento do tráfego de voz contempla não apenas o impacto da liberalização das chamadas de curta distância (tráfego local), que ocorreu em 1 de Janeiro de 2001 e representa em Portugal cerca de 50% do total de tráfego comutado, mas também o significativo aumento do número de linhas equivalentes (CLIs) que cresceu de cerca de 291 mil no final de 2000 para cerca de 651 mil no final de 2001. Do total de CLIs, 200 milhares são empresariais e 341 milhares são residenciais.

Estes dados incluem a contribuição da Comunitel, cujos serviços são direccionados ao segmento empresarial no mercado espanhol, que dispunha no final de 2001 de 110.564 CLIs e registava um tráfego de 657 milhões de minutos (maioritariamente decorrentes de serviços de voz).

As receitas dos serviços de dados, que representam cerca de 12,8% das receitas de telecomunicações, ascenderam a 20,2 milhões de euros. No final de 2001, a ONI já tinha 371.733 contas de Internet registadas, que se traduziram num tráfego ISP superior a 593 milhões de minutos.



A margem bruta das vendas gerada pelo Grupo ONI, no que diz respeito à actividade de serviços de telecomunicações, situou-se no final de 2001 nos 54,6 milhões de euros ou cerca de 34,8% dos proveitos totais originados por esta actividade durante 2001.

Demonstração de Resultados Operacionais
Telecomunicações

	2001	2000	△%
milhares de euros			
Proveitos Serviços Telecomunicações	157.032	39.845	294%
Serviços de Telecomunicações de Voz	108.839	9.822	1008%
Serviços de Telecomunicações de Dados	20.152	15.711	28%
Outras Receitas de Telecomunicações	28.041	14.312	96%
Proveitos Vendas de Equipamento	30.891	3.013	925%
Vendas de Equipamento Grupo	768	1.202	-36%
Vendas de Equipamento Terceiros	30.123	1.811	1564%
Proveitos e Ganhos Operacionais	187.923	42.858	338%
Custos das Vendas de Equipamento	20.685	2.878	619%
Custo dos Serviços de Telecomunicação	102.399	29.126	252%
Custos Directos da Actividade	123.084	32.004	285%
Fornecimento e Serviços Externos Grupo	7.402	6.754	10%
Fornec. e Serviços Externos Terceiros	109.401	63.680	72%
Custos com o pessoal	76.022	25.758	195%
Outros custos (ou proveitos) operacionais	-5.931	-1.132	424%
Trabalhos para a Própria Empresa	-38.537	-46.314	-17%
Custos e Perdas Operacionais	148.357	48.746	204%
EBITDA	-83.518	-37.892	120%
EBITDA/Proveitos	-44%	-88%	
Amortizações	48.872	23.304	110%
Provisões	3.741	18.974	-80%
EBIT (Resultados Operacionais)	-136.131	-80.170	70%
EBIT/Proveitos	-72%	-187%	

Nota: Sub-consolidação não auditada. Estes valores respeitam ao universo de empresas do Grupo ONI, que em 2001 inclui a Comunitel e Germinus XXI entretanto adquiridas.

Os custos directos da actividade de telecomunicações apresentaram um crescimento significativo, ascendendo

a 123,1 milhões de euros. Este aumento deve-se principalmente a um volume de negócios superior, bem como ao aumento dos custos de aluguer de circuitos de acesso à rede da PT e dos custos de interligação pagos a esta mesma empresa.

O aumento da rubrica de custos operacionais que, excluindo os custos directos da actividade de telecomunicações, ascenderam a 148,4 milhões de euros no final de 2001, decorre do natural crescimento de alguns custos associados ao desenvolvimento do negócio de telecomunicações.

Os custos com pessoal ascenderam a 76 milhões de euros em 2001 face aos 25,8 milhões de euros em 2000. Este aumento reflecte não só o aumento do número de colaboradores da ONI mas também a inclusão dos custos com pessoal da Comunitel desde a data da sua aquisição. Apesar deste crescimento, os valores apresentados encontram-se em linha com os objectivos da empresa.

Indicadores Gerais
Telecomunicações

	2001	2000	△%
milhares de euros			
Número de trabalhadores ONI	1.719	558	208,1%
Portugal	1.110	558	98,9%
Fixo	804	557	44,3%
Móvel	306	1	30.500,0%
Espanha	609	0	-
Investimento Operacional	239.019	219.601	8,8%

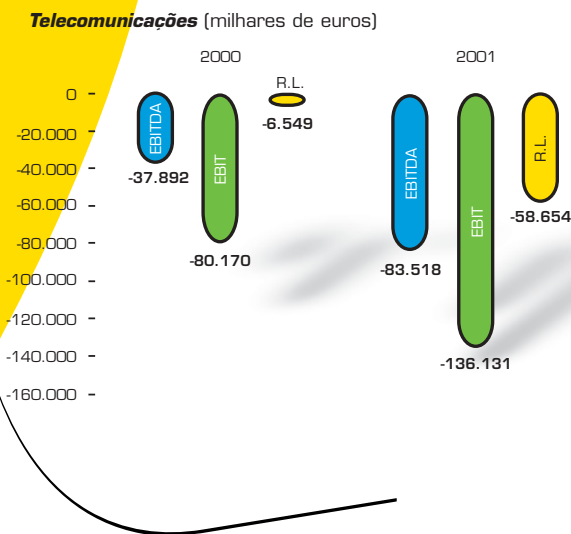
O número de colaboradores da ONI em Portugal no final de 2001 era de 1.110 face aos 558 do ano anterior. No final de 2001, a Comunitel contava com 331 colaboradores e a Germinus com 278 colaboradores.

O investimento acumulado do Grupo ONI no final de 2001 ascendeu a 777 milhões de euros, dos quais 239 milhões de euros dizem respeito a investimento operacional e 538 milhões

de euros a investimento financeiro. Deste investimento total, 231 milhões de euros são relativos a investimentos na área do UMTS. Os investimentos financeiros de maior relevância efectuados em 2001 foram os seguintes:

- Aumentos de capital/suprimentos na OniWay
218 milhões de euros;
- Incorporação da ONI TELECOM na ONI SGPS
113 milhões de euros;
- Aquisição da COMUNITEL (adicional)
68 milhões de euros;
- Incorporação da Brisatel
23 milhões de euros.

De notar que os movimentos de integração da ONI Telecom e Brisatel, no montante de 136 milhões de euros, não representam um esforço financeiro.



Nota: Sub-consolidação não auditada.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

A Edinfor, empresa do Grupo EDP para o negócio das Tecnologias de Informação, centra a sua actividade na prestação de serviços nas áreas do desenvolvimento e exploração de sistemas de informação.

Em 2001, as contas do Grupo Edinfor incluem o Grupo Case, o que não acontecia em 2000.

Demonstração de Resultados Operacionais
Tecnologias de Informação

	2001	2000	△%
Proveitos e Ganhos Operacionais	215.918	121.472	77,8%
Vendas	39.149	30.237	29,5%
Prestação de serviços	149.883	85.424	75,5%
Outros proveitos e ganhos operacionais	5.206	5.502	-5,4%
Trabalhos para a própria empresa	21.680	309	6.916,1%
Custos e Perdas Operacionais	184.789	104.837	76,3%
Materiais diversos e mercadorias	34.164	23.713	44,1%
Fornec. e serviços externos – Terceiros	58.812	36.926	59,3%
Fornec. e serviços externos – Grupo	6.853	8.654	-20,8%
Custos com o pessoal	65.398	24.905	162,6%
Amortizações do exercício	17.796	10.225	74,0%
Provisões	960	414	131,9%
Outros custos e perdas operacionais	806	0	-
Resultados Operacionais	31.129	16.635	87,1%

Nota: Sub-consolidação não auditada. Estes valores respeitam ao universo de empresas do Grupo Edinfor, que em 2001 inclui o Grupo Case entretanto adquirido.

Os proveitos operacionais ascenderam a 189,0 milhões de euros no final de 2001. A rubrica de prestações de serviços foi a que mais contribuiu para este crescimento, dos quais 51%, cerca de 114 milhões de euros, correspondem a serviços prestados a entidades externas ao Grupo EDP. Este crescimento foi em grande parte suportado para além da consolidação das contas da CASE, pelo contínuo envolvimento das empresas do Grupo Edinfor no desenvolvimento e instalação de projectos no âmbito do SAP.

Em termos de custos operacionais, observou-se também um crescimento na ordem de 76,3%, em grande parte explicado



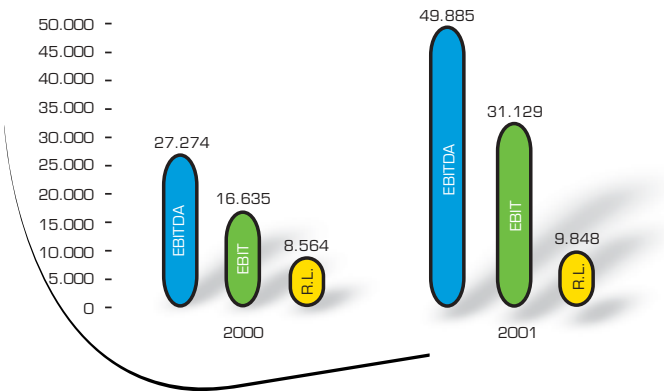
pela evolução da rubrica de Custos com o Pessoal, com um crescimento de 162,6%. Estes crescimentos são explicados não só pela inclusão das contas da CASE no Grupo Edinfor, como também por um maior recurso à contratação externa por forma a satisfazer a crescente procura de serviços.

Indicadores Gerais
Tecnologias de Informação

	2001	2000	milhares de euros
			△%
Número de trabalhadores	1.551	915	69,5%
Investimento Operacional	70.977	29.998	136,6%

O número de trabalhadores cresceu 69,5% para 1.551 trabalhadores, em consequência da inclusão dos colaboradores afectos à CASE.

Tecnologias de Informação (milhares de euros)



Nota: Sub-consolidação não auditada.

Os Resultados Operacionais cresceram para 31,1 milhões de euros, mais 87,1% do que em 2000, tendo as margens EBIT e EBITDA representado 16,4% e 26,4%, respectivamente, em 2001.

FACTOS RELEVANTES

FACTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO 2001

A) Gerais

A parceria entre a EDP e a Iberdrola foi dada por terminada.

No seguimento da intenção manifestada pela Iberdrola de proceder à fusão com a Endesa, que resultaria na eliminação das perspectivas de desenvolvimento da parceria com a EDP, foi dado por terminado o acordo de parceria estratégica entre as empresas.

EDP e Cajastur adquirem 35% da Hidrocantábrico. Em 25 de Janeiro de 2001, a EDP e a Caja de Ahorros de Asturias (Cajastur) lançaram uma OPA a 24 euros sobre 100% do capital da eléctrica espanhola Hidroeléctrica del Cantábrico (Hidrocantábrico). Desta operação resultou a aquisição conjunta de 19% do capital social da Hidrocantábrico, pelo que a EDP e a Cajastur passaram a deter em conjunto cerca de 35% da Hidrocantábrico. Ao abrigo de legislação espanhola relativa a aquisições no sector eléctrico por empresas com capital público, o Governo suspendeu, de forma transitória, os direitos de voto da EDP na Hidrocantábrico.

EDP emite empréstimo obrigacionista de 1.000 milhões de euros. A 21 de Março de 2001 a EDP efectuou, no âmbito do programa de EMTNs (Euro Medium Term Notes), uma Emissão Obrigacionista à taxa fixa de 5,875% no montante de 1.000 milhões de euros com maturidade a 28 de Março de 2011. Esta emissão tem como objectivo o refinanciamento da dívida de médio e longo prazo do Grupo EDP, bem como a diversificação das suas fontes de financiamento, reforçando a presença da EDP no mercado de capitais Europeu.

Assembleia Geral Anual da EDP. A 10 de Maio, a Assembleia Geral Anual aprovou os documentos individuais e consolidados de prestação de contas relativos ao Exercício de 2000, bem como a aplicação de Resultados desse Exercício.

Alteração do Conselho de Administração. O Conselho de Administração deliberou, em 10 de Agosto de 2001, proceder à cooptação do Prof. Doutor António José Fernandes de Sousa,

Presidente do Grupo Caixa Geral de Depósitos, para exercer funções de Administrador não executivo. Esta cooptação, que deverá ser submetida à ratificação na próxima Assembleia Geral, vem preencher o lugar deixado vago com a apresentação da renúncia do administrador Eng. Ignácio Francisco Javier Herrera Sorriqueta, nomeado pela Iberdrola.

EDP constitui sub-holding "EDP Participações". A EDP constituiu a sub-holding EDP Participações – SGPS para nela agrupar e melhor coordenar as suas participações minoritárias.

Brisa detém participação de 2% no capital da EDP. A Brisa comunicou, em 30 de Agosto de 2001, que, por via de aquisição, passou a deter directamente uma participação de 2% no capital social da EDP.

Criação da "EDP Valor". Em Dezembro de 2001 foi criada uma sub-holding – EDP Valor – que prestará serviços de *back-office* às outras empresas do Grupo EDP, permitindo, através da centralização dos vários serviços, seguir a política da empresa de redução de custos.

A EDP, a EnBW, a CAJASTUR e CÁSER alcançaram um acordo sobre o controlo e a gestão da Hidrocantábrico. A 4 de Dezembro de 2001, a EDP, a Energie Baden-Württemberg AG, a Caja de Ahorros de Asturias e a Compañía de Seguros y Reaseguros, S.A., celebraram um acordo de accionistas estabelecendo a futura gestão e a repartição entre estes accionistas da posição final de cada um no capital social da Hidrocantábrico. A EDP, EnBW e Cajastur/Cáser detêm, respectivamente e em valores aproximadamente, 40%, 35% e 25% da Adygesinval.

B) Sector Eléctrico

Constituição da "EDP Produção". O Grupo EDP constituiu, a 28 de Março de 2001, uma sub-holding para a área de produção de energia, a EDP Gestão de Produção de Energia, S.A. (EDP Produção). Esta estrutura coordena todas as empresas do Grupo relacionadas com a produção de energia



eléctrica e a prestação de serviços associados, tendo como objectivo optimizar a coordenação e eficiência das várias empresas a operar esse negócio.

Inauguração do parque eólico do Cabeço da Rainha. O Grupo EDP, através da Enernova, subsidiária para o negócio das energias renováveis, inaugurou, em 6 de Julho de 2001, um parque eólico no valor de 11,5 milhões de euros em Cabeço da Rainha. Este parque vai produzir energia capaz de fornecer um aglomerado de 15 mil habitantes.

Novos Regulamentos do Sector Eléctrico. No mês de Agosto, foram aprovadas pela ERSE as alterações aos regulamentos do Sector Eléctrico. A revisão incidiu sobre os regulamentos tarifários, as relações comerciais, o despacho e o acesso às redes e interligações.

ERSE publica parâmetros tarifários para o Triénio 2002-2004. A 30 de Novembro de 2001, a ERSE publicou os parâmetros tarifários para o triénio 2002-2004 e as tarifas e preços para a Energia Eléctrica e outros serviços em 2002; esta decisão contempla uma subida da tarifa média de venda a Clientes residenciais de 2,4% e entre 1,4% e 2,4% para Clientes empresariais para o ano de 2002.

C) Internacionalização

Primeira turbina da central hidroeléctrica do Lajeado (Brasil) em operação durante 2001. Após se ter concluído cerca de 90% da construção civil da obra da nova central do Lajeado, situada no Estado de Tocantins (Brasil), com uma potência de 850 MW, a primeira turbina está operacional desde Outubro de 2001. A EDP tem uma participação de 10,57% no capital da INVESTCO, empresa responsável pelo projecto do Lajeado, e detém o direito a 27,65% do total de energia produzida por esta central.

EDP lança Central de Cogeração FAFEN Energia na Bahia (Brasil). Em Fevereiro de 2001, foi lançado o projecto de uma central eléctrica de cogeração, a FAFEN Energia, situada no

importante pólo petroquímico Camaçari, no Estado brasileiro da Bahia. Esta nova central, que terá investimentos da ordem dos 65 milhões de euros, é financiada em 80% pela EDP através de uma das suas subsidiárias, a Energen – Empresa Brasileira de Geração de Energia, sendo a restante participação de 20% da brasileira Petrobrás. A FAFEN Energia tem como finalidade o fornecimento garantido de energia eléctrica para a fábrica de fertilizantes pertencente à Petrobrás.

EDP vai construir e explorar a central hidroeléctrica de Peixe Angical (Brasil). O consórcio formado pela EDP (95%) e o Grupo Rede do Brasil (5%) venceu o leilão para a construção e exploração de mais uma central no rio Tocantins, a jusante do empreendimento do Lajeado, em que a EDP também participa. A construção da central hidroeléctrica de Peixe, com uma potência de 450 MW, terá início em 2002 e prevê-se que o primeiro grupo esteja operacional em 2005.

EDP concluiu negociações para controlo da IVEN. A EDP concluiu, em Agosto de 2001, negociações que lhe permitirão passar a exercer o controlo da maioria dos direitos de voto na IVEN, empresa holding que participa no controlo das empresas brasileiras de distribuição de electricidade Escelsa e Enersul. O acordo, celebrado com outro dos accionistas da IVEN, o Fundo Opportunity, foi formalizado definitivamente após a necessária aprovação da ANEEL – a entidade reguladora do sector eléctrico do Brasil.

EDP assina contrato de usufruto com Opportunity. A 10 de Outubro de 2001, após aprovação pela ANEEL, entrou em vigor um contrato de usufruto constituído durante um período de 25 anos, pelo fundo mútuo de investimentos, *Opportunity Fund* e pela EDP, conferindo a esta o controlo sobre a gestão, entre outras, da Escelsa – Espírito Santo Centrais Eléctricas S.A. e da Enersul – Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A., distribuidoras brasileiras de electricidade.

ANEEL aprova Cisão da Bandeirante Energia S.A. A ANEEL, órgão regulador do sector eléctrico brasileiro, aprovou, a 16 de Agosto de 2001, o pedido de cisão parcial da empresa de distribuição eléctrica Bandeirante e a transferência parcial

da concessão, referente a alguns municípios no Estado de S. Paulo, à Companhia Piratininga de Força e Luz. O capital da Bandeirante era detido em 54,02% pela Enerpaulo (subsidiária detida a 100% pelo Grupo EDP) e em 42,44% pela Draft I (empresa detida pela CPFL). Esta operação envolveu a transferência de acções de forma a que a Enerpaulo não detinha acções da Piratininga nem a Draft I da Bandeirante. Na sequência da aprovação da operação de cisão da Bandeirante, as duas empresas começaram a operar independentemente em 1 de Outubro de 2001.

Oferta Pública de Aquisição da IVEN. A 27 de Novembro de 2001, foi lançada uma Oferta Pública de Aquisição, onde a EDP adquiriu 17,38% do capital da IVEN que se encontrava disperso por diversos accionistas minoritários. A IVEN é a sociedade através da qual o Grupo EDP participa na Escelsa e na Enersul.

EDP vence leilão para construção e exploração da central hidroeléctrica de Couto Magalhães. A 30 de Novembro de 2001, a EDP venceu o leilão para a construção e exploração da central hidroeléctrica de Couto Magalhães, que terá uma capacidade total instalada de 150 MW e uma produção anual garantida de aproximadamente 790 GWh. A construção desta nova central terá início em 2002, prevendo-se que o primeiro grupo esteja operacional no último trimestre de 2005; o investimento total previsto ascende a aproximadamente 122,7 milhões de euros.

EDP celebra acordo com Thames Water para venda de participação na ESSEL. A 10 de Dezembro de 2001, a EDP celebrou um acordo com a Thames Water plc., através do qual a Thames Water adquiriu a participação de 25,5% do Grupo EDP na ESSEL – Empresa de Servicios Sanitarios del Libertador, S.A., uma empresa de captação e distribuição de água e tratamento de águas residuais que opera na região de El Libertador, no Chile. Na altura, o Grupo EDP e a Thames Water detinham conjuntamente 51% da ESSEL, sendo os restantes 49% detidos pela CORFO – Corporacion de Fomento de la Produccion, uma entidade pública Chilena de carácter governamental. A participação detida pelo Grupo EDP na ESSEL tinha sido adquirida em 1999, durante o processo

de privatização desta empresa pelo Estado Chileno, por um montante de 69,8 milhões de euros. Ainda no âmbito do mesmo acordo, a EDP adquiriu à Thames Water a participação de 50% que esta empresa detinha na Valorágua – Águas e Saneamento de Portugal, S.A., cuja actividade principal é a promoção, desenvolvimento e gestão de negócios nos sectores da água e saneamento, e que passou a ser totalmente detida pela EDP Águas.

Operação de pré-pagamento da dívida denominada em dólares da Bandeirante Energia. O Grupo EDP promoveu a liquidação de cerca de 93% do saldo da dívida da Bandeirante denominada em dólares americanos, no valor de 275,63 milhões de dólares, mediante a utilização de títulos da dívida externa brasileira (*Brady Bonds*) adquiridos pelo valor de 203,74 milhões de dólares. Esta operação permitiu ao Grupo EDP: a obtenção de um proveito financeiro, pela liquidação da dívida em dólares mediante a aquisição de *Brady Bonds* com um desconto significativo face ao seu valor nominal; e a eliminação de um passivo em moeda estrangeira do balanço da Bandeirante reduzindo substancialmente o risco cambial.

D) Telecomunicações e Tecnologias de Informação

Brisa integra estrutura accionista da ONI, SGPS. Em resultado de um acordo de parceria estratégica, celebrado em Maio de 2001 entre a EDP, o BCP, a Brisa e a GALP, para o sector das telecomunicações, a Brisa Auto-Estradas de Portugal, S.A., passou a integrar a estrutura accionista da ONI, SGPS com 17% do capital. O acordo visa integrar a base de activos e competências da Brisa e da ONI, permitindo consolidar a posição de liderança da ONI entre os novos operadores em Portugal. Na sequência desta operação, a EDP passará a deter 56% do capital social da ONI, o BCP deterá 22,8%, a Brisa 17% e a Galpenergia 4,2%.

A ONI reforçou a presença no mercado ibérico através da Grapes Espanha. A ONI adquiriu cerca de 100% da Grapes Espanha (antiga Comunitel), operadora de telecomunicações que disponibiliza um vasto portefólio de soluções de



telecomunicações especialmente direccionadas para suprir as necessidades das PME's.

ONI SGPS altera posição accionista na ONI Way. Durante o ano de 2001 a ONI SGPS alterou a sua posição accionista na ONI Way de 55% para 68%, através da incorporação das participações da Brisatel (4%), Grapes NV (2%), Impresa (4%) e Jerónimo Martins (3%).

Aumento de capital na ONI SGPS. Em Outubro de 2001, a ONI SGPS efectuou um aumento de capital de 113 milhões de euros para 400 milhões de euros.

ONI Way celebra acordo de roaming com TMN.

Em Novembro de 2001, a ONI Way celebrou um acordo de *roaming* nacional com a TMN, por um período de cinco anos, que lhe permitirá iniciar a actividade de prestação de serviços de comunicações móveis no primeiro semestre de 2002.

Grupo Edinfor ganha projecto informático no Brasil.

Um consórcio integrado pela ACE, empresa detida em 60% pela Edinfor (empresa a operar no sector das tecnologias de informação e detida a 100% pelo Grupo EDP), ganhou o concurso para a implementação do sistema de informação que abrangerá várias áreas de gestão da maior companhia de águas do mundo, a brasileira SABESP. O projecto com a empresa de águas de São Paulo está avaliado em cerca de 50 milhões de euros, prevendo-se a implementação do sistema num prazo de dois anos.

FACTOS RELEVANTES APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2001

Inauguração da Central de Ciclo Combinado de Macau.

Em Janeiro de 2002, foi inaugurado o primeiro grupo da Central de Ciclo Combinado de Macau, que estará totalmente pronta em Março de 2003. Esta central representou um investimento de 170 milhões de euros e terá uma capacidade de 136 MW, que representa 38% da actual capacidade da CEM (empresa participada a 22% pela EDP).

Alteração do Conselho de Administração da EDP, SA. O Conselho de Administração da EDP, S.A., sofreu mudanças devido à saída do Eng. Vasco Pereira Valente, que foi substituído pelo Dr. Luís Filipe da Conceição Pereira.

ONI celebra novo contrato para a utilização de fibras ópticas da REN.

Em Fevereiro de 2002, a ONI Telecom, S.A. e a REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A., assinaram um novo contrato para a utilização, por parte da ONI, da rede de fibras ópticas propriedade da REN. A renegociação do contrato teve como base o novo enquadramento jurídico da REN e a alteração substancial da posição da ONI no negócio de infra-estruturas de telecomunicações que, com a integração da Brisatel, passou a poder utilizar uma rede de fibra moderna que, para além do mais, é uma infra-estrutura própria da empresa.

EDP celebrou acordo com a Compagnie Générale des Eaux para venda de participação na Redal. A 4 de Março de 2002, a EDP celebrou, conjuntamente com a Urbaser, S.A., Pleiade S.A. e SLN – Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A., na qualidade de vendedores, e a Compagnie Générale des Eaux (Grupo Vivendi) na qualidade de compradora, um contrato-promessa de compra e venda da totalidade do capital social da empresa marroquina Redal, S.A..

Autorização do Acordo de Accionistas para a gestão da Hidrocantrábico. A Comissão Europeia, em Março de 2002, tornou público que não levantava objecções ao Acordo de Accionistas realizado entre a EDP, EnBW, Cajastur e Cáser, para a gestão da Hidrocantrábico.

Venda da participação da EDP na Optimus. Em Março de 2002, a EDP vendeu a OPTER, empresa que detinha 25% na Optimus – Telecomunicações SA, à empresa Thorn Finance SA, empresa de direito luxemburguês, por 315 milhões de euros.

PERSPECTIVAS PARA 2002

No negócio eléctrico Ibérico, ou seja no *Core Business* da EDP, três vectores irão marcar as actividades do Grupo.

- Criação do Mercado Ibérico de Electricidade. Como se sabe, foi já acordado a nível político entre as autoridades Portuguesas e Espanholas a constituição de um mercado de electricidade Ibérico que deverá entrar em funcionamento durante o ano 2003. O acompanhamento dos estudos conducentes à implementação deste novo mercado, quer a nível regulatório quer a nível organizativo, merecerão sem margem para dúvida uma acentuada atenção por parte do Grupo durante o exercício de 2002. Por outro lado, e ainda em termos de mercado Ibérico, o ano 2002 será também o ano em que a EDP assumirá em pleno o seu papel de accionista de referência na Hidrocantábrico;
- Abertura do mercado a mais 20.000 clientes empresariais. A partir de 1 de Janeiro de 2002, todos os clientes ligados às redes de MAT, AT e de MT passaram a poder escolher o seu fornecedor de electricidade. Com este novo patamar de elegibilidade, o nível de consumo liberalizado fica situado na ordem dos 45% do consumo total do País. O Grupo EDP continua empenhado em manter a sua posição de liderança no sector liberalizado, encarando portanto com reforçada confiança este novo desafio;
- Lançamento do programa "Eficiência 2002". Os novos desafios colocados ao Grupo, nomeadamente o Mercado Ibérico de Electricidade, a liberalização de 45% do consumo de electricidade a partir de 2002 e o não reconhecimento de uma parcela significativa dos custos da EDP Distribuição pela ERSE, na fixação dos parâmetros tarifários para o período de 2002-2004, levaram ao lançamento, no início do corrente ano, de um programa de redução de custos e de melhoria da eficiência operacional que deverá ser implementado em todas as empresas do Grupo, programa esse que pela sua dimensão e profundidade foi eleito como um vectores que deverá marcar as actividades de 2002.

Na internacionalização, o Grupo EDP continuará com a estratégia de consolidação dos investimentos na distribuição no

Brasil, e aportará uma nova dimensão à sua presença naquele País, designadamente através da construção de novos empreendimentos hidroeléctricos de produção de electricidade.

Nas telecomunicações fixas, o ano 2002 será dedicado ao desenvolvimento do plano de negócios e à sedimentação do posicionamento da ONI como segundo operador de rede fixa em Portugal. Relativamente às telecomunicações móveis e tendo em conta o atraso da disponibilidade da tecnologia UMTS, o ano 2002 será em grande parte dedicado à preparação da oferta de serviços que possibilitarão a entrada em operação logo que possível das comunicações móveis de terceira geração.

Para todos estes desafios o Grupo EDP vai dar uma resposta serena, competente e determinada, para continuar a merecer a plena confiança de Clientes, Accionistas e Colaboradores.



REFERÊNCIAS ESPECIAIS

O Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento aos Senhores Accionistas que mais intensamente acompanharam a vida da empresa, em especial ao Accionista Estado, na pessoa dos respectivos membros do Governo, nomeadamente os Senhores Ministros das Finanças e da Economia e os Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e Adjunto do Ministro da Economia.

É também devido um agradecimento a todas as entidades que colaboraram com o Grupo EDP, designadamente:

- CMVM, BVLP (hoje Euronext Lisboa) e Interbolsa;
- Revisores Oficiais de Contas e Auditores Externos das Empresas do Grupo EDP;
- Instituições Financeiras;
- Instituições de carácter científico, universitário e técnico.

Ainda um agradecimento, especial:

- aos Clientes das Empresas do Grupo EDP, a quem se reitera o empenhamento na procura de níveis de excelência na prestação do serviço e na satisfação plena das suas necessidades;
- aos Accionistas em geral, pela confiança que mantêm no Grupo EDP;
- aos Trabalhadores e Colaboradores, pela forma positiva como têm contribuído para o desenvolvimento do Grupo EDP, pela competência e profissionalismo no desempenho das suas funções e pela forma empenhada como têm participado na dinâmica de mudança do Grupo.

Por deliberações de 10 de Agosto de 2001 e de 8 de Março de 2002 e em cumprimento do disposto no número quatro do artigo décimo quarto do contrato de sociedade, o Conselho de Administração procedeu à cooptação dos Administradores Senhores Prof. Doutor António José Fernandes de Sousa e

Dr. Luís Filipe da Conceição Pereira, em substituição dos Senhores Eng. Ignácio Javier Herrero Sorriqueta e Eng. Vasco Fernandes Pereira Valente, respectivamente. Aos Senhores Administradores cessantes, o Conselho de Administração manifesta reconhecido apreço pelas funções desempenhadas em prol do Grupo EDP.

O Conselho de Administração

Eng. Francisco de la Fuente Sánchez – *Presidente*

Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães
– *Vice-Presidente*

Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa – *Vogal*

Dr. Fernando Noronha Leal – *Vogal*

Eng. António Manuel Barreto Pita de Abreu – *Vogal*

Dr. Manuel de Jesus Martins – *Vogal*

Eng. Jorge Manuel Jardim Gonçalves – *Vogal*

Prof. Engenheiro João Afonso Ramalho Pereira Bento – *Vogal*

Prof. Doutor Ernâni Rodrigues Lopes – *Vogal*

Prof. Doutor António José Fernandes de Sousa – *Vogal*

Lisboa, 10 de Abril de 2002

***Documentos de Prestação
de Contas Consolidadas***







DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS	
Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2001	108
Demonstração Consolidada de Resultados	
em 31 de Dezembro de 2001	110
Anexo ao Balanço e Demonstração	
de Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 2001	112
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	174
Demonstração Consolidada de Resultados por Funções	175



BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001

Notas	Activo	2001			2000 AL
		AB	A/P	AL	
	Imobilizado:				
23.b./25/27.	Imobilizações incorpóreas:				
	Despesas de instalação	145.810.212,99	47.648.581,91	98.161.631,08	46.522.228,34
	Despes.de investig. e desenvolvimento	18.691.454,57	13.126.456,34	5.564.998,23	10.071.003,33
	Propriedade industrial e out .direitos	928.794.654,90	79.324.303,96	849.470.350,94	640.679.985,52
	Imobilizações em curso	183.044.011,73		183.044.011,73	109.698.406,49
		1.276.340.334,19	140.099.342,21	1.136.240.991,98	806.971.623,68
23.c./27.	Imobilizações corpóreas:				
	Imobilizações corpór. (DL 344-B/82)	259.915.575,48	238.981.252,37	20.934.323,11	22.245.744,24
	Terrenos e recursos naturais	112.614.398,16		112.614.398,16	97.390.148,58
	Edifícios e outras construções	325.675.733,26	132.165.297,58	193.510.435,68	166.390.022,74
	Equipamento básico	20.287.647.802,65	11.541.625.575,59	8.746.022.227,06	8.721.456.206,04
	Equipamento de transporte	76.056.885,32	45.197.371,65	30.859.513,67	21.648.737,54
	Ferramentas e utensílios	4.823.471,32	3.703.841,14	1.119.630,18	1.234.373,75
	Equipamento administrativo	175.954.518,35	111.240.445,50	64.714.072,85	55.705.838,14
	Taras e vasilhame	1.659,56	1.659,56		
	Outras imobilizações corpóreas	10.272.165,63	2.639.075,62	7.633.090,01	6.663.270,53
	Imobilizações em curso	640.524.472,07		640.524.472,07	419.216.824,94
	Adiantam p/conta imob. corpóreas	1.789.892,44		1.789.892,44	3.162.392,22
	Aprov. fins múltiplos (parte n/afecta):	24.055.920,71		24.055.920,71	24.427.603,69
23.c./27.	Produção hidroeléctrica	17.513.086,23		17.513.086,23	17.513.086,26
	Obras em curso	6.542.834,48		6.542.834,48	6.914.517,43
		21.919.332.494,95	12.075.554.519,01	9.843.777.975,94	9.539.541.162,41
23.d./27.	Investimentos financeiros:				
	Partes de capital em empresas do grupo	192.205.940,28	6.937.956,39	185.267.983,89	432.450.451,09
	Partes de capital em empres. associadas	1.458.398.572,92	81.075.094,34	1.377.323.478,58	917.599.037,59
	Titulos e outras aplic.financeiras	1.461.085.575,88	1.178.178,35	1.459.907.397,53	1.378.453.913,42
	Imobilizações em curso	1.057.767,41		1.057.767,41	688.431,26
		3.112.747.856,49	89.191.229,08	3.023.556.627,41	2.729.191.833,36
	Circulante:				
23.e. 50.f.	Existências:				
	Matérias-primas, subsid. e de consumo	89.408.542,20		89.408.542,20	105.566.662,40
	Produtos e trabalhos em curso	2.540.602,98		2.540.602,98	1.360.758,05
	Mercadorias	11.997.603,68		11.997.603,68	5.899.483,73
	Adiantamentos p/conta compras	5.089.790,56		5.089.790,56	1.048.315,37
		109.036.539,42		109.036.539,42	113.875.219,55
33.b. 50.a.	Dívidas de terceiros - Médio longo prazo:				
	Clientes - Autarquias - Dívida a 31/12/88	188.424.927,88	109.221.327,11	79.203.600,77	89.426.750,66
	Empresas participadas e participantes	15.789.246,11		15.789.246,11	8.802.195,75
	Imobilizados em integr. compensados	19.246.239,07	11.387.107,60	7.859.131,47	5.790.422,57
		223.460.413,06	120.608.434,71	102.851.978,35	104.019.368,98
50.b. 50.b. 50.b.	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
	Clientes c/c	787.426.279,00		787.426.279,00	499.975.320,29
	Clientes - Titulos a receber	1.238.089,57		1.238.089,57	1.157,21
	Clientes - Cobrança duvidosa	134.621.576,21	127.318.712,46	7.302.863,75	9.228.841,11
	Empresas participadas e participantes	106.324.521,51		106.324.521,51	230.204.155,14
	Adiantamentos a fornecedores	1.187.455,46		1.187.455,46	4.223.972,84
	Estado e outros entes públicos	59.736.296,64		59.736.296,64	52.041.001,17
50.e. 50.c.	Outros devedores	240.257.805,76	6.335.600,37	233.922.205,39	149.711.621,45
	Subscritores de capital	45.281.168,34		45.281.168,34	
		1.376.073.192,49	133.654.312,83	1.242.418.879,66	945.386.069,21
	Titulos negociáveis:				
	Outras aplicações de tesouraria	33.944.265,45		33.944.265,45	35.438.509,05
		33.944.265,45		33.944.265,45	35.438.509,05
	Depósitos Bancários e caixa:				
	Depósitos bancários				22.165.227,51
	Caixa	441.515,04		441.515,04	86.873,91
		441.515,04		441.515,04	22.252.101,42
50.d.	Acréscimos e diferimentos:				
	Acréscimos de proveitos	140.589.565,72		140.589.565,72	93.298.712,18
	Custos diferidos	600.284.448,26		600.284.448,26	496.956.132,82
		740.874.013,98		740.874.013,98	590.254.845,00
	Total de Amortizações		12.297.907.133,91		
	Total de Provisões		261.200.703,93		
	TOTAL DO ACTIVO	28.792.250.625,07	12.559.107.837,84	16.233.142.787,23	14.886.930.732,66

Gabinete de Consolidação Contabilística

O Director: Dr. Carlos Manuel Fernandes de Almeida Carvalho

Técnico Oficial de Contas n.º 26000

Notas	Capital Próprio e Passivo	2001	2000
50.m	Capital próprio:		
	Capital	3.000.000.000,00	3.000.000.000,00
	Acções próprias - Valor nominal	-11.726.209,00	-2.400.000,00
	Acções próprias - Prémios e descontos	-21.368.993,34	-5.638.472,57
	Ajustamentos de partes de capital em filiais e assoc.	-36.965.571,08	-6.478.321,10
	Ajustes cambiais	-79.439.987,59	-30.621.232,61
	Reservas de reavaliação	2.020.902.537,49	2.020.902.537,49
	Reservas:		
	Legal	221.187.440,75	193.738.592,47
	Outras	78.732.985,46	78.732.985,46
	Resultados transitados - Casa-mãe	343.629.001,87	257.922.829,76
	Resultados transitados - Consolidação de filiais	131.011.803,54	149.597.089,23
	Subtotal	5.645.963.008,10	5.655.756.008,13
	Resultado consolidado líquido do exercício	450.794.716,53	548.973.774,10
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	6.096.757.724,63	6.204.729.782,23
	Interesses minoritários	240.716.931,58	37.243.931,11
	Passivo:		
46.	Provisões para riscos e encargos:		
	Outras provisões para riscos e encargos	831.489.197,10	707.583.956,32
		831.489.197,10	707.583.956,32
23.n./50.j.	Correcção de hidraulicidade	387.506.423,96	365.520.715,26
33.a.	Dívidas a terceiros - Médio longo prazo:		
50.k.	Empréstimos p/obrigações - Não convert.	2.361.354.529,56	1.807.809.988,20
50.l.	Dívidas a instituições de crédito	1.679.243.507,80	1.380.523.984,39
	Outros empréstimos obtidos	14.181.280,94	16.946.659,87
33.	Outros credores	43.101.996,30	173.131.320,46
23.b.	Particip.do Estado p/aprov. fins múltiplos	19.739.517,76	19.739.517,76
23.b.ii.	Conta de regularização-(Reg.DL344-B/82)	20.934.323,11	22.245.744,24
		4.138.555.155,47	3.420.397.214,92
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
50.k.	Empréstimos p/obrigações - Não convert.	23.385.253,88	134.159.717,51
50.l.	Dívidas a instituições de crédito	1.720.959.220,71	1.672.927.753,88
	Adiantamentos p/conta de vendas	283.790,78	230.025,13
	Fornecedores c/c	567.002.489,36	394.452.234,90
	Fornecedores-Fact.em recepção e conf.	3.560.731,54	5.112.122,12
	Outros Accionistas	7.098.103,61	4.610.231,36
	Adiantamentos de clientes	724.058,89	1.741.875,74
	Fornecedores de imobilizado c/c	183.781.286,11	149.376.530,51
50.e	Estado e outros entes públicos	196.685.588,27	47.681.097,29
50.c.	Outros credores	97.837.818,47	74.491.601,23
		2.801.318.341,62	2.484.783.189,67
50.d.	Acréscimos e diferimentos:		
	Acréscimos de custos	213.255.577,41	206.882.807,31
	Proveitos diferidos	1.523.543.435,46	1.459.789.135,84
		1.736.799.012,87	1.666.671.943,15
	TOTAL DO PASSIVO	9.895.668.131,02	8.644.957.019,32
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	16.233.142.787,23	14.886.930.732,66

O Conselho de Administração

Presidente: Eng. Francisco de la Fuente Sánchez

Vice-Presidente: Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães

Vogal: Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa

Vogal: Dr. Fernando Noronha Leal

Vogal: Eng. António Manuel Barreto Pita de Abreu

Vogal: Dr. Manuel de Jesus Martins

Vogal: Eng. Jorge Manuel Jardim Gonçalves

Vogal: Prof. Engenheiro João Afonso Ramalho Pereira Bento

Vogal: Prof. Doutor Ernâni Rodrigues Lopes

Vogal: Prof. Doutor António José Fernandes de Sousa

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001

Notas	Custos e Perdas	2001	2000
	Custo das existências vendidas e consumidas:		
	Electricidade	2.524.293.349,17	1.278.626.663,77
	Combustíveis p ^a . produção de electricidade	377.192.497,05	306.942.991,30
	Materiais diversos	122.679.049,47	110.047.649,26
	Mercadorias	55.542.013,35	35.366.782,21
		3.079.706.909,04	1.730.984.086,54
	Fornecimentos e serviços externos	651.230.185,63	368.544.067,96
	Custos com o pessoal:		
	Remunerações	402.399.701,96	299.930.087,65
	Encargos sociais:		
	Complemento de pensões de reforma		18.974.270,53
	Prémios para pensões	37.492.144,01	80.469.416,30
	Encargos s/remunerações	95.740.835,96	7.334.274,23
	Custos de acção social	6.458.558,68	
	Outros	49.882.248,21	32.604.955,22
27.b.		591.973.488,82	439.313.003,93
	Amortizações do exercício	664.691.412,75	613.600.696,76
	Provisões do exercício	115.986.158,13	105.090.645,32
	Impostos indirectos	12.850.221,58	7.978.754,75
	Impostos directos	897.398,38	1.154.320,71
	Outros custos e perdas operacionais	8.227.710,55	2.072.981,46
23.c./50.g.			132.636.657,09
	Rendas de concessões e c.electroprodutores	149.114.155,87	
	Correcção de hidraulicidade - dif.exerc. - Custo	171.089.486,38	143.842.714,01
	A - Custos e Perdas Operacionais	5.274.677.640,75	3.401.375.214,52
44.	Custos e perdas financeiros:		
	Perdas em empresas do grupo e associadas	13.485.344,99	51.495,76
	Juros	399.173.681,58	318.609.043,68
27.b.	Amort. e prov. de apl. e invest. financeiros	106.297,10	106.379,51
	Diferenças de câmbio	63.666.000,06	6.740.993,10
	Outros custos e perdas financ.e similares	112.919.416,58	78.447.195,70
		589.350.740,31	403.955.107,75
	C - Custos e Perdas Correntes	5.864.028.381,06	3.805.330.322,27
45.	Custos e perdas extraordinários		
	Dívidas incobráveis	1.384.997,50	24.041,05
	Perdas em existências	2.635.002,47	631.075,66
	Perdas em imobilizações	2.635.377,39	997.251,47
	Aumento de amortizações e provisões	3.068.836,86	2.830.069,53
	Correcções relativas a exercicios anteriores	7.467.438,07	5.514.470,65
	Correcção de hidraulicidade - Agravamento		
	Outros custos e perdas extraordinários	43.414.535,50	3.688.378,04
		60.606.187,79	13.685.286,40
	E - Custos e Perdas do Exercício	5.924.634.568,85	3.819.015.608,67
	Imposto sobre o rendimento		
	Imposto s/rendimento do exercício	244.011.679,38	310.743.132,48
	Imposto s/rendimento do exercício - Diferido	-41.059.093,77	1.898.141,03
		202.952.585,61	312.641.273,51
	G - Custos Totais	6.127.587.154,46	4.131.656.882,18
	Interesses minoritários	-59.558.724,48	-23.285.853,95
	Resultado consolidado líquido do exercício	450.794.716,53	548.973.774,10
	TOTAL	6.518.823.146,51	4.657.344.802,33
	Resultados Operacionais	(B) - (A)	724.364.946,93
	Resultados Financeiros	[(D) - (B)] - [(C) - (A)]	-174.828.268,70
	Resultados Correntes	(D) - (C)	549.536.678,23

Gabinete de Consolidação Contabilística

O Director: Dr. Carlos Manuel Fernandes de Almeida Carvalho

Técnico Oficial de Contas n.º 26000

125.989.418,83	288.792.515,43
594.188.577,66	838.329.193,66
450.794.716,53	548.973.774,10

Vogal: Eng. António Manuel Barreto Pita de Abreu

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001

00 – NOTA INTRODUTÓRIA

a) Organização e Negócio

A EDP – Electricidade de Portugal, S.A., foi constituída em 1976 em resultado da nacionalização e fusão, decretadas pelo Governo, das principais empresas do sector eléctrico de Portugal Continental.

Em Portugal, o Grupo EDP foi constituído em 1994, na sequência do plano de reestruturação definido pelos Decretos-Lei nº 7/91 e 131/94, após a cisão que deu origem a um conjunto de empresas participadas directa ou indirectamente a 100% pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

As actividades do Grupo EDP estão centradas nas áreas de produção e distribuição de energia eléctrica, telecomunicações e tecnologias de informação, mas abrangem também outras áreas complementares e relacionadas, como as de água, gás, engenharia, ensaios laboratoriais, formação profissional ou gestão do património imobiliário.

Em Portugal, o Grupo EDP desenvolve a sua actividade principal no Sistema Eléctrico Nacional (SEN), o qual assenta na coexistência de um Sistema Eléctrico de Serviço Público (SEP) com um Sistema Eléctrico Independente (SEI). Este último é composto pelo Sistema Eléctrico não Vinculado (SENV) e por um conjunto de produtores em regime especial (energias renováveis e cogeneradores), que efectuam entregas de energia eléctrica às redes do SEP ao abrigo de legislação específica. O SEP é constituído pela Rede Nacional de Transporte (RNT), pertencente à REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. (a quem compete assegurar o transporte de energia eléctrica e a gestão técnica global do SEP), pelos Produtores Vinculados (ligados à RNT por contratos de longo prazo de fornecimento exclusivo) e pelos Distribuidores Vinculados que assumem a obrigatoriedade de fornecimento aos seus Clientes, segundo as tarifas

e condições fixadas, nos termos da lei, pela Entidade Reguladora do Sector Eléctrico - ERSE.

O SENV é composto essencialmente pelos Produtores não Vinculados e pelos Clientes não Vinculados. Os Clientes não Vinculados têm o direito de utilizar as redes do SEP através de tarifas reguladas.

O Grupo EDP, através das suas Empresas, desempenha um papel fundamental em todo o SEN detendo uma posição relevante no seio do SEP e detendo também empresas de produção que actuam no SEI.

No SEI operam também empresas não pertencentes ao grupo EDP que produzem energia eléctrica em regime de autoprodução para consumo próprio, bem como outros produtores independentes que operam sob regime específico.

De acordo com a lei, compete à Entidade Reguladora do Sector Eléctrico (ERSE) o exercício da função regulatória do sector, através da preparação, emissão e aplicação de regulamentos, bem como a definição das tarifas respeitantes quer à utilização das infra-estruturas quer ao fornecimento da energia eléctrica a clientes do SEP.

b) Detentores do Capital

Sendo inicialmente uma Empresa Pública, a EDP viu o seu estatuto ser transformado primeiramente para Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos e, seguidamente para Sociedade Anónima de capitais maioritariamente públicos, sendo actualmente uma Sociedade Anónima com participação minoritária do Estado e outros Entes Públicos no capital.

Com efeito, em 1997, iniciou-se o processo parcial de reprivatização, tendo-se concretizado, em 1998, as segunda e terceira fases de reprivatização, e, em 2000, a quarta fase de reprivatização, após o que o Estado passou a deter, directa e indirectamente, cerca de 30% do capital da EDP.



O Capital da EDP estava distribuído pelos seguintes accionistas à data de 31 de Dezembro de 2001:

Estado Português	18.96%
PARPÚBLICA	7.14%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	4.75%
Banco Comercial Português, S.A.	5.06%
Iberdrola	4.00%
Brisa Auto-Estradas de Portugal, S.A.	2.00%
Restantes Accionistas Privados	57.70%
EDP – Acções próprias	0.39%
Total	100%

A percentagem do capital detido, directa ou indirectamente, pela EDP-Electricidade de Portugal, S.A., nas Empresas incluídas na consolidação pelo método integral é indicada na Nota 01.

c) Regime de Preços da Energia Eléctrica

De acordo com a lei, compete à Entidade Reguladora do Sector Eléctrico (ERSE) o exercício da função regulatória do sector, através da preparação, emissão e aplicação de regulamentos, bem como a definição das tarifas respeitantes quer à utilização das infra-estruturas quer ao fornecimento da energia eléctrica a clientes do SEP.

d) Regime de Concessão da Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei nº 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em baixa tensão está atribuído aos municípios, admitindo-se no entanto a possibilidade da sua concessão através de contratos de concessão, com períodos que vigoram de um modo geral pelo prazo de 20 anos, podendo ser revogados com aviso prévio de 2 anos.

No processo de cisão ocorrido em 1994 esta possibilidade manteve-se em relação às Empresas de Distribuição de Electricidade então criadas.

Estas concessões têm como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes (Nota 50.g).

e) Bens de Domínio Público

Os imobilizados afectos à Produção e Distribuição de energia eléctrica estão sujeitos ao regime de domínio público. Estes imobilizados estão afectos à actividade do Grupo que os pode administrar livremente, nesse âmbito, mas não dispor dos mesmos, no domínio do comércio jurídico privado, enquanto se mantiver a sua afectação.

f) Bases de Preparação das Contas

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, modificada pela reavaliação de alguns bens das imobilizações corpóreas e dos investimentos financeiros em imóveis, e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios (excepto como indicado na Nota 23.N).

As contas consolidadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal e, portanto, de acordo com os princípios contabilísticos e normas de consolidação consignados no Plano Oficial de Contabilidade, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

g) Indicações Gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade Português (POC). As notas omitidas não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em euros.

01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	Av. José Malhoa, Lote A-13, Lisboa	Promoção, dinamização e gestão, por forma directa ou indirecta de empreendimentos e actividades na área do sector eléctrico, tanto a nível nacional como internacional, com vista ao incremento e aperfeiçoamento do desempenho do conjunto das sociedades do seu grupo.	Estado Português PARPÚBLICA C.G.D. B.C.P. IBERDROLA Acções Próprias Brisa Restantes Accionistas Privados	18,96% 7,14% 4,75% 5,06% 4,00% 0,39% 2,00% 57,70%	5.645.963.008,10	450.794.716,51	Maioria dos direitos de voto
EDP - Gestão da Produção de Energia, SA	Av. Barbosa do Bocage, 45 Lisboa	Promoção, dinamização e gestão, de modo directo ou indirecto, de instalações, empreendimentos e actividades na área da produção e venda de energia, nomeadamente sob a forma de electricidade, a elaboração de estudos e o desenvolvimento de projectos no mesmo âmbito, bem como a prestação de quaisquer outros serviços conexos.	EDP	100%	1.494.989.998,23	288.106.889,73	Maioria dos direitos de voto
CPPE – Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.	Av. Barbosa do Bocage, 45 Lisboa	Produção e venda de energia sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias, sob obrigação de garantir, em última instância, a evolução sustentada do sistema electroprodutor nacional.	EDP PRODUÇÃO	100%	2.065.935.061,62	295.448.651,66	Maioria dos direitos de voto
HIDRORUMO – Projecto e Gestão, S.A.	Rua do Bolhão,36 Porto	Realização de estudos e projectos, gestão de empreendimentos e fiscalização de obras de qualquer ramo de engenharia, principalmente no domínio da hidráulica, na realização total ou parcial desses empreendimentos e no desenvolvimento de actividades conexas e complementares.	EDP PRODUÇÃO	100%	5.334.404,13	1.069.634,66	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício



01. Empresas Incluídas na Consolidação

Unidade: EUR

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
PROET - Projectos, Engenharia e Tecnologia, S.A.	Avenida Estados Unidos da América, 55, 2.ª Lisboa	Prestação de serviços de engenharia de âmbito geral, multidisciplinar e de especialidade, envolvendo consultoria, concepção e execução de projectos e gestão de empreendimentos, apoio e participação na investigação, desenvolvimento e demonstração, no contexto nacional e internacional, com especial relevância para o sector eléctrico, designadamente no domínio da produção Termoeléctrica, integrando ainda a prospecção, na análise e avaliação de actividades, projectos ou realizações no domínio energético e industrial.	EDP PRODUÇÃO	100%	4.221.202,22	1.118.492,42	Maioria dos direitos de voto
TER - Termoeléctrica do Ribatejo, S.A.	Av. Estados Unidos da América, 55 Lisboa	Estabelecimento e a exploração de uma central termoeléctrica de ciclo combinado, a comercialização da energia produzida e quaisquer outras actividade conexas.	EDP PRODUÇÃO	100%	496.641,21	-8.838,01	Maioria dos direitos de voto
HDN - Energia do Norte, S.A.	Rua do Caires, 292 Braga	Produção e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias.	EDP PRODUÇÃO EDP, SA	60% 40%	27.865.775,00	2.224.632,69	Maioria dos direitos de voto
HIDROBASTOS	Porto	Produção e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias.	HDN	60%	99.180,80	2.808,92	Maioria dos direitos de voto
HIDROCENEL – Energia do Centro, S.A.	Lugar de Quintela, Seia	Produção e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias.	EDP PRODUÇÃO EDP, SA	60% 40%	52.041.048,10	3.475.465,27	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
HidrOem	Rua Sá da Bandeira, 567 - 1.ª Porto	Operação, manutenção de centrais eléctricas e produção de energia eléctrica.	EDP PRODUÇÃO HIDROCENEL HDN EDP ENERGIA	32,5% 22,5% 22,5% 22,5%	1.000.000,00	-261,84	Maioria dos direitos de voto
ENERNOVA – Novas Energias, S.A.	Avenida José Malhoa, lote A-13, Lisboa	Projectação, construção e exploração de meios de produção de energia eléctrica no sector das energias renováveis alternativas	EDP PRODUÇÃO	100%	8.476.410,46	1.758.279,57	Maioria dos direitos de voto
SEFLOR	Lugar do Freixo Mortágua	Produção e venda de energia sob a forma de electricidade resultante da exploração de centrais térmicas, próprias ou alheias, destinadas, preferencialmente, ao aproveitamento de resíduos florestais.	EDP PRODUÇÃO	60%	547.953,86	212.092,25	Maioria dos direitos de voto
EDP - COGERAÇÃO	Avenida José Malhoa, lote A-13, Lisboa	Exercício de actividade no domínio da promoção, execução e operação, por conta própria ou alheia, de projectos de produção combinada de energia eléctrica e de energia térmica, mediante processo de cogeração, assim como a sua comercialização. Elaboração de estudos e desenvolvimento de projectos compreendidos no seu objecto social e prestação de quaisquer outros serviços conexos.	EDP PRODUÇÃO	100%	4.878.155,80	-1.303.371,27	Maioria dos direitos de voto
SOPORGEN	Av. José Malhoa, Lote A-13 Lisboa	Concepção, construção, financiamento e exploração de uma Central de Cogeração para a produção de energia eléctrica e vapor e a venda, à Soporcel, da energia eléctrica e vapor produzidos.	EDP- COGERAÇÃO	82%	-959.689,91	-1.268.569,80	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício



01. Empresas Incluídas na Consolidação

Unidade: EUR

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
ENERGIN AZOIA	Av. José Malhoa, lote A-13, 1070-157 Lisboa	Produção, sob a forma de cogeração, e venda de energia eléctrica e térmica	EDP COGERAÇÃO	60%	50.000,00	0,00	Maioria dos direitos de voto
ENERFIN - Sociedade de Eficiência Energética, S.A	Rua Guerra Junqueiro, n.º 495, S/L, Porto	Exercício de actividades no domínio da eficiência energética e da produtividade, através da realização de estudos técnico-económicos e financeiros e da execução de projectos de optimização de consumos energéticos e da produtividade em geral, bem como da comercialização, produção e exploração de equipamento destinado à utilização racional de energia e ao aumento da produtividade.	EDP PRODUÇÃO	75%	-916.866,81	-36.432,10	Maioria dos direitos de voto
TERGEN	Vala do Carregado 2850-510 Carregado	Operação e Manutenção da nova Central Termoeléctrica do Ribatejo.	EDP PRODUÇÃO	79,99%	250.000,00	0,00	Maioria dos direitos de voto
EDP DISTRIBUIÇÃO	Rua Camilo Castelo Branco, n.º 43, Lisboa	Distribuição e venda de energia eléctrica, nas áreas onde se encontre legalmente autorizada.	EDP	100%	1.393.681.437,28	185.254.503,22	Maioria dos direitos de voto
EDP ENERGIA, SA	Praça Marquês de Pombal, 13 Lisboa	Produção e a compra e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias, bem como qualquer outro tipo de comercialização de energia..	EDP PRODUÇÃO	40%	71.612.352,57	2.196.544,71	Maioria dos direitos de voto
			EDP	60%			
OPTER, SGPS	Av. José Malhoa, Lote A-13, Lisboa	Exercício de actividades no domínio das Telecomunicações.	EDP	100%	37.120.477,36	-59.077.945,68	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
ONI, SGPS	Av. José Malhoa Lote A-13 Lisboa	Gestão de participações noutras sociedades, como forma directa de exercício de actividades económicas.	OPTER, SGPS	56%	398.309.174,07	-141.589.485,56	Maioria dos direitos de voto
ONITELECOM	Av. da República, 24 Lisboa	Estabelecimento, gestão, exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de telecomunicações, bem como o exercício de quaisquer actividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através da constituição ou participações em sociedades.	ONI, SGPS	100%	203.062.936,46	-87.546.525,51	Maioria dos direitos de voto
ONI GRANDES REDES	Av. José Malhoa Lote A-13 Lisboa	Estabelecimento gestão e a exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de telecomunicações, bem como, o exercício de quaisquer actividades que sejam, complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através de constituição ou participações em sociedades.	ONITELECOM	100%	50.000,00	-241.881,94	Maioria dos direitos de voto
ONI ONE	Av. José Malhoa Lote A-13 Lisboa	Estabelecimento , a gestão e a exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de telecomunicações , bem como, o exercício de quaisquer actividades que sejam, complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através de constituição ou participações em sociedades.	ONI, SGPS	100%	50.000,00	-16.991.041,93	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício



01. Empresas Incluídas na Consolidação

Unidade: EUR

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
ONI WAY	Av. José Malhoa Lote A-13 Lisboa	Estabelecimento, a gestão e a exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de telecomunicações, bem como, o exercício de quaisquer actividades que sejam, complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através de constituição ou participações em sociedades.	ONI, SGPS BRISATEL	64% 4%	339.950.000,00	-781.224,58	Maioria dos direitos de voto
ONI WEB	Av. José Malhoa Lote A-13 Lisboa	Estabelecimento, a gestão e a exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de telecomunicações, bem como, o exercício de quaisquer actividades que sejam, complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através de constituição ou participações em sociedades.	ONI ONE	100%	50.000,00	-13.841.181,89	Maioria dos direitos de voto
ONI SOLUTIONS	Av. da República, 24 Lisboa	Exploração de redes de comunicação de dados e outros e ainda a prestação de serviços conexos.	ONITELECOM	100%	589.598,57	-15.401.004,74	Maioria dos direitos de voto
ONI AÇORES	Rua Eng.º José Cordeiro, 6 Ponta Delgada	Estabelecimento, a gestão e a exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de telecomunicações, bem como, o exercício de quaisquer actividades que sejam, complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através de constituição ou participações em sociedades.	ONITELECOM	60%	217.326,64	-52.714,69	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
ONI MADEIRA	Rua Brigadeiro Oudinot, edifício Oudinot, 3.ª, salas 301 e 302 Funchal	Estabelecimento, a gestão e a exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de telecomunicações, bem como, o exercício de quaisquer actividades que sejam, complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através de constituição ou participações em sociedades.	ONITELECOM	70%	50.000,00	-324.866,06	Maioria dos direitos de voto
O93X	Av. José Malhoa, Lote A-13, Lisboa	Exercício de actividades no domínio das Telecomunicações.	OPTER, SGPS	100%	22.052.256,14	-263.309,98	Maioria dos direitos de voto
SHOPPING DIRECT	Rua Eugénio de Castro, 352 – 1.ª Porto	Estabelecimento, a gestão e a exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de telecomunicações, bem como, o exercício de quaisquer actividades que sejam, complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através de constituição ou participações em sociedades.	ONI WEB	100%	-4.488.790,89	-1.971.910,77	Maioria dos direitos de voto
ONI MULTIMÉDIA	Av. José Malhoa, Lote A-13 Lisboa	Estabelecimento, a gestão e a exploração de infra-estruturas, a prestação de serviços de telecomunicações e multimédia, designadamente televisão digital, bem como o exercício de quaisquer actividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através de constituição ou participações em sociedades.	ONI, SGPS	100%	50.000,00	-691,74	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício



01. Empresas Incluídas na Consolidação

Unidade: EUR

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
ONI PLATAFORMAS	Av. José Malhoa, Lote A-13 Lisboa	Estabelecimento, a gestão e a exploração de infra-estruturas, sistemas e redes de telecomunicações, a prestação de serviços de telecomunicações, bem como o exercício de actividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através de constituição ou participações em sociedades.	ONI MULTIMÉDIA	100%	50.000,00	-252,99	Maioria dos direitos de voto
COMUNITEL	Área Portuária de Bouzas, Zona Franca, Vigo	Compra, venda, troca, administração, arrendamento, exploração e cessão sob qualquer forma de todo o tipo de propriedades, tanto rústicas como urbanas. A promoção e desenvolvimento de empresas comerciais, industriais, agrícolas e de serviços. A administração, gestão, organização e controlo de qualquer tipo de patrimónios e negócios.	TLD ACTEIN	87,13% 11,97%	23.455.584,92	-9.400.038,44	Maioria dos direitos de voto
BRISATEL	Quinta da Torre da Aguilha, Edifício Brisa	Estabelecimento, a gestão e a exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações, próprias ou de terceiros, a prestação de serviços de telecomunicações, próprias ou de terceiros, a prestação de serviços de telecomunicações e a prestação de serviços na área dos conteúdos e multimédia, bem como, o exercício de quaisquer actividades que sejam, complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através de constituição ou participações em sociedades.	ONI, SGPS	100%	13.636.263,25	-1.137.127,27	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
ACTEIN	Camelias, 114 Portal 2- Bajo. 36211 VIGO	Aquisição, subscrição e detenção de acções, participações, obrigações, simples ou hipotecárias, activos financeiros e títulos ou valores mobiliários em geral, de qualquer tipo de sociedades, civis ou mercantis.	ONI, SGPS	100%	287.130,13	-1.171,65	Maioria dos direitos de voto
AUTOR	Praça de Goa, 14	Indústria de produção e desenvolvimento de produtos e equipamentos multimédia. A sociedade pode adquirir e alienar participações em sociedades com objecto social diferente do descrito no número anterior, em sociedades reguladas por leis especiais, em sociedades de responsabilidade limitada ou ilimitada, bem como associar-se com outras pessoas jurídicas para, nomeadamente, formar agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de outras formas de associação, temporária ou permanente, entre sociedades e ou entidades de outra natureza.	ONY WEB	100%	189.259,78	-57.383,21	Maioria dos direitos de voto
CD RAPID	Muelle Príncipe de España, Edificio Tersaco 3ª planta. 08039 Barcelona	Prestação de serviços de criação, desenvolvimento, produção e edição de meios e difusão de aplicações informáticas relacionadas com multimédia, internet, formação e informática em geral, bem como a venda de <i>software</i> , <i>hardware</i> e meios para eles necessários.	FONOCOM	100%	-6.229,43	55.636,44	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício



01. Empresas Incluídas na Consolidação

Unidade: EUR

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
CIDADE DIGITAL	Avenida da República, nº26-9 Lisboa	Exercício da actividade de produção e divulgação de conteúdos informativos, incluindo designadamente a angariação, gestão, estudo, publicidade, comunicação, promoção e divulgação de sistemas e serviços de informação e planeamento geográfico e de marketing, constituição de comunidades para funcionarem em plataformas de comércio electrónico e organização de eventos relacionados com as tecnologias de informação e comunicação, bem como, o exercício de quaisquer actividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através de constituição ou participações em sociedades.	ONI WEB	60%	50.000,00	-9.129,40	Maioria dos direitos de voto
F.C.T.E.FORUM COMÉRCIO	Av. da República, 26 - 9.º Lisboa	Estabelecimento, a gestão e a exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações, bem como, o exercício de quaisquer actividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, directamente ou através de constituição ou participações em sociedades.	ONI WEB	80%	500.000,00	-413.855,99	Maioria dos direitos de voto
FONOCOM	Muelle Príncipe de España, Edifício Tersaco 3.ª planta. 08039 Barcelona	Instalação de infra-estruturas técnicas e a comercialização de serviços de gestão de informação por meios informáticos e, em especial, o correio electrónico e serviços de intercâmbio electrónico de informação. A criação e comercialização de programas informáticos, bem como a prestação de serviços de consultoria informática.	COMUNITEL	100%	1.009.752,97	246.434,94	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
U CALL, SA	Av. José Malhoa Lote A-13 Lisboa	Prestação de serviços telemáticos integrais a empresas, incluindo telemarketing, atendimento telefónico a clientes, telecobranças e todas as actividades de <i>call center</i> ; bem como todos os serviços acessórios e complementares necessários à prossecução dos antes descritos. A sociedade pode participar noutras sociedades, de objecto igual ou diferente do seu, mesmo que regidas por leis especiais, bem como em agrupamentos complementares de empresas.	ONI, SGPS EDINFOR	60% 40%	50.000,00	-85.027,56	Maioria dos direitos de voto
GERMINUS SOLUTIONS	Calle Velázquez n.º 12 Madrid	Desenvolvimento e prestação de serviços no sector das telecomunicações, novas tecnologias e internet, e o desenvolvimento e prestação de qualquer outro tipo de serviços sociais a empresas e particulares, directa ou indirectamente, relacionados com este sector. A investigação, desenvolvimento e comercialização de projectos no sector das telecomunicações, internet e, em particular, de serviços de telecomunicações de tarifa adicional e de serviços de valor acrescentado, bem como a colaboração com empresas no desenvolvimento de projectos neste sector; o investimento em projectos ou em entidades que desenvolvam projectos nesta área e, a incubação de projectos neste sector de actividade com o propósito de serem posteriormente comercializados, total ou parcialmente, assim como prestar serviços a terceiros com relação aos projectos incubados. A criação, desenvolvimento e participação em sociedades que operem através da internet e telecomunicações, assim como a criação de empresas e negócios na internet e no âmbito das telecomunicações	ONI WEB	100%	1.000.000,00	-1.347.759,65	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a Q1.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício



01. Empresas Incluídas na Consolidação

Unidade: EUR							
DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
TLD	Camelias, 114 portal 2- bajo. 36211 Vigo	Compra, venda, troca, administração, arrendamento, exploração e cessão sob qualquer forma de todo o tipo de propriedades, tanto rústicas como urbanas. A promoção e desenvolvimento de empresas comerciais, industriais, agrícolas e de serviços. A administração, gestão, organização e controlo de qualquer tipo de patrimónios e negócios.	ONI, SGPS	100%	1.164.102,08	-3.586,75	Maioria dos direitos de voto
RUÍDO VISUAL	R. Jorge Barradas, 34 Lisboa	Criação e implementação de aplicações e serviços internet. Prestação de serviços e consultoria informática em redes, telecomunicações interactivas e serviços internet.	ONI WEB	95%	-58.748,48	-180.380,92	Maioria dos direitos de voto
ONI-SISTEMAS INFORMAÇÃO	Av. José Malhoa, lote A-13, 1070-157 Lisboa	Concepção, desenvolvimento, implementação e manutenção de redes destinadas à transmissão de dados informatizados, concepção e desenvolvimento, implementação e manutenção de programas e sistemas informáticos, próprios ou de terceiros, bem como, a prestação de serviços de data center, personalização, actualização de sistemas informáticos e de programas de computador, formação profissional e prestação de serviços de consultadoria nas áreas de gestão e de organização de informação.	ONI, SGPS	100%	50.000,00	-181.936,37	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
GERMINUS XXI	Calle Velázquez nº 12 – Madrid	Investigação, o desenvolvimento e comercialização de projectos no sector das telecomunicações, internet, e de serviços de telecomunicações de tarifa adicional e de serviço de valor acrescentado. A colaboração com empresas no desenvolvimento de projectos no sector das telecomunicações, internet, e de serviços de telecomunicações de tarifa adicional e de serviço de valor acrescentado, bem como o investimento em projectos ou em entidades que desenvolvam projectos nesta área e, a incubação de projectos neste sector de actividade com o propósito de serem posteriormente comercializados, total ou parcialmente, assim como prestar serviços a terceiros com relação aos projectos incubados. A criação, desenvolvimento e participação em sociedades que operem através da internet e telecomunicações, assim como a criação de empresas e negócios na internet e no âmbito das telecomunicações.	ONI WEB	79,5%	16.437.269,58	-5.494.889,72	Maioria dos direitos de voto
TECNIPUBLICATIONES	Av. Manoteras, 44, 3ª planta 28050 Madrid	Impressão, edição e publicação, periódica ou isolada, de revistas, livros, jornais, folhetos, catálogos, anuários, cassetes, discos ou qualquer outra manifestação do pensamento ou arte. A prestação de serviços através de aluguer, venda ou subscrição de qualquer publicação, integral ou parcial, tanto nacional como estrangeira. A elaboração de projectos, relatórios e estudos sobre comunicação na sua forma mais ampla.	GERMINUS XXI	67%	728.736,67	587.708,05	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício



01. Empresas Incluídas na Consolidação

Unidade: EUR

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
GRAPES ESPANHA	Avenida Josep Tarradellas 20-30, 4.ª 08029 Barcelona	Consultoria em telecomunicações, direcção de redes ou canais privados, bem como a prestação de todo o tipo de serviços de telecomunicações em mercados locais ou de negócios em Espanha e/ou no estrangeiro, salvo os que sejam objecto de regulação legal especial o requeiram o cumprimento de condições especiais não compreendidas neste objecto.	ONI, SGPS	100%	7.669.198,17	-556.403,74	Maioria dos direitos de voto
TECNIVIA	Av. Manoteras, 44; 3.ª planta 28050 Madrid	Desenho, criação, promoção comercial, reprodução, divulgação, exploração e distribuição de programas de computador, páginas "web" e demais produtos informáticos, gravações audiovisuais, obras cinematográficas, fonogramas e toda a classe de produções editoriais em qualquer tipo de suporte para transmissão por qualquer meio de comunicação e, em particular, por internet, e a prestação a empresas e utilizadores em geral de serviços relacionados com estas actividades. A impressão, edição e publicação, periódica ou isolada, de revistas, livros, jornais, folhetos, catálogos, anuários, cassetes, discos ou qualquer outra manifestação do pensamento ou arte. A prestação de serviços através de aluguer, venda ou subscrição de qualquer publicação, integral ou parcial, tanto nacional como estrangeira. A elaboração de projectos, relatórios e estudos sobre comunicação na sua forma mais ampla.	TECNIPUBLICACIONES	70%	999.170,46	286.268,88	Maioria dos direitos de voto
			GERMINUS SOLUTIONS	30%			

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A.	Rua Particular EDP à Rua Cidade de Goa, Sacavém	Exploração de sistemas informáticos, próprios ou alheios, o desenho, implementação e operação de redes de dados, o desenvolvimento de programas e sistemas de informação com recurso a meios informáticos, a consultoria nas áreas de gestão e de organização, a formação profissional e a comercialização e importação de produtos e equipamentos informáticos e actividades afins.	EDP	100%	56.445.909,40	9.847.349,39	Maioria dos direitos de voto
COPIDATA, S.A.	Rua Heróis de Chaimite, 12 e 12-A Loures	Criação, execução e comercialização de formulários e sistemas gráficos para informática ou ainda qualquer outra actividade industrial, comercial ou de serviços.	EDINFOR	99,3%	9.504.529,53	555.766,76	Maioria dos direitos de voto
COPIDATA, LDA	Rua Heróis de Chaimite, 12 e 12-A Loures	Comercialização de equipamentos e aprovisionamentos relacionados com a racionalização e segurança das empresas e das pessoas nomeadamente relativos a escritórios e informática, bem como o exercício de qualquer ramo de comércio ou indústria.	EDINFOR COPIDATA,SA	11% 89%	1.200.452,46	3.172,39	Maioria dos direitos de voto
ESCRITOMÁTICA, LDA	Rua Heróis de Chaimite, 12 e 12-A Loures	Criação, execução e comercialização de formulários e sistemas gráficos para informática ou ainda qualquer outra actividade industrial, comercial ou de serviços conexa.	EDINFOR COPIDATA,SA	40% 60%	296.293,05	389.497,72	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício



01. Empresas Incluídas na Consolidação

Unidade: EUR

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
MECARESOPRE	Rua Formoso de Cima, 150 Lisboa	Prestação de serviços de informática, venda de equipamentos informáticos e acessórios, de material eléctrico e electrónico, bem como a prestação de assistência técnica.	EDINFOR	80%	231.631,00	178.440,73	Maioria dos direitos de voto
CASE, SA	Av. Dr. Mário Moutinho, Lote 1732 /A Lisboa	Intervenção na área dos sistemas de informação com actividades de consultadoria, formação, desenvolvimento, análise, concepção, engenharia e comercialização de soluções informáticas.	ACE	100%	4.465.946,56	309.839,09	Maioria dos direitos de voto
ACE, SGPS	Av. Dr. Mário Moutinho, Lote 1732/A Lisboa	Gestão de participações sociais de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, qualquer que seja o seu objecto social como forma indirecta de exercício de actividade económica.	EDINFOR	60%	10.417.179,11	7.718.676,85	Maioria dos direitos de voto
ACE BI	Lisboa	Prestação de serviços e "outsourcing" de sistemas de informação, concepção, arquitectura, implementação e gestão de soluções integradas, designadamente de apoio à decisão e à gestão da relação com os clientes.	ACE	100%	250.000,00	7.556,10	Maioria dos direitos de voto
ACE BNET	Av. Dr. Mário Moutinho, Lt 1732/A Lisboa	Consultoria, desenvolvimento, fornecimento e comercialização de soluções, serviços e produtos de sistemas de informação e tecnologias de informação e comunicações, nomeadamente para o negócio electrónico.	ACE	100%	250.000,00	323.265,26	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
ACE GS	Av. Dr. Mário Moutinho, Lote 1732/A Lisboa	Prestação de serviços de consultoria, formação venda de ferramentas, auditoria técnica, teste, <i>outsourcing</i> dos testes em sistemas de informação e das comunicações.	ACE	100%	250.000,00	172.394,39	Maioria dos direitos de voto
ACE SISTEMAS COMERCIAIS	Av. Dr. Mário Moutinho, Lote 1732/A Lisboa	Sistemas comerciais relacionados com a exploração e gestão empresarial de sistemas informáticos e de sistemas de informações.	ACE	100%	250.000,00	1.174.365,36	Maioria dos direitos de voto
ACE SOURCE	Av. Dr. Mário Moutinho, Lote 1732/A Lisboa	Prestação global de serviços relacionados com o <i>outsourcing</i> de aplicações de sistemas informáticos próprios ou alheios.	ACE	100%	250.000,00	566.246,84	Maioria dos direitos de voto
CASE/EDINFOR ACE	Rua Alameda António Sérgio, 22 Algés	Elaboração de projectos e prestação de serviços nas áreas dos sistemas de gestão empresarial.	ACE	100%	498.797,90	-54.471,92	Maioria dos direitos de voto
CASE/EDINFOR II	Rua Alameda António Sérgio, 22 Algés	Elaboração de projectos e prestação de serviços nas áreas dos sistemas de gestão empresarial.	ACE	100%	496.047,85	3.498.846,82	Maioria dos direitos de voto
CASINFOR ACESSORIA	Alameda Araguaia, 1293-4.º, sala 408 006455-000 Aphaville Brasil	Assessoria, consultoria, planeamento e outros serviços técnicos em informática.	CASINFOR Participações CASE	69,47% 29,77%	797.338,57	-372,84	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01/12/31 e não incluem o resultado líquido do exercício



01. Empresas Incluídas na Consolidação

Unidade: EUR

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
CASINFOR PARTICIPAÇÕES	Alameda Araguaia, 1293-4.º, sala 408 006455-000 Aphaville Brasil	Participar no capital social de outras sociedades.	CASE	100%	1.426.792,85	-34.315,08	Maioria dos direitos de voto
CENTRALBIZ	Travessa de São Nicolau, n.º 1-2.º Porto	Actividade de soluções de sistemas tecnologias de informação.	ACE	51%	58.865,49	-1.993,74	Maioria dos direitos de voto
CONSULTEAM	Rua General Firmino Miguel, n.º 5 Torre 1 12-B Lisboa	Prestação de serviços de consultoria de gestão, informática, avaliação de empresas e de projectos de investimento.	ACE	100%	116.989,75	310.975,55	Maioria dos direitos de voto
EDINFOR BRASIL	Brasil	Exploração de sistemas informáticos, próprios ou alheios, o desenho, implementação e operação de redes de dados; o desenvolvimento de programas e sistemas de informação, com recurso a meios informáticos, a consultadoria nas áreas de gestão e de organização; a formação profissional; a comercialização e importação de produtos e equipamentos informáticos; bem como o exercício de actividades congéneres ou afins, incluindo a participação em associações ou sociedades com terceiros, mesmo que o respectivo objecto não apresente nenhuma relação, directa ou indirecta, com o seu próprio objecto social.	EDINFOR EDP BRASIL	90% 10%	1.032.123,17	308.998,53	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01/2/31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
EDINFOR - MOÇAMBIQUE	Moçambique	Exploração de sistemas informáticos, próprios ou alheios, o estudo implementação e operação de redes de dados, o desenvolvimento de programas e sistemas de informação com recurso a meios informáticos, a consultadoria nas áreas de gestão e de organização, a formação profissional, a comercialização e importação de produtos informáticos, bem como o exercício de actividades congéneres ou afins.	EDINFOR COPIDATA,SA	95% 0,5%	15.877,53	0,00	Maioria dos direitos de voto
INOVECASE	Av. Dr. Mário Moutinho, Lote 1732/A Lisboa	Soluções empresariais em tecnologias da informação e da comunicação e consultoria e prestação de serviços.	ACE BNET	80%	50.000,00	-39.541,15	Maioria dos direitos de voto
INFORSYS	Alameda Araguaia, 1293-4.º, sala 408 006455-000 Aphaville Brasil	Prestação de serviços de informática e a participação em outras sociedades.	CASINFOR Participações	98,57%	791.858,97	51.313,08	Maioria dos direitos de voto
INOVIS	Av. João Crisóstomo, N.º 30-5.º Lisboa	Prestação de serviços de informática e exportação, importação, representação e comercialização de produtos informáticos e sistemas de informação.	ACE	100%	315.408,88	55.824,92	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01/12/31 e não incluem o resultado líquido do exercício



01. Empresas Incluídas na Consolidação

Unidade: EUR							
DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
NO LIMITS	Av. Dr. Mário Moutinho, Lote 1732/ A Lisboa	Prestação de serviços de consultoria e integração de sistemas nas áreas dos sistemas de informação e da transformação de processos de negócio.	ACE	70%	250.000,00	55.022,73	Maioria dos direitos de voto
ITLOG	Av. Sidónio Pais, 28 Lisboa	Concepção, projecto, produção, instalação, logística e gestão de sistemas de tecnologias de informação.	EDINFOR	100%	1.000.000,00	458.179,11	Maioria dos direitos de voto
INTEGER	Av. João Crisóstomo, N.º 30-5.ª Lisboa	Desenvolvimento de sistemas informáticos, consultoria e formação profissional.	ACE	100%	760.297,90	274.614,79	Maioria dos direitos de voto
ON SOURCE	Av. Dr. Mário Moutinho, Lote 1732/ A Lisboa	Prestação global de serviços relacionados com o <i>outsourcing</i> de aplicações e sistemas informáticos, próprios ou alheios, envolvendo os seguintes componentes e actividades: compra e venda de toda a infraestrutura tecnológica necessária à prestação do serviço, consultoria nas áreas de gestão e organização, o desenho e reengenharia de processos e procedimentos, a realização de estudos de viabilidade económico-financeiros, formação profissional em aplicações e sistemas informáticos, elaboração de manuais e documentação de apoio em diversos formatos, apoio funcional pós-venda, suporte de <i>help-desk</i> telefónico, implementação e exploração de sistemas de <i>call center</i> e <i>contact centers</i> e controlo e gestão de projectos.	ACE	100%	1.250.000,00	1.306.847,48	Maioria dos direitos de voto
PRIMITIVA	Lisboa	Turismo e artesanato.	ACE	100%	177.484,03	221.734,63	Maioria dos direitos de voto
PSIDOC	Lisboa	Análise de sistemas, produção, desenvolvimento de programas informáticos.	ACE	80%	42.863,88	1.343,36	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01/12/31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
SIGMAPLANO	Lisboa	Prestação de serviços de consultoria, formação e desenvolvimento de sistemas de apoio à decisão.	PRIMITIVA	65%	213.571,14	348.964,05	Maioria dos direitos de voto
S-TECNO, SA	Lisboa	Comercialização de equipamentos, serviços, consultoria e formação nas áreas das tecnologias de informação.	ACE	100%	372.884,03	1.031.570,75	Maioria dos direitos de voto
S-TECNO BRASIL	Alameda Araguaia, 1293-4º, sala 408 006455-000 Aphaville Brasil	Prestação de serviços em tecnologias da informação e consultoria na área de informática.	S-TECNO	100%	205.797,65	351.575,09	Maioria dos direitos de voto
Electricidade de Portugal Internacional, SGPS, S.A.	Avenida José Malhoa, Lote A-13 Lisboa	Gestão de participações noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.	EDP	100%	42.267.975,35	-23.390.904,74	Maioria dos direitos de voto
BANDEIRANTE	BRASIL	Distribuição e comercialização de energia eléctrica.	ENERPAULO	96,5%	140.730.169,79	69.853.483,37	Maioria dos direitos de voto
ENERGEN	BRASIL	Participação em outras sociedades como accionista, bem como em negócios e empreendimentos do sector energético.	EDP EDP Internacional EDP Brasil, SA	66,3% 14,2% 19,6%	67.203.741,49	-1.878.747,24	Maioria dos direitos de voto
INVESTCO	BRASIL	Exercício de actividade no domínio da promoção execução e operação por conta própria ou alheia de projectos de produção de energia eléctrica bem como a sua comercialização.	EDP LAJEADO	10,6%	86.626.094,69	-602.883,72	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01/12/31 e não incluem o resultado líquido do exercício



01. Empresas Incluídas na Consolidação

Unidade: EUR

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
ENERCORP	BRASIL	Prestação de serviços de representações por conta de terceiros, de intermediações, bem como de serviços técnicos de assessoria, consultoria e planeamento relativamente a assuntos relacionados com estudos e projectos de construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia eléctrica, pesquisa de mercado e toda a actividade conexa ou assessoria das actividades enunciadas.	EDP EDP Internacional	95,9% 4,14%	3.040.691,58	89.976,08	Maioria dos direitos de voto
EDP Brasil, SA	BRASIL	Participação em outras sociedades como accionista, bem como em negócios e empreendimentos do sector energético.	EDP Balwerke	96,2% 3,4%	34.791.815,79	5.640.395,95	Maioria dos direitos de voto
ENERTRADE	BRASIL	Desenvolvimento de actividade no mercado de compra e venda de energia eléctrica.	EDP BRASIL,SA	90%	2.101.750,34	955.062,8	Maioria dos direitos de voto
EDP LAJEADO	BRASIL	Exercício de actividade no domínio da promoção, execução e operação por conta própria ou alheia de projectos de produção de energia eléctrica bem como a sua comercialização.	ENERGEN	100%	48.854.414,67	-581.715,9	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01/12/31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
EDP CHILE	CHILE	Realizar todo o tipo de investimentos, por conta própria ou alheia, em todas as classes de bens imóveis ou móveis, corpóreos ou incorpóreos, comprar acções e demais valores mobiliários, obrigações, créditos, direitos e efeitos comerciais, manter e administrar tais investimentos, celebrar e executar contratos e operações financeiras e comerciais, incluindo de "futuros", e realizar todos os actos e contratos relacionados com estes investimentos, quer seja por conta própria ou alheia. Criar, financiar, promover, desenvolver e administrar todo o tipo de sociedades, negócios ou empresas, industriais ou comerciais, especialmente na área dos serviços públicos regulados, tais como água e saneamento, electricidade, gás, telefones e telecomunicações. Prestar assessoria em todo o tipo de investimentos. Participar no financiamento de empresas, administrá-las, participar em sociedades, independentemente do tipo e da actividade e, no caso de sociedades por acções, participar na qualidade de accionista gestor; celebrar contratos de associação ou participação, assumindo neles a qualidade de gerente ou participante inactivo e, em geral aceitar e executar todo tipo de comissões e mandatos, garantir, caucionar o de qualquer forma afiançar os negócios e obrigações de sociedades ou empresas, incluindo as suas filiais, subsidiárias ou pessoas jurídicas relacionadas. A sociedade poderá ainda constituir qualquer tipo de sociedades e incorporar-se como accionista ou sócia em qualquer uma já existente, podendo desenvolver as actividades próprias do seu objecto social, por si própria ou através de sociedades que constitua ou nas que se incorpore como accionista ou sócia. Para cumprimento do objecto social, a sociedade poderá executar todo o tipo de actos comerciais e de actividades que se relacionem com o seu objecto, bem como todos os demais actos que os accionistas acordem e que permitam o desenvolvimento da sua actividade.	EDP ÁGUAS	100%	505.758,91	8.605.225,84	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01/12/31 e não incluem o resultado líquido do exercício



01. Empresas Incluídas na Consolidação

Unidade: EUR

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
FAFEN	BRASIL	Produção, sob a forma de cogeração e venda de energia eléctrica e térmica.	ENERGEN	80%	488,66	-864.674,77	Maioria dos direitos de voto
ENERPAULO	BRASIL	Sociedade veículo para detenção de partes de capital, não tendo portanto actividade própria (encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial).	EDP EDP Internacional EDP BRASIL,SA	80,99% 6,32% 12,69%	139.167.471,74	54.559.293,04	Maioria dos direitos de voto
BALWERK	Lisboa	Participação em outras sociedades como accionista, bem como em negócios e empreendimentos do sector eléctrico.	EDP Participações	100%	5.000,00	5.671.289,74	Maioria dos direitos de voto
INTERNEL CONSULTADORIA	Av. José Malhoa, Lote A-13 Lisboa	Consultoria de organização e gestão de empresas, consultoria e assistência técnica no domínio do sector da energia eléctrica, elaboração e gestão de projectos, promoção e celebração de contratos comerciais, por conta própria ou alheia, e controlo da sua execução, formação profissional de quadros, bem como actividades conexas.	EDP Internacional	100%	550.444,05	718.318,25	Maioria dos direitos de voto
CENTRAL -e	Rua Castilho, n.º 75 - 6.º esq. 1250-068 Lisboa Portugal	Comércio Electrónico.	EDP, SA	52%	4.775.011,15	-4.506.562,36	Maioria dos direitos de voto
LABELEC - Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A.	Rua Cidade de Goa, 4 Sacavém	Realização de trabalhos de engenharia, nomeadamente de índole laboratorial, tendo em vista um apoio à concepção e exploração de instalações e ao controlo de qualidade de equipamentos e sistemas, no âmbito da produção, transporte e distribuição de electricidade, bem como de fabricantes ou empresas relacionadas com a indústria eléctrica e entidades com solicitações afins.	EDP	100%	4.043.789,46	1.812.413,90	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01/12/31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
MRH – Mudança e Recursos Humanos, S.A.	Rua D. Luís, 12, 21 Lisboa	Consultoria e prestação de serviços no âmbito da formação profissional e outras áreas da gestão de recursos humanos, bem como no exercício de actividades relacionadas com aquelas.	EDP	100%	1.032.424,08	110.793,29	Maioria dos direitos de voto
SÁVIDA – Medicina Apoiada, S.A	Av. Casal Ribeiro, n.º 15, Lisboa	Prestação de cuidados de saúde e gestão e exploração de estabelecimentos hospitalares, assistenciais e similares próprios ou alheios, a prestação de serviços na área da gestão da empresa e dos recursos humanos, bem como o exercício de actividades de segurança, higiene e saúde no trabalho.	EDP	100%	1.168.693,65	-367.463,58	Maioria dos direitos de voto
SCS – Serviços Complementares de Saúde	Av. Casal Ribeiro, 15 – 6.ª Lisboa	Prestação de cuidados de saúde e gestão e exploração de estabelecimentos hospitalares, assistenciais e similares próprios ou alheios, a prestação de serviços na área da gestão da empresa e dos recursos humanos, bem como o exercício de actividades de segurança, higiene e saúde no trabalho.	SÁVIDA	100%	50.000,00	2.903,34	Maioria dos direitos de voto
EDP – Serviços de Gestão de Frotas, Instalações e Logística, S.A.	Av. Estados Unidos da América, 55 Lisboa	Gestão e intermediação de frotas e de meios de transporte, gestão e prestação de serviços imobiliários e aquisição, contratação, gestão e intermediação de bens e serviços de apoio logístico às empresas.	EDP	100%	827.048,26	20.200,65	Maioria dos direitos de voto
EDP – Imobiliária, S.A.	Av. Estados Unidos da América, 55 Lisboa	Estudo, concepção, desenvolvimento e comercialização, por conta própria ou alheia, de projectos imobiliários e turísticos e realização de todas as operações relacionadas com a actividade de promoção imobiliária; administração de bens próprios ou por conta de outrem, incluindo arrendamento, compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.	EDP	100%	5.457.920,73	3.078.043,16	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01/12/31 e não incluem o resultado líquido do exercício



01. Empresas Incluídas na Consolidação

Unidade: EUR

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTORES DO CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001	Condições de obrigatoriedade de consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/Jul
EDALPRO – Imobiliária, Lda.	Avenida José Malhoa, Lote A-13, Lisboa	Compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim; estudo, concepção, desenvolvimento e comercialização, por conta própria ou alheia, de projectos imobiliários e turísticos; a administração de bens e a realização de todas as operações relacionadas com a actividade de promoção imobiliária.	EDP	100%	809.169,35	38.197,26	Maioria dos direitos de voto
EDIPOMBAL – Imobiliária, S.A.	Praça Marquês de Pombal, 13 Lisboa	Promoção imobiliária, compra e venda de imóveis, incluindo a revenda dos adquiridos para esse fim, administração de imóveis próprios e prestação de serviços relacionados com imóveis.	EDP-Imobiliária	100%	1.539.502,83	814.447,98	Maioria dos direitos de voto
EDP ÁGUAS – Gestão de Águas e Saneamento, S.A.	Av. José Malhoa, Lote A-13 Lisboa	Promoção, desenvolvimento e gestão, por forma directa ou indirecta, de negócios nos sectores de água, saneamento e afins, a nível nacional e internacional, designadamente: estudo de viabilidade de novos negócios, aquisição e gestão de participações sociais, gestão e exploração de sistemas de captação, tratamento, abastecimento e distribuição de água, gestão e exploração de sistemas de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, gestão e exploração de sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos, consultoria no domínio da organização e gestão de empresas, assistência técnica e formação profissional e a promoção e celebração de contratos comerciais, por conta própria ou alheia, e controlo da sua execução.	EDP	100%	-4.446.930,39	5.738.744,71	Maioria dos direitos de voto
VALORÁGUA – Água e Saneamento de Portugal, S.A.	Av. da República, 57-3.ª Lisboa	Promoção, desenvolvimento e gestão, por forma directa ou indirecta, de negócios nos sectores de água e saneamento.	EDP ÁGUAS	100%	1.831.244,75	-263.670,94	Maioria dos direitos de voto
ADYGESINVAL, SL	ESPAÑA	Participação em outras sociedades como accionista, bem como em negócios e empreendimentos do sector eléctrico.	EDP, SA	50%	1.388.381,91	-9.976.428,95	Maioria dos direitos de voto
EDP Participações, SGPS	Av. José Malhoa, Lote A-13 - Lisboa	Gestão de Participações sociais.	EDP, SA	100%	125.811.084,75	-23.081.155,22	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 01/12/31 e não incluem o resultado líquido do exercício

02. Empresas Excluídas da Consolidação

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	DETENTORES DE CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	ÚLTIMAS CONTAS APROVADAS			MOTIVO DA EXCLUSÃO ARTº 4 DL 238/91 DE 2/7
				Ano	Capitais Próprios	Resultado do Exercício	
ENERGIA, RE	LUXEMBURGO	EDP	100%	2001	1.239.464,00	0	Actividade diferenciada (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
EDP Finance BV	HOLANDA	EDP	100%	2000	20.000,00	-8.310,00	Actividade diferenciada (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
EDP IRLANDA	IRLANDA	EDP	100%	2000	1.000.000,00	-58.561,00	Actividade diferenciada (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
EDP- Investimento, Gestão de Participações e Assistência Técnica, Lda.	MACAU	EDP	99%	2001	22.587.334,00	2.855.799,00	Sociedade veiculo para detenção de partes de capital não tendo portanto actividade própria (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
SOGESTE	MACAU	EDP-Investimento, Gestão de Participações e Assistência Técnica, Lda	85%	1999	16.781.342,00	8.910.610,00	Sociedade veiculo para detenção de partes de capital não tendo portanto actividade própria (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
EDP 2000 - Participações, Lda	BRASIL	EDP Internacional	100%	2001	89.931.979,00	-643.808,00	Sociedade veiculo para detenção de partes de capital não tendo portanto actividade própria (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
EDP Investimentos, SA	BRASIL	EDP Internacional	100%	2001	74.460.510,00	-377.110,00	Sociedade veiculo para detenção de partes de capital não tendo portanto actividade própria (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)

Nota: Os capitais próprios não incluem o resultado líquido do exercício



02. Empresas Excluídas da Consolidação

Unidade: EUR

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	DETENTORES DE CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	ÚLTIMAS CONTAS APROVADAS			MOTIVO DA EXCLUSÃO ARTº 4 DL 238/91 DE 2/7
				Ano	Capitais Próprios	Resultado do Exercício	
135 Participações, S.A.	BRASIL	EDP 2000	49%	2001	43.119.512,00	-1.313.894,00	Sociedade veículo para detenção de partes de capital não tendo portanto actividade própria (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
MAGISTRA	BRASIL	ESCELSA	100%	2001	374.038.213,00	4.652.630,00	Sociedade veículo para detenção de partes de capital não tendo portanto actividade própria (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
FUNDO APHELION	BRASIL	EDP Internacional	100%	2001		-4.133.410,00	Sociedade veículo para detenção de partes de capital não tendo portanto actividade própria (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
IVEN	BRASIL	EDP Investimentos Fundo Aphelion 135 Part. SA	5,35% 58,64% 18,64%	2001	265.712.378,00	-7.048.790,00	Sociedade veículo para detenção de partes de capital não tendo portanto actividade própria (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
EDP MARROCOS	MARROCOS	EDP Internacional	100%				Sociedade veículo para detenção de partes de capital não tendo portanto actividade própria (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
ESCELSA	BRASIL	IVEN	52,27%	2001	362.534.400,00	-13.485.345,00	Inexistência de controlo sobre a empresa
ENERSUL	BRASIL	MAGISTRA	65,2%	2001	235.311.433,00	7.135.936,00	Inexistência de controlo sobre a empresa

Nota: Os capitais próprios não incluem o resultado líquido do exercício

03. Empresas Associadas Incluídas na Consolidação por Equivalência Patrimonial

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	DETENTORES DE CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	ÚLTIMAS CONTAS APROVADAS		
				Ano	Capitais Próprios	Resultado do Exercício
REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.	Av. Estados Unidos da América Lisboa	EDP	30%	2001	701.474.825,00	44.519.783,00
EDEL – Empresa Editorial Electrotécnica, Lda.	Rua Dona Estefânia, nº 48, 3º, Lisboa	EDP	47,77%	1998	1.501,00	80,00
PORTSINES – Terminal Multipurpose de Sines, S.A.	Largo do Depósito, nº 4, Sines	EDP	39,60%	2001	22.834.968,00	1.197.115,00
TANQUIPOR - Movimentação e Armazenagem de Líquidos, S.A.	Parque Industrial da Quimiparque, Barreiro	EDP	28,89%	2001	2.688.520,00	374.098,00
CEM – Companhia de Electricidade de Macau	MACAU	EDP-Investimento, Gestão de Participações e Assistência Técnica, Lda	5%	2001	320.623.301,00	29.364.202,00
		SOGESTE	20%			
ELECTRA	CABO VERDE					

Nota: Os capitais próprios não incluem o resultado líquido do exercício



06. Empresas com Participações Iguais ou Superiores a 10% Excluídas da Consolidação

Unidade: EUR

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE	DETENTORES DE CAPITAL	% CAPITAL DETIDO	ÚLTIMAS CONTAS APROVADAS		
				Ano	Capitais Próprios	Resultado do Exercício
EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.	Quinta das Medronheiras Lazarim	EDP	11,43%	1999	8.147.315,00	548.428,00
VALORSUL S.A.	Plataforma Ribeirinha da CP Estação de Mercadorias da Bobadela S. João da Talha	EDP	11%	2001	23.817.600,00	9.641.763,00
IMOTRON – Edifícios Inteligentes, S.A.	Avenida Estados Unidos da América, 27 - B e E, Lisboa	EDP	15%	2001	361.316,00	1.209,00
TEJO ENERGIA S.A.	Central Termoeléctrica do Pego, EN 118, Km 142,1, Pego Abrantes	EDP	10%	2001	99.934.159,00	37.010.804,00
TURBOGÁS – Produtora Energética, S.A.	Avenida Miguel Bombarda, 36, 6º Lisboa	EDP	10%	2001	10.125.597,00	-25.987.370,00
GALP ENERGIA, SGPS, S.A.	Torre C, Rua Tomás da Fonseca Lisboa	EDP	14,268%	2001	1.310.064.000,00	96.853.000,00

Nota: Os capitais próprios não incluem o resultado líquido do exercício

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001

7. PESSOAL AO SERVIÇO DO GRUPO

O número médio de pessoas ao serviço das Empresas do Grupo durante o exercício foi de 13.798 trabalhadores (13.713 em 2000), não existindo assalariados.

Em 31 de Dezembro de 2001 o número de trabalhadores no activo, incluindo contratados a prazo, era de 14.722 (12.662 em 2000).

O desdobramento por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2001 é o seguinte:

Directores/Chefias superiores	535
Quadros superiores	2.054
Quadros médios	528
Chefias intermédias	220
Profissionais altamente Qualificados	2.718
Profissionais Qualificados	4.641
Profissionais Semi-Qualificados	983
Profissionais não qualificados	30
Total	11.709

Obs: Este desdobramento não inclui Bandeirante, ONI-Espanha e Grupo ACE.

10. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Incluem os remanescentes das compensações entre os valores contabilísticos das participações no capital das empresas compreendidas na consolidação pelas proporções que representam nos seus Capitais Próprios, depois de, na medida do possível, serem imputados directamente às rubricas do Balanço consolidado que tenham valores superiores ou inferiores aos seus valores contabilísticos. Estes remanescentes são amortizados em cinco anos excepto em casos excepcionais, conforme nota respectiva. As Diferenças provenientes da primeira Consolidação encontram-se relevadas em rubrica específica dos Capitais Próprios.

Quando uma empresa participada deixa de ser considerada filial e, por conseguinte, é excluída da consolidação como tal, são abatidas as Diferenças de Consolidação e as amortizações acumuladas correspondentes e transferidas para Resultados Extraordinários. As apresentadas em Capitais Próprios são reclassificadas em Resultados Transitados.

Nas reestruturações (fusões e cisões), as Diferenças de Consolidação referentes às participadas envolvidas são mantidas no novo agregado.

14. ALTERAÇÃO DE PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

- i) No primeiro semestre de 2001, a Adygesinval, empresa na qual a EDP detém 50% do capital, adquiriu 35% da Hidrocantábrico, S.A.. Deste modo, procedeu-se à consolidação proporcional da Adygesinval que se traduziu num acréscimo das rubricas de Activo – Investimentos Financeiros (Hidrocantábrico) e Passivo – Empréstimos bancários, em cerca de 261 milhões de euros.
- ii) No primeiro semestre de 2001, a EDP reconheceu pela primeira vez nas suas demonstrações financeiros a participação de 27,65% que detém na *joint-venture* da Investco, empresa que está a construir o aproveitamento hidroeléctrico do Lajeado no Brasil, sendo que até data este investimento era reconhecido de forma indirecta pela participação financeira detida pela EDP Lajeado. Em consequência deste facto verificou-se um acréscimo nas demonstrações financeiras consolidadas de 140 milhões de euros na rubrica de Activo – Imobilizações corpóreas, e de 70 milhões de euros na rubrica de Passivo – Empréstimos bancários, bem como a eliminação do valor do investimento financeiro anteriormente relevado.
- iii) No final do primeiro semestre de 2001, a ONI procedeu ao reajustamento das suas participações em



Espanha, tendo realizado a troca da participação de 10,4% que detinha na Grapes Communications N.V. por uma participação de cerca de 100% na Grapes Espanha (antiga Comunitel).

- iv) Por último, e também no final do primeiro semestre de 2001, a ONI, SGPS procedeu a um aumento de capital integralmente subscrito pela Brisa com entradas em espécie, pelo que a EDP reduziu a sua participação de 67,5% para 56% na ONI, SGPS.

17. AMORTIZAÇÃO DE DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

As Diferenças de Consolidação são amortizadas no período estimado para a recuperação do investimento realizado. As diferenças de Consolidação, originadas pela aquisição de maior participação em filiais, são amortizadas durante o período de vida útil remanescente, definido para a amortização das Diferenças de Consolidação iniciais.

18. CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

Os investimentos financeiros em partes de capital em associadas são contabilizados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial.

São implicitamente considerados os diferenciais atribuídos, a título de justos valores, aos activos e passivos identificáveis, nomeadamente direitos de concessão, não contabilizados nas contas individuais das Empresas. Estes direitos são amortizados no período da respectiva concessão.

21. COMPROMISSOS FINANCEIROS

- a) Os compromissos contratuais para aquisição de imobilizado são, à data do Balanço, de 18.796.969,96 euros.

- b) Benefícios sociais a trabalhadores.

A EDP mantém, tal como descrito na nota 23.g, planos de benefícios sociais a trabalhadores das empresas do Grupo resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994, que compreendem os benefícios de reforma, i.e. complementos de pensões de reforma e reformas antecipadas e os cuidados médicos.

- i) Benefícios de reforma

Os componentes do custo líquido do período é o seguinte:

milhares de euros		
	2001	2000
Custo do serviço	14.525	10.151
Custo de juro	74.710	62.290
Retorno dos activos do fundo	-57.531	-60.823
Amortização da obrigação transitória	5.826	5.896
Custo líquido do período - IAS 19	37.530	17.514

A tabela seguinte decompõe as variações ocorridas nas responsabilidades e no Fundo de Pensões:

milhares de euros		
	2001	2000
Variação nas responsabilidades		
Responsabilidades no início do período	1.213.456	1.040.123
Alienação da REN	0	-50.354
Realocação de inactivos	0	13.931
Reestruturação 2000-2002	0	217.421
Custo de serviço	14.525	10.151
Custo de juro	74.710	62.290
(Ganhos)/perdas actuariais	175.653	27.574
Benefícios pagos	-123.434	-107.680
Responsabilidades no fim do período	1.354.910	1.213.456
Variações no activos do Fundo		
Justo valor dos activos no início do período	801.179	863.913
Alienação da REN	0	-46.523
Realocação de inactivos	0	13.931
Retorno dos activos do fundo	57.531	60.769
Contribuições da EDP	31.930	17.034
Benefícios pagos	-54.225	-57.207
Ganhos/perdas actuariais	-82.145	-50.738
Justo valor dos activos no fim do período	754.270	801.179
Excesso (insuficiência) de cobertura do Fundo	-600.640	-412.276
(Ganhos)/perdas actuariais não reconhecidas	232.361	78.516
Obrigação transitória diferida	62.330	68.151
Custos diferidos (acrescidos) – IAS 19	-305.949	-265.610

Abaixo se discriminam os pressupostos mais significativos utilizados no cálculo actuarial das responsabilidades:

milhares de euros		
	2001	2000
Taxa anual de desconto	6,5%	6,5%
Taxa anual de crescimento das pensões	3,5%	3,5%
Taxa anual de rendimento do fundo	7,5%	7,5%
Percentagem expectável de adesão dos elegíveis a reforma antecipada	(*)	(*)

(*) Todos os colaboradores que estejam em condições de passagem à pré-reforma de acordo com o ACT (36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço) passarão à situação de pré-reformados até 31/12/2002.

Foi previsto que nos anos 2000, 2001 e 2002 passariam à pré-reforma, respectivamente, 30%, 90% e 70% dos colaboradores com idade igual ou superior a 55 anos.

A partir de 2003, inclusive, 40% dos colaboradores nas condições do ACT passarão à pré-reforma.

ii) Cuidados médicos

Os componentes do custo líquido do período são os seguintes:

milhares de euros		
	2001	2000
Custo de serviço	6.714	6.494
Custo de juro	28.781	26.885
Amortização da obrigação transitória	4.873	5.302
Custo líquido do período – IAS 19	40.368	38.682

A tabela seguinte decompõe as variações ocorridas nas responsabilidades e na provisão respectiva:

milhares de euros		
	2001	2000
Variação nas responsabilidades		
Responsabilidades no início do período	453.223	434.488
Alienação da REN	0	-23.588
Custo de serviço	6.714	6.494
Custo de juro	28.781	26.885
(Ganhos)/perdas actuariais	6.533	25.419
Benefícios pagos	-20.880	-16.475
Responsabilidades no fim do período	474.371	453.223
Excesso (insuficiência) de cobertura do Fundo	-474.371	-453.223
(Ganhos)/perdas actuariais não reconhecidas	44.308	37.769
Obrigação transitória diferida	52.124	56.998
Custos diferidos (acrescidos) – IAS 19	-377.939	-358.456

Abaixo se discriminam os pressupostos mais significativos utilizados no cálculo actuarial das responsabilidades:



	2001	2000
Taxa anual de crescimento dos custos com saúde	5,0%	5,0%
Taxa anual de crescimento dos salários	3,5%	3,5%
Taxa anual de desconto	6,5%	6,5%

22. RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Para além do referido na nota anterior, existem ainda no Grupo responsabilidades por garantias prestadas no montante de 304.291.677,41 euros.

Estas garantias são constituídas na sua quase totalidade por garantias bancárias, sendo o residual constituído por cauções em dinheiro. Não existem garantias reais.

23. CRITÉRIOS CONTABILÍSTICOS E VALORIMÉTRICOS

a) Consolidação de Contas

Na consolidação de contas do Grupo foram utilizados três métodos: para as empresas referidas na Nota 01 o método de consolidação integral, com excepção da Investco e da Adygesinval às quais foi aplicado o método de consolidação proporcional, para as empresas referidas nas Notas 02 e 03 o método de equivalência patrimonial.

Na aplicação do método de consolidação integral, foram incluídos na sua totalidade, no balanço, os elementos do activo, do passivo e dos capitais próprios e, na demonstração de resultados, os custos e perdas e os proveitos e ganhos. Foram eliminados os saldos de balanço, os custos e perdas e os proveitos e ganhos relativos às operações efectuadas entre as empresas incluídas na consolidação por este método.

Na aplicação do método de consolidação proporcional, a metodologia é idêntica à consolidação integral, com a diferença que só foram incluídos os valores correspondentes à percentagem de participação detida.

Na aplicação do método de equivalência patrimonial, foi efectuada a substituição no balanço da empresa consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das empresas participadas.

b) Imobilizações Incorpóreas

Estão registadas ao custo de aquisição ou produção, líquido de amortizações. Estes imobilizados são amortizados num período de 3 anos, excepto os direitos de concessão aos quais é aplicada a vida da mesma.

c) Imobilizações Corpóreas

i) Imobilizações de propriedade do Grupo

As imobilizações corpóreas estão registadas pelos valores resultantes da avaliação efectuada no exercício de 1992 sobre os valores de custo (de aquisição ou construção) ou de reavaliações anteriores, líquidos das amortizações acumuladas. As imobilizações incluem encargos financeiros e diferenças de câmbio capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, bem como encargos de estrutura, como a seguir se refere.

Os encargos financeiros incorridos são repartidos entre os que são considerados como resultantes de empréstimos contraídos para financiar os imobilizados em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso, e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a Imobilizações em Curso (Nota 50.h), sendo os outros contabilizados em resultados do exercício (Nota 44). Até 1994, a empresa capitalizou diferenças de câmbio resultantes de empréstimos em moeda estrangeira contraídos para financiar o investimento.

Os encargos gerais dos departamentos responsáveis pela realização dos projectos de investimento (Encargos directos - Nota 50.h) são imputados aos empreendimentos em curso.

Os encargos gerais de estrutura são repartidos entre o investimento (Encargos de Estrutura - Nota 50.h) e a exploração, em função de determinadas proporções, sendo a parte referente ao investimento imputada aos empreendimentos em curso.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a taxas específicas para a EDP, segundo despacho governamental, para o imobilizado afecto à produção e distribuição de electricidade e a taxas de utilização generalizada em Portugal para os restantes imobilizados, que se estimam correspondam à vida útil dos bens.

Os encargos financeiros, as diferenças de câmbio e os encargos de estrutura imputados às imobilizações, são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizado que afectam.

As taxas de amortização correspondem às seguintes vidas úteis médias estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	8 - 50
Equipamento básico	
Produção hidroeléctrica	32 - 60
Produção Termoeléctrica	25 - 30
Distribuição de electricidade	10 - 30
Outro equipamento básico	5 - 10
Equipamento de transporte	4 - 25
Ferramentas e utensílios	3 - 10
Equipamento administrativo	4 - 10
Diferenças de câmbio	10 - 60
Outras imobilizações corpóreas	10 - 25

Os imobilizados comparticipados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados do Grupo, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (Nota 45.c), pela amortização das comparticipações (registadas em Acréscimos e Diferimentos - Subsídios para o Investimento) efectuada durante um período

de 30 anos, equivalente à vida útil média dos imobilizados comparticipados.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos e transferidos para resultados num período máximo de 6 anos conforme alínea c) desta mesma nota e Nota 50.d.

ii) Imobilizações afectas às concessões

Nos termos do Decreto-Lei nº 344-B/82, conforme referido na alínea d) da nota OO, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pelo Grupo. Em conformidade com o precedente, os imobilizados afectos à concessão são mostrados em imobilizações corpóreas (nota 27.b.iii), com contrapartida no passivo a médio e longo prazo (Outros Devedores e Credores - Conta de Regularização do DL 344-B/82).

Os valores destes imobilizados estão registados pelos valores resultantes da avaliação efectuada no exercício de 1992, líquidos das amortizações acumuladas.

Os imobilizados afectos à concessão são amortizados na mesma base e às mesmas taxas em que são amortizadas as imobilizações próprias da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (nota 45.a), pela redução, em igual montante, da responsabilidade para com os Municípios registada no passivo.

A manutenção e reparação destes imobilizados é da responsabilidade do Grupo durante o período de vida do contrato de concessão, sendo os seus custos registados de forma consistente com os dos imobilizados próprios do Grupo.



iii) Aproveitamentos de Fins Múltiplos (parte não afecta)

Os aproveitamentos de fins múltiplos correspondem à parte dos aproveitamentos hidroeléctricos construídos pelo Grupo, utilizada para finalidades diversas não enquadradas na sua actividade (rega, abastecimento de água às populações, etc.), sendo por esse motivo subsidiados pelo Estado.

Estes imobilizados estão valorizados ao custo de construção, incluindo-se neste ainda os encargos de estrutura, como indicado nas imobilizações de propriedade do Grupo. Não são efectuadas amortizações sobre estes imobilizados.

O valor atribuído ao investimento da responsabilidade do Estado nos aproveitamentos de fins múltiplos de Agueira, Raiva e Alqueva foi determinado pela aplicação das seguintes percentagens provisórias aos custos directos acumulados desses aproveitamentos à data do Balanço:

Agueira e Raiva	50%	Alqueva	65%
-----------------------	-----	---------------	-----

A participação recebida do Estado relativamente a estes aproveitamentos é mostrada no passivo a médio e longo prazo. (nota 33.a)

d) Investimentos Financeiros (excepto diferenças de consolidação)

Os investimentos financeiros em partes de capital em filiais e associadas estão valorizados pelo Método da Equivalência Patrimonial.

São implicitamente registados nesta rubrica os valores correspondentes a justos valores dos activos e passivos, nomeadamente direitos de concessão, não contabilizados como tal, nas contas individuais das Empresas consolidadas.

Os investimentos em imóveis estão registados pelo valor resultante da avaliação efectuada no exercício de 1992, sobre os valores de custo (de aquisição ou construção) ou de reavaliações anteriores, líquidos das amortizações acumuladas.

Os restantes investimentos financeiros estão registados pelo valor de custo. Os respectivos rendimentos obtidos são contabilizados em resultados no exercício em que são liquidados.

e) Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, ou ao preço de mercado se este for inferior ao de aquisição no caso de existências adquiridas ao exterior, e ao custo de produção no caso das existências produzidas internamente, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio.

f) Custos Diferidos

Despesas relacionadas com emissões de obrigações, bem como com grandes reparações e benfeitorias, são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos - Custos Diferidos e transferidas para resultados no período de vida daqueles títulos de dívida ou no máximo de 6 anos, respectivamente (Nota 50.d).

g) Benefícios Sociais a Trabalhadores

O Grupo procede à contabilização dos custos resultantes de pensões e encargos associados de acordo com o disposto no International Accounting Standard nº 19, derogando deste modo e nesta medida o disposto na Directriz Contabilística nº 19 (nota 21), a qual corresponde à transposição para o normativo português da versão anterior daquela norma internacional.

As empresas do Grupo resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 têm a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência correspondentes à parte que excede as pensões que são concedidas pela Segurança Social, para assegurar valores pré-definidos em Acordo Colectivo de Trabalho.

Para este efeito, o Grupo constituiu um Fundo de Pensões autónomo, comum a estas empresas, para o qual foi transferida parte das responsabilidades passadas vencidas existentes em 2001/12/31. O Grupo continuará a dotar este

Fundo com os recursos correspondentes às responsabilidades que se forem vencendo em cada exercício. Em complemento deste Fundo de Pensões o Grupo constituiu uma provisão onde reconheceu o remanescente das responsabilidades passadas vencidas existentes em 2001/12/31.

Os trabalhadores do Grupo atrás referidos têm a possibilidade de optar pela reforma antecipada, quando se encontrem em determinadas condições de idade e antiguidade pré-definidas.

Estes trabalhadores do Grupo, ao passarem à situação de reforma, mantêm o direito à assistência médica em condições similares às do pessoal no activo.

h) Férias e Subsídios de Férias

No final de cada exercício o Grupo regista, em Acréscimos e Diferimentos - Acréscimo de Custos, o montante de encargos com férias e subsídios de férias já vencidos, mas cujo pagamento só é devido no exercício seguinte.

i) Trabalhos para a Própria Empresa

Os custos incorridos pelo Grupo na construção, por administração directa, de imobilizados e contabilizados na demonstração de resultados são objecto de capitalização. Os efeitos desta capitalização são mostrados em proveitos e ganhos operacionais (Nota 50.h).

j) Imposto sobre Rendimento do Exercício

O cálculo do imposto a pagar sobre o rendimento do exercício é efectuado com base na matéria tributável estimada.

O encargo do imposto do exercício é corrigido dos impostos diferidos calculados de acordo com o disposto no IAS 12.

k) Dívidas de e a Terceiros em Moeda Estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são contabilizadas em moeda nacional ao câmbio em vigor na data das operações.

Os activos e passivos originariamente em moeda estrangeira são contabilizados em moeda nacional, sendo actualizados aos câmbios oficiais em vigor na data do Balanço (Nota 24).

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, excepto as capitalizadas no imobilizado até 1994 (Nota 23.c), são contabilizadas em resultados do exercício (Nota 44).

l) Instrumentos Financeiros em Derivativos

Exclusivamente com o objectivo de reduzir os riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio, a que o Grupo se encontra exposto, atendendo à existência de contratos de financiamento celebrados com várias instituições financeiras de topo a nível mundial, o Grupo detém uma carteira de produtos derivados.

i) Cobertura do risco de taxa de juro

Tendo como objectivo a redução dos riscos financeiros e respectivos custos associados ao financiamento da sua actividade, o Grupo celebrou contratos de *swap* de taxas de juro, cujos vencimentos variam entre 4 e 7 anos. O Grupo não tenciona cancelar os contratos antes da data prevista inicialmente.

ii) Cobertura do risco de taxa de câmbio

O Grupo utiliza instrumentos de gestão do risco cambial associado ao seu endividamento em moeda estrangeira, tais como contratos a prazo de taxas de câmbio e *swaps* de moeda. Os contratos a prazo de taxas de câmbio têm vencimento entre 2 e 6 anos.

m) Vendas de Electricidade

A facturação de electricidade é efectuada numa base mensal ao longo de cada mês. As facturas mensais de electricidade são baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor.



As tarifas de energia eléctrica a clientes do SEP são fixadas pela ERSE. De acordo com os normativos aplicáveis tais tarifas deverão permitir a recuperação dos custos necessários para providenciar os serviços regulados, bem como uma determinada remuneração dos capitais aplicados.

A regularização, em tarifas futuras, dos ajustamentos provenientes de eventuais excessos ou insuficiências decorrentes da não confirmação de certos pressupostos tarifários, torna necessária a criação de métodos que permitam registar a periodificação daqueles excessos ou insuficiências.

Nesse sentido, os excessos ou insuficiências apuradas no exercício, relativamente aos valores aprovados pela Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, encontram-se escriturados em Acréscimos e Diferimentos (Nota 50.d).

Os proveitos respeitantes a energia a facturar, por consumos ocorridos e não lidos até à data do balanço, são acrescidos com base na média dos últimos consumos (Nota 50.d).

Os proveitos provenientes da venda de electricidade com a excepção atrás referida, e de outros bens ou de prestações de serviços, são reconhecidos na data da sua facturação.

n) Correção de Hidraulicidade

A Correção de Hidraulicidade constitui um mecanismo instituído legalmente (Decreto-Lei nº 338/91) para compensação dos custos variáveis da produção de energia eléctrica.

Em anos secos o sistema termoeléctrico é sobreutilizado e os gastos de combustíveis ou a importação de electricidade aumentam significativamente. Em anos húmidos a situação inverte-se. As tarifas de fornecimento de energia eléctrica a clientes do SEP não podem ser alteradas em função da variabilidade de custos resultante da hidraulicidade.

De acordo com a Portaria nº 987/2000, a conta de correcção de hidraulicidade encontra-se afecta às contas da EDP, sendo, em consequência, evidenciada numa conta de passivo do seu balanço

e os correspondentes movimentos anuais explicitados no anexo ao balanço e demonstração de resultados (Nota 50.j).

O valor anual da correcção de hidraulicidade é calculado de acordo com parâmetros estabelecidos na lei e engloba:

- o diferencial entre o custo económico de produção de energia eléctrica e o custo económico de referência, o qual é suportado pela REN na sua qualidade de concessionária da RNT e gestora exclusiva da conta de correcção de hidraulicidade. A EDP paga mensalmente à REN os diferenciais positivos e recebe da REN os diferenciais negativos. Estes pagamentos e recebimentos são efectuados por contrapartida da conta da correcção de hidraulicidade;
- os custos ou proveitos financeiros associados ao saldo acumulado da conta de correcção de hidraulicidade constituem um custo ou um proveito da EDP;
- a parcela correspondente ao montante necessário para tornar o valor esperado do saldo, a prazo de 10 anos, igual a um adequado nível de referência, quando traduza um débito à conta de correcção de hidraulicidade constitui um proveito da EDP, quando traduza um crédito, constitui a REN no dever de efectuar o respectivo pagamento à EDP. A REN deve englobar o correspondente custo na sua tarifa de venda de electricidade à empresa de distribuição vinculada (EDP Distribuição), constituindo para esta um encargo a repercutir nas tarifas de venda aos seus consumidores.

Os movimentos da conta de correcção de hidraulicidade estão sujeitas à aprovação, por despacho Ministerial.

24. CÂMBIOS

As cotações cambiais face ao Euro utilizadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moeda estrangeira existentes na data do Balanço foram as do Banco de Portugal - cotações oficiais de divisas (indicativas) em 2001/12/28, conforme se indicam de seguida:

AUD	1.728	DKK	7.4365	LTL	3.5228	SEK	9.3012
BGN	1.9463	EEK	15.6466	LVL	0.5563	SGD	1.6306
BRL	2.046	GBP	0.6085	MAD	10.19223	SIT	218.8364
CAD	1.4077	GTQ	6.994437	MOP	7.0785	SKK	42.78
CHF	1.4829	HKD	6.8723	MTL	0.3994	TRL	1269.5
CLP	582.5393	HUF	245.18	NOK	7.9515	USD	0.8813
CVE	110.265	ISK	91.48	NZD	2.1215	ZAR	10.4302
CYP	0.57504	JPY	115.33	PLN	3.4953		
CZK	31.962	KRW	1161.55	ROL	27.817		

25. DESPESAS DE INSTALAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A rubrica "Despesas de Instalação" inclui essencialmente custos com a constituição das Empresas. A rubrica "Despesas de Investigação e Desenvolvimento" corresponde essencialmente a estudos desenvolvidos no âmbito de programas da Comunidade Europeia.



27. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS, CORPÓREAS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

a) Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ /Ajustamento	Aumentos	Alienações	Alteração de Perímetro	Transferências e Abates	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	61.412.304,93		22.919.510,97		59.852.920,87	1.625.476,22	145.810.212,99
Despesas de investigação e desenvolvimento	19.607.711,60		28.280,32		48.214,35	(990.751,70)	18.691.454,57
Propriedade industrial e outros direitos	677.916.613,66		28.618.511,19		1.114.425,10	221.145.104,95	928.794.654,90
Imobilizado em curso	109.698.406,49		76.538.280,61			(3.192.675,37)	183.044.011,73
Total (1)	868.635.036,68		128.104.583,09		61.013.560,32	218.587.154,10	1.276.340.334,19
Imobilizações corpóreas:							
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	251.749.490,59					8.166.084,89	259.915.575,48
Subtotal (2.1)	251.749.490,59					8.166.084,89	259.915.575,48
Terrenos e recursos naturais	97.390.148,58		11.704.339,14	4.465,64	567.024,69	2.948.420,11	112.614.398,16
Edifícios e outras construções	279.428.310,30		36.381.152,75	1.354.997,26	3.638.166,77	4.873.106,18	325.675.733,26
Equipamento básico	19.764.977.524,81	(81.117.041,65)	148.235.396,36	3.678.820,48	167.949.587,78	301.436.601,10	20.305.160.888,88
Equipamento técnico específico	19.545.048.806,29	(81.117.041,65)	94.462.799,53		140.126.096,86	281.076.486,63	19.979.597.146,66
Produção de electricidade	10.085.590.703,64		25.964.640,11		140.126.096,86	35.953.058,10	10.287.634.498,71
Produção hidroeléctrica	6.772.694.625,59		22.732.496,06		140.126.096,86	19.393.599,11	6.954.946.817,62
Produção termoelectrica	3.274.279.366,17		3.232.144,05			5.184.290,74	3.282.695.800,96
Produção de energias renováveis	21.103.625,62					11.375.168,28	32.478.793,90
Aprov. fins múltiplos (parte não afecta)	17.513.086,26					(0,03)	17.513.086,23
Distribuição de electricidade	9.459.458.101,65	(81.117.041,65)	68.498.159,42			245.123.428,53	9.691.962.647,95
Outro equipamento básico	219.928.719,52		53.772.596,83	3.678.820,48	27.823.490,92	20.360.114,47	325.563.742,22
Equipamento de transporte	63.209.564,71		12.021.835,11	9.833.407,66	3.003.631,67	(12.011.553,83)	76.056.885,32
Ferramentas e utensílios	11.785.931,19		316.656,99		40.814,81	(7.319.931,67)	4.823.471,32
Equipamento administrativo	183.445.342,43	(1.602.115,20)	11.535.917,44	207.083,34	6.715.802,91	(24.347.512,57)	175.954.518,35
Taras e vasilhame	1.659,56						1.659,56
Outras imobilizações corpóreas	9.119.150,82		107.002,19	634,82	117.718,01	927.659,79	10.272.165,63
Subtotal (2.2)	20.409.357.632,40	(82.719.156,85)	220.302.299,98	15.079.409,20	182.032.746,64	266.506.789,11	21.010.559.720,48
Imobilizado em curso	419.216.824,94	(4.729.123,86)	552.744.599,40	25.089,00	25.629.542,27	(352.362.459,68)	640.524.472,07
Aprov. fins múltiplos (parte não afecta)	6.914.517,43				180.564,82	(371.682,95)	6.542.834,48
Adiantamentos p/c de imobilizações corpóreas	3.162.392,22		11.000.875,19			(12.553.939,79)	1.789.892,44
Subtotal (2.3)	429.293.734,59	(4.729.123,86)	563.745.474,59	25.089,00	25.810.107,09	(365.288.082,42)	648.857.198,99
Total (2)	21.090.400.857,58	(87.448.280,71)	784.047.774,57	15.104.498,20	207.842.853,73	(90.615.208,42)	21.919.332.494,95
Investimentos financeiros:							
Partes de capital	2.793.756.720,00	(9.215.178,31)	576.531.173,93	24.542.009,53	10.715.311,43	(469.099.953,35)	2.927.230.083,23
Investimentos em imóveis	2.643.331,92						2.643.311,92
Outras aplicações financeiras	218.495,24		40.967.265,65		167.304,27	140.463.608,77	181.816.673,93
Imobilizações em curso	688.431,26		2.078.453,44		6.398.000,00	(8.107.117,29)	1.057.767,41
Total (3)	2.797.306.978,42	(9.215.178,31)	619.576.893,02	24.542.009,53	17.280.615,70	(336.743.461,87)	3.112.747.856,49
Total geral (1) + (2) + (3)	24.756.342.872,68	(96.663.459,02)	1.531.729.250,68	39.646.507,73	286.137.029,75	(208.771.516,19)	26.308.420.685,63

b) Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Reforços	Alteração de Perímetro	Regularizações e Transferências	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	14.890.076,59		13.393.431,30	12.727.564,77	6.637.509,25	47.648.581,91
Despesas de investigação e desenvolvimento	9.536.708,27		3.883.233,63	728,55	(294.214,11)	13.126.456,34
Propriedade industrial e outros direitos	37.236.628,13		38.209.905,67	158.852,58	3.718.917,58	79.324.303,96
Total (1)	61.663.412,99		55.486.570,60	12.887.145,90	10.062.212,72	140.099.342,21
Imobilizações corpóreas:						
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	229.503.746,35		4.881.944,98		4.595.561,04	238.981.252,37
Subtotal (2.1)	229.503.746,35		4.881.944,98		4.595.561,04	238.981.252,37
Imobilizações próprias do Grupo EDP						
Edifícios e outras construções	113.038.287,56		6.161.537,63	394.255,07	12.571.217,32	132.165.297,58
Equipamento básico	11.026.008.232,50		607.414.038,77	6.337.040,49	(98.133.733,17)	11.541.625.578,59
Equipamento técnico específico	10.950.105.433,69		562.763.256,77		(91.166.548,46)	11.421.702.142,00
Produção de electricidade	5.876.013.209,08		223.252.339,31		(7.365,18)	6.099.258.183,21
Produção hidroelétrica	3.789.993.229,94		125.406.029,68		(7.365,18)	3.915.391.894,44
Produção termoelétrica	2.083.463.680,75		96.506.749,15			2.179.970.429,90
Produção de energias renováveis	2.556.298,39		1.339.560,48			3.895.858,87
Distribuição de electricidade	5.074.092.224,61		339.510.917,46		(91.159.183,28)	5.322.443.958,79
Outro equipamento básico	75.902.798,81		44.650.782,00	6.337.040,49	(6.967.184,71)	119.923.436,59
Equipamento de transporte	41.560.827,17		7.558.318,62	1.001.025,36	(4.922.799,50)	45.197.371,65
Ferramentas e utensílios	10.551.557,44		407.622,67	26.162,68	(7.281.501,65)	3.703.841,14
Equipamento administrativo	127.739.504,29		17.761.916,46	2.709.755,45	(36.970.730,70)	111.240.445,50
Taras e vasilhame	1.659,56					1.659,56
Outras imobilizações corpóreas	2.455.880,29		1.790.084,31	94.924,30	(1.701.816,28)	2.639.072,62
Subtotal (2.2)	11.321.355.948,81		641.093.518,46	10.563.163,35	(136.439.363,98)	11.836.573.266,64
Total (2)	11.550.859.695,16		645.975.463,44	10.563.163,35	(131.843.802,94)	12.075.554.519,01
Investimentos financeiros:						
Partes de capital	67.045.458,63		24.683.105,54	472.937,46	(4.188.450,90)	88.013.050,73
Investimentos em imóveis	1.069.686,43		106.297,09	2.194,83		1.178.178,35
Total (3)	68.115.145,06		24.789.402,63	475.132,29	(4.188.450,90)	89.191.229,08
Total geral (1) + (2) + (3)	11.680.638.253,21		726.251.436,67	23.925.441,54	(125.970.041,12)	12.304.845.090,30



- i) As diferenças de câmbio capitalizadas estão incluídas nas diferentes classes de imobilizado que afectaram.
- ii) Nas imobilizações próprias do Grupo, o equipamento básico inclui todos os equipamentos relacionados com a Produção e Distribuição de energia eléctrica, conjuntamente com os respectivos terrenos, edifícios e instalações.
- iii) As imobilizações corpóreas do regime do DL 344-B/82 correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão transferidos das Autarquias Locais em regime de concessão. Estes patrimónios que, embora explorados pelo Grupo continuam propriedade das Autarquias, totalizam em 31 de Dezembro de 2001:

Imobilizado	259.915.575,48
Amortizações	238.981.252,37
Valor líquido	20.934.323,11

Parte destes patrimónios poderão vir a ser transferidos para a propriedade do Grupo para liquidação, por encontro de contas, das dívidas dos respectivos Municípios (Nota 50.a.ii), ainda a aguardar regularização.

- iv) Aos bens afectos às actividades da Bandeirante, cujo processo de cisão só foi concluído em Outubro de 2001, bem como da Grapes Espanha adquirida no final do 1º semestre de 2001, ainda estão pendentes de atribuição final os respectivos justos valores.

28. CAPITALIZAÇÃO DOS CUSTOS FINANCEIROS

De acordo com o critério contabilístico definido na Nota 23.b, foram capitalizados no exercício em imobilizações em curso os seguintes montantes de juros de financiamento:

Imobilizações Incorpóreas	1.527,08
Edifícios e outras construções	125.648,75
Equipamento básico	14.350.367,45
Equipamento técnico específico	14.350.367,45
Produção de electricidade	7.178.491,94
Produção hidroeléctrica	4.913.284,54
Produção termoeléctrica	1.967.659,35
Produção eólica	297.548,06
Distribuição de electricidade	4.988.690,14
Estudos e projectos	2.183.185,37
	14.477.543,28

33. DÍVIDAS DE E A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

a) Dívidas a Terceiros

	2001		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empréstimos por obrigações	151.703.146,06	2.209.651.383,50	2.361.354.529,56
Dívidas a instituições de crédito	1.448.905.140,04	230.338.367,76	1.679.243.507,80
Outros empréstimos obtidos	14.181.280,94		14.181.280,94
Outros credores	43.101.996,30		43.101.996,30
Part.do Estado p/Aproveitam.			
De Fins Múltiplos		19.739.517,76	19.739.517,76
Conta de regulariz. (DL 344-B/82)	20.934.323,11		20.934.323,11
	1.678.825.886,45	2.459.729.269,02	4.138.555.155,47

	2000		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empréstimos por obrigações	336.520.382,91	1.471.289.605,29	1.807.809.988,20
Dívidas a instituições de crédito	1.009.087.697,36	371.436.287,03	1.380.523.984,39
Outros empréstimos obtidos	16.946.659,87		16.946.659,87
Outros credores	39.916.802,84		39.916.802,84
Part. do Estado p/Aproveitam.			
De Fins Múltiplos		19.739.517,76	19.739.517,76
Fundação CESP (Bandeirante)		69.200.145,86	69.200.145,86
Obrigações vinculadas à concessão (Bandeirante)		64.014.371,76	64.014.371,76
Conta de regulariz. (DL 344-B/82)	22.245.744,24		22.245.744,24
	1.424.717.287,22	1.995.679.927,70	3.420.397.214,92

b) Dívidas de Terceiros

	2001		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Cliente - Autarquias - Dívida de 31/12/88	25.517.778,66	162 907 149,22	188 424 927,88
Provisão para Autarquias - Dívida de 31/12/88		(109 221 327,11)	(109 221 327,11)
Empresas Participadas e Participantes		15 789 246,11	15 789 246,11
Imobilizados em integração compensados	19.246.239,07		19 246 239,07
Provisão para imobilizados em integração compensados	(11.387.107,60)		(11 387 107,60)
	33.376.910,13	69 475 068,22	102 851 978,35

	2000		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Clientes - Autarquias - Dívida de 31.12.88	31.478.641,47	165.966.675,76	197.445.317,23
Provisão para Autarquias - Dívida de 31.12.88		(108.018.566,57)	(108.018.566,57)
Empresas Participadas e Participantes		8.802.195,75	8.802.195,75
Imobilizados em integração compensados	13.318.477,11		13.318.477,11
Provisão para imobilizados em integração compensados	(7.528.054,54)		(7.528.054,54)
	37.269.064,04	66.750.304,94	104.019.368,98

36. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Decomposição dos valores por actividades e por mercados (interno e externo):

a) Vendas

a. 1) De energia eléctrica

	2001		2000	
Mercado Interno				
À Rede Nacional de Transporte	1.214.072.593,08		598.150.021,32	
A Clientes Finais				
em muito alta tensão	36.837.394,76		35.313.537,56	
em alta tensão	175.099.745,15		168.551.490,23	
em média tensão	782.980.341,41		750.259.026,49	
em baixa tensão (>39,6 KVA)	261.226.784,85		245.690.821,24	
em baixa tensão	1.965.300.829,15		1.833.211.789,58	
Em baixa tensão (iluminação pública)	83.918.057,77		80.279.104,02	
Produção Embebida	11.859,44		0	
Descontos de interruptibilidade	-25.554.995,13		-15.132.586,70	
Descontos de correcção tarifária	-25.344.703,44		-28.935.702,27	
Dif. Tarifária – REN	0		46.901.966,26	
Dif. Tarifária - EDP Distribuição – 1999	35.509.422,29		-35.509.422,29	
Dif. Tarifária - EDP Distribuição – 2000	0		-20.485.629,63	
Dif. Tarifária - EDP Distribuição – 2001	6.708.831,72	4.510.766.161,05	0	3.658.294.415,81
Mercado Externo				
A Clientes Finais				
Em muito alta tensão	19.923.589,13		17.573.209,19	
Em alta tensão	208.258.683,18		0	
Em média tensão	186.253.798,96		0	
Em baixa tensão	268.372.747,43		0	
Em baixa tensão (iluminação pública)	12.514.307,69		0	
Descontos	-4.814.083,54	690.509.042,85	0	17.573.209,19
		5.201.275.203,90		3.675.867.625,00

Nota: No mercado externo em 2000 os valores apresentados referem-se às exportações efectuadas pela REN, em 2001 os valores respeitam à Bandeirante.

a.2) Outras Vendas

	2001		2000	
Mercado Interno				
de Vapor	8.625.219,11		2.304.825,12	
de Cinzas	3.735.599,15		4.197.985,16	
de Produtos informáticos	29.799.550,95		16.437.482,62	
de Telecomunicações	20.430.726,53		2.106.472,69	
de Bens imóveis	8.008.200,23		20.585.389,21	
Materiais Diversos	17.673.411,25	88.272.707,22	15.259.005,32	60.891.160,12
Mercado externo				
de telecomunicações		9.693.825,72		0
		97.966.532,94		60.891.160,12

b) Prestação de Serviços

Mercado Interno				
de Electricidade	9.235.240,57		7.272.624,91	
de Engenharia	9.346.843,23		12.378.848,96	
Laboratoriais	3.109.883,81		2.014.164,16	
de Formação	1.281.802,55		691.241,81	
de Assistência Médica	2.675.349,33		2.241.366,71	
de Informática	93.899.146,70		12.507.371,22	
de Consultadoria	20.963.454,47		1.905.913,25	
de Telecomunicações	101.254.088,87		31.984.351,66	
Outros	44.001.719,99	285.767.529,52	25.260.078,42	96.255.961,10
Mercado Externo				
de Consultadoria	0		13.478.516,22	
de Informática	14.779.899,77		0	
de Telecomunicações	50.584.922,77	351.132.352,06	0	109.734.477,32
		5.650.374.088,90		3.846.493.262,44

38. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Grupo EDP será tributado em sede de IRC pelo lucro consolidado, conforme autorização concedida pelo Ministro das Finanças, por um período de cinco anos, com início em 2000.



De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante um período de 5 anos. O último ano considerado como liquidado definitivamente pela administração fiscal reporta-se a 1996.

No entanto, não é previsível qualquer liquidação adicional relevante em relação aos exercícios de 1997 a 2000.

O encargo de imposto registado no período corresponde essencialmente a:

	Base Fiscal	Imposto
Resultados antes de impostos	594.188.577,66	
Diferenças permanentes	87.919.380,78	
Equivalência patrimonial	(11.619.505,56)	
	670.488.452,88	
Encargo normal de imposto		234.670.958,51
Excesso de imposto de 2000		(32.271.376,68)
Ajustamentos de taxas e outros		553.003,78
		202.952.585,61

39. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., foram as seguintes:

Conselho de Administração	2.814.583,65
Fiscal.Único / ROC	82.551,06
Mesa da Assembleia Geral	1.621,09

41. REAVALIAÇÃO DAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

As immobilizações corpóreas e os investimentos financeiros em imóveis foram reavaliados ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei nº 430/78
Decreto-Lei nº 219/82
Decreto-Lei nº 399-G/81
Decreto-Lei n 171/85
Decreto-Lei nº 118-B/86

Decreto-Lei nº 111/88
Decreto-Lei nº 7/91
Decreto-Lei nº 49/91
Decreto-Lei nº 264/92

O Decreto-Lei nº 7/91 de 8 de Janeiro, que determinava a formação de novas sociedades anónimas constituídas por meio de cisão simples a partir da EDP, dispunha no seu artº 8º que se promovesse a avaliação do património da EDP, sendo esta avaliação efectuada por entidades escolhidas de entre as previamente qualificadas pelo Ministério das Finanças para o efeito e sujeita à aprovação do Ministro das Finanças.

Esta avaliação, ao abrigo do Decreto-Lei nº 22/92 de 14 de Fevereiro, releva para efeitos fiscais, nomeadamente, no que se refere ao cálculo das reintegrações do exercício.

42. CUSTO HISTÓRICO DAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A comparação do valor contabilístico das immobilizações corpóreas com os respectivos custos históricos é apresentada no quadro seguinte:

	Custos Históricos	Acréscimo por Reavaliações	Valores Contabilísticos Reavaliados
Activo Bruto	10.816.461.948,13	10.454.013.347,83	21.270.475.295,96
Amortizações	2.953.834.084,53	9.121.720.434,48	12.075.554.519,01
Activo Líquido	7.862.627.863,60	1.332.292.913,35	9.194.920.776,95

As immobilizações corpóreas consideradas neste mapa incluem, quer as próprias do Grupo, quer as do Regime do DL 344-B/82, tal como discriminadas nos sub-totais (2.1) e (2.2) dos quadros da nota 27.

44. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

	Exercícios			Exercícios	
	2001	2000		2001	2000
Custos e Perdas			Proveitos e Ganhos		
Juros suportados	419.733.375,14	333.824.442,47	Juros obtidos	184.475.897,19	135.555.753,06
Perdas em empresas do grupo e associadas	13.485.344,99	51.495,76.	Ganhos em empresas do grupo e associadas	25.104.850,55	41.839.641,84
Amortizações de investimentos em imóveis	106.297,10	106.379,51	Rendimentos de imóveis	958.152,84	687.428,88
Diferenças de câmbio desfavoráveis	63.666.000,06	6.740.993,10	Rendimentos de participações de capital	16.831.122,72	23.076.646,89
Perdas na alienação de aplicações financeiras	92.134,05	0	Diferenças de câmbio favoráveis	62.321.222,59	4.846.885,64
Outros custos e perdas financeiros	92.267.588,97	63.231.796,91	Descontos de pronto pagamento obtidos	2.212.178,04	1.946.515,07
Resultados financeiros	(205.333.289,93)	(174.828.268,70)	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	684.800,84	0
	384.017.450,38	229.126.839,05	Outros proveitos e ganhos financeiros	91.429.225,61	21.173.967,67
				384.017.450,38	229.126.839,05

a) A rubrica **Juros Suportados** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2001	2000
Juros de Derivados	109.499.855,12	88.536.732,67
Juros da Correção de Hidraulicidade (*)	20.559.693,56	15.215.398,78

(*) Na Demonstração de Resultados encontram-se incluídos na rubrica **Outros custos e perdas financeiros e similares**



b) A rubrica **Outros Custos e Perdas Financeiras** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2001	2000
Encargos com emissão de obrigações	5.112.563,06	1 186 795,38
Comissões de Empréstimos	12.205.266,80	1 595 370,85
Amortização de direitos da CERJ	0	9 519 965,50
Amortização de direitos da EBE	12.839.352,17	11 085 064,69
Amortização de direitos da IVEN	18.413.824,63	18 413 824,62
Amortização de direitos da OPTOP	8.509.087,60	10 589 544,28
Amortização de direitos da ACE Holding	4.407.195,20	0
Amortização de direitos da Comunitel	5.521.882,47	0

c) A rubrica **Juros Obtidos** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2001	2000
Juros de Derivados	132 595 908,55	112 058 032,97
Juros debitados a Clientes de AT/MT/BTE por motivo de atraso na liquidação de facturação	12 441 962,47	2 551 092,98

d) A rubrica **Outros Proveitos e Ganhos Financeiros** inclui, entre outros, o seguinte montante:

	2001	2000
Resultado da reestruturação da dívida da Bandeirante	86 196 124,62	0
Juros debitados a clientes de AT/MT/BTE por motivo de atraso na liquidação de facturação	0	7.404.400,39

e) A variação ocorrida nas rubricas **Diferenças de Câmbio Desfavoráveis e Favoráveis** relaciona-se, essencialmente, com a situação cambial verificada ao longo de 2001 no Brasil.

45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

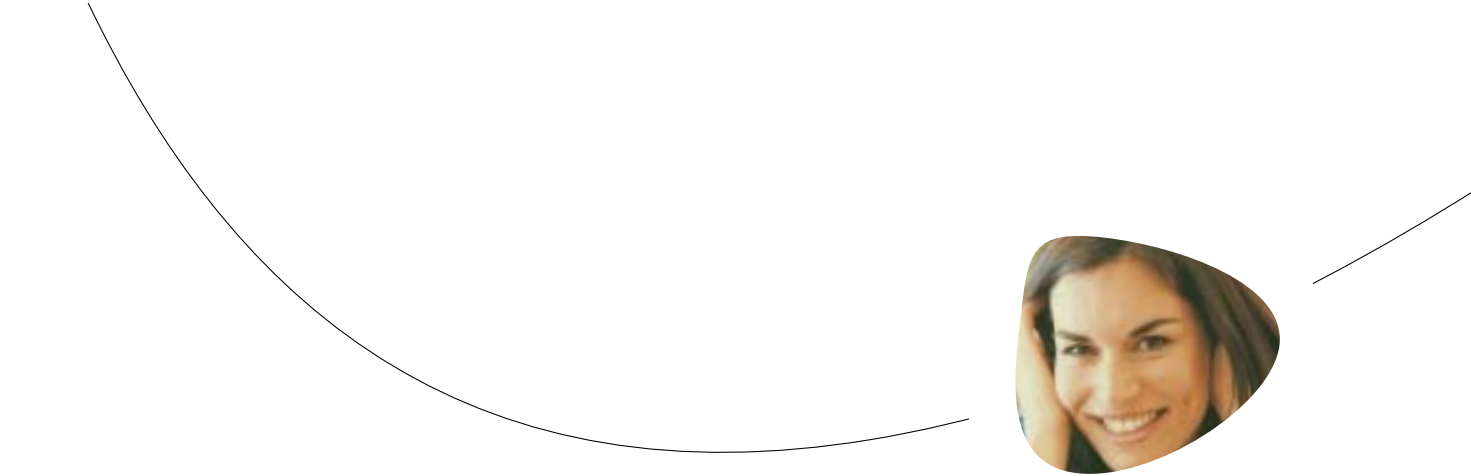
	Exercícios			Exercícios	
	2001	2000		2001	2000
Custos e Perdas			Proveitos e Ganhos		
Donativos	1.296.437,56	895.713,11	Restituição de impostos	37,25	5.211,25
Dívidas incobráveis	1.384.997,50	24.041,05	Recuperação de dívidas	398.044,15	68.842,93
Perdas em existências	2.935.002,47	631.075,66	Ganhos em existências	168.558,97	323.466,85
Perdas em imobilizações	2.635.377,39	997.251,47	Ganhos em imobilizações	27.681.504,13	206.469.343,94
Multas e penalidades	74.135,71	14.799,71	Benefícios de penalidades contratuais	20.947,10	28.534,71
Aumento de amortizações e provisões	3.068.836,86	2.830.069,53	Reduções de amortizações e provisões	18.680.924,73	11.053.883,37
Correcções relativas a exercícios anteriores	7.467.438,07	5.514.470,65	Correcções relativas a exercícios anteriores	13.304.933,79	4.270.571,92
Outros custos e perdas extraordinários	42.043.962,23	2.777.865,22	Outros proveitos e ganhos extraordinários	126.341.106,50	80.257.946,87
Resultados extraordinários	125.989.418,83	288.792.515,43			
	186.595.606,62	302.477.801,83		186.595.606,62	302.477.801,83

a) A rubrica **Outros Custos e Perdas Extraordinários** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2001	2000
Liquidação adicional de IRC relativa a 1996	10.835.832,96	0
Indemnizações por rescisões negociadas	8.826.195,19	0

b) A rubrica **Redução de Amortizações e Provisões** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2001	2000
Provisão para créditos de cobrança duvidosa	17.732.913,16	11 016 382,81



c) A rubrica **Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2001	2000
Excesso de estimativa para impostos	278.546,92	500 977,52
Compensação de amortizações de imobilizações comparticipadas	63.887.442,70	61 050 097,41
Compensação de amortizações de imobilizações corpóreas em regime de concessão	4.881.945,78	5 049 095,63
Correcção de Hidraulicidade – Bonificação	47.465.629,76	0

46. MOVIMENTO DAS PROVISÕES

	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Alteração de Perímetro	Saldo Final
Para cobranças duvidosas	246.160.398,27	20.464.381,76	13.295.702,03	933.669,54	254.262.747,54
De dívidas de clientes	234.230.072,58	13.468.336,62	12.092.039,17	933.669,54	236.540.039,57
De outras dívidas de terceiros	11.930.325,69	6.996.045,14	1.203.662,86		17.722.707,97
Para riscos e encargos	707.583.956,32	165.726.483,03	42.074.275,58	253.033,33	831.489.197,10
Benefícios sociais a trabalhadores	627.170.663,88	159.562.953,38	39.918.849,50		746.814.767,76
Processos judiciais em curso	3.897.794,78	891.750,88	361.905,58		4.427 640,08
Outros riscos e encargos	76.515.497,66	5.271.778,77	1.793.520,50	253.033,33	80.246.789,26
Para investimentos financeiros	698.317,06	3.113.970,50		3.125.668,83	6.937.956,39
	954.442.671,65	189.304.835,29	55.369.977,61	4.312.371,70	1.092.689.901,03

Nota: A redução da provisão para benefícios sociais a trabalhadores foi efectuada pelo método directo nas rubricas **Fornecimentos e Serviços Externos** e **Custos com Pessoal**.

50. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Dívidas de Terceiros – Médio e Longo Prazo

i) Clientes - Autarquias - Dívida de 31/12/88

O montante desta rubrica é mostrado líquido da compensação de débitos relacionados com patrimónios em integração a transferir para o Grupo (alínea ii) desta mesma nota), e de rendas devidas pelo Grupo naquela data.

ii) Imobilizados em Integração Compensados

Os imobilizados em integração compensados representam os valores líquidos, à data da integração, das dívidas das Autarquias Locais até 31 de Dezembro de 1988 compensadas com os respectivos patrimónios em integração (Imobilizações Corpóreas do regime do DL 344-B/82). A transferência destes valores para imobilizações corpóreas está pendente de formalização dos contratos de concessão ou de protocolos de regularização das dívidas a celebrar entre a EDP e as autarquias.

b) Clientes – Curto Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

	2001	2000
Clientes c/c		
Nacionais		
Estado e Organismos Oficiais	33.423.591,64	27.992.284,46
Autarquias locais	21.323.361,12	20.619.288,49
Sector empresarial e particulares	711.331.840,18	446.007.442,75
Estrangeiros	21.347.486,06	5.356.304,59
	787.426.279,00	499.975.320,29
Clientes títulos a receber		
Sector empresarial e particulares	1.238.089,57	1.157,21
	1.238.089,57	1.157,21
Clientes de cobrança duvidosa		
Nacionais		
Autarquias locais	39.127.627,19	42.315.985,75
Sector empresarial e particulares	93.566.503,69	92.566.846,84
Estrangeiros	1.923.248,05	557.514,53
	134.621.576,21	135.440.347,12
Provisão	(127.318.712,46)	(126.211.506,01)
	7.302.863,75	9.228.841,11



c) Outros Devedores e Outros Credores – Curto Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

Outros Devedores	2001	2000
Devedores por fornecimento de outros bens e prestação de serviços	104.215.091,95	79.951.044,01
Cauções prestadas a terceiros	1.117.144,16	417.846,52
Pagamentos por conta do Fundo de Pensões	7.776.930,41	32.510.269,94
Créditos sobre concessionários – Bandeirante	33.558.885,00	0
Adiantamentos por conta do Estado a Autoprodutores	18.491.294,53	0
Devedores diversos (líquido de provisões)	68.762.859,34	36.832.460,98
	233.922.205,39	149.711.621,45

Outros Credores	2001	2000
Cauções e retenções recebidas de fornecedores e outros credores	582.958,70	620.256,85
Credores por fornecimento de outros bens e prestação de serviços	8.217.785,82	76.967,19
Rendas de concessão	627.155,40	4.857.582,40
Entidades credoras por cobranças efectuadas por empresas do Grupo	4.350.511,61	7.521.054,81
Credores por subscrições não liberadas	14.851.070,34	0
Fundação CESP (Bandeirante)	5.557.067,95	6.352.736,80
Responsabilidades a pagar – Accionistas da CASE	0	19.453.202,78
Credores diversos (Bandeirante)	23.793.457,21	16.631.523,25
Credores diversos	39.857.811,44	18.978.277,15
	97.837.818,47	74.491.601,23

d) Acréscimos e Diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

Acréscimos de proveitos	2001	2000
Energia a facturar por consumos ocorridos até à data do Balanço	110.511.019,44	81.144.851,48
Juros a receber	15.905.053,50	3.752.104,43
Outros acréscimos de proveitos	14.173.492,78	8.401.756,27
	140.589.565,72	93.298.712,18

Custos diferidos	2001	2000
Reparações e beneficiações de imobilizado	4.419.026,30	5.499.347,13
Encargos com emissão de obrigações	801.296,21	1.693.591,59
Levantamentos cartográficos	727,08	828.308,04
Encargos com concessões	12.207.875,52	3.051.469,44
Impostos diferidos	406.273.711,04	322.060.831,42
Encargos de publicidade e propaganda	9.943.645,49	17.190.083,70
Renegociação de Financiamento do BEI	33.420.432,91	37.862.074,61
Conta de consumo de combustíveis (Bandeirante)	3.506.152,17	21.122.470,94
Plano de Benefícios Suplementar (Bandeirante)	61.341.781,51	74.061.551,66
Reforço de provisões p/benefícios sociais a trabalhadores	62.329.785,22	0
Outros custos diferidos	6.040.014,81	13.586.404,29
	600.284.448,26	496.956.132,82

Acréscimos de custos	2001	2000
Juros de empréstimos a liquidar	68.754.698,01	43.562.828,49
Férias e subsídios de férias	60.374.362,80	55.805.956,32
Responsabilidades a pagar ao Fundo de Pensões	0	18.699.933,16
Diferença tarifária	13.776.797,92	55.995.051,92
Aquisição de energia à REN	0	16.959.128,50
Outros acréscimos de custos	70.349.718,68	15.859.908,92
	213.255.577,41	206.882.807,31

Proveitos diferidos	2001	2000
Subsídios para investimento	1.325.537.169,57	1.185.058.123,19
Impostos diferidos	182.245.068,58	269.586.825,17
Outros proveitos diferidos	15.761.197,31	5.144.187,48
	1.523.543.435,46	1.459.789.135,84

A rubrica **Subsídios para Investimento** representa o saldo acumulado líquido dos valores recebidos deduzidos das amortizações anuais.

No exercício foram recebidos subsídios no montante de 206 302 928,02 euros, neles se incluindo 3 927 196,77 euros de fundos comunitários.

e) Estado e Outros Entes Públicos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

Valores a receber (Activo)	2001	2000
Imposto sobre o Rendimento	0	7.837.748,02
Imposto sobre o Valor Acrescentado	59.736.296,64	44.203.253,15
	59.736.296,64	52.041.001,17

Valores a pagar (Passivo)	2001	2000
Imposto sobre o Rendimento	136.116.583,25	0
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	8.790.417,02	7.831.249,45
Imposto sobre o Valor Acrescentado	7.071.919,05	3.563.856,25
Segurança Social	10.640.693,16	8.139.586,94
Outros impostos e taxas	34.065.975,79	28.146.404,65
	196.685.588,27	47.681.097,29

f) Existências em Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo

i) Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

	2001	2000
Combustíveis para produção térmica		
Em armazém		
Carvão	28.651.352,58	31.988.822,90
Fuel	21.252.820,31	48.657.084,52
Gasóleo	2.860.787,33	1.124.242,29
Em trânsito	11.571.244,65	1.327.500,90
Materiais diversos	44.700.334,55	30.777.568,94
	109.036.539,42	113.875.219,55

ii) Custos das existências vendidas e consumidas

	Combustíveis para produção de electricidade	Materiais diversos	Mercadorias
Existências iniciais	83.097.650,61	18.445.634,01	12.331.934,95
Compras	358.494.762,22	127.320.645,37	67.795.598,18
Regularização de existências	(63.710,91)	3.558.027,50	(5.153.363,80)
Existências finais	64.336.204,87	32.702.730,88	13.374.682,50
Custo das mercadorias vendidas e consumidas	377.192.497,05	116.621.576,00	61.599.486,83

g) Rendas de Concessão e de Centros Electroprodutores

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

	2001	2000
Rendas de concessões pagas às Autarquias	145.641.942,73	128 376 951,65
Rendas de centros electroprodutores pagas às Autarquias cuja circunscrição é atingida por zonas de influência de centros produtores de energia eléctrica	3.472.213,14	4 259 705,44
	149.114.155,87	132 636 657,09

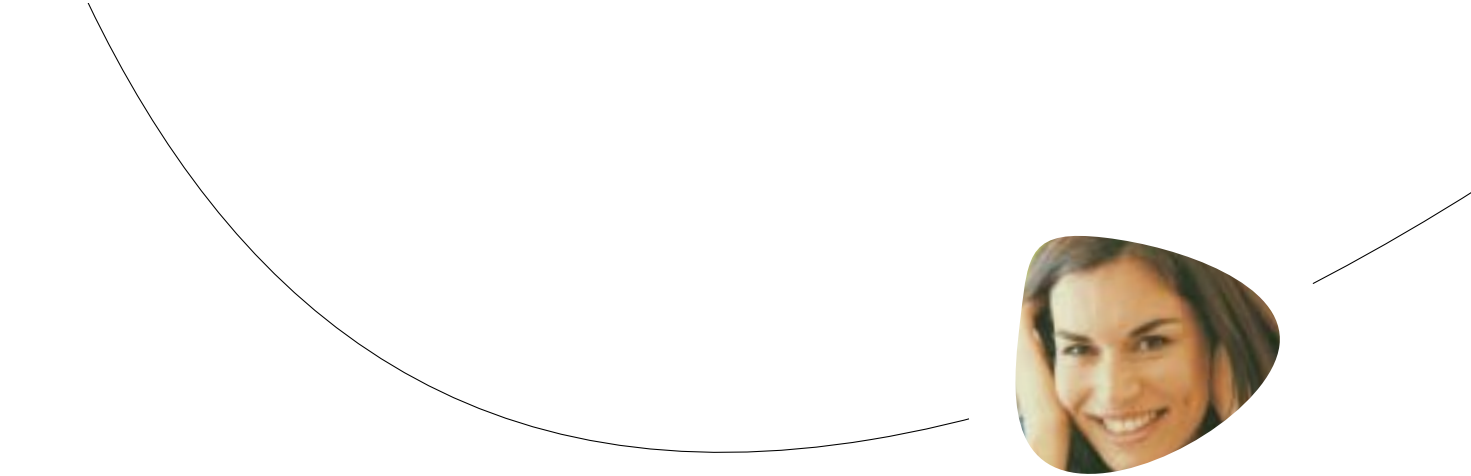
h) Trabalhos para a Própria Empresa

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

	2001	2000
Consumo de materiais	84.020.308,44	75.701.960,97
Encargos directos internos	40.778.349,41	52.792.440,66
Encargos de estrutura	42.305.120,65	46.802.940,76
Encargos financeiros	14.477.543,22	8.588.401,63
Outros trabalhos para a própria Empresa	50.937.427,26	45.186.063,61
	232.518.748,98	229.071.807,63

i) Subsídios à Exploração

Os subsídios à exploração referem-se, essencialmente, a verbas recebidas por motivo de alteração de traçados de redes de distribuição de electricidade.



j) Correção de Hidraulicidade

Os movimentos desta rubrica foram os seguintes:

Saldo inicial	365.520.715,26
Diferencial	48.891.644,90
Bonificação	(47.465.629,76)
Encargos financeiros	20.559.693,56
Saldo final	387.506.423,96

k) Empréstimos por Obrigações

Os empréstimos por obrigações estão emitidos em euros a diferentes taxas de juro. As restantes características principais são:

	21ª emissão	22ª emissão	23ª emissão
Montante:	EUR 20.006.935,88	EUR 41.609.095,85	EUR 10.331.743,77
31 de Dezembro de 2000	5,1250%	5,1250%	4,9375%
31 de Dezembro de 2001	3,3750%	3,3125%	3,2500%
Pagamento de juros:	23 Junho e 23 Dezembro	2 Junho e 2 Dezembro	20 Junho e 20 Dezembro
Reembolsos:	3 anuais Com início em 23/06/2000	4 anuais Com início em 02/06/2000	4 anuais Com início em 20/12/2008

	24ª emissão	25ª emissão
Montante:	EUR 13.513.271,92	EUR 299.278.738,33
Taxa de juro:		
31 de Dezembro de 2000	4,93750%	5,3250%
31 de Dezembro de 2001	4,53125%	3,5030%
Pagamento de juros:	5 Janeiro e 5 Julho	23 Maio e 23 Novembro
Reembolsos:	4 anuais Com início em 05/01/2002	6 semestrais Com início em 23/05/2006
Outras condições	As 22ª, 23ª e 24ª emissões podem ser total ou parcialmente reembolsadas antecipadamente em 2 Jun.2002, em 20 Dez. 2006, em 5 Jan. 2003 por opção do Grupo ou dos obrigacionistas. A 25ª emissão pode ser reembolsada antecipadamente em 23 Nov. 2003 por opção do Grupo.	

	1ª emissão internacional	2ª emissão internacional
Montante:	EUR 1.000.000.000	EUR 1.000.000.000
Taxa de juro:		
31 de Dezembro de 1999	6,000%	-
31 de Dezembro de 2000	6,400%	5,875%
Pagamento de juros:	29 Outubro	28 Março
Reembolsos:	De uma só vez em 29 de Outubro de 2009	De uma só vez em 28 Março 2011

I) Empréstimos bancários

As dívidas a instituições de crédito, de curto, médio e longo prazo têm a seguinte decomposição por moeda, após reconhecimento do efeito dos contratos de *swap* de moeda.

	2001		2000	
	Na moeda do empréstimo	EUR	Na moeda do empréstimo	EUR
PTE	-	-	109.717.576,567	547.268.964,51
EUR	3.255.472.253,83	3.255.472.253,83	2.336.745.468	2.336.745.468,00
DEM	-	-	21.429.000	10.956.255,42
BRL	325.197.478,66	158.911.755,62	14.785.579	8.146.737,36
USD	-	-	152.788.280	167.280.972,85
		3.414.384.009,45		3.070.398.398,14

As taxas de juro variável são geralmente baseadas na taxa interbancária oferecida. A dívida em Euros é baseada principalmente na LISBOR a seis meses. A taxa de juro variável nos empréstimos em moeda estrangeira e euros é baseada na LIBOR e EURIBOR a três e seis meses.

O Grupo tem disponível facilidades de crédito a longo prazo no montante de 187 049 211,40 euros a taxas baseadas na LISBOR a serem negociadas no momento da utilização e 600 000 000,00 euros indexados à EURIBOR, dos quais estão utilizados 290 000 000,00 euros em 31 de Dezembro de 2001. Tem ainda outra facilidade de crédito de 750 000 000,00 euros que está por utilizar .

Os contratos de *swap* vigentes à data do Balanço eram os seguintes :

	2001		2000	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Swaps de taxa de juro:				
DEM	21.204.000,00	–	28.122.000,00	–
EUR	2.949.579.263,97	2.949.579.263,97	1.449.579.263,97	1.449.579.263,97
PTE	–	2.189.525.045,00	–	2.702.393.695,00

m) Movimentos dos Capitais Próprios

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital	3.000.000.000,00			3.000.000.000,00
Acções Próprias (VN)	(2.400.000,00)	(9.326.209,00)		(11.726.209,00)
Acções Próprias (PD)	(5.638.472,57)	(15.730.520,77)		(21.368.993,34)
Ajustamentos de Partes de Capital em Filiais e Associadas	(6.478.321,10)	(30.487.249,98)		(36.965.571,08)
Ajustes Cambiais	(30.621.232,61)	(48.818.754,98)		(79.439.987,59)
Reservas de Reavaliação	2.020.902.537,49			2.020.902.537,49
Reservas:				
Reservas Legais	193.738.592,47	27.448.848,28		221.187.440,75
Reservas – DL 46031 e DL 46917	65.902.490,69			65.902.490,69
Reservas Livres	12.830.494,77			12.830.494,77
Resultados Transitados – Casa-mãe	257.922.829,76	548.973.774,10	463.267.602,00	343.629.001,86
Resultados Transitados – Consolidação de Filiais	149.597.089,23		18.585.285,69	131.011.803,54
Resultado Líquido do Exercício	548.973.774,10	450.794.716,53	548.973.774,10	450.794.716,53
TOTAL	6.204.729.782,23	922.854.604,18	1.030.826.661,79	6.096.757.724,62

- a) Na Reserva de Conversão Cambial está relevado o montante resultante da conversão cambial para a moeda nacional dos Capitais Próprios das Empresas Filiais e Associadas expressos em moeda estrangeira.
- b) Em Reservas de Reavaliação está relevada a contrapartida dos ajustamentos efectuados nas rubricas de imobilizações corpóreas e de investimentos financeiros em imóveis derivados das diversas reavaliações efectuadas (Nota 41), líquida dos montantes utilizados para aumentos de capital e para cobertura de resultados negativos transitados, e da componente de impostos diferidos correspondente.

Estas reservas só podem ser utilizadas para aumento do capital social, ou na cobertura de prejuízos, se existirem.

- c) Em conformidade com os estatutos da EDP a Reserva Legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.
- d) As Reservas do DL 46031 e DL 46917 – para Autofinanciamento e para Complemento de Amortização Financeira – foram constituídas em conformidade com disposições contidas nos contratos dos empréstimos concedidos pelo International Bank of Reconstruction and Development, cujos capitais em dívida foram totalmente reembolsados no exercício de 1991.
- e) Os Resultados Transitados – Consolidação de Filiais correspondem aos lucros retidos e outras variações nos capitais próprios das Empresas filiais incluídas na consolidação.
- f) O movimento do exercício dos Resultados Transitados – casa-mãe foi o seguinte:

Saldo inicial	257 922 829,76
Transferência do resultado do exercício de 2000	548 973 774,10
Por aplicação em:	
Reserva Legal	27 448 848,28
Dividendos	418 990 233,54
Distribuição de resultados aos Corpos Gerentes	640 556,26
Distribuição de resultados aos Trabalhadores	16 764 846,72
Reserva de Ajustamentos de Partes de Capital em Filiais e Associadas	-
Resultados Transitados – Consolidação de Filiais	(576 882,80)
Saldo final	343 629 001,86

m) Informação por segmentos

	2001	2000
i) Vendas		
Vendas a terceiros		
Produção	1.256.495.040,52	610.536.711,53
Transporte	-	65.176.778,96
Distribuição		
Portugal	3.273.424.363,37	3.025.459.791,90
Brasil	690.509.042,85	-
	3.963.933.406,22	3.025.459.791,90
Telecomunicação		
Portugal	125.569.484,32	16.717.710,32
Espanha	61.544.827,80	-
	187.114.312,11	16.717.710,32
Tecnologias de Informação	150.255.848,32	-
Outros	92.575.481,73	128.602.268,53
Sub-total de vendas a terceiros (Nota 36)	5.650.374.088,90	3.846.493.261,24
Empresas do grupo		
Produção	58.402.278,30	588.826.343,51
Transporte	-	889.409.198,83
Distribuição		
Portugal	6.575.664,36	8.548.478,17
Brasil	-	-
	6.575.664,36	8.548.478,17
Telecomunicação		
Portugal	763.209,24	9.270.892,15
Espanha	46.755,15	-
	809.964,38	9.270.892,15
Tecnologias de Informação	116.776.822,42	-
Outros	67.745.291,59	156.570.535,01
Sub-total de vendas intragrupo	250.310.021,06	1.652.625.447,67
Total de vendas	5.900.684.109,96	5.499.118.708,91
ii) Amortizações do exercício		
Produção	227.474.081,43	222.764.377,85
Transporte	-	33.693.668,26
Distribuição		
Portugal	324.576.466,66	313.955.088,24
Brasil	35.826.643,19	-
	360.403.109,85	313.955.088,24
Telecomunicação		
Portugal	41.527.339,99	20.672.399,52
Espanha	7.343.522,91	-
	48.870.862,90	20.672.399,52
Tecnologias de Informação	18.456.114,83	-
Outros	9.487.243,74	22.515.163,46
Total	664.691.412,75	613.600.697,32
iii) Resultados Operacionais		
Produção	514.952.466,00	508.155.495,26
Transporte	-	48.233.756,65
Distribuição		
Portugal	191.238.926,53	215.975.918,04
Brasil	64.609.291,61	-
	255.848.218,14	215.975.918,04
Telecomunicação		
Portugal	(100.648.286,00)	(80.176.773,97)
Espanha	(16.954.540,00)	-
	(117.602.826,00)	(80.176.773,97)
Tecnologias de Informação	15.575.458,18	-
Outros	(9.016.513,41)	19.086.077,55
Sub-total	659.756.802,91	711.274.473,52
Intragrupo	13.775.645,85	13.090.471,96
Total	673.532.448,76	724.364.945,48
iv) Activo		
Produção	6.559.202.808,00	4.794.390.678,46
Transporte	-	-
Distribuição		
Portugal	4.968.090.322,26	4.871.158.084,02
Brasil	862.531.026,47	-
	5.830.621.348,73	4.871.158.084,02
Telecomunicação		
Portugal	887.057.380,00	1.032.561.526,72
Espanha	141.446.817,00	-
	1.028.504.197,00	1.032.561.526,72
Tecnologias de Informação	256.409.556,78	-
Outros	2.530.949.983,37	1.206.648.517,07
Sub-total	16.205.687.893,87	11.904.758.806,28
Intragrupo	27.454.893,36	2.982.171.925,66
Total	16.233.142.787,23	14.886.930.731,94
v) Investimento do exercício:		
Produção	138.769.067,58	69.727.940,66
Transporte	-	14.975.783,36
Distribuição		
Portugal	335.363.007,39	297.377.834,42
Brasil	49.914.901,73	-
	385.277.909,12	297.377.834,42
Telecomunicação		
Portugal	59.728.760,85	71.399.961,09
Espanha	50.436.560,67	-
	110.165.321,52	71.399.961,09
Tecnologias de Informação	62.064.070,61	-
Outros	87.771.405,74	115.228.115,24
Total do Investimento do exercício	784.047.774,57	568.709.634,78

Gabinete de Consolidação Contabilística

O Director: Dr. Carlos Manuel Fernandes de Almeida Carvalho
Técnico Oficial de Contas n.º 26000

O Conselho de Administração

Presidente: Eng. Francisco de la Fuente Sánchez
Vice-Presidente: Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães
Vogal: Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
Vogal: Dr. Fernando Noronha Leal
Vogal: Eng. António Manuel Barreto Pita de Abreu
Vogal: Dr. Manuel de Jesus Martins
Vogal: Eng. Jorge Manuel Jardim Gonçalves
Vogal: Prof. Engenheiro João Afonso Ramalho Pereira Bento
Vogal: Prof. Doutor Ernâni Rodrigues Lopes
Vogal: Prof. Doutor António José Fernandes de Sousa

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

	2001	2000
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	5.350.306.083,06	
Pagamentos a fornecedores	-3.336.852.476,63	
Pagamentos ao pessoal	-632.240.549,61	
Pagamentos de rendas concessão	-149.114.155,87	
Fluxos gerados pelas operações	1.232.098.900,95	
Pagamento do imposto s/rendimento	-111.607.278,95	
Outros recebimentos relativos à activ.operacional	363.329.549,31	
Outros pagamentos relativos à activ.operacional	-242.153.060,97	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	1.241.668.110,34	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	16.779.757,67	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-37.274.123,49	
Fluxos das actividades operacionais (1)		1.221.173.744,52
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	175.839.494,49	
Imobilizações corpóreas	5.710.241,81	
Imobilizações incorpóreas	0	
Subsídios de investimento	132.106.172,38	
Juros e proveitos similares	0	
Dividendos	16.831.122,72	330.487.031,40
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	734.090.747,01	
Imobilizações corpóreas	709.201.206,31	
Imobilizações incorpóreas	130.178.571,71	1.573.470.525,03
Fluxos das actividades de investimento (2)		-1.242.983.493,63
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	4.639.262.229,47	4.639.262.229,47
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	4.040.265.378,93	
Juros e custos similares	254.104.229,57	
Dividendos	415.921.535,36	
Aquisição de acções (quotas) próprias	25.056.729,76	4.735.347.873,62
Fluxos das actividades de financiamento (3)		-96.085.644,15
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		-117.895.393,26
Efeito das diferenças de câmbio		9.681.088,01
Caixa e seus equivalentes no início do período		-340.950.683,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período		-468.527.164,68

DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E S/ EQUIVALENTES

	2001	2000
Numerário	441.515,04	86.873,91
Dep. bancários imediatam/ mobilizáv. e equiv. a caixa	-472.759.373,95	-341.059.601,45
Descobertos bancários	-502.912.945,16	-376.513.292,38
Outras aplicações de tesouraria	30.153.571,21	35.416.464,93
Outras diponibilidades	3.790.694,23	22.044,12
Diponibilidades constantes do Balanço	-468.527.164,68	-340.950.683,42

Gabinete de Consolidação Contabilística

O Director: Dr. Carlos Manuel Fernandes de Almeida Carvalho
Técnico Oficial de Contas n.º 26000

O Conselho de Administração

Presidente: Eng. Francisco de la Fuente Sánchez
Vice-Presidente: Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães
Vogal: Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
Vogal: Dr. Fernando Noronha Leal
Vogal: Eng. António Manuel Barreto Pita de Abreu
Vogal: Dr. Manuel de Jesus Martins
Vogal: Eng. Jorge Manuel Jardim Gonçalves
Vogal: Prof. Engenheiro João Afonso Ramalho Pereira Bento
Vogal: Prof. Doutor Ernâni Rodrigues Lopes
Vogal: Prof. Doutor António José Fernandes de Sousa



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

	2001	2000
Vendas e prestação de serviços	5.650.374.088,90	3.846.493.261,24
Custos das vendas e prestação de serviços	-	-
Custos de produção de energia eléctrica	-	-
Custos de combustíveis para a produção de energia eléctrica	377.192.497,05	306.942.992,39
Custos de operação e manutenção de centros electroprodutores	345.065.356,23	337.025.149,39
Custos de transporte de energia eléctrica	0,00	118.973.104,82
Custos de distribuição e comercialização de energia eléctrica	-	-
Aquisição de energia eléctrica	2.524.293.349,17	1.278.626.664,74
Rendas de concessão	145.641.942,73	128.894.529,18
Custos de operação e manutenção da rede de distribuição e de comercialização de energia eléctrica	1.012.213.748,70	807.929.664,51
Custos da prestação de serviços de telecomunicações	124.654.000,00	32.001.152,22
Custos de outras vendas e prestações de serviços	321.099.712,66	137.300.351,15
Resultados Brutos	800.213.482,36	698.799.652,84
Outros proveitos e ganhos operacionais	463.715.712,92	384.351.557,75
Custos administrativos	307.948.097,68	196.832.249,28
Outros custos e perdas operacionais	177.175.124,32	70.534.651,49
Resultados Operacionais	778.805.973,28	815.784.309,82
Custo líquido de financiamento	338.198.254,81	245.719.196,74
Ganhos em filiais e associadas	11.619.505,56	41.788.145,57
Ganhos em outros investimentos	35.049.334,70	29.102.777,31
Resultados não usuais ou não frequentes	106.912.018,93	197.373.155,69
Resultados Correntes	594.188.577,66	838.329.191,65
Impostos sobre Resultados Correntes	202.952.585,61	312.641.274,53
Resultados Correntes Após Impostos	391.235.992,05	525.687.917,12
Interesses minoritários	59.558.724,48	23.285.856,09
Resultados Líquidos	450.794.716,53	548.973.773,21
Resultados por Acção (euros)	0,150	0,183

Gabinete de Consolidação Contabilística

O Director: Dr. Carlos Manuel Fernandes de Almeida Carvalho
Técnico Oficial de Contas n.º 26000

O Conselho de Administração

Presidente: Eng. Francisco de la Fuente Sánchez
Vice-Presidente: Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães
Vogal: Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
Vogal: Dr. Fernando Noronha Leal
Vogal: Eng. António Manuel Barreto Pita de Abreu
Vogal: Dr. Manuel de Jesus Martins
Vogal: Eng. Jorge Manuel Jardim Gonçalves
Vogal: Prof. Engenheiro João Afonso Ramalho Pereira Bento
Vogal: Prof. Doutor Ernâni Rodrigues Lopes
Vogal: Prof. Doutor António José Fernandes de Sousa

***Documentos de Apreciação
e Certificação***





DOCUMENTOS DE APRECIACÃO E CERTIFICAÇÃO	
DAS CONTAS CONSOLIDADAS	
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	
sobre a Informação Financeira Consolidada	179
Relatório e Parecer do Fiscal Único	181
Relatório de Auditoria	182
Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas	183
Dispensa de Publicação das Contas Individuais	184
RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE	185
Divulgação de informação	185
Exercício do direito de voto e representação	
de accionistas	189
Regras societárias	191
Controlo de risco na actividade	191
Órgão de administração	193

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da EDP – Electricidade de Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2001 (que evidencia um total de 16.233.143 milhares de euros, um total de interesses minoritários de 240.717 milhares de euros e um total de capital próprio de 6.096.758 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 450.795 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, por naturezas e por funções, e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada



constante do relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de EDP – Electricidade de Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2001, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no

exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 23 de Abril de 2002

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C.
Representada por:
Carlos Marques Bernardes, R.O.C.



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração de EDP – Electricidade de Portugal, S. A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001.

2. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas filiais e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo, bem como o Relatório sobre a Fiscalização endereçado ao Conselho de Administração nos termos do artº 451º do Código das Sociedades Comerciais.

4. No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço consolidado, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e do conjunto das filiais incluídas na consolidação e dos seus resultados;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) o Relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das filiais incluídas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos.

5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório consolidado de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas.

Lisboa, 23 de Abril de 2002

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C.

Representada por:

Carlos Marques Bernardes, R.O.C.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Aos Accionistas de
EDP – Electricidade de Portugal, S.A.

1. Efectuámos a auditoria ao Balanço Consolidado da EDP – Electricidade de Portugal, S.A., à data de 31 de Dezembro de 2001, bem como às Demonstrações consolidadas dos resultados, por natureza e por funções, e à Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e ao respectivo Anexo. Estas demonstrações financeiras consolidadas são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa, competindo-nos como auditores a emissão de uma opinião sobre estas, baseada na nossa auditoria.

2. A nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que planeemos e executemos a auditoria por forma a obtermos segurança aceitável sobre se as referidas demonstrações financeiras consolidadas contêm, ou não contêm, distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui o exame, numa base de teste, das evidências que suportam os valores e informações constantes das demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, uma auditoria inclui a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas efectuadas pela Administração bem como a apreciação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Em nosso entender, a auditoria efectuada constitui base suficiente para a emissão da nossa opinião.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma apropriada, em todos os seus aspectos relevantes, a situação financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação da EDP – Electricidade de Portugal, S.A., a 31 de Dezembro de 2001, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 23 de Abril de 2002

PricewaterhouseCoopers – Auditores e Consultores, Lda.



EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS

EXTRACTO DA ACTA Nº 1/2002 DA ASSEMBLEIA GERAL DA EDP - ELECTRICIDADE DE PORTUGAL, S.A REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2002, NA PARTE A QUE RESPEITA A PRESENTE PUBLICAÇÃO LEGAL:

[...]

Concluídos os esclarecimentos do Conselho de Administração e nenhum outro Senhor accionista pretendendo usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a discussão conjunta dos Pontos Um e Dois da Ordem de Trabalhos, tendo, seguidamente, passado à votação do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovados, por maioria, o Relatório de Gestão, bem como todos os demais documentos de prestação de contas do exercício de dois mil e um, com os seguintes resultados: catorze milhões, seiscentos e oitenta e dois mil e trezentos e sessenta e nove votos a favor; nenhum voto contra e setenta e nove mil oitocentas e vinte e cinco abstenções.

Realizada esta votação, passou-se, depois, à votação do segundo ponto da Ordem de Trabalhos tendo, igualmente, sido aprovados, por maioria, o Relatório Consolidado de Gestão, bem como todos os demais documentos de prestação das contas consolidadas do exercício de dois mil e um, com os seguintes resultados: catorze milhões, seiscentos e oitenta e dois mil e trezentos e sessenta e nove votos a favor; nenhum voto contra e setenta e nove mil oitocentas e vinte e cinco abstenções.

Passou-se, então, à apreciação do Ponto Três da Ordem de Trabalhos, tendo o Senhor Presidente da Mesa informado que dera entrada na Mesa uma proposta complementar, à apresentada pelo Conselho de Administração, referente a este terceiro Ponto, subscrita pelos accionistas Estado, Brisa e BCP com o seguinte teor: "Relativamente ao ponto 3, e para além da aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, propõe-se à Assembleia que a Comissão de Remunerações seja mandatada para deliberar, no uso dos seus poderes de fixação de remunerações e complementos remuneratórios, sobre os critérios de atribuição de remunerações variáveis e determinação, nesse contexto, do valor do prémio de gestão a atribuir aos administradores, relativo ao exercício de 2001".

Tratando-se duma proposta complementar, mas diferente da do Conselho de Administração referente a este terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos ("Apreciação da proposta de aplicação de resultados do exercício do ano de dois mil e um") e sendo a do Conselho de

Administração do seguinte teor: "Nos termos do artigo 27º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido de 450.794.716,53 Euros tenha a seguinte aplicação: Reserva Legal 22.540.000,00 Euros; Dividendos 339.000.000,00 Euros; Resultados Transitados 89.254.716,53 Euros", as propostas terão de ser votadas em separado.

Entrou-se, então, na discussão das referidas propostas, tendo usado da palavra alguns accionistas, devidamente identificados, que se pronunciaram contra a proposta apresentada pelos accionistas Estado, Brisa e BCP, por não ser a forma usual de premiar os Administradores, como, aliás, vem sendo hábito em Assembleias Gerais anteriores, tendo um deles referido, inclusivé, que a mesma é contrária ao Regulamento da CMVM, por não explicitar o valor concreto a atribuir aos Administradores a título de prémio de gestão.

Após breve troca de impressões, o Senhor Presidente deliberou pôr à votação as Propostas tal como tinham sido apresentadas pelos respectivos subscritores, tendo sido obtidos os seguintes resultados após as correspondentes votações: A proposta apresentada pelo Conselho de Administração foi aprovada por maioria com catorze milhões, setecentos e sessenta e um mil e trezentos e trinta e sete votos a favor; nenhum voto contra e oitocentos e cinquenta e sete abstenções; a proposta apresentada pelos accionistas Estado, Brisa e BCP foi, também, aprovada por maioria com treze milhões, novecentos e treze mil e setecentos e oitenta e oito votos a favor; duzentos e cinquenta e sete votos contra e oitocentos e cinquenta e oito mil, cento e quarenta e nove abstenções.

O Senhor Presidente informou, de seguida, que, relativamente a esta votação, dera entrada na Mesa uma declaração de Voto, apresentada pelo accionista número quatrocentos e setenta e sete, Reinaldo Vasconcelos Gonçalves, com o seguinte teor: "Voto contra a proposta apresentada pelo accionista Estado não por contestar prémio aos Administradores (pois só podem fazer o que o referido accionista deixa), mas porque considero a proposta mal formulada e não quantificada, como devia ser".

[...]

Lisboa, 14 de Maio de 2002

O Secretário da Sociedade
Manuel Jorge Pombo Cruchinho

DISPENSA DE PUBLICAÇÃO DAS CONTAS INDIVIDUAIS

“A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 250.º do Código dos Valores Mobiliários, dispensou a publicação das contas individuais.

Os documentos de prestação de contas alvo desta dispensa encontram-se disponíveis para consulta, juntamente com os restantes, na sede desta Sociedade, de acordo com o estabelecido pelo Código das Sociedades Comerciais.”

RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

A gestão e governo da EDP rege-se pelas normas constantes nos seus estatutos e pela lei societária em vigor, bem como por regulamentos internos aprovados pelo Conselho de Administração. No que se refere às recomendações, elaboradas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), relativamente ao Governo das Sociedades Cotadas, a EDP encontra-se dentro dos parâmetros definidos, estando em inteira conformidade com as estipulações aplicáveis.

Este conjunto de recomendações visa definir um sistema de regras e procedimentos relativos ao controlo das sociedades cotadas bem como ao exercício, responsável e orientado para a criação de valor, dos órgãos de direcção destas sociedades.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Organigramas funcionais

Os órgãos de administração e fiscalização da EDP são o Conselho de Administração e o Fiscal Único, este obrigatoriamente integrado por um revisor Oficial de Contas.

De acordo com o Contrato de Sociedade, ao conselho de administração compete, nomeadamente:

- fixar os objectivos e as políticas de gestão da empresa e do grupo;
- adquirir, vender ou por qualquer forma alienar ou onerar direitos ou bens imóveis;
- constituir sociedades e subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
- deliberar sobre a emissão de obrigações e outros valores mobiliários nos termos da lei e do contrato.

O Contrato de Sociedade estipula ainda a constituição de um Conselho de Ambiente, com competências consultivas junto do Conselho de Administração.

A EDP tem as suas actividades organizadas em Grupo Empresarial, conforme organigrama constante do Relatório de Gestão, e dispõe de uma estrutura central de apoio aos processos de decisão, com competências transversais e que funciona junto da EDP, enquanto sociedade Holding do Grupo EDP, de acordo com a organização, funções e responsabilidades determinadas pelo Conselho de Administração.

Esta estrutura central de apoio é constituída por um corpo de Adjuntos e Assessores do Conselho de Administração e por um conjunto de Gabinetes, de acordo com o organigrama seguinte:

Conselho de Administração	
Comissão Executiva	
<i>Presidente</i>	Eng. Francisco de la Fuente Sánchez
<i>Vice-Presidente</i>	Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimaráes
<i>Vogal</i>	Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
<i>Vogal</i>	Dr. Fernando Noronha Leal
<i>Vogal</i>	Eng. António Manuel Barrero Pita de Abreu
<i>Vogal</i>	Dr. Manuel de Jesus Martins
<i>Vogal</i>	Dr. Luís Filipe da Conceição Pereira
<i>Vogal</i>	Eng. Jorge Manuel Jardim Gonçalves
<i>Vogal</i>	Prof. Engenheiro João Afonso Ramalho Pereira Bento
<i>Vogal</i>	Prof. Doutor Ernâni Rodrigues Lopes
<i>Vogal</i>	Prof. Doutor António José Fernandes de Sousa
Adjuntos	
do Conselho de Administração	
Assessores	
do Conselho de Administração	
SG	Secretaria Geral
GAB	Gabinete de Ambiente
GAI	Gabinete de Auditoria Interna
GAN	Gabinete de Análise de Negócios
GCI	Gabinete de Comunicação e Imagem
GCT	Gabinete de Consolidação Contabilística
GFN	Gabinete de Gestão Financeira
GJR	Gabinete Jurídico
GPE	Gabinete de Planeamento Estratégico
GRH	Gabinete de Recursos Humanos
GRI	Gabinete de Relações com Investidores
GRT	Gabinete de Regulação e Tarifas
GSI	Gabinete de Sistemas de Informação
GSiAG	Gabinete de Sistema Integrado de Apoio à Gestão
DSO	Direcção de Sistemas Operativos
Fundação EDP	
Museu de Electricidade	

Evolução da cotação das acções

A EDP encontra-se cotada na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto e na Bolsa de Nova Iorque, sendo também transaccionada em Londres. As acções da EDP são ainda um activo base para contractos de futuros transaccionados na BVLP.

No ano de 2001 foram transaccionadas 1.179 milhões de acções da EDP correspondente a uma média diária de 4,7 milhões de acções, o que faz da EDP um dos títulos com maior liquidez no mercado nacional. A EDP representa actualmente cerca de 17% do PSI 20 o principal índice bolsista Português, sendo também uma referência em qualquer índice europeu de empresas de energia eléctrica.

Em 2001, verificou-se uma queda acentuada do valor dos principais índices bolsistas mundiais decorrente de incertezas associadas ao arrefecimento das principais economias, da falta de confiança no sector tecnológico e da instabilidade política gerada na sequência dos indescritíveis ataques de 11 de Setembro nos Estados Unidos.

No que se refere à performance do título EDP, a menor liquidez do mercado nacional associada ao afastamento progressivo de um grande número de investidores da nossa praça financeira, tiveram um efeito adverso no comportamento das acções.

No entanto, este facto não basta para explicar a erosão de 31% do valor da EDP durante o ano de 2001; de facto alguns factores exógenos à actividade corrente do Grupo criaram um ambiente de incerteza que influenciou a evolução do preço da acção.

Em primeiro lugar, o ano de 2001 foi marcado pela entrada em vigor dos novos regulamentos que regem a actividade do sector eléctrico e pela publicação por parte

da ERSE, das tarifas de 2002 bem como dos parâmetros para o segundo período de regulação tarifária que compreende o triénio 2002 – 2004. A expectativa quanto ao conteúdo destes documentos e quanto ao potencial impacto na rentabilidade do negócio de Distribuição do Grupo EDP que deles adviria levaram os potenciais investidores da EDP a aguardar pela clarificação do cenário regulatório a vigorar nos próximos três anos. Como posteriormente se veio a verificar, esta atitude de prudência foi inteiramente justificada face a uma nova regulação que determina uma redução substancial dos proveitos regulados da EDP Distribuição.

Em segundo lugar, a crise Argentina e o receio de um efeito de contágio para outros países da América Latina, nomeadamente para o Brasil, constituiu o principal catalizador para uma desvalorização acentuada da moeda Brasileira; um factor que teve como consequência o acréscimo na percepção do risco associado a empresas que, como a EDP, detêm activos nesta área geográfica. No final de 2001 a situação macro-económica brasileira evidenciava uma "descolagem" do "risco Argentina" com a moeda brasileira demonstrando claros sinais de recuperação.

Em terceiro lugar, o racionamento de energia eléctrica, imposto a partir de Março de 2001 pelo Governo brasileiro, fazia anteciper um ano difícil para as nossas empresas de distribuição naquele mercado. O atraso na implementação de medidas de compensação das perdas associadas ao referido racionamento levou a EDP fosse grandemente penalizada.

Por último, o longo e complexo processo de aquisição da Hidrocantábrico, bem como a especulação gerada quanto ao sentido da decisão do Governo Espanhol quanto à suspensão dos direitos de voto da EDP naquela empresa, reforçaram o sentimento de incerteza que rodeou a EDP durante grande parte do ano 2001.



Política de distribuição de dividendos

Desde o início do processo de reprivatização do capital social da EDP e da negociação em bolsas de valores das suas acções, a EDP tem anualmente procedido a uma criteriosa e fundamentada distribuição de dividendos aos seus accionistas, segundo regras de prudência e de criação de valor. A parte dos resultados destinados a dividendos tem sido superior a 65% desde o início da sua cotação na Bolsa de Valores, de harmonia com o desejo de distribuir aos accionistas uma parcela relevante do valor criado anualmente sempre que as condições concretas da empresa e do mercado o permitam.

Distribuição de Dividendos				
Ano	Data Pagamento	Ex-dividend	Valor Bruto (euros)	Valor Líquido (euros)
1997	18-05-1998	12-05-1998	0,648	0,534
1998	28-05-1999	24-05-1999	0,698	0,620
1999	31-05-2000	26-05-2000	0,698	0,611
2000	31-05-2001	28-05-2001	0.140*	0.119*

*Após stock split, em que cada acção foi substituída por 5 acções com o valor nominal igual a 1/5 do valor antes de stock split.

Uma parte dos lucros das Empresas do Grupo EDP, e em conformidade com os respectivos estatutos, é aplicada em distribuição aos trabalhadores a título de participação nos resultados, segundo critérios definidos pelo Conselho de Administração.

Nos termos estatutários e por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas tem igualmente sido distribuída uma parte dos resultados aos membros do Conselho de Administração, a título de participação nos lucros.

Acções Próprias

Em conformidade com o regime geral das sociedades comerciais, relativamente à aquisição e alienação de acções próprias, a empresa foi autorizada, em Assembleia Geral, a adquirir acções próprias até ao limite correspondente a 10% do capital.

Ao longo do ano de 2001, a EDP procedeu à aquisição de 9.326.209 acções próprias a um preço médio de 2,69 euros. Em 31 de Dezembro de 2001, o número de acções próprias em carteira ascendia a 11.726.209, com um preço médio de aquisição de 2,84 euros. As acções em carteira dão suporte ao programa de *stock options* destinado aos Corpos Gerentes e Quadros do Grupo EDP.

Planos de atribuição de acções ou opções

O Grupo EDP iniciou um programa de *stock options*, nos termos aprovados pela Assembleia Geral, aplicável a Quadros e Administradores, com vista a incentivar a criação de valor, em linha com a prática de empresas congéneres.

O Plano, aprovado em 1999, tem por objecto a atribuição, ao longo de um período de cinco anos, de opções de compra de acções representativas do capital social da EDP, não podendo o número de opções a atribuir exceder 3.250.000 e representando cada opção o direito de adquirir uma acção.

Em caso de alteração do capital social da EDP, o limite previsto no parágrafo anterior, bem como o número de opções já concedidas, poderão ser ajustados por forma a que a dimensão do Plano e/ou a posição dos beneficiários das opções concedidas se mantenham, em termos substanciais, idênticas à dimensão e/ou posição que existiam antes da ocorrência desse facto.

O disposto no parágrafo anterior poderá ser aplicável noutros casos que, no entender do Conselho de Administração da EDP, justifiquem um tratamento idêntico.

A contrapartida a pagar pela aquisição das acções objecto das opções que sejam atribuídas (preço de exercício) corresponderá à média ponderada das cotações de fecho das acções da EDP durante o período anterior à data definida como a data de atribuição dessas opções que for fixado pelo Conselho de Administração da EDP.

O preço de exercício poderá ser corrigido nas situações de: (a) alteração do capital social; (b) distribuição de dividendos e outras reservas aos accionistas que tenham um efeito significativo no preço das acções da EDP; e ocorrência de outros factos de natureza semelhante que, no livre julgamento do Conselho de Administração da EDP, justifiquem essas correcções.

A correcção do preço de exercício terá como objectivo assegurar que a posição dos beneficiários se mantenha, em termos substanciais, idêntica à que existia antes da ocorrência de algum dos factos referidos no parágrafo anterior e será determinada através de um juízo técnico que tenha em conta o efeito teórico desses factos no valor das acções da EDP.

O preço de exercício não poderá ser inferior ao valor nominal das acções da EDP.

Utilização de novas tecnologias na divulgação de informação

A EDP tem incrementado o recurso ao suporte informático em todos os processo de divulgação de informação, muito para



além da página da EDP na *internet*, www.edp.pt, crescentemente enriquecida com funcionalidades cada vez mais interactivas.

Assim, há uma prática consistente de investimento nas tecnologias de informação que visa facilitar quer o acesso, quer a troca de informação entre as Empresas do Grupo EDP e os diferentes *stakeholders*, em especial Clientes, Accionistas, analistas e os profissionais da Comunicação Social. A EDP tem utilizado metodologias de *Conference Call* e Videoconferência no trabalho com agentes e investidores institucionais.

A página da EDP na internet dispõe de toda a informação relevante, incluindo as comunicações e publicações obrigatórias, os resultados trimestrais, semestrais e anuais, os factos relevantes, o detalhe da informação financeira e parte significativa da documentação respeitante à realização da Assembleia Geral.

Gabinete de Apoio ao Investidor

A EDP cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação. Após a primeira fase de privatização, a EDP reforçou a disponibilização de informação ao público através da criação do Gabinete de Relações com Investidores que tem como objectivo assegurar um adequado relacionamento com o universo de accionistas, analistas e potenciais investidores da EDP, bem como com as entidades de supervisão das bolsas de valores onde está admitida à cotação, nomeadamente a CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários) e a SEC (*Securities and Exchange Commission*) dos EUA.

O Gabinete de Relações com Investidores tem como função primordial servir de interlocutor entre a administração do Grupo EDP e os mercados financeiros em geral, sendo responsável, no âmbito da sua actividade normal, por toda a informação disponibilizada pelo Grupo EDP no que se refere à publicação das demonstrações financeiras periódicas, bem como sobre quaisquer factos relevantes que ocorram. O Gabinete de Relações com Investidores mantém ainda um fluxo de comunicação constante com investidores institucionais e

analistas financeiros, disponibilizando toda a informação necessária de forma a facilitar o cumprimento dos deveres de responsabilidade e diligência destas instituições.

O Gabinete de Relações com Investidores está localizado na sede social da EDP, sita na Av. José Malhoa, Lote A 13, 6º Piso, em Lisboa, podendo ser contactado por telefone +351 21 001 2834, telefax +351 21 720 3040 ou através do endereço electrónico ir@edp.pt.

O Grupo EDP disponibiliza ainda, através do seu *site* na *internet*, um completo conjunto de informações sobre a empresa. Nomeadamente, comunicados de factos relevantes, a evolução histórica da cotação das acções da EDP, a estrutura accionista do Grupo, e outras informações de potencial interesse sobre o Grupo EDP. O site da EDP na internet possibilita ainda a todos os interessados consultar ou requerer o envio dos documentos de prestação de contas referentes a qualquer exercício contabilístico desde 1997.

O Grupo EDP considera que a sua política de comunicação se pauta pela adopção, de acordo com a melhor prática de mercado entre as sociedades cotadas, das recomendações propostas pela CMVM com o intuito de promover e reforçar a confiança de accionistas, trabalhadores, clientes, parceiros estratégicos, credores e público em geral.

EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS

Regras estatutárias

De acordo com o contrato de sociedade, às reuniões da Assembleia Geral só podem assistir accionistas com direito de voto e a cada 100 acções corresponde 1 voto.

Nenhum accionista, com excepção do Estado ou de entidades a ele equiparadas por lei para esse efeito, pode emitir votos, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

Os accionistas que passem a deter uma participação igual ou superior a 5% dos direitos de voto ou do capital social, devem comunicar esse facto ao Conselho de Administração, no prazo de cinco dias úteis contados da data em que se tenha verificado a referida detenção, não podendo exercer os respectivos direitos de voto enquanto não houverem procedido a essa comunicação. Para este efeito, consideram-se emitidos pelo mesmo accionista os direitos de voto que, nos termos Código de Valores Mobiliários, são considerados como integrantes de uma participação importante; neste caso, os accionistas têm o dever de prestar ao Conselho de Administração, por escrito e de forma completa, objectiva, clara e verídica, e de forma satisfatória para este, todas as informações que o mesmo lhes solicite sobre factos que lhes digam respeito.

Os accionistas apenas podem participar na Assembleia Geral se forem titulares de acções desde, pelo menos, o décimo quinto dia anterior à data da realização da Assembleia e desde que mantenham essa qualidade até à data da sua realização.

A prova da titularidade das acções far-se-á mediante o envio ao Presidente da mesa da Assembleia Geral, com pelo menos oito dias de antecedência em relação à data da realização da assembleia, de declaração emitida e autenticada pelo intermediário financeiro a quem estiver cometido o serviço de registo em conta das acções, da qual deverá constar que as acções em causa se encontram registadas na respectiva conta desde, pelo menos, o décimo quinto dia anterior ao da data da realização da referida assembleia, e que foi efectuado o bloqueio em conta dessas acções até à data em que a mesma Assembleia Geral terá lugar.

Os accionistas podem exercer o seu direito de voto por correspondência sobre cada um dos pontos da ordem de trabalhos, mediante carta, com assinatura idêntica à do Bilhete de Identidade, dirigida ao Presidente da mesa da Assembleia Geral por correio registado com aviso de recepção, para a sede social, com pelo menos oito dias de antecedência em relação à data da assembleia, remetendo ainda fotocópia legível do Bilhete de Identidade de quem assina a carta.

Os titulares de direitos representativos de acções ao abrigo de programas de ADR's poderão dar instruções ao respectivo banco depositário para o exercício do direito de voto ou conferir procuração a representante designado pela EDP para o efeito, com respeito pelas disposições legais e estatutárias aplicáveis; o contrato de depósito deverá regular os prazos e modos de exercício das instruções de voto, bem como os casos de ausência de instruções.

A EDP cumpre todas as disposições recomendadas pela CMVM em matéria de direito de voto e representação de accionistas. Salienta-se que a EDP consagrou nos seus estatutos o exercício do voto por correspondência imediatamente após a sua previsão no Código dos Valores Mobiliários.

Estão acreditados para assistir à reunião da Assembleia Geral os representantes qualificados que, em nome próprio, na qualidade de accionista da EDP, ou em representação de outro accionista ou grupo de accionistas, sejam possuidores de direito de voto. A cada 100 acções corresponde um voto, sem prejuízo dos direitos de agrupamento e representação:

- os accionistas possuidores de um número de acções inferior a 100 poderão agrupar-se de forma a, em conjunto e fazendo-se representar por um dos agrupados, reunirem entre si o montante necessário ao exercício do direito de voto;
- os accionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral, desde que o representante seja cônjuge, ascendente ou descendente do accionista, ou por outro accionista, ou por membro do Conselho de Administração, sendo suficiente como instrumento de representação uma carta, com assinatura, dirigida ao Presidente da mesa da Assembleia Geral.

Aos detentores de ADRs são conferidos direitos idênticos aos dos titulares de acções ordinárias. Os direitos de voto dos detentores de ADRs são determinados tendo em consideração que um ADR é representativo de dez acções ordinárias da EDP.



As propostas a submeter pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral bem como os relatórios que legalmente acompanham estas propostas e demais elementos de informação preparatória são disponibilizados a todos os accionistas na sede social da EDP – Avenida José Malhoa, Lote A13, Lisboa - quinze dias antes da data definida para a realização da Assembleia Geral. De forma a facilitar o acesso por parte dos accionistas à referida informação, especialmente no que se refere a accionistas estrangeiros ou que residam fora da área metropolitana de Lisboa, procedemos ao envio das mesmas por correio, fax ou *e-mail* sob solicitação dos accionistas da EDP.

Modelo para o exercício do direito de voto por correspondência

A EDP disponibiliza, na página da *internet* www.edp.pt ou a quem o requeira pessoalmente, por escrito ou por telefone, minutas de carta de representação e de boletim de voto para o exercício de voto por correspondência, naturalmente sendo indispensável a regular credenciação do accionista para participar na Assembleia Geral.

Possibilidade de exercício do direito de voto por meios electrónicos

O Contrato de Sociedade não exclui a possibilidade de voto por correspondência mediante mensagem electrónica, devendo no entanto cumprir-se rigorosamente os formalismos legais e estatutários para participação na Assembleia Geral bem assim como assegurar-se a correcta identificação do accionista mediante adequados métodos de certificação.

REGRAS SOCIETÁRIAS

As regras societárias ou estatutos da EDP constituem documentos de consulta pública podendo ser disponibilizados a todos aqueles que assim o requererem ao Gabinete de Relações com Investidores da EDP.

Os estatutos da EDP contêm regras relativas aos deveres de informação sobre ao controlo accionista e detenção de participações qualificadas, inibindo o exercício do direito de voto em caso de incumprimento.

Não existem categorias de acções conferindo direitos especiais a accionistas, embora os estatutos e o diploma relativo à quarta fase da reprivatização contenham disposições específicas respeitantes ao Estado ou entidades equiparadas.

CONTROLO DO RISCO NA ACTIVIDADE

Política de Seguros

As responsabilidades do Grupo EDP perante a sociedade, o mercado e os seus *stakeholders* em geral, tem conduzido a um envolvimento directo da gestão de topo da holding no acompanhamento dos diferentes riscos e evolução da sinistralidade.

Tendo em vista uma gestão apropriada dos custos e partilha do risco, constituiu-se em 1994, no seio do Grupo, uma cativa de resseguro internacional - a Energia RE - sediada no Luxemburgo (praça europeia privilegiada nesta área de actividade), permitindo ao Grupo EDP obter, entre outros, os seguintes benefícios:

- Uniformização do programa de seguros;
- Acesso directo ao mercado ressegurador internacional;
- Retenção de parte do risco, através das apólices primárias de danos materiais e avaria de máquinas e de responsabilidade civil;
- Controlo e estabilidade do custo do seguro.

O pacote de seguros do Grupo EDP cobre os riscos de todas as áreas do negócio: produção, distribuição, serviços, tecnologias de informação e telecomunicações.

Gestão dos Riscos Financeiros

Actualmente, a carteira de dívida da EDP, S.A., em termos de médio e longo prazo, é composta por 64% de empréstimos obrigacionistas sendo o restante composto por empréstimos bancários e do Banco Europeu de Investimento.

Prosseguiu-se a política, iniciada nos dois anos anteriores, de alongar a maturidade média da carteira de dívida da EDP.

No que se refere à gestão do risco de taxa de juro na carteira de dívida da EDP, S.A., e de modo a beneficiar da descida das taxas de juro verificada no segundo semestre de 2001, a EDP procedeu a algumas operações de swaps de taxa de juro, pagando taxa variável e recebendo taxa fixa o que permitiu reduzir o custo de financiamento de alguns passivos, nomeadamente na obrigação internacional de cupão 5,875%. Com estas operações de derivados e com a descida das taxas de juro, a taxa de juro média da dívida financeira da EDP, S.A. era no final de 2001 de 3,70% (4,65% no final de 2000), não tendo havido alteração significativa na proporção entre taxa fixa e taxa variável.

A dívida do Grupo EDP encontra-se denominada em Euros com excepção da dívida contraída pelas empresas brasileiras, cujo financiamento se encontra denominado em Dólares Americanos e Reais.

Com o objectivo de reduzir o risco cambial na dívida do Grupo EDP associado à Bandeirante foi realizada uma operação de recompra de Brady Bonds, denominados em dólares, que espelhavam a dívida desta empresa junto do Tesouro brasileiro. Estes títulos foram posteriormente entregues à Secretaria do Tesouro Nacional Brasileiro para liquidação desta dívida, conseguindo-se, deste modo, eliminar cerca de 93% da dívida em Dólares da Bandeirante.

O Grupo EDP mantém uma forte liquidez e uma estrutura do balanço que se reflecte nos rácios financeiros e que colocam a EDP entre as empresas eléctricas europeias de melhor risco de crédito.

Política Ambiental

A Empresa prosseguiu com um conjunto de acções de protecção e promoção ambiental que concretizam os princípios da sua Política de Ambiente, também na perspectiva da gestão e minimização dos riscos ambientais.

No âmbito de um dos vectores estratégicos fundamentais – a implementação gradual de Sistemas de Gestão Ambiental em todo o Grupo – foi obtida a certificação da Central Termoeléctrica de Sines de acordo com a Norma ISO 14001, concluindo-se assim o processo de certificação ambiental dos grandes centros electroprodutores térmicos da EDP.

Foi emitido, pelo Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, parecer favorável relativamente ao processo de Avaliação de Impacte Ambiental da Central Termoeléctrica do Ribatejo e prosseguiram os trabalhos de elaboração do Estudo de Impacte Ambiental Comparado dos Aproveitamentos Hidroeléctricos do Baixo Sabor e Alto Côa.

De harmonia com os seus estatutos, a EDP submete ao Conselho de Ambiente todos os projectos de grande impacto. O Conselho do Ambiente procede ainda ao acompanhamento permanente dos grandes programas da EDP para o desenvolvimento sustentável.

Orgânica do Grupo EDP

O Grupo EDP está organizado em sub-holdings, por tipo de negócios, que agrupam as Sociedades que prosseguem as diferentes actividades especializadas:

- EDP Produção
- EDP Distribuição
- EDP Valor
- EDP Internacional, SGPS



- EDP Brasil
- ONI, SGPS
- Edinfor
- EDP Participações, SGPS

Os órgãos de gestão de cada uma destas sub-holdings são integrados e presididos por membros do Conselho de Administração da EDP, S.A. que nomeia os respectivos órgãos de fiscalização e reúne regularmente com os respectivos responsáveis para efeitos de controlo interno e verificação do grau de cumprimento dos objectivos centralmente definidos e plasmados nos orçamentos e planos de actividades anuais e plurianuais.

A EDP, enquanto holding do Grupo, implementou um Sistema de Controlo Interno, em cuja monitorização participa o Gabinete de Auditoria Interna (GAI) que funciona junto do Conselho de Administração. O GAI tem ainda responsabilidades na gestão, análise e controlo de risco dos negócios e, em cooperação com os conselhos de administração das empresas do Grupo, na sistematização dos procedimentos de identificação e avaliação dos riscos associados às respectivas actividades.

ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Caracterização do órgão de administração

O Conselho de Administração da EDP, que inclui personalidades independentes dos accionistas de referência, é actualmente composto por onze administradores, eleitos por maioria dos votos emitidos. O mandato dos administradores é de três anos não existindo restrição quanto à reeleição de administradores.

O Conselho de Administração da EDP é responsável pela gestão da actividade da Empresa e, em regra, reúne

mensalmente com a participação de todos os administradores. O Conselho de Administração não pode deliberar sem que esteja presente a maioria dos seus membros e não é permitida a representação de mais de um administrador em cada reunião. Todos os administradores possuem igual direito de voto e o Presidente goza de voto de qualidade. O funcionamento do Conselho de Administração é regulado por um regulamento interno que também disciplina o funcionamento da Comissão Executiva, estabelecendo regras de informação e de acompanhamento das actividades pelo órgão de administração.

Controlo efectivo da vida societária

Nos termos deliberados pelo Conselho de Administração, de harmonia com o previsto no referido regulamento interno e nos estatutos, a gestão corrente da sociedade cabe a uma Comissão Executiva, composta por sete elementos, à qual preside o Presidente do Conselho de Administração. É necessária a maioria dos votos dos membros da Comissão Executiva para a aprovação das suas decisões, possuindo todos os membros direitos de voto iguais, cabendo ao Presidente o voto de qualidade em caso de empate.

As atribuições da Comissão Executiva são fixadas pelo Conselho de Administração, sendo delegadas, quando necessárias, todas as competências cuja delegação seja legalmente permitida. No entanto, não obstante esta delegação de poderes, o Conselho de Administração mantém a sua responsabilidade pela gestão global da actividade da Empresa.

Remuneração dos Órgãos Sociais

De harmonia com o Contrato de Sociedade, a Assembleia Geral elege uma Comissão de Vencimentos que fixa as remunerações dos membros do Conselho de Administração. A Assembleia Geral pode ainda determinar a atribuição de uma parte dos lucros a Administradores, a título de participação nos resultados, bem como a implementação de Planos de Opções de Aquisição de acções.

As remunerações atribuídas, no exercício de 2001, aos membros dos órgãos sociais da EDP – Electricidade de Portugal, S.A., foram as seguintes (em euros):

- Conselho de Administração	(Total)	2.814.583,65
• Administradores Executivos		2.700.857,73
• Administradores Não Executivos		113.725,92
- Fiscal Único/ROC		82.551,06
- Mesa da Assembleia Geral		1.621,09









ANEXOS	
Estrutura Accionista da EDP	199
Acções detidas pelos membros do Conselho de Administração da EDP	200
Cargos Sociais desempenhados pelos membros do Conselho de Administração da EDP	201
Síntese de Elementos das Principais Empresas do Grupo EDP	203
Electricidade: Dados Gerais da Actividade	207
Participadas Internacionais	216

ESTRUTURA ACCIONISTA DA EDP

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Nos termos da alínea e) do nº 1 do artigo 6º do Regulamento nº 11 / 2000 da CMVM (com a nova redacção do Regulamento nº 24 / 2000 da CMVM), presta-se a seguinte informação quanto a participações qualificadas:

Estrutura Accionista da EDP
Titulares de participações qualificadas e direitos de voto

Accionistas	Nº acções	Capital %	Voto %
Direcção Geral do Tesouro	568.853.506	18,96%	19,04%
Parpública	214.220.570	7,14%	7,17%
Banco Comercial Português	151.731.308	5,06%	5,00%
Caixa Geral de Depósitos	142.516.830	4,75%	4,77%
Iberdrola	120.000.000	4,00%	4,02%
Brisa (*)	60.002.298	2,00%	2,01%
Restantes Accionistas Privados	1.730.949.279	57,70%	57,92%
EDP - Acções próprias	11.726.209	0,39%	
Total	3.000.000.000	100,00%	

(*) Participação adquirida em 27/08/2001.

ACÇÕES DETIDAS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDP

Acções da EDP detidas pelos membros do Conselho de Administração da EDP		2001			
Anexo referido no nº 5 do Artº 447º do CSC					
Conselho de Administração		Operações Efectuadas em 2001			Saldo (Nº. Acções) 2001-12-31
		Data	Preço em Euros	Nº. Acções Aquisição Alienação	
Francisco de la Fuente Sánchez		25/10/01	(*)	278	7.793
Cônjuge	Maria Berta Pi B.R. de la Fuente Sánchez	25/10/01	(*)	65	2.580
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães		25/10/01	(*)	277	7.267
Cônjuge	Emília M. Morgado	25/10/01	(*)	65	1.960
Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa		25/10/01	(*)	277	3.047
Cônjuge	Susana Maria G. P. D. M. Horta e Costa	25/10/01	(*)	65	715
Fernando Noronha Leal		28/9/01	2.989,90		
		10/10/01	4.640,00		
		23/10/01	1.339,80		
		24/10/01	1.586,30		
		25/10/01	(*)	277	
		2/11/01	70,20	27	
		20/11/01	161,20	62	
		5/12/01	189,60	79	
					731
Cônjuge	Maria da Luz C. R. Noronha Leal	25/10/01	(*)	65	715
António Manuel Barreto Pita de Abreu		25/10/01	(*)	100	4.980
Cônjuge	Gilda Maria L. B. Pita de Abreu				-
Manuel de Jesus Martins		21/06/01	7.980,00	3.000	
					12.617
Cônjuge	Julieta Rosa Nunes da Costa Martins	25/10/01	(*)	277	500
Jorge Manuel Jardim Gonçalves		25/10/01	(*)	277	28.507
Cônjuge	Maria D'Assunção A.O.V. Jardim Gonçalves	25/10/01	(*)	65	2.185
João Afonso Ramalho S. Pereira Bento		25/10/01	(*)	277	3.047
Cônjuge	Rita M. do Pranto N. L. Pereira Bento	25/10/01	(*)	66	726
Ernâni Rodrigues Lopes					-
Cônjuge	Maria Isabel R. C. Rodrigues Lopes				-
António José Fernandes de Sousa		25/10/01	(*)	65	1.865
Cônjuge	Maria de Fátima Halbritter de Sousa				-
31/12/01					

(*) - Prémio Fidelidade



CARGOS SOCIAIS DESEMPENHADOS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDP

Eng. Francisco de la Fuente Sánchez – Presidente

- Presidente do Conselho de Administração da EDP Valor, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Energia, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Águas, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da ONI, S.G.P.S., S.A.
- Administrador da GALP Energia, S.G.P.S., S.A.

Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Vice-Presidente

- Presidente do Conselho de Administração da EDP Distribuição – Energia, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da EDP – Investimento, Gestão de Participações e Assistência Técnica, Limitada
- Administrador da EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A.
- Administrador da SOGESTE, S.A.
- Administrador da Tejo Energia, S.A.
- Administrador da GALP Energia, S.G.P.S., S.A.

Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa – Vogal

- Administrador da Electricidade de Portugal Internacional, S.G.P.S., S.A.
- Administrador da EDP – Investimento, Gestão de Participações e Assistência Técnica, Limitada
- Administrador da IBERENERGIA, S.A.
- Administrador da Energia RE
- Administrador da ONI, S.G.P.S., S.A.
- Administrador da EDP Valor, S.A.
- Administrador da EDP Brasil, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da CENTRAL-e – Informação e Comércio Electrónico, S.A.

Dr. Fernando Noronha Leal – Vogal

- Presidente do Conselho de Administração da Electricidade de Portugal Internacional, S.G.P.S., S.A.
- Administrador da EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A.
- Administrador da EDP Participações, S.G.P.S., S.A.
- Administrador da EDP – Investimento, Gestão de Participações e Assistência Técnica, Limitada
- Administrador da EDP Águas, S.A.
- Presidente da ENERPAULO
- Presidente do Conselho de Administração da ENERGEN

- Presidente do Conselho de Administração da EDP Brasil, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da IVEN
- Presidente do Conselho de Administração da ENERSUL
- Presidente do Conselho de Administração da ESCELSA

Eng. António Manuel Barreto Pita de Abreu – Vogal

- Presidente do Conselho de Administração da EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da CPPE – Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da TER – Termoelétrica do Ribatejo, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Cogeração – Produção de Electricidade e Calor, S.A.
- Administrador da EDP Distribuição – Energia, S.A.
- Administrador da EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A.
- Administrador da TURBOGÁS, S.A.

Dr. Manuel de Jesus Martins – Vogal

- Presidente do Conselho de Administração da EDP Participações, S.G.P.S., S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Energia RE
- Administrador da EDP VALOR – Gestão Integrada de Serviços, S.A.
- Administrador da EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A.
- Administrador da SÁVIDA – Medicina Apoiada, S.A.
- Administrador da MRH – Mudança e Recursos Humanos, S.A.
- Administrador da SCS – Serviços Complementares de Saúde, S.A.



SÍNTESE DE ELEMENTOS DAS PRINCIPAIS EMPRESAS DO GRUPO EDP

Empresa e Sede Social	Domínio de Actividade	Principais Dados	(Euros)
(valores não consolidados)			
EDP – Electricidade de Portugal, S.A. Av. José Malhoa, Lote A 13 1070-157 Lisboa Telef. 21 001 30 13 Fax 21 726 50 29 Nº de Contribuinte: 500 697 256	Promoção, dinamização e gestão, por forma directa ou indirecta, de empreendimentos e actividades na área do sector eléctrico, tanto a nível nacional como internacional, com vista ao incremento e aperfeiçoamento do desempenho do conjunto das sociedades do Grupo EDP.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	12.259.184.978 6.096.757.725 39.876.717 -76.415.578 450.794.717
EDP Distribuição – Energia, S.A. Rua Camilo Castelo Branco, 43 1050-040 Lisboa Telef. 21 353 88 33 Fax 21 353 40 94 Nº de Contribuinte: 504 394 029	Distribuição e venda de energia eléctrica e prestação de serviços acessórios ou complementares.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	4.968.090.322 1.578.935.941 3.280.000.028 191.238.927 185.254.503
EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A. Av. Barbosa du Bocage, 45 1064-002 Lisboa Telef. 21 352 53 53 Fax 217 993 420 Nº de Contribuinte: 505 432 811	Promoção, dinamização e gestão, de modo directo ou indirecto, de instalações, empreendimentos e actividades na área da produção e venda de energia, nomeadamente sob a forma de electricidade, a elaboração de estudos e o desenvolvimento de projectos no mesmo âmbito, bem como a prestação de quaisquer outros serviços conexos.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	4.174.082.073 1.783.096.888 9.573.890 -187.227 288.106.890
CPPE – Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A. Av. Barbosa du Bocage, 45 Apartado 14125 1064-002 Lisboa Telef. 21 352 53 53 Fax 21 799 24 20 Nº de Contribuinte: 503 293 695	Produção e venda de energia sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias, sob a obrigação de garantir, em última instância, a evolução sustentada do sistema electroprodutor nacional.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	4.445.506.646 2.361.383.714 1.219.278.247 498.910.639 295.448.652
EDP Energia, S.A. Praça Marquês de Pombal, 13 1250-162 Lisboa Telef. 21 353 88 33 Fax 21 353 40 94 Nº de Contribuinte: 503 504 564	Produção e compra e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias, bem como qualquer outro tipo de comercialização de energia.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	88.366.712 73.808.897 24.059.568 4.158.017 2.196.545
HDN - Energia do Norte, S.A. Rua do Caires, 292, 1ª 4704-516 Braga Telef. 253 60 30 50 Fax 253 61 88 36 Nº de Contribuinte: 503 367 257	Produção e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias e/ou alheias.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	67.903.273 30.090.407 12.906.261 3.986.240 2.224.632

Síntese de Elementos das Principais Empresas do Grupo EDP

Empresa e Sede Social	Domínio de Actividade	Principais Dados	(Euros)
(valores não consolidados)			
HIDROCENEL – Energia do Centro, S.A. Apartado 182, Quintela 6270-909 Seia Telef. 238 320 000 Fax 238 320 027 Nº de Contribuinte: 503 326 887	Produção e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias e/ou alheias.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	106.358.229 55.516.513 12.584.950 5.713.589 3.475.465
HIDRORUMO – Projecto e Gestão, S.A. Rua do Bolhão, 36 4000-111 PORTO Telef: 22 200 82 01 Fax: 22 208 31 09 Nº de Contribuinte: 503 293 547	Realização de estudos e projectos, gestão de empreendimentos e fiscalização de obras de qualquer ramo de engenharia, principalmente no domínio da hidráulica, realização total ou parcial desses empreendimentos, estudos hidrológicos, geotécnicos, topográficos, socio-económicos e ambientais, bem como gestão geral da qualidade de empreendimentos em construção.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	15.928.468 6.404.039 17.718.253 1.266.945 1.069.635
PROET – Projectos, Engenharia e Tecnologias, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55, 2º 1749-061 LISBOA Telef: 21 847 01 80 Fax: 21 840 94 19 Nº de Contribuinte: 503 293 504	Prestação de serviços de engenharia de âmbito geral, multidisciplinar e de especialidade, envolvendo consultoria, concepção e execução de projectos e gestão de empreendimentos, apoio e participação na investigação, desenvolvimento e demonstração, no contexto nacional e internacional, com especial relevância para o sector eléctrico, designadamente no domínio da produção termoeléctrica, prospecção, análise e avaliação de actividades, projectos ou realizações no domínio energético e industrial e gestão geral da qualidade de empreendimentos da construção.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	11.501.805 5.339.695 12.614.485 1.446.341 1.118.493
ENERNOVA – Novas Energias,S.A. Av. Estados Unidos da América, 55, 11º 1749-061 Lisboa Telef. 21 841 21 00 Fax 21 841 27 10 Nº de Contribuinte: 503 161 314	Projecção, construção e exploração de meios de produção de energia eléctrica no sector das energias renováveis alternativas.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	46.526.400 10.234.690 5.542.235 3.423.701 1.758.280
EDP Cogeração – Produção de Electricidade e Calor, S.A. Av. José Malhoa, Lote A13, 3º 1070-157 LISBOA Telef: 21 001 30 13 Fax: 21 720 29 60 Nº de Contribuinte: 504 410 385	Elaboração de estudos e promoção, execução, operação e comercialização de projectos inseridos num contexto de produção combinada de energia eléctrica e energia térmica, mediante processos de cogeração.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	34.322.601 3.574.785 308.082 -361.222 -1.303.371



Síntese de Elementos das Principais Empresas do Grupo EDP

Empresa e Sede Social	Domínio de Actividade	Principais Dados	(Euros)
(valores não consolidados)			
TER – Termoelectrica do Ribatejo, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55, 12º 1749-061 LISBOA Telef: 21 001 34 02 Fax: 21 001 32 02 Nº de Contribuinte: 504 718 347	Estabelecimento e exploração de uma central termoelectrica de ciclo combinado e comercialização da energia produzida.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	65.332.340 487.803 0 50.654 -8.838
EDINFOR – Sistemas Informáticos, S.A. Av. Sidónio Pais, 28, R/C esq. 1050-215 Lisboa Telef: 21 001 83 00 Fax: 21 352 24 75 Nº de Contribuinte: 502 605 731	Exploração de sistemas informáticos, próprios ou Exploração de sistemas informáticos, próprios ou alheios, desenho, implementação e operação de redes de dados, desenvolvimento de programas e sistemas de informação com recurso a meios informáticos, consultoria nas áreas de gestão e de organização, formação profissional e comercialização e importação de produtos e equipamentos informáticos e actividades afins.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	256.409.557 66.293.259 117.889.469 15.575.458 9.847.349
Ace Holding, S.G.P.S., S.A Av. Dr. Mário Moutinho, Lote 1732 A 1400-136 Lisboa Telef. 21 001 40 00 Fax 21 001 40 01 Nº de Contribuinte: 505 187 981	Gestão de participações noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	43.726.024 18.135.856 0 -1.527.892 7.718.677
EDP Internacional – Electricidade de Portugal Internacional, S.G.P.S., S.A. Av. José Malhoa, Lote A13, 3º 1070-157 LISBOA Telef: 21 001 30 13 Fax: 21 720 29 99 Nº de Contribuinte: 502 539 984	Promoção, dinamização e gestão, por forma directa ou indirecta, de empreendimentos e actividades no sector de energia, a nível internacional, designadamente o estudo de viabilidade de novos negócios, aquisição e gestão de participações sociais, consultoria.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	1.079.119.812 18.877.071 0 -3.328.881 -23.390.905
EDP PARTICIPAÇÕES S.G.P.S., S.A. Av. José Malhoa, Lote A 13 1070-157 Lisboa Telef. 21 001 30 13 Fax 21 726 50 29 Nº de Contribuinte: 504 930 087	Gestão de participações noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	1.339.156.443 102.729.930 0 -155.848 -23.081.155
EDP Águas – Gestão de Águas e Saneamento, S.A. Av. José Malhoa, Lote A 13 1070-157 Lisboa Telef. 21 001 30 13 Fax 21 726 50 29 Nº de Contribuinte: 504 657 992	Promoção, desenvolvimento e gestão, por forma directa ou indirecta, de negócios nos sectores de água e saneamento.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	11.473.672 1.291.814 0 -2.215.251 5.738.745

Síntese de Elementos das Principais Empresas do Grupo EDP

Empresa e Sede Social	Domínio de Actividade	Principais Dados	(Euros)
(valores não consolidados)			
Operadora Nacional de Interactivos S.G.P.S., S.A. Av. José Malhoa, Lote A 13 1070-157 Lisboa Telef. 21 001 30 13 Fax 21 726 50 29 Nº de Contribuinte: 504 968 386	Gestão de participações noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	615.702.786 256.719.687 0 -10.470.776 -141.589.487
LABELEC – Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A. Rua Cidade de Goa, 4 2686-997 SACAVÉM Telef: 21 941 12 62 Fax: 21 941 92 54 Nº de Contribuinte: 503 326 755	Realização de trabalhos de engenharia, nomeadamente de índole laboratorial, tendo em vista um apoio à concepção e exploração de instalações e ao controlo de qualidade de equipamentos e sistemas, no âmbito da produção, transporte e distribuição de electricidade.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	9.476.119 5.856.203 9.886.203 2.481.842 1.812.414
SÁVIDA – Medicina Apoiada, S.A. Av. Casal Ribeiro, 15, 6º 1000-090 LISBOA Telef: 21 313 89 00 Fax: 21 001 74 10 Nº de Contribuinte: 503 293 512	Prestação de cuidados de saúde e gestão e exploração de estabelecimentos hospitalares, assistenciais e similares próprios ou alheios.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	15.744.087 801.230 34.928.123 -215.388 -367.464
MRH – Mudança e Recursos Humanos, S.A. Rua D. Luís I, 12, 2º 1200-151 LISBOA Telef: 21 322 22 00 Fax: 21 322 22 05 Nº de Contribuinte: 503 293 520	Consultoria e prestação de serviços de formação profissional e de gestão de Recursos Humanos.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	4.453.216 1.143.217 4.673.347 297.304 110.793
EDP Serviços de Gestão de Frotas, Instalações e Logística, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55, 9º 1749-061 LISBOA Telef: 21 841 25 44 Fax: 21 841 25 80 Nº de Contribuinte: 504 645 064	Gestão e intermediação de frotas e de meios de transporte, gestão e prestação de serviços imobiliários e aquisição, contratação, gestão e intermediação de bens e serviços de apoio logístico às empresas.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	6.445.366 847.249 4.818.673 170.473 20.201
EDP Imobiliária, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55, 11º 1749-061 LISBOA Telef: 21 841 24 58 Fax: 21 841 22 15 Nº de Contribuinte: 503 529 524	Estudo, concepção, desenvolvimento e comercialização, por conta própria ou alheia, de projectos imobiliários e turísticos, promoção imobiliária, administração de bens imóveis próprios ou por conta de outrem, incluindo arrendamento, compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	17.392.522 8.535.964 8.008.200 3.798.279 3.078.043



ELECTRICIDADE: DADOS GERAIS DA ACTIVIDADE

POTÊNCIA INSTALADA E PRODUÇÃO LÍQUIDA

POTÊNCIA MÁXIMA DAS CENTRAIS (a) em 31 Dez (MW)	1996	1997	1998	1999	2000	2001
(1) SEP - Sistema Eléctrico Público (Sistema Vinculado)	7.860	7.860	8.144	8.804	8.758	8.758
Centrais do Grupo EDP:	7.276	7.276	7.230	7.230	7.184	7.184
Centrais hidroeléctricas do Grupo EDP	3.903	3.903	3.903	3.903	3.903	3.903
Centrais termoeléctricas do Grupo EDP	3.373	3.373	3.327	3.327	3.281	3.281
Centrais termoeléctricas de outros produtores do SEP:	584	584	914	1.574	1.574	1.574
Pego	584	584	584	584	584	584
Tapada do Outeiro	-	-	330	990	990	990
(2) O Grupo EDP no SEI - Sistema Eléctrico Independente	280	280	290	299	376	427
Mini-Hídricas	270	270	270	270	270	310
Eólicas	10	10	20	20	30	41
Biomassa	-	-	-	9	9	9
Cogeração	-	-	-	-	67	67
Total Grupo EDP + Outros Produtores SEP = (1) + (2)	8.140	8.140	8.434	9.103	9.134	9.184
Total Grupo EDP	7.556	7.556	7.520	7.529	7.560	7.610

(a) Potência Contratada de acordo com os CAE's (Contratos de Aquisição de Energia)

Produção Líquida das Centrais

PRODUÇÃO LÍQUIDA DAS CENTRAIS em 31 Dez (GWh)	1996	1997	1998	1999	2000	2001
(1) SEP - Sistema Eléctrico Público (Sistema Vinculado)	27.611	26.639	30.955	34.409	34.493	36.920
Centrais do Grupo EDP:	24.350	23.034	26.898	23.458	24.000	26.947
Centrais hidroeléctricas do Grupo EDP	13.138	11.523	11.506	6.456	10.229	12.607
Centrais termoelectricas do Grupo EDP	11.212	11.511	15.392	17.002	13.771	14.340
Centrais termoelectricas de outros produtores do SEP:	3.261	3.605	4.057	10.951	10.493	9.973
Pego	3.261	3.605	2.796	4.822	4.599	4.022
Tapada do Outeiro	-	-	1.261	6.129	5.894	5.951
(2) O Grupo EDP no SEI - Sistema Eléctrico Independente	788	755	764	503	844	1.336
Mini-Hídricas	782	733	718	447	623	785
Eólicas	6	22	46	53	70	91
Biomassa	-	-	-	3	6	19
Cogeração	-	-	-	-	145	441
Total Grupo EDP + Outros Produtores SEP = (1) + (2)	28.399	27.394	31.719	34.912	35.337	38.256
Total Grupo EDP	25.138	23.789	27.662	23.961	24.844	28.283

Consumo de Combustíveis pelo Grupo EDP

CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS PELO GRUPO EDP	Unidades	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Quantidades							
Fuelóleo	1000 ton	738	784	1.565	1.536	1.052	1.373
Gasóleo	1000 litros	584	584	3.966	1.732	14.359	20.873
Carvão Nacional	1000 ton	43	99	-	-	-	-
Carvão Estrangeiro	1000 ton	3.073	3.084	3.102	3.491	3.456	3.263
Gás Natural (a)	1000 m3	-	26.313	163.761	376.278	182.300	168.900
Valores		178.154	204.537	246.830	268.580	306.942	377.192
Fuelóleo	1000 Euros	58.583	67.654	109.164	109.374	146.720	193.867
Gasóleo	1000 Euros	71	65	551	219	1.895	4.618
Carvão Nacional	1000 Euros	1.838	4.378	-	-	-	-
Carvão Estrangeiro	1000 Euros	117.662	128.462	120.446	116.825	128.901	142.810
Gás Natural (a)	1000 Euros	-	3.978	16.668	42.162	29.426	35.897
Preços Médios							
Fuelóleo	Euro/kton	79.412	86.279	69.749	71.187	139.521	141.220
Gasóleo	Euro/klitro	122	112	139	126	132	221
Carvão Nacional	Euro/kton	42.753	44.194	-	-	-	-
Carvão Estrangeiro	Euro/kton	38.284	41.649	38.835	33.465	37.300	43.764
Gás Natural (a)	Euro/hm3	-	151	102	112	161	213

(a) Inclui o consumo de combustíveis pelas Centrais do Carregado (CPPE) e da Soporgen (EDP Cogeração).



BALANÇO ENERGÉTICO E ÍNDICE DE PRODUTIBILIDADE HIDROELÉCTRICA

	1996	1997	1998	1999	2000	2001****
Índice de Produtibilidade Hidroeléctrica	1,30	1,22	1,04	0,68	1,08	1,19
BALANÇO ENERGÉTICO						GWh
Produção EDP	26.179	24.817	28.899	25.112	25.754	29.043
Centrais hidroeléctricas	14.169	12.472	12.425	7.010	10.991	13.553
Centrais eólicas e a biomassa	6	22	47	57	79	113
Centrais termoeléctricas	12.004	12.323	16.427	18.046	14.685	15.377
Consumos e perdas nas centrais	1.041	1.028	1.237	1.152	1.056	1.202
Bombagem hidroeléctrica	137	100	101	491	558	485
Emissão para a rede do SEP						
(Consumo referido à emissão)	30.887	31.945	33.807	35.803	37.951	40.021
EDP	25.001	23.689	27.561	23.469	24.139	27.356
Outros Produtores do SEP (saldo)*	3.261	3.605	4.057	10.951	10.493	9.973
Autoprodutores e outras recepções (saldo)**	1.514	1.752	1.917	2.241	2.388	2.453
Importação / Exportação (saldo)*	1.111	2.899	272	(858)	931	239
Compensação síncrona	29	32	30	41	39	34
Consumos próprios de produção e transporte+perdas de transporte***	724	612	615	679	708	742
Energia entregue na distribuição	30.134	31.301	33.162	35.083	37.204	39.245
1 - Consumo próprios Grupo EDP e perdas da Distribuição	2.682	2.614	2.800	2.803	2.897	3.220
2 - Venda de Energia	27.451	28.686	30.364	32.280	34.091	35.505
Distribuidores	151	103	111	121	129	133
- Autarquias locais	0	0	0	0	0	0
- Outros distribuidores	151	103	111	121	129	133
Fornecimento directo a consumidores	27.300	28.583	30.253	32.159	33.962	35.372
- Muito alta, alta e média tensão	12.513	13.130	13.909	14.373	15.068	15.480
- Baixa tensão	14.787	15.453	16.344	17.786	18.894	19.892
3 - Vendas a clientes não vinculados	-	-	-	-	216	520
Grupo EDP	-	-	-	-	85	241
Uso de rede (fora EDP)	-	-	-	-	131	279

* Fonte: REN
** Não contempla 2,7 de facturação relativo a energia de 1999 e estima 12,9 de energia ainda não facturada
*** Fonte: EDP + REN
**** Valores provisórios

NÚMERO DE CLIENTES DO GRUPO EDP E CONSUMO DE ELECTRICIDADE SEGUNDO OS USOS FINAIS

TOTAL EDP (SEP+SENV)	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Variação 00/01	
							Valor	%
Número de Clientes	4.914.966	5.033.837	5.161.391	5.291.520	5.415.313	5.541.418	126.105	2,3%
Alta tensão (*) (**)	93	94	96	102	102	111	9	8,8%
Média tensão (**)	16.197	16.868	17.424	18.140	18.842	19.556	714	3,8%
Baixa tensão	4.898.676	5.016.875	5.143.871	5.273.278	5.396.369	5.521.751	125.382	2,3%
Consumo de Electricidade (GWh) (**) (***)	27.356	28.638	30.308	32.220	34.085	35.654	1.569	4,6%
Iluminação e outros usos	13.540	14.217	15.216	16.555	17.656	18.658	1.002	5,7%
Domésticos	7.841	8.065	8.317	9.094	9.678	10.188	510	5,3%
Não domésticos	5.699	6.152	6.899	7.461	7.978	8.470	506	6,2%
Iluminação de edifícios do Estado, dos corpos administrativos, etc.	1.187	1.243	1.366	1.527	1.632	1.722	90	5,5%
Cozinha e aquecimento	12	12	14	8	8	8	0	-4,8%
Usos industriais	10.983	11.424	11.904	12.150	12.740	13.103	363	2,8%
Usos agrícolas	514	546	607	667	679	737	58	8,6%
Tracção	320	336	316	364	360	358	-2	-0,6%
Iluminação pública	800	860	884	948	1.010	1.068	58	5,8%

(*) Inclui clientes de Muito Alta Tensão
(**) A partir de 2000 inclui os clientes e consumos do SENV que continuam a ser fornecidos pelo Grupo EDP
(***) Inclui consumos próprios da EDP Distribuição e fornecimentos para consumo das outras empresas do Grupo

SENV (EDP)	2000	2001	Variação 00/01	
			Valor	%
Número de Clientes	9	22	13	144,4%
AT	1	2	1	100,0%
MT	8	20	12	150,0%
Consumo de Electricidade (GWh)	85	241	156	181,9%
Iluminação e outros usos (Não domésticos)	14	42	28	192,9%
Usos industriais	71	199	128	179,8%

RESUMO DE CENTROS PRODUTORES

A - CENTRAIS HÍDRICAS (SEP)	Curso de Água	Entrada em Serviço	Tipo de Aproveitamento	Nº de Grupos	Potência Máxima (MW)
Alto Lindoso	Lima	1992	Albufeira	2	630
Touvedo	Lima	1993	Albufeira	1	22
Alto Rabagão	Rabagão	1964	Albufeira	2	68
Vila Nova / Venda Nova	Rabagão	1951	Albufeira	3	90
Vila Nova / Paradela	Cávado	1956	Albufeira	1	54
Salamonde	Cávado	1953	Albufeira	2	42
Vilarinho das Furnas	Homem	1972/1987	Albufeira	2	125
Caniçada	Cávado	1954	Albufeira	2	62
Cávado-Lima				15	1.093
Miranda	Douro	1960/1995	Fio de Água	4	369
Picote	Douro	1958	Fio de Água	3	195
Bemposta	Douro	1964	Fio de Água	3	240
Pocinho	Douro	1983	Fio de Água	3	186
Valeira	Douro	1976	Fio de Água	3	240
Vilar-Tabuação	Távora	1965	Albufeira	2	58
Rêgua	Douro	1973	Fio de Água	3	180
Carrapatelo	Douro	1971	Fio de Água	3	201
Torrão	Tâmega	1988	Albufeira	2	140
Crestuma-Lever	Douro	1985	Fio de Água	3	117
Douro				29	1.926
Caldeirão	Caldeirão	1994	Albufeira	1	40
Aguieira	Mondego	1981	Albufeira	3	336
Raiva	Mondego	1982	Albufeira	2	24
Cabril	Zêzere	1954	Albufeira	2	108
Bouçã	Zêzere	1955	Albufeira	2	44
Castelo do Bode	Zêzere	1951	Albufeira	3	159
Pracana	Ocreza	1993	Albufeira	3	41
Fratel	Tejo	1974	Fio de Água	3	132
Tejo-Mondego				19	884
Albufeira				35	2.043
Fio de Água				28	1.860
Total do Parque Hídrico				63	3.903

RESUMO DE CENTROS PRODUTORES

B - CENTRAIS TÉRMICAS (SEP)	Localização	Entrada em Serviço	Combustível Utilizado	Nº de Grupos	Potência Máxima (MW)
Tapada do Outeiro	Gondomar	1959	Fuelóleo	1	47
Carregado	Alenquer	1968	Fuel/Gás Natural	6	710
Barreiro	Barreiro	1978	Fuelóleo	2	56
Setúbal	Setúbal	1979	Fuelóleo	4	946
Sines	Sines	1985	Carvão	4	1.192
Centrais Clássicas				17	2.952
Alto de Mira	Amadora	1975	Gasóleo	6	132
Tunes	Silves	1973/1982	Gasóleo	4	197
Centrais com Turbinas a Gás				10	329
Total do Parque Térmico				27	3.281

C - PARQUES EÓLICOS (PRE)	Localização	Entrada em Serviço	Combustível Utilizado	Nº de Grupos	Potência Máxima (MW)
Fonte da Mesa	Resende / Lamego	1997	N.A.	17	10,2
Pena Suar	Amarante / Vila Real	1998	N.A.	20	10,0
Cabeço da Rainha	Oleiros / Sertã	2000	N.A.	17	10,2
Cadafaz	Góis	2001	N.A.	17	10,2
Total do Parque Eólico				71	40,6



D - CENTRAIS DE BIOMASSA (PRE)	Localização	Entrada em Serviço	Combustível Utilizado	Nº de Grupos	Potência Máxima (MW)
Central de Resíduos Florestais de Mortágua	Mortágua	1999	Resíduos Florestais	1	9
Total do Parque				1	9

E - CENTRAIS DE COGERAÇÃO (PRE)	Localização	Entrada em Serviço	Combustível Utilizado	Nº de Grupos	Potência Máxima (MW)
Soporgen	Lavos - Figueira da Foz	2000	Gás Natural	2	67
Energin Azóia	Póvoa de Sta. Iria V. F. Xira	2002	Gás Natural	1	45
Carriço Cogeração	Carriço - Pombal	2002	Gás Natural	1	30
Total do Parque				41	142

F - EMBEBIDAS (SEI)	Curso de Água	Entrada em Serviço	Tipo de Aproveitamento	Nº de Grupos	Potência Máxima (MW)
Aproveitamento do Lindoso	Lima	1922	Fio de Água	4	44,1
Aproveitamento do Ermal	Ave	1937	Albufeira	2	11,2
Aproveitamento do Varosa / Chocalho	Varosa	1934	Albufeira	3	25,0
Total Centrais HDN > 10 MW				9	80,3
Aproveitamento de France	Coura	1974	Fio de Água	1	7,0
Aproveitamento de Penide I e II	Cávado	1949	Fio de Água	2	4,9
Aproveitamento de Guilhofrei	Ave	1939	Albufeira	2	4,0
Aproveitamento de Ponte da Esperança	Ave	1942	Albufeira	1	2,8
Aproveitamento da Senhora do Porto	Ave	1945	Albufeira	2	8,8
Aproveitamento de Cefra	Ouro	1995	Fio de Água	2	1,1
Aproveitamento de Freigil	Ribeira Cabrum	1988	Fio de Água	1	4,6
Aproveitamento de Aregos	Ribeira Cabrum	1958	Fio de Água	2	3,1
Caníços (ETE)	Ave	1946	Fio de Água	2	0,9
Total Centrais HDN <= 10 MW				15	37,2
Total Parque HDN				24	117,5
Aproveitamento Sabugueiro I	Ribeira da Lagoa	1947	Albufeira	3	12,8
Aproveitamento Desterro	Alva	1959	Fio de Água	2	13,2
Aproveitamento Ponte de Jugais	Alva	1923	Fio de Água	2	20,3
Central do Aproveitamento de Vila Cova	Alva	2001	Fio de Água	2	23,4
Central de Santa Luzia	Ribeira de Unhais	1943	Albufeira	4	24,4
Total Centrais Hidrocenel > 10 MW				13	94,1
Aproveitamento Sabugueiro II	Ribeira Covão Urso	1993	Albufeira	1	10,0
Aproveitamento de Riba-Côa	Côa	1906	Fio de Água	1	0,1
Aproveitamento de Pateiro	Mondego	1938	Fio de Água	2	0,3
Aproveitamento de Ribafeita	Vouga	1907	Fio de Água	2	0,9
Aproveitamento de Drizes	Vouga	1917	Fio de Água	1	0,2
Aproveitamento de Pisões	Dinha	1927	Fio de Água	2	0,1
Aproveitamento de Figueiral	Carvalhinho	1932	Fio de Água	1	0,2
Aproveitamento de Rei de Moinhos	Alva	1927	Fio de Água	1	0,8
Aproveitamento de Ermida	Ribeira de S. João	1943	Fio de Água	2	0,4
Total Centrais Hidrocenel <= 10 MW				13	12,9
Total Parque Hidrocenel				26	107,0
Aproveitamento de Belver	Tejo	1951	Fio de Água	6	80,7
Total Centrais EDP Energia > 10 MW				6	80,7
Aproveitamento da Póvoa	Rib. Nisa	1927	Albufeira	1	0,7
Aproveitamento da Bruceira	Rib. Nisa	1928	Albufeira	1	1,6
Aproveitamento da Velada	Rib. Nisa	1935	Albufeira	1	1,9
Aproveitamento do Caldeirão	Almonda	1927	Fio de Água	2	0,2
Total Centrais EDP Energia <= 10 MW				5	4,4
Total Parque EDP Energia				11	85,1
Total Centrais > 10 MW				28	255,1
Total Centrais <= 10 MW				33	54,5
Total Parque				61	309,6



RESUMO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO

Rede de Distribuição						
Resumo das instalações e equipamentos em serviço em 31 de Dezembro						
	1996	1997	1998	1999	2000	2001 *
Subestações						
Nº de Subestações	339	348	359	365	368	368
Nº de Transformadores	618	631	642	645	654	651
Potência Instalada (MVA)	12.074	12.405	12.690	12.752	12.902	12.971
Linhas (incluindo ramais em km)						
Aéreas						
AT (60/130 kV)	6.413	6.528	6.613	6.717	6.885	6.925
MT (<6/10/15/30/40 kV)	47.520	48.267	48.738	49.516	50.140	50.712
Cabos Subterrâneos						
AT (60/130 kV)	307	325	358	357	356	352
MT (<6/10/15/30/40 kV)	8.539	8.895	9.325	9.778	10.058	10.542
Postos de Transformação						
Unidades	41.871	43.266	44.620	46.134	47.695	49.165
Potência Instalada (MVA)	10.677	11.155	11.664	12.169	12.776	13.432
Redes BT (km)						
Aéreas	86.905	88.408	90.344	92.020	93.507	95.059
Subterrâneas	19.483	20.534	21.731	22.894	23.532	23.044
Contadores (unidades)						
AT+MT	4.943.652	5.078.750	5.214.777	5.366.479	5.635.492	5.779.459
BT+BTE	18.382	19.383	20.695	21.778	22.460	23.170
	4.925.270	5.059.367	5.194.082	5.344.701	5.613.032	5.756.289

* Valores Provisórios

PARTICIPADAS INTERNACIONAIS

INDICADORES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

PARTICIPADAS INTERNACIONAIS (Dados de 2001)									
	Indicadores Operacionais						Indicadores Financeiros		
	Vendas		Nº	Nº	Potência	Produção	(em milhares de euros)		
	Energia (GWh)	Água (Milhões m3)	Clientes	Trabalh.	Instalada (MW)	(GWh)	Activo	Res. Oper.	Res.Liq.
Brasil									
Distribuição de Electricidade									
Bandeirante	18.180	-	1.142.034	1.471	-	-	923.758	64.609	69.847
Escelsa	6.112	-	922.579	1.411	-	837	1.248.843	59.249	-12.717
Enersul	2.672	-	572.323	978	-	-	578.876	58.821	22.854
Produção de Electricidade									
Lajeado (Investco)	97	-	-	-	850	97			
Peixe Angical	-	-	-	-	450	2.400*	-	-	-
Couto Magalhães	-	-	-	-	150	790*	-	-	-
		-							
Total Brasil	27.061		2.636.936	3.860	1.450	4.124	2.751.477	182.679	79.984
Macau									
Produção e Distribuição									
Electricidade									
CEM	1.599		187.236	750	352	1.457	463.363	64.026	61.297
		-							
Guatemala									
Distribuição de Electricidade									
EEGSA	3.202		633.124	486	-	-	717.376	57.227	-3.985
		-							
Cabo Verde									
Produção e Distribuição									
Electricidade, Água e Saneamento									
Electra	96	2	54.485	725	52	164	80.843	-9.890	-8.955
Total Outros Mercados	4.897	2	874.845	1.961	404	1.621	1.261.582	111.363	48.356
Total Participadas Internacionais	31.958	2	3.511.781	5.821	1.854	5.745	4.013.059	294.043	128.340

Nota: Todos os dados consideram o valor total para cada uma das empresas, independentemente da % participação da EDP

* Produção Anual Garantida



INVESTIMENTO FINANCEIRO ACUMULADO

INTERNACIONALIZAÇÃO - Investimento Acumulado BRASIL			
Empresa	% EDP no capital	Data	Milhares Euros
Lajeado	10,57%	1998 a 2001	59.100
Peixe Angical	95,00%	2001	11.374
FAFEN	80,00%	2000	13.691
Enerpro	100,00%	2001	246
Subtotal – Produção de Electricidade			84.410
Escelsa	52,00% (a)	1999 e 2001	930.123
Bandeirante	96,48%	1998 e 2000	11.127
CERJ	19,15% (b)	1996	77.583
Subtotal – Distribuição de Electricidade			1.687.817
Total Brasil			1.772.227

OUTROS MERCADOS					
Empresa	% EDP no capital	País	Data	Actividade	Milhares Euros
EEGSA	16,96%	Guatemala	desde 1998	Distribuição Electricidade	65.183
Redal	29,00%	Marrocos	1998	Distribuição de Electricidade, Água e Saneamento	11.127
CEM	22,00%	Macau	1990 e 1999	Produção e Distribuição Electricidade	77.583
Electra	30,60%	Cabo Verde	1999	Produção e Distribuição Electricidade, Água e Saneamento	27.214
Total Outros Mercados					181.107
Total Internaionalização					1.953.335

(a) A Escelsa controla 65,2% do capital da Enersul, empresa esta também distribuidora de electricidade no Brasil.

(b) A CERJ detém 20,61% do capital de outra empresa brasileira distribuidora de Electricidade - a COELCE.

Desta forma, a EDP detém uma participação indirecta, via CERJ, de 3,95% no capital da COELCE.

Edição EDP Electricidade de Portugal, S.A.
Gabinete de Comunicação e Imagem
Avenida José Malhoa, Lote A, 13
1070-157 Lisboa

Produção Gráfica Plinfo Informação Lda.
Avenida de Berna, 13, 5ª Esq.
1050-036 Lisboa
Tel. 21 793 62 65 Fax 21 794 20 74
E-mail: plinfo@plinfo.pt

Tiragem 3 000 exemplares

ISSN 0872 - 7732

Depósito Legal nº 890607/95
Junho 2002

